

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo
Aracaju – Sergipe

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Artes Visuais e Design
Aracaju – Sergipe

RESUMO: Este trabalho científico foi desenvolvido a partir de estudos realizados em 2014/2015 no pós-doutoramento na Universidade de Lisboa e no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Portugal com apoio da CAPES, sobre a caracterização das argamassas de restauro em edificações históricas, o caso da Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos na cidade de Laranjeiras, interior do Estado de Sergipe, Nordeste do Brasil; sendo que, entre as análises laboratoriais, dedicou-se atenção ao estudo das cores das argamassas de assentamento (emboço), bem como de revestimento (reboco), especialmente aquelas nas quais ainda existiam vestígios de camadas de pigmentos capazes de registrar as cores mais “originais”, utilizadas nas pinturas das paredes do altar principal. Nestes ensaios empregou-se a metodologia aplicada na Europa para o estudo de cores em superfícies arquitetônicas, a partir do uso do Sistema NCS

(Natural Colour System); portanto, demonstra-se desde a coleta das amostras, a observação visual inicial com a escolha e análise dos fragmentos e pó cerâmicos, extraídos das argamassas, até atingir sua determinação de cor, a partir da aferição comparativa entre o colorímetro digital e as paletas de cores NCS observadas no *PANTONE Color Viewing Light*; resultando no registro mais científico das cores dos pigmentos das superfícies das paredes desta edificação. Procurou-se também avaliar “in situ” algumas destas mesmas amostras a partir do uso comparativo do sistema Munsell Soil Color Charts, sabendo que este sistema norte americano é o mais utilizado no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Cor; Arquitetura; Conservação; Restauração.

ABSTRACT: This scientific work was developed from studies conducted in 2014/2015 at post-doctoral research at the University of Lisbon and the National Laboratory of Civil Engineering in Portugal, with support from CAPES, and dealt with characterization of restoration mortars in Historical buildings, the case of the Church N. S. da Conceição dos Homens Pardos, city of Laranjeiras, State of Sergipe, Northeast of Brazil; About the Laboratory analyses, attention was paid to the study of the colors of the nesting mortars (plaster) as well as coating (grouting), especially those in which there were still traces

of layers of pigments capable of registering the most “original” colors, which were utilized in the paintings of the walls of the main altar. On architectural surfaces in Europe, generally the main applied methodology in these tests is about NCS (Natural Color system) system. Therefore, it is demonstrated from the collection of the samples, the initial visual observation with the choice and analysis of the ceramic fragments and powder, extracted from the mortars, since its determination of color, from the comparative benchmarking between the digital colorimeter and the NCS color palettes observed in *PANTONE color viewing Light*; resulting in the most scientific record of the pigments colors of the walls surfaces of this building. It was also tried to evaluate “in situ” some of these same samples from the use of the Munsell system Soil Color charts, which the North American system is commonly utilized in Brazil.

KEYWORDS: Color; Architecture Conservation; Restoration.

1 | INTRODUÇÃO

Este estudo demonstrando os resultados obtidos sobre as cores das argamassas em edificações patrimoniais é parte da investigação “*Caracterização de Argamassas de Restauro em Edificações Históricas: O Caso da Igreja N. S^a da Conceição*”, localizada na cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, nordeste brasileiro; realizado no Estágio Pós-Doutoral na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa entre 2014/2015, supervisionado pelo Prof. Dr. José Aguiar; tendo como suporte, nestas análises o Laboratório MEDCROMA - Medição da Cor - Coordenado pelo Prof. Dr. João Nuno Pernão; bem como, a metodologia descrita como observações visuais foram realizadas no LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, também na cidade de Lisboa, sob a supervisão da Dra. Rosário Veiga com a colaboração do Dr. Santos Silva; a partir do apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ciências sem fronteiras (processo: BEX 8577/13-7).

A construção da Igreja de N. S^a da Conceição dos Homens Pardos, iniciada por volta de 1843, prolongou-se por mais de vinte anos, tornou-se centro de devoção a Virgem da Conceição, apresenta não apenas valor estético arquitetônico tombado pelo IPHAN, mais também importância imaterial na formação da cultura da população do Vale do Cotinguiba e do nordeste brasileiro representada pela relação entre o catolicismo e os sincretismos afrodescendentes. As paredes externas e internas desta edificação realizadas com materiais argilosos e saibrosos locais produziram uma argamassa avermelhada com traços acinzentados, já as pinturas presentes na parede do altar principal e no forro de madeira, dedicados a Imaculada Conceição e sua “Assunção” trazem pigmentos na cor azul celeste e colorações brancas com tons esverdeados.

Buscou-se trabalhar em duas vertentes de investigação; no conhecimento da coloração da argamassa de caracterização mais “antiga” a partir da identificação,

recolha e análise das argamassas de emboço e reboco pré-existentes (pó-cerâmico extraído e analisado em laboratório), efetuando sua comparação, especialmente com determinados padrões NCS e posteriormente com o Atlas Cromático Munsell; neste contexto puderam ser determinados aspectos específicos, como por exemplo, a presença de tipos de ligantes e/ou aditivos que alteram a coloração das argamassas, como o melaço de cana e o carvão, citados historiograficamente como empregados nas argamassas da região e capazes de dotar as argamassas locais de diferentes cromatismos.

No caso das pinturas parietais, especificamente na parede do altar principal (altar mor), que tem como tema a “A Anunciação de Nossa Senhora da Conceição”, foram investigadas as cores presentes nas camadas dos pigmentos de fragmentos recolhidos do descolamento do reboco, ocorridos na parte superior do altar (não ocasionando nenhum processo de arruinamento e ou degradação na extração das amostras), as cores presentes nos pigmentos destes fragmentos foram analisadas visualmente no PANTONE Color Viewing Light, sob o efeito de luminosidade adequada, bem como, no colorímetro digital, e comparadas às paletas NCS de cores a base de cal e às paletas de cores com constituições químicas atuais, possibilitando a identificação e documentação científica das cores aplicadas e presentes na sua constituição.

Este trabalho científico espera produzir reflexões metodológicas sobre a pesquisa das cores em superfícies arquitetônicas de edificações patrimoniais, buscando elaborar uma sistematização de informações capazes de servir como registro e documentação a futuras ações de intervenção restauradora que venham a ser empreendidas neste edifício e em objetos portadores de juízo de valores artístico e histórico. A importância deste trabalho não está apenas nos resultados alcançados na identificação das cores das argamassas e dos pigmentos considerados mais “originais” desta edificação, mas na possibilidade de tecer reflexões teórico/práticas sobre como vem sendo realizado o estudo das cores na arquitetura brasileira, especialmente concernente a intervenções de conservação e restauro do patrimônio edificado.

2 | METODOLOGIA DE ESCOLHA E RECOLHA DE AMOSTRAS

A conservação e restauro de um objeto portador de valores patrimoniais impõem desafios, na maioria das vezes ou o arquiteto “historiador” se debruça mais acentuadamente sobre a análise artística/teórica da edificação, ou o arquiteto “técnico restaurador” opta pela investigação das anomalias e, conseqüentemente, de suas rotinas e resultados laboratoriais. Entretanto, as lições dos antigos teóricos da arquitetura sempre confluíram para o equilíbrio entre teoria e prática, arte e engenharia, forma e função, história e tecnologia; nesta direção, a metodologia de investigação de argamassas antigas aplicadas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Lisboa em conjunto com o Laboratório de Medição da Cor da Universidade de Lisboa está a

análise visual das amostras e respectivamente o estudo das cores das argamassas.

A história da Arquitetura Brasileira evidencia, na sua complexidade, uma “tensão” e o “preconceito” carregado na afirmação da grande influência dos “estilos internacionais”, isso leva a reflexão do quanto nossa arquitetura apresenta originalidade e quando ela inovou devido às “dificuldades” de transposição dos modelos (Costa, 1995, p.451); entre essas questões poderíamos também incluir o uso das cores tanto nos pigmentos utilizados na confecção dos altares como na composição das argamassas?

Buscando encontrar resposta a esta indagação, investigaram-se as características das argamassas da Igreja de N. S^a Conceição dos Homens Pardos da cidade de Laranjeiras, a partir do estudo das cores das argamassas de reboco e emboço e dos pigmentos que compõem a pintura mural do altar principal (Figura 1). Primeiro, efetuou-se pesquisa histórica descrevendo as características arquitetônicas gerais presentes nas Igrejas de Sergipe entre os séculos XVIII e XIX (Nascimento, 2000, p.15).

Estas pesquisas indicaram que as técnicas e materiais empregados nas igrejas sergipanas vieram com a orientação dos “Soldados” Jesuítas, como o Padre João Honorato na confecção do Altar da Igreja de N. S^a do Socorro de Tomar do Geru do séc. XVII (Nascimento, 2000, p.17) e que as paredes eram erguidas, na sua grande maioria, em barro socado ou pau-a-pique; sendo que, os Jesuítas foram os principais construtores deste período em Sergipe (séc. XVII e XVIII) e sem dúvida influenciaram o uso das cores e técnicas de pinturas nas superfícies arquitetônicas das edificações.



Figura 1 – (esquerda): Fachada principal da Igreja de N. S^a da Conceição dos Homens Pardos. (direita): Altar principal da Igreja de N. S^a Conceição. Fotos: Silva, out. 2015.

No século XVIII e XIX, a pedra calcária passa a fazer parte dos alicerces e estruturas das igrejas de Sergipe (Nascimento, 2000, p.38), sendo que a coloração branca e amarelada presente nos pigmentos usados nas caiações das paredes e dos fingidos das pilastras laterais das igrejas da região, inclusive da de N. S^a da Conceição está associada a este material muito encontrado na Mata da Matriana (região nas proximidades da cidade de Laranjeiras e que serviram a construção desta igreja), bem como os tons vermelhos, verdes ou azuis, podem estar presentes na composição destas pedras calcárias dependendo das impurezas que apresentam e, depois de pulverizadas (moídas), podem ter sido utilizadas como matéria prima nas pinturas

murais dos altares.

Sobre a pintura da parede do altar mor da Igreja de N. S^a da Conceição, alguns historiadores creditam a autoria a Manoel Pereira Leite, contudo, pouco se sabe a este respeito, bem como, a pintura do forro de madeira apresenta a assinatura de 1947 do pintor Otávio Santos; já em relação à composição das argamassas utilizadas se descreve o uso da cal, da argila vermelha, também chamada de *salão* e o melaço de cana de açúcar como aditivo, o que por ventura, deve ter resultado em uma coloração diferenciada para estas argamassas (Nascimento, 2000, p.47).

Para a escolha dos locais onde seriam recolhidas as amostras, também se considerou a presença de patologias (anomalias) na edificação, sendo escolhidos 22 locais para essa recolha (Figura 2). A escolha destes locais levou em consideração toda uma observação minuciosa da edificação e estudo histórico de intervenções realizadas anteriormente, bem como, no caso das paredes externas, buscou-se atentar para os locais nos quais não havia mais a presença de argamassas e ou revestimentos originais, no caso das paredes internas foi dada especial atenção aos locais compostos pelos três altares, entre eles o altar mor e a parte interna superior da torre sineira.

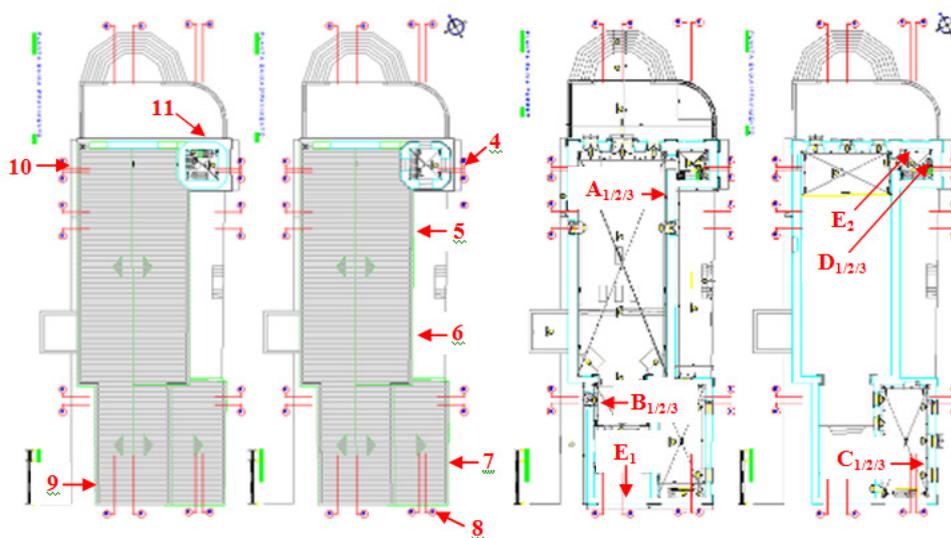


Figura 2 - (esquerda): Posicionamento da extração das amostras externas 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10 e 11; (direita): posicionamento da extração das amostras internas A_{1/2/3}; B_{1/2/3}; C_{1/2/3}; D_{1/2/3}; E₁ e E₂.
Fonte: Oliveira; XIV Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos Históricos. UFBA, 2006. s/esc.

Para a definição das análises, utilizaram-se como parâmetros as técnicas mais usadas para a identificação das camadas de revestimentos antigos e para caracterização de argamassas antigas dentro da metodologia aplicada no LNEC (Veiga; Aguiar; Silva e Carvalho, 2004, p.29); também se respeitou o aspecto de limitação de recolha, sabendo-se que a extração sempre acarreta uma ação destrutiva. A recolha nos pontos mais representativos de cada zona da edificação foi realizada com broca copo de $\frac{3}{4}$ e furadeira manual (com bateria), com posterior fechamento com gesso.

Após a escolha e recolha das amostras, ocorre a análise visual das amostras, que tem como objetivo separar quantidades mínimas que sirvam para fazer a caracterização prevista pelos ensaios a serem realizados; reconhecer fatores intrínsecos aos materiais empregados, ligantes e agregantes, pigmentos, etc.; como sua forma, dimensão, consistência, aspectos particulares e cor, promovendo um cuidadoso conhecimento e registo das argamassas extraídas; é neste momento que se escolhe, entre outras, as amostras que serão representativas dos estudos, inclusive das cores (Figuras 3 e 4).

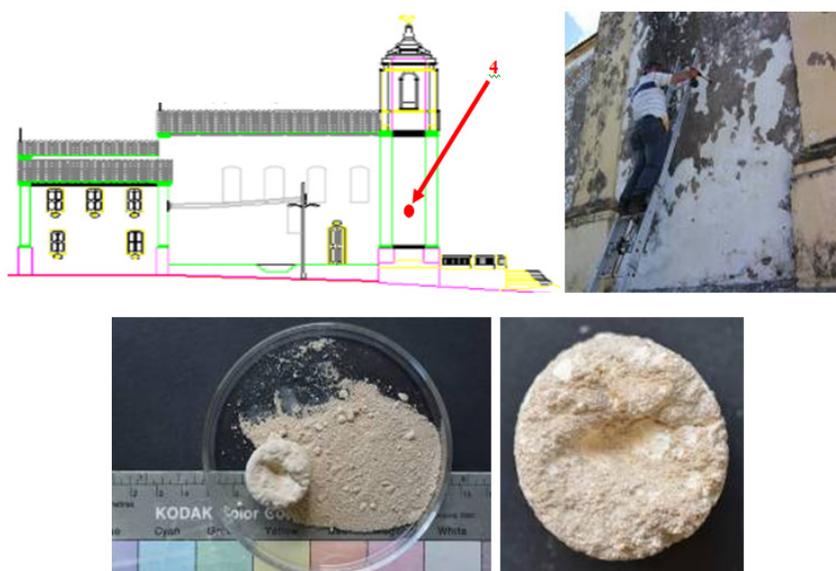


Figura 3 – (esquerda acima): Posição da retirada da amostra 4 - Fachada sudeste da Igreja. Fonte: Oliveira. 2006. (direita acima): Detalhe da execução da perfuração com furadeira de bateria. Fonte: Silva, ago. 2013. (esquerda abaixo): De acordo com a paleta de cores KODAK entre **YELLOW/RED/MAGENTA** – Creme/Avermelhado bem claro. (direita abaixo): Detalhe da amostra 4-2 sendo observada visualmente no LNEC. Fonte: Silva, mar. 2014.

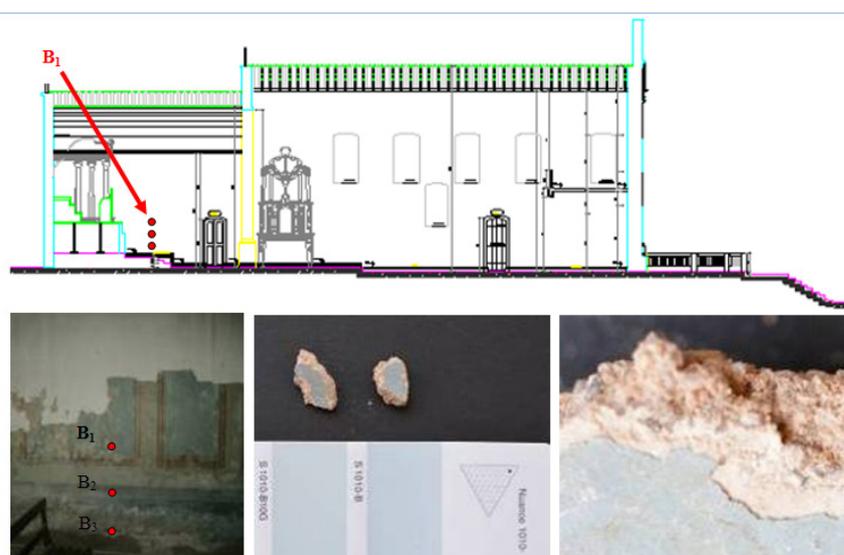


Figura 4 – (acima): Posição da retirada da amostra B_1 – Corte L2. Fonte: Oliveira. 2006. (esquerda abaixo): Marcação do Local da retirada da amostra B_1 (B_2 e B_3 – distância de 50 cm umas das outras) na parede lateral direita do altar principal - térreo. Fonte: Silva, ago. 2013. (centro abaixo): De acordo com a tabela **NCS – S 1010-B** ou **S 1010-B10G**; a Cor mais provável quando colocada sob a luz natural (incidência luz solar as 10h da manhã e sem interferência da cor do ambiente) é a **S 1010-B10G**. (direita abaixo): Fragmento de revestimento 4 da amostra $B_{1,2}$ com camada superficial na cor azul. Fonte: Silva, abr/mai. 2014.

Tendo realizado a observação visual em 22 amostras de acordo com a metodologia empregada no LNEC para caracterização de argamassas antigas, chamaram a atenção, pelas possibilidades de análise sobre as cores das argamassas e dos pigmentos, a amostra externa 10 (devido à questão já observada nas argamassas externas serem argamassas de revestimento decorrentes de “restaurações” recentes) e as amostras internas A₂; B₁; C₃; D₁; D₂; E₁ e E₂; as análises das amostras A₂; C₃; D₁; D₂ e E₂ procuraram avaliar mais a coloração das argamassas de reboco e emboço (pó-cerâmico) e as amostras B₁ e E₁ buscaram a análise mais específica dos pigmentos nas pinturas murais das paredes dos altares.

3 | ESTUDO DAS CORES DAS ARGAMASSAS E PIGMENTOS

Para se restaurar um objeto patrimonial há de se ter como princípio todos os recursos disponíveis; portanto, entendendo a importância da análise técnica das cores nos procedimentos de restauração e conservação, empreendemos duas investigações que se complementaram, uma no LNEC – observações visuais das cores nos pigmentos do revestimento e na cor das argamassas e outro estudo no MEDCROMA – Laboratório de Medição da Cor da Universidade de Lisboa, utilizando recursos de luz mais específicos para identificar a cor das argamassas e pigmentos, a partir do sistema NCS. Após o término do pós-doutoramento empreendemos uma análise “in situ” utilizando a cartela de cores do sistema Munsell.

Não se tratou da mensuração precisa da cor “original” desta edificação, uma vez que esta questão envolve um alto grau de interpretações e complexidades, em que a tentativa de repor estas cores conduz sempre a uma intervenção contemporânea (AGUIAR, 1999, p.548); mas sim de uma investigação que acolhe possibilidades de entender como métodos visuais e instrumentais interagem e podem recomendar processos a serem usados na conservação e restauração das cores das superfícies arquitetônicas de edificações históricas, seja na reconstrução da cor das camadas, na adaptação da coloração da cor dominante do contexto urbano, na complementação de dados provenientes de análises físicas e químicas das argamassas e ou na determinação da cor predominante da fase mais significativa do objeto patrimonial (BEZERRA; NAPPI, 2012, p.73).

As amostras escolhidas para essas análises foram aquelas que apresentaram possibilidades de pigmentos nos seus revestimentos (brancos, azuis, ocre, azuis esverdeados) e argamassas que chamaram a atenção pela cor avermelhada escuro do seu reboco ou emboço; tendo sido analisada a amostra externa 10 (10₁ e 10₂) e as amostras internas A₂₋₁; B₁ (B₁₋₁ e B₁₋₂); C₃₋₁; D₁₋₂; D₂₋₁; E₁ (E₁₋₁ e E₁₋₂) e E₂₋₂; aplicando-se inicialmente o método instrumental laboratorial e a observação visual por meio do

Natural Colour System – NCS, no LNEC e no MEDCROMA e posteriormente, no local, buscando as mesmas posições e o contato direto comparativo com as superfícies nas quais foram recolhidas estas amostras e as cores destacáveis das cartelas do sistema norte-americano *Munsell System*.

A amostra externa 10 (10₁ e 10₂), extraída da fachada noroeste da igreja, foi dividida em pó cerâmico (10₁) e fragmentos (10₂); o pó cerâmico ao ser analisado no LNEC apresentou na paleta de cores KODAK entre o YELLOW/RED/MAGENTA – creme/bege/avermelhado um pouco escuro, na tabela NCS a cor mais provável foi S 2010-Y40, ou seja, creme avermelhado um pouco escuro. Este mesmo pó cerâmico (10₁), ao ser analisado no MEDCROMA, a cor da argamassa ficou entre S 3020-Y30R e S 3020-Y40R. A determinação visual da cor que mais se aproxima da cor da argamassa é **S 3020-Y30R**. Trata-se de um creme marrom escuro amarelado tendendo para o vermelho. No local, com a incidência da luz natural (10:05h da manhã), sem sombreamentos e interferências visuais (objetos, edificações, árvores, etc.) a cor registrada na argamassa a partir do sistema Munsell foi **10YR 8/4** – sessão 10; matiz yellow/red; índice de luminosidade 8 e saturação 4, ou um creme marrom mais claro (Figura 5).



Figura 5 – (acima esquerda): Análise do pó cerâmico 10₁ no LNEC. (direita acima): Análise do pó cerâmico no MEDCROMA. (esquerda e centro abaixo): pó cerâmico cor NCS **S 3020-Y30**.

Fonte: Silva, jun. 2014. (direita abaixo): Comparativo visual superfície com cartela Munsell – emboço – cor **10YR 8/4**. Fonte: Silva, out. 2015.

A análise da cor do fragmento da amostra 10₂ (10) no LNEC apresentou de acordo com a paleta KODAK uma cor amarela/vermelha/acinzentada, trata-se de uma pedra calcária amarela acinzentada; no MEDCROMA esse fragmento calcário demonstrou uma camada ocre amarelada NCS **S 3020-Y20R** e sua cor é um branco/amarelado acinzentado. Na observação visual no local (10:15h da manhã – luz natural sem interferências), esta pedra apresentou, a partir do sistema Munsell, a coloração **2.5Y 8/4**, ou seja, um ocre/amarelo claro, sendo que, esta pedra calcária da região possui a cor branca, ou seja, ela se torna amarela/avermelhada (oxidada) em contato com a atmosfera, no entanto, sua cor original é branca, sendo que, o nome da região “Vale do Cotinguiba”, local da implantação da edificação, na língua Tupi, significa vale

do Pó Branco (Figura 6).



Figura 6 – (acima esquerda): Pedra calcária analisada no LNEC. (centro acima) – Análise desta mesma pedra calcária no MEDCROMA. (direita acima): Cor da pedra calcária NCS **S 3020-Y20R**. Fonte: Silva, jun. 2014. (abaixo): Comparativo visual superfície com cartela Munsell – pedra calcária – cor **2.5Y 8/4**. Fonte: Silva, out. 2015.

As análises se mostraram semelhantes nos ambientes laboratoriais; sendo que a observação geral do fragmento no LNEC foi influenciada pelo cinza geral devido a maior luminosidade natural as 12h, já o pedaço separado e analisado no MEDCROMA foi apenas observado o pigmento marrom/ocre/amarelo avermelhado escuro. No fragmento aparece o carbonato de cálcio/cal denotando uma coloração mais branca na superfície fraturada. Já a observação “in situ” com a tabela Munsell demonstrou um resultado de coloração mais clara determinada por um alto grau de luminosidade e saturação média.

A amostra interna A_{2-1} (A_2) extraída da parede lateral da nave da igreja abaixo do coro, perto da entrada da torre; ao ser analisada no LNEC a cor do pigmento demonstrou um revestimento ocre sobrepondo uma 2ª camada branca; no MEDCROMA, a análise do pigmento do pedaço separado da amostra demonstrou duas camadas, ou seja, uma camada marrom (creme) avermelhado claro sobrepondo uma camada de pigmento branco; a camada de pigmento branco após a análise visual e com colorímetro digital resultou em NCS 1005-Y50R e a camada marrom avermelhado claro em **NCS 2030-Y30R**. A análise se mostrou diferente nos ambientes laboratoriais; sendo que a observação geral da argamassa no LNEC foi influenciada pelo cinza geral, já o pedaço separado e analisado no MEDCROMA foi apenas observado o pigmento marrom avermelhado claro. Na observação dos pigmentos no local utilizando o sistema Munsell constataram-se duas colorações bem próximas a 10YR 7/6 e a **10YR 8/4**, ou seja, um marrom/amarelo/avermelhado claro e escuro, muito semelhantes às análises laboratoriais que utilizaram o NCS (Figura 7).

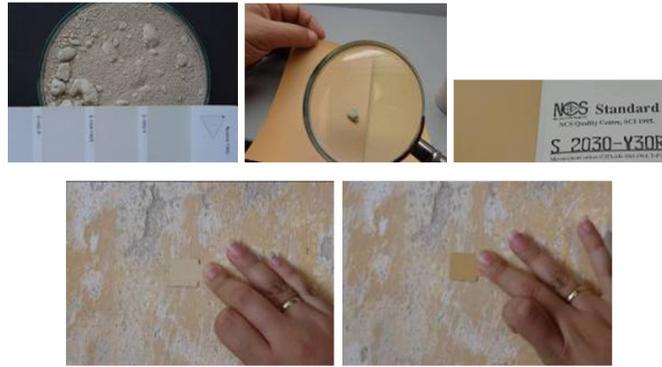


Figura 7 – (acima esquerda): Pigmento e pó cerâmico observados no LNEC. (centro acima) - Pigmento observado no MEDCROMA no PANTONE Color Viewing Light. (direita acima): Cor do pigmento **NCS 2030-Y30R**. Fonte: Silva, jun. 2014. (abaixo): Comparativo visual superfície com cartela Munsell – esquerda – cor 10YR 7/6 e – direita - **10YR 8/4** – cor mais provável do pigmento. Fonte: Silva, out. 2015.

Quanto à cor da argamassa da amostra A_{2-1} , no LNEC, ao ser comparada a tabela KODAK, resultou entre YELLOW/RED/MAGENTA, tendendo para um branco acinzentado claro o que pode demonstrar a presença de cimentícios descaracterizando o revestimento histórico (ver Figura 7 acima esquerda). Também se observou de acordo com a tabela NCS S 0500-N uma tendência para o cinza puro, em uma segunda observação, registrou-se a cor S 1002-Y50R numa tonalidade claro avermelhado muito fraca. No MEDCROMA, a amostra demonstrou uma cor marrom claro acinzentado na tabela NCS S 3010-Y30R; a cor dá uma forte indicação de se tratar de uma argamassa mais recente que tem provavelmente na sua composição cimentícios.

A amostra interna B_1 (B_{1-1} e B_{1-2}) extraída da parede lateral direita da nave próximo ao altar principal; separada em B_{1-1} (pó cerâmico e fragmentos) e B_{1-2} fragmentos que chamaram a atenção na observação visual inicial. No LNEC de acordo com a paleta de cores KODAK - RED – A cor tende para um avermelhado um pouco escuro o que denota a presença de quantidade de argila vermelha mais acentuada; com a tabela NCS entre – NCS S 0505-Y50R e S 1005-Y50R. A cor apresenta uma tonalidade claro avermelhado mais expressiva sendo próxima ao **S 1005 – Y50R**. A composição é formada por Areia fina, areia média e um pouco de areia grossa ligada por baixa concentração de cal e boa quantidade de argila vermelha denotando esta cor avermelhado mais escuro. Na análise no MEDCROMA, a determinação da cor (creme) marrom escuro NCS S 4020-Y30R a partir da paleta de cores do NAVEGATOR; tendendo um pouco mais para o amarelo do que para o vermelho, sendo esta a cor que mais se aproxima da cor da argamassa da amostra B_{1-1} . As cores observadas foram totalmente diferentes nos ambientes laboratoriais, este aspecto pode estar relacionado à iluminação direta do sol observado no LNEC.

Na análise da cor pigmento do fragmento, no LNEC, a paleta KODAK COLOR indicou para os pedaços 1 e 2 RED com pequenos nódulos de cal; denotando uma cor avermelhada mais escura; já os Pedaços 3 e 4 CYAN. Para os Pedaços 1 e 2 de

acordo com a tabela NCS - S 1005-Y50R ou NCS – S 0505-Y50R; a Cor mais provável quando colocada sob a luz natural (incidência luz solar as 10:00 horas da manhã e sem interferência da cor do ambiente) é a S 1005-Y50R. Para os Pedacos 3 e 4 de acordo com a tabela NCS – S 1010-B ou S 1010-B10G; a Cor mais provável quando colocada sob a luz natural (incidência luz solar as 10:00 horas da manhã e sem interferência da cor do ambiente) é a **S 1010-B10G**, se trata de um azul claro (Figura 8).



Figura 8 – (acima esquerda): Observação da cor da argamassa no LNEC. (direita acima): Observação da cor da argamassa no MEDCROMA. (abaixo esquerda): Análise dos fragmentos 3 e 4 da amostra B₁₋₂ no LNEC. (direita abaixo): Detalhe do fragmento 4 analisado no LNEC e no MEDCROMA – pigmento azul. Fonte: Silva, jun. 2014.

Ainda em relação à amostra B₁₋₂, no MEDCROMA, a análise do pigmento do pedaço 4 demonstrou uma camada azul esverdeada ou azul acinzentado escuro, após a análise visual e com colorímetro digital resultou em NCS **S 4010-B10G**; o pedaço 3 possui as mesmas características do pedaço 4. Para a amostra B₁₋₂, FRAGMENTO PIGMENTO, tanto no LNEC quanto no MEDCROMA as medições estiveram próximas no B10G, entretanto de aspecto diferente nos negros e cromáticos. No que diz respeito à análise da superfície arquitetônica no local foram registrados as 10:02h da manhã utilizando a tabela Munsell e com iluminação com interferências de sombreamento das paredes internas do altar mor a cor **7.5B 6/2** para a barra de azuis e a cor **2.5Y 6/6** para a barra dos marrons (Figura 9).

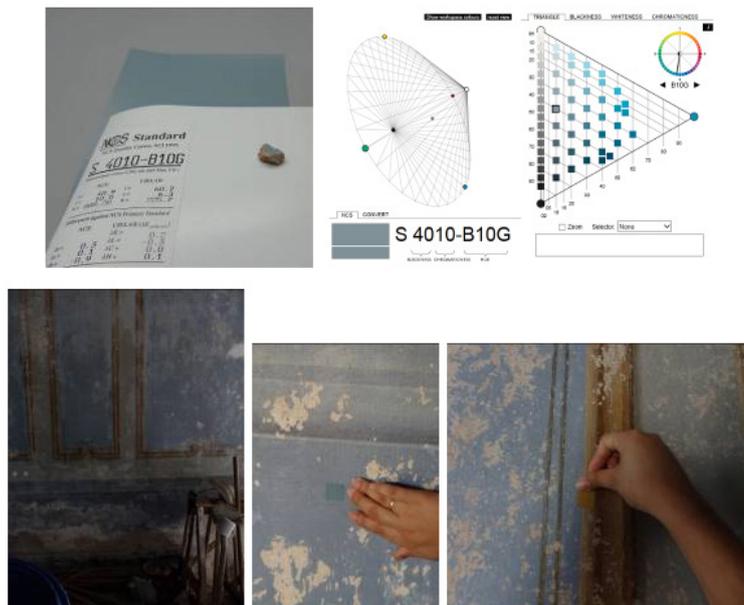


Figura 9 – (acima esquerda): Análise fragmento 4 pigmento no MEDCROMA paleta de cores NCS. Fonte: Silva, jun. 2014. (direita acima): Análise programa NCS NAVEGATOR determina um azul escuro tendendo para o verde NCS **S 4010-B10G** para os pedaços 3 e 4. Fonte: <www.ncscolour.com/en/ncs/ncs-navigatot/> acesso em 01 de jul. de 2014. (abaixo): Comparativo visual superfície com cartela Munsell – centro – cor **7.5B 6/2** e – direita - **2.5Y 6/6**. Fonte: Silva, out. 2015.

A amostra interna C_{3-1} (C_3) extraída da parede lateral da sacristia no pavimento superior próximo da segunda janela; observado no LNEC um pequeno fragmento a base de cal apresentou na tabela KODAK a cor WHITE. No MEDCROMA, a análise deste fragmento pigmento separado da amostra C_{3-1} demonstrou a possibilidade entre duas cores brancas e após a análise visual e com colorímetro digital resultou em NCS **S 0502-Y** e a NCS **S 1005-Y30R**. Quando analisado no local as 10:35h da manhã no ambiente interno e com muito material interferindo na análise, a partir da tabela Munsell, a cor detectada foi a **10PB 9/2**.

Para a amostra C_{3-1} PIGMENTO, as análises se mostraram semelhantes nos ambientes laboratoriais; sendo que a observação geral do pigmento no LNEC foi influenciada pela luz natural (branco vivo), já a análise no MEDCROMA, foi observada dois tipos de brancos, ou seja, o **S 0502-Y** e o **S 1005-Y30R**. Em relação à cor da argamassa no LNEC de acordo com a paleta de cores KODAK - RED – a cor tende para um creme avermelhado claro o que denota a presença de menor quantidade de argila vermelha ou uma argila vermelha de traço mais claro, quanto a tabela NCS entre – S 0502-Y e S 0505-Y50R. A cor apresenta uma tonalidade claro avermelhado o que direciona a cor para NCS S 0505-Y50R apesar de demonstrar forte tendência para S 0502-Y. No MEDCROMA, a cor da argamassa registrada NCS S 3020-Y40R se mostra em um tom muito avermelhado e a cor NCS S 2020-Y30R se mostra em uma tonalidade mais amarelada. A cor provável ficou sendo a NCS **S 3020-Y30R** numa determinação intermediária entre o amarelo e o vermelho (Figura 10).



Figura 10 – (acima esquerda): Detalhe do pigmento a base de cal analisado no LNEC. (acima direita): O pigmento apresentou duas cores no MEDCROMA. Fonte: Silva, jun. 2014. (esquerda e centro abaixo): Cor da argamassa da amostra C_{3-1} analisada no MEDCROMA. Fonte: Silva, jun. 2014. (direita abaixo): Cartela Munsell – cor **10PB 9/2**. Fonte: Silva, out. 2015.

Para a amostra C_{3-1} ARGAMASSA, ocorreu uma grande diferença nos ambientes laboratoriais; uma vez que no LNEC, a cor da argamassa apresentou uma tonalidade mais clara, apesar da predominância do vermelho; isso se deve a observação ter sido realizada sob a incidência da luz natural; já no MEDCROMA, a observação constatou uma situação de diferença entre as cores observadas (NCS S 3020-Y40R e S 2020-Y30R); após muitas comparações ficou estabelecido que a cor mais próxima da argamassa da amostra C_{3-1} estava relacionada à cor NCS **3020-Y30R**.

A amostra interna D_{1-2} (D_1) extraída da parede lateral da torre sineira tendo sido separado um fragmento calcário para análise da cor; este fragmento D_{1-2} ao ser analisado no LNEC a partir da paleta de cores KODAK apresentou a cor RED, tendendo para um creme avermelhado claro. Em relação à tabela NCS S 0502-Y; S 0502-R e S 0505-Y50R, a cor apresenta uma tonalidade bem clara avermelhada o que direciona para NCS S 0502-Y, desta forma, define-se como um creme avermelhado claro/escuro, sendo este fragmento uma pedra calcária branca amarelada. Na análise MEDCROMA, o fragmento da amostra D_{1-2} resultou num tom ocre/marrom amarelado nos locais que sofreram oxidação tabela NCS **2020-Y20R** e num tom branco nos locais em que ocorreu fissuramento revelando a camada interna da pedra NCS **0505-Y10R**. Em relação à coloração da parede interna da torre, quando observado no local (10:26 da manhã – sem interferências), ocorre a cor branca e um amarelo bem vivo, a partir da tabela de cores Munsell foi verificado para o amarelo a cor **2.5Y 7/10** e para o branco a mesma característica observada na amostra C_{3-1} (Figura 11).



Figura 11 – (esquerda acima): Fragmento D_{1-2} análise da cor no LNEC. (centro e direita acima): Análise da cor no MEDCROMA. (esquerda abaixo): Análises da amostra D_{2-1} feitas no LNEC. (abaixo centro): Análises da amostra D_{2-1} feitas no MEDCROMA. Fonte: Silva, jun. 2014. (direita abaixo): Comparativo visual superfície com cartela Munsell, pigmento do revestimento da torre **2.5Y 7/10**. Fonte: Silva, out. 2015.

A amostra interna D_{2-1} (D_2), extraída da parede lateral da torre sineira abaixo da cúpula, tendo sido separado desta argamassa pequena quantidade de pó cerâmico para análise de cores; ao ser analisado no LNEC a partir da paleta de cores KODAK - RED – a cor tende para um salmão avermelhado escuro o que denota a presença de alta quantidade de argila vermelha ou uma argila vermelha de traço mais escuro. Na análise da tabela NCS entre S 2040-Y50R; S 2040-Y60R e S 2040-Y70R. A cor apresenta uma tonalidade avermelhado escuro o que pode indicar argila com alta concentração ou uma argila vermelha acentuada, a cor mais provável é a S 2040-Y60R. Na análise no MEDCROMA, a amostra D_{2-1} (amostra global), ao ser comparada aos cartões de cores NCS tintas a base de cal e ao colorímetro, obteve o resultado NCS S 3020-Y40R e NCS S 3030-Y40R. O Resultado mais provável após a utilização dos cartões de cores é o NCS **S 3030-Y40R**, ou seja, uma coloração salmão avermelhado escuro (Figura 11).

Para a amostra D_{2-1} da cor da ARGAMASSA, as análises se mostraram semelhantes nos ambientes laboratoriais resultando no Salmão avermelhado escuro. Cabe resaltar que esta amostra tem a mesma coloração da registrada na amostra E_{2-2} , ou seja, NCS S 3030-Y40R; importante que os dois ambientes da recolha destas amostras se referem à hipótese de serem as amostras mais antigas da edificação (Torre da Igreja-interna).

As amostras E_1 e E_2 demonstraram nos ensaios físicos e químicos da caracterização das argamassas propriedades que indicam se tratarem de locais portadores de condicionantes históricos importantes; no caso da amostra E_1 o foco principal da investigação foi à coloração do pigmento voltado para a determinação da camada de cor mais “antiga” da superfície da parede do altar mor e, no caso da amostra E_2 , buscou-se determinar a coloração da argamassa da parede de sustentação da verga do sino principal da torre da igreja, na qual, o pó cerâmico extraído deste local registrou a presença de grande quantidade de argila vermelha, cal e açúcares.

A amostra interna E_1 (E_{1-1} e E_{1-2}) recolhida dos fragmentos que descolaram do reboco da parede acima do altar principal, formada por pó cerâmico (E_{1-1}) e por fragmentos de reboco com pigmentos (E_{1-2}), foram analisadas no LNEC e no MEDCROMA. A análise da cor da argamassa no LNEC a partir da paleta de cores KODAK apresentou o PURE GRAYS, a cor do reboco tende para um salmão avermelhado e também para um cinza claro (nesta amostra levanta-se uma dúvida se este reboco e pintura não são recentes, restauro realizado nas décadas de 1980, uma vez que seu descolamento parece ter revelado uma sobreposição de camadas; também pode conter cimentos); na tabela NCS o reboco aponta para NCS S 0500-N. Na análise no MEDCROMA, a amostra E_{1-1} (E_{1-2}) foi colocada no cartão e comparado a tabela NCS tendo como cor resultante o NCS S 3010-Y30R; estabelecendo a determinação da cor (creme) marrom escuro entre o vermelho e o amarelo NCS **S 3010-Y30R** (com um aspecto meio acinzentado) a partir do comparativo com a paleta de cores do NCS NAVEGATOR.

As cores dos FRAGMENTOS PIGMENTOS analisados no LNEC determinaram para o pedaço 1 uma camada azul sobrepondo uma camada branca. Para os Pedacos 2 e 3 a NCS indicou (azul esverdeado), entre NCS S 3020-B e S 3020-B10GR; a tonalidade azul esverdeada tende mais para NCS S 3020-B10G. Ainda nos pedaços 2 e 3, ocorre uma camada de pigmento azul CYAN sobrepondo uma camada verde GREEN. Na tabela NCS os azuis estão entre S 1020-B e S 1020-B10G, neste caso a cor apresenta uma tonalidade azul esverdeada tendendo mais para NCS S 1020-B10G. Ainda o azul dos pedaços 1; 2 e 3 de acordo com a tabela NCS apresentaram entre NCS S 1040-B e S 1040-B10G. De forma geral a Cor apresenta uma tonalidade azul clara tendendo mais para NCS **S 1040-B10G**.

No MEDCROMA, a análise do pigmento fragmento 1 demonstrou duas camadas, ou seja, uma camada azul clara sobrepondo uma camada de pigmento branco; a camada de pigmento branco após a análise visual e com colorímetro digital resultou em NCS S 1005-Y50R e a camada azul oscilou entre NCS S 2030-R90B e S 1030-R90B. O fragmento 2 possui uma camada de pigmento azul claro sobre uma camada de pigmento verde escuro. Os fragmentos 3 e 2 ficaram determinados por uma cor cinza esverdeada NCS S 3005-B20G. O fragmento 2 ainda possui uma camada de pigmento azul claro sobre uma camada de pigmento verde escuro, bem como os fragmentos 3 e 2 ficaram determinados por uma cor azul entre claro/escuro NCS **S 2030-R90B** e NCS **S 1030-R90B**. Já a camada azul do pigmento do fragmento 2 quando analisada no local a partir da tabela Munsell as 10:05h da manhã apresentou a cor **7.5B 6/2**.

A amostra E_{2-2} (E_2) foi recolhida da parte interna da torre em local que já apresentava descolamento/fissuramento do reboco. Foram analisadas no LNEC e no MEDCROMA três pedaços de reboco que apresentam coloração avermelhada intensa, bem como um pouco de pó cerâmico para verificação da cor da argamassa. Estes fragmentos apresentaram na paleta de cores KODAK a cor RED e, na tabela NCS o fragmento 1 registrou a cor entre NCS S 2030-Y20R, S 2030-Y30R e S 2030-Y40R, apresentando

uma tonalidade avermelhada tendendo mais para S 2030-Y30R. No fragmento 2, na tabela NCS, apresentou-se entre NCS S 2030-Y20R, S 2030-Y30R e S 2030-Y40R, na qual a cor apresenta uma tonalidade avermelhada tendendo mais para S 2030-Y30R. O fragmento 3 de acordo com a tabela NCS indicou um NCS S 2030-Y20R, S 2030-Y30R e S 2030-Y40R, a cor apresenta uma tonalidade avermelhada tendendo mais para NCS **S 2030-Y30R**.

A análise dos fragmentos E_{2-2} no MEDCROMA apresentou para o pigmento do pedaço 2 as mesmas características das cores presentes nas argamassas dos pedaços 1 e 3, ou seja, a argamassa é caracterizada por uma coloração avermelhado claro/escuro e oscilou entre NCS S 3030-Y30R e S 2030-Y40R; conforme pode ser verificado nas amostras em comparação a tabela. As análises para os fragmentos da amostra E_{2-2} (E_2) mostraram determinações semelhantes nos ambientes laboratoriais; ou seja, **S 2030-Y40R**; apenas ocorreu uma tendência para tons mais claros nos ensaios realizados no LNEC. Já na análise “in situ” a cor da argamassa na superfície da parede da torre (amostra E_2) apresentou a coloração **10YR 7/4** para uma análise a partir da tabela Munsell as 10:40h horas da manhã sem interferências na luz natural (Figura 12).

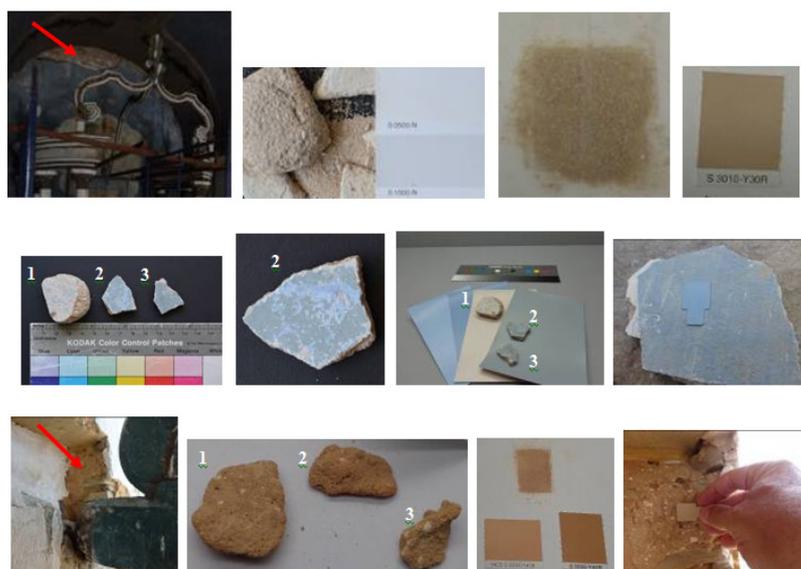


Figura 12 – (acima da esquerda para a direita): Local da retirada da amostra E_1 ; Análise da amostra E_{1-1} e E_{1-2} no LNEC; Determinação da cor das amostras E_{1-1} e E_{1-2} no MEDCROMA. (centro da esquerda para a direita): Fragmentos da amostra E_{1-2} analisadas no LNEC; Detalhe de um dos fragmentos (2) da amostra E_{1-2} analisados no LNEC; Análises dos fragmentos 1; 2 e 3 no MEDCROMA com equipamento PANTONE regulagem em D2 50 Daylight for color REPLACE IN 2386H; Catalogo de cores NCS para tintas a base de cal e Colorímetro Digital NCS. Fonte: Silva, jul. 2014; Pigmento cor da superfície da parede do altar mor, tabela Munsell **7.5B 6/2** amostra E_1 . (abaixo da esquerda para a direita): Local da retirada da amostra E_2 ; Amostra E_{2-2} (E_2) analisada no MEDCROMA. Fonte: Silva, jul. 2014; Coloração da argamassa da superfície da parede da torre do sino, tabela Munsell **10YR 7/4** amostra E_2 . Fonte: Silva, out. 2015.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se convicção que o estudo das cores na arquitetura vem sendo muito pouco explorado no Brasil e que o conhecimento de metodologias científicas de reconhecimento dos pigmentos das camadas superficiais das edificações históricas, bem como das cores das argamassas antigas, são ferramentas indispensáveis para contribuir e legitimar práticas da preservação e restauro, bem como prover outra consciência perceptiva nos processos de investigação, registro e documentação e, conseqüentemente, uma intervenção mais consciente sobre o patrimônio arquitetônico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos:** bases para a sua aplicação à realidade portuguesa. 754 f. Tese de Doutorado - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Universidade de Évora, Évora, 1999.

BEZERRA, Ana Luísa Furquim; NAPPI, Sérgio Castelo Branco. **Identificação das cores de fachadas de edificações históricas.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio I MAST - vol. 5, nº 1 – 2012. p.73.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma Vivência.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 1995.

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos.** Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.

VEIGA, Maria do Rosário; AGUIAR, José; SILVA, Antonio Santos; CARVALHO, Fernanda. **Conservação e renovação de revestimentos de paredes de edifícios antigos.** Lisboa: LNEC, 2004.

A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Ivan Cavalcanti Filho

Universidade Federal da Paraíba, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo

João Pessoa - Paraíba

RESUMO: Entre 1585 e 1660, os franciscanos fundaram treze conventos no litoral nordeste do Brasil. Originalmente simples, tais edifícios passaram por reformas e ampliações, que lhes conferiram, no final do século XVIII, uma arquitetura inusitada, caracterizada tanto por elementos formais eruditos, como traços inovadores. Nesse processo evolutivo porque passou o modelo conventual dos franciscanos, a galilé constituiu espaço recorrente, característico de todos os cenóbios nordestinos, à exceção da casa de Salvador que, por questões logísticas, não pôde acolher o referido vestíbulo na sua nova construção iniciada no princípio do século XVIII. A presença da galilé, assim como de outros ambientes do complexo franciscano, concorreu para a formação de uma identidade arquitetônica distinta daquela encontrada em cenóbios de outras ordens religiosas. O presente trabalho tem como objeto de estudo a galilé dos citados conventos, procurando relacionar sua forma à função que tinha no contexto da igreja tridentina e da regra seráfica. Para tanto, a partir de uma revisão literária pertinente, e do conhecimento *in loco* dos

conventos em questão, a pesquisa incursiona na gênese da galilé na organização física do edifício religioso cristão, trata de seu uso geral através dos séculos, e procura destacar sua função no âmbito da arquitetura franciscana no nordeste colonial. Além da sua aparência externa, formada por arcos romanos em pedra lavrada, o estudo contempla seu aspecto interior, onde o piso, o forro e as superfícies laterais se articulam em termos de utilidade e de arte, concorrendo para o funcionamento adequado do espaço no conjunto arquitetônico franciscano.

PALAVRAS-CHAVE: galilé; convento franciscano; Nordeste colonial.

ABSTRACT: Between 1585 and 1660 Franciscans founded thirteen convents on the Brazilian Northeast sea shore. Originally simple, those buildings underwent physical changes and enlargements that would provide them with an unprecedented architecture by the end of the eighteenth century, being characterized with both erudite elements and innovative patterns. In such process of evolution, the galilee represented a recurrent space, proper to all northeastern convents, except for Salvador, which could not be provided with the vestibule in its new construction initiated at the beginning of the eighteenth century due to logistic reasons. The presence of the galilee as well as of other

precincts within the franciscan complex provided it with an architectural identity different from that found in houses of other religious orders. This essay has the galilee of the convents in question as the object of study, searching to link its shape to the function it had in the context of the tridentine church and the seraphic rule. Hence, from a cautious literature review and the actual knowledge of the convents, the research focuses on the introduction of the galilee in the spatial configuration of the christian edifice, refers to its use along the centuries and highlights its function in Franciscan architecture in the Brazilian Northeast during colonial times. Besides its external appearance based on stone Roman arches, the study refers to its interior where floor, ceiling and side surfaces work out in terms of utility and art, contributing for the adequate functioning of the space within the Franciscan architectural complex.

KEYWORDS: galilee; Franciscan convent; colonial Northeast

1 | INTRODUÇÃO

No âmbito dos espaços que compõem as casas conventuais produzidas pelos franciscanos na costa nordeste do Brasil colonial, a galilé se destaca como um dos mais relevantes, face à sua posição de primeiro compartimento do conjunto arquitetônico, ambiente através do qual se tem acesso às *várias partes da edificação* eclesiástica. Outras ordens religiosas, como a beneditina e a carmelita, adotaram o espaço nos seus cenóbios na colônia, mas *não da* forma recorrente como aconteceu com os frades menores no Nordeste. O mosteiro de São Bento em Salvador, na Bahia, e o convento carmelita de São Cristóvão, em Sergipe, entre outros exemplares, constam entre os inúmeros contemplados com o aludido vestíbulo em solo nordestino. No contexto da metrópole, os agostinianos e os jesuítas igualmente dotaram suas respectivas igrejas de S. Vicente de Fora, em Lisboa, e do Espírito Santo, em Évora, com espaço do gênero entre os séculos XVI e XVII (PAIS DA SILVA, 1993, p.153). Apesar de ter sido empregado já na arquitetura paleocristã, a adoção de tal ambiente foi animada no mundo católico a partir do Concílio de Trento (1545-1563), mormente após a ‘tradução’ das suas recomendações para o contexto da construção de *edifícios religiosos* por São Carlos Borromeo em 1577, quando publicou as *Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae* (BLUNT, 2001, p.168). No mencionado *código de* diretrizes, o então Arcebispo de Milão enfatizou a importância da presença de um átrio precedendo a edificação religiosa, e, não sendo possível a construção do mesmo devido a limitações físicas do terreno ou à falta de recursos, sugeriu que pelo menos fosse construído um pequeno vestíbulo com duas colunas, que servisse de ‘proteção’ à portada de acesso ao edifício religioso (BORROMEIO, 1985, p.9).

Este ensaio trata da galilé no âmbito da arquitetura produzida pelos frades menores no nordeste brasileiro, discorrendo sobre sua evolução entre a segunda metade do século XVII, quando registros iconográficos do Brasil holandês apresentam sua

linguagem primitiva, e o final do século seguinte, quando o vestíbulo adquire diferentes proporções de acordo com o espaço disponível, a função a ele atribuída, e a proposta de conferir à frontaria do complexo uma aparência inusitada. Para tanto, a pesquisa incursiona na gênese do espaço no contexto paleocristão, destaca a sua evolução em períodos subsequentes da história da edificação católica, aborda o seu emprego no contexto português, atendendo às “Instruções” de São Carlos Borromeo relativas à fábrica de edifícios religiosos, e trata da presença do recinto no âmbito da colônia. Afinal, a produção da arquitetura eclesiástica no Brasil colonial, especialmente aquela ligada ao clero regular, cuja missão evangelizadora contribuiria de forma decisiva para o êxito do projeto colonizador português, se deu sob o signo da Contra-Reforma.

A partir de uma minuciosa revisão da literatura, dos registros iconográficos disponíveis, e, principalmente, do inventário dos conventos franciscanos em questão, que integra a tese *The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: Function and Design in a colonial context* (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.1-261), a investigação aponta para três versões de galilé no contexto da arquitetura franciscana nordestina: a) uma primitiva, simplória, ‘capucha’, presente até a segunda metade do século XVII, planejada como estrutura anexa para ‘proteger’ a porta de entrada da igreja; b) outra mais elaborada, concebida no próprio corpo do edifício, delimitada por arcos romanos e confeccionada em cantaria de pedra calcárea a partir do final do mesmo século; e c) uma versão final, fabricada a partir de meados do século XVIII, atendendo a um uso mais abrangente do espaço e uma composição formal focada no embelezamento do frontispício da igreja. Afinal, mesmo no contexto de simplicidade e pobreza que caracterizava a Ordem dos frades menores, a arte não podia ser relevada, sobretudo após o decreto tridentino reconhecer seu potencial didático-pedagógico, o qual devia ser veiculado nas construções eclesiásticas, constituindo eficiente instrumento de catequese e educação religiosa (RATZINGER, 2001: p.95).

O trabalho culmina com uma análise geral da forma arquitetônica e da configuração espacial da galilé franciscana nordestina de fins do século XVIII como estrutura basilar para a composição final dos respectivos cenóbios, e, por conseguinte, para a formação de uma nova identidade formal no contexto da arquitetura eclesiástica brasileira. O estudo registra dois gabaritos finais de galilé, destacando o grau de segregação e/ou integração que os mesmos sugeriam, e aponta evidências que confirmam sua natureza plural sob a ótica da função; e ambígua, se considerada a sua hierarquia espacial no complexo conventual franciscano.

2 | ANTECEDENTES HISTÓRICOS

De acordo com Corona e Lemos (1972, p.236), o termo galilé é usado para designar a galeria ou alpendre encostado numa igreja. Já Curl (1999, p.262) define o ambiente

como um nártex ou um grande espaço entre o exterior e a extremidade ocidental da nave da igreja, onde penitentes e mulheres eram admitidos, defuntos eram velados antes do sepultamento, e onde monges coletavam donativos antes e depois de procissões. Também conhecido como ‘paraíso’, o termo ainda podia designar um *atrium* fechado, ou o terraço situado a oeste de uma igreja (CURL, 1999, p.481). Em termos práticos, a palavra se refere a diferentes formas espaciais agregadas externamente à igreja cristã, mas que convergem sob um aspecto: aquele de estarem imediatamente anexas à extremidade ocidental do templo, funcionando como um espaço de intermediação entre o recinto sagrado – o templo cristão propriamente dito, cujo ponto focal, o altar, ficava orientado para leste, para Jerusalém – e o mundo exterior, o século repleto de adversidades, que ficava a oeste. Nesse sentido, o sobredito compartimento, tradicionalmente conhecido como nártex, carregava um forte componente simbólico de segregação, já que intentava separar o sagrado do profano, a virtude do pecado, o bem do mal. Afinal, o espaço retinha os penitentes, que não podiam ter acesso ao recinto sagrado por estarem em pecado, e os catecúmenos, que ainda não estavam qualificados para o acesso à igreja por não serem batizados (PAIS DA SILVA, 1993, p.153).

Esse caráter de segregação é reforçado na própria adoção do termo galilé para significar o espaço em questão, já que o Evangelho de São Mateus por três vezes se refere à Galiléia como uma região de pagãos (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.99; BAZIN, 1980, p.148). O espaço adossado transversalmente à igreja constituía, portanto, uma barreira física que garantia a sacralidade do templo católico contra o componente pagão do mundo exterior. A igreja cristã primitiva já empregava o referido espaço de transição, tanto através do partido quadrangular de átrio, quanto na versão linear de nártex, esta última com espacialidade similar àquela da galilé. A igreja românica de S. Ambrósio, em Milão (1088), constitui um significativo exemplar do primeiro caso (KRÜGER, 2008, p.58; BENEVOLO, 1972, p.98); enquanto as basílicas bizantinas de S. Vitale (547 AD) e S. Apolinário-o-Novo (561 AD), ambas em Ravena; e Santa Sofia (537 AD), em Constantinopla, contemplam o segundo (PEVSNER, 2002, p.19, p.12, p.23). Segundo a tradição, no contexto da igreja paleocristã, tais espaços cumpriam com sua função de segregação na medida em que retinham os não batizados. A cerimônia de batismo – o passaporte para o acesso à igreja e suas celebrações – não ocorria no interior dos templos, mas nos batistérios, que eram edificações de planta central providas de tanque, onde eram realizados os batismos por imersão, a exemplo do Batistério Neoniano, em Ravena (século V). Tais edifícios tinham local próprio, e independente do sítio das igrejas.

Além da função de abrigar pessoas não qualificadas para acessar o edifício religioso durante celebrações litúrgicas, há evidências que o nártex também funcionou como espaço para sepultamento de mortos, principalmente no período bizantino, quando ritos funerários eram também realizados no recinto (CRACIUN, 2005, p. 150). Entretanto, o nártex bizantino acolhia mortos comuns. Membros da nobreza e

benfeitores da igreja competiam por sepulturas na nave do templo católico, próximo a altares de santos protetores, e principalmente no presbitério, zona adjacente à cabeceira da igreja, onde ficava o altar-mor via de regra orientado para Jerusalém. .

No século XVI, o uso de pórticos foi recorrente em Portugal. Na cidade de Coimbra, as igrejas de dois colégios da tradicional universidade apresentam sugestivas estruturas do gênero incorporadas aos respectivos edifícios – a igreja do colégio de São Pedro (1540), e aquela do colégio de N. S. do Carmo (1597). A primeira é guarnecida de pórtico de três arcos romanos, sendo o central mais alto que os laterais, numa composição inspirada no modelo palladiano, o qual é fielmente reproduzido no segundo exemplar citado, onde a abertura central em arco pleno é flanqueada por dois vãos laterais em verga reta (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.98). A igreja do antigo convento franciscano de Coimbra, apesar de apresentar pórtico de cinco arcos romanos, também acompanha o partido adotado nos templos supracitados, onde a abertura central é mais larga e alta.

Ainda no contexto quinhentista português, a literatura se refere à galilé com uma terceira função além de abrigar catecúmenos e penitentes, e de sediar sepulturas – aquela de acolher festivais religiosos. Registros datados de 1564 fazem menção de uma procissão organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento na cidade de Évora, que terminou com uma peça teatral de conotação religiosa na galilé da Igreja de S. Mamede – o assassinato de Abel por Caim (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.99; KUBLER, 2005, p.73). Tal registro sinaliza para a prática de encenações congêneres no referido espaço, que inclusive podiam ser atreladas à coleta de donativos mencionada anteriormente, até porque sua localização privilegiada na porção anterior da igreja e a presença dos arcos romanos sobre imponente embasamento sugeriam uma espécie de palco e cenário para espetáculos teatrais.

É importante ressaltar que as galilés das igrejas da metrópole seguiam as ‘Instruções’ de Borromeo, inclusive com relação aos materiais construtivos utilizados, que deviam ser resistentes e nobres. Sobre as referidas estruturas, a normativa assim previa: “Este pórtico, erigido mediante colunas de mármore, pilares de pedra ou de tijolo, deve coincidir seu comprimento com a largura da igreja” (BORROMEIO, 1985, p.9). O atendimento à essa norma tridentina foi cuidadosamente observado no mundo lusitano, que gozava dos privilégios do Padroado Régio, acordo através do qual a Igreja dava poderes ao Rei de Portugal de decidir sobre todas as questões eclesiásticas nos seus domínios (AZZI, 1979, p.163).

No Brasil, os primeiros registros de galilé podem ser contemplados em gravuras que retratam aspectos gerais de vilas e povoações nordestinas ocupadas pelos holandeses entre 1630 e 1654. Nelas o espaço aparece sob forma de alpendre adossado à fachada do edifício religioso, fosse este de caráter secular ou vinculado a alguma ordem religiosa. A galilé só se apresenta com aparência aproximada daquela adotada na metrópole no século XVI (conforme descrita nos casos coimbrenses), nas edificações eclesiásticas fabricadas no século seguinte, a exemplo da igreja beneditina

de N. S. dos Prazeres, nos Montes Guararapes (Pernambuco), da igreja carmelita de Santa Teresa, em Salvador (Bahia), e da igreja de N. S. do Monte Serrat, da Ordem de São Bento, em João Pessoa (Paraíba), entre inúmeras outras. Todas elas apresentam pórtico com três arcos romanos, que era a solução mais recorrente na metrópole, a exemplo da Igreja dos Remédios, de 1606, em Évora (HORTA CORREIA, 2002, p.61-62). No contexto franciscano nordestino, porém, esse modelo de galilé ainda evoluiria, assumindo uma morfologia mais ambiciosa, caracterizada por requintados componentes materiais e formais traduzidos na cantaria de pedra calcárea.

3 | A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NORDESTINOS

Dos treze conventos franciscanos fundados no Nordeste no período colonial, apenas um não foi provido de galilé, curiosamente o maior complexo seráfico da região, situado na capital da colônia – o convento de Salvador. Entretanto, a ausência do referido pórtico ocorreu na construção da segunda versão da igreja, iniciada na primeira década do século XVIII, já que a estrutura confinaria sua lateral norte com a quina de uma casa situada do outro lado da rua (JABOATÃO, 1859, p.268-269). Registros sobre a primeira edificação, iniciada em 1587, atestam a presença do espaço, assim se referindo sobre as obras executadas na guardiania de Frei Bernardino de Santiago entre 1621 e 1624: “No seu tempo, se alongou o coro da porta da igreja até os arcos” (IPHAN, 1978, p.7). O outro convento atualmente desprovido de galilé – São Francisco, em Sirinhaém, Pernambuco – na verdade gozou dos benefícios da estrutura até idos do século XIX, quando o frontispício da igreja desmoronou (SILVA, 2002, p.258). A comprovação da presença original do pórtico no referido cenóbio pode ser confirmada na literatura, que trata do mesmo como segue: “Tem o frontispício sobre tres arcos de pedra lavrada pela parte dianteira, e hum por cada lado, ficando sobre estes huma parte do coro” (JABOATÃO, 1861, p.509).

Considerando os onze conventos providos de galilé, cumpre destacar que a linguagem que apresentam atualmente remete ao final do século XVIII, quando os cenóbios foram concluídos alicerçando sua nova aparência na última versão da estrutura vestibular com que foram contemplados. Entretanto, como foi dito acima, até atingir tal aparência, a literatura revela que houve duas versões anteriores. A primeira delas se configurou entre 1585, quando a primeira casa franciscana foi fundada em Olinda, e 1654, quando os holandeses se retiraram do território nordestino. Nessa fase, a galilé consistia num pequeno alpendre adossado à fachada da igreja conventual, o qual ‘guardava’ sua porta contra o mundo exterior. Tal evidência pode ser confirmada num ‘clássico’ registro iconográfico de autoria do artista holandês Frans Post, que integrou a comitiva artístico-científica do governador do Brasil holandês, o Conde Maurício de Nassau (SOUSA-LEÃO, 1973, p.16-17). A pintura de Post apresenta um panorama da então Vila de Igarassu, situada na capitania de Pernambuco, onde aparece em

primeiro plano a igreja paroquial de São Cosme e Damião, e, ao fundo o cenóbio franciscano com a fachada da respectiva igreja conventual provida de alpendre (Figura 1). A igreja é simples, coberta com duas águas, com empena frontal marcada por duas aberturas superiores flanqueando óculo central; o corpo do convento se desenvolve à sua esquerda, em cuja extremidade se eleva a chaminé da cozinha.

Oportunamente, é importante destacar que essa linguagem simples de arquitetura religiosa, desprovida de elementos decorativos, foi recorrente na colônia, haja vista outras gravuras genéricas de Post nos registros que fez das vilas e povoações brasileiras. As próprias edificações dos jesuítas reproduziam o modelo, que na verdade reverberava a prática arquitetônica religiosa adotada na metrópole durante o período da União Ibérica (1580-1640). As igrejas jesuítas de São Roque, em Lisboa (1586), e de São Paulo, em Braga (1589), assim como a ermida de Nossa Senhora da Conceição, em Tomar (1573), constituem expressivos exemplares desse Maneirismo quinhentista português (SANTOS, 1951, p.142; SERRÃO, 2001, p.208; HORTA CORREIA, 2002, p. 31). A linguagem, denominada de ‘chã’ pelo estudioso americano George Kluber, remetia a um repertório de edifícios guarnecidos, entre outros traços maneiristas, de frontão triangular que coroava fachada com portada em pedra com duas aberturas simétricas dispostas na sua porção superior (KUBLER, 2005: p.25-27).

No contexto franciscano, esse componente maneirista adotado na arquitetura chã se aplicava sem maiores dificuldades. Afinal, a Ordem dos frades menores era mendicante, e como tal, exaltava a Santa Pobreza como conceito basilar que devia reger todas as esferas da sua atuação, inclusive aquela das edificações religiosas por eles executadas. Os próprios estatutos da entidade à qual os conventos do Nordeste estavam subordinados – a Província de Santo Antônio do Brasil – assim rezavam no capítulo relativo aos edifícios e casas: “Encomendase muyto que nos edifícios e obras resplandeça sempre a santa pobreza, não fazendo curiosidades supérfluas, e desnecessárias” (ESTATUTOS, 1681: p.113).

A segunda linguagem de galilé adotada nos conventos em questão também carregava traços da arquitetura chã portuguesa. Desenvolvida entre 1654 e 1750, ela decorreu da necessidade da ampliação do coro alto devido ao aumento do número de frades nos cenóbios (CAVALCANTI FILHO, 2009, p.78). Como a referida estrutura devia ser localizada na porção anterior à nave da igreja conventual, sua construção se deu para fora da mesma, sendo apoiada em três arcos plenos em pedra lavrada externos à porta de entrada do templo, arcos esses que definiriam a linguagem da galilé, cujo comprimento correspondia à largura da nave da igreja conventual (conforme orientação de Borromeo). Com relação à fachada, a mesma compreendia três níveis, sendo o térreo, o pórtico de três arcos, o superior correspondendo às três janelas do coro alto, e o terceiro nível, o próprio frontão clássico que arrematava toda a frontaria do edifício. Não há registros iconográficos de época desses frontispícios, porém Frei Jaboaão, nomeado cronista da Província de Santo Antônio do Brasil, a exemplo da descrição que fez sobre o cenóbio de Sirinhaém (acima transcrita), menciona os três

arcos frontais, ao se referir aos conventos de Igarassu, Ipojuca, Paraguaçu e Cairu (JABOATÃO, 1861, p.325; p.480; p.542; p.567). O convento de Ipojuca é o único que ainda mantém a aludida leitura, provavelmente por não ter sido contemplado com os recursos financeiros necessários para o embelezamento porque passaram os seus pares na fase seguinte, além das limitações de implantação impostas pelo conjunto edificado. O acréscimo de pequenas volutas superpostas ao frontão clássico deve ter acontecido *a posteriori*, numa tentativa frustrada de aproximação formal com os outros conventos da Ordem (Figura 2).

A terceira e última versão de galilé, definida a partir de meados do século XVIII, constituiu a mais elaborada, contemplando cinco arcos romanos no plano frontal da estrutura: os três pré-existentes, e mais dois adicionados um em cada extremidade da galilé. Como foi dito anteriormente, essa versão conferiu as bases para a composição da nova fachada da igreja conventual que se tornou modelo para a arquitetura dos frades menores no nordeste colonial – aquele de um monumental triângulo de contornos curvos, coroado por uma cruz, e assente sobre requintado pórtico de arcos plenos (Figura 3). O cronista da província, na sua incumbência de registrar, em meados do século XVIII, toda a história dos franciscanos e seus feitos desde o final do século XVI, menciona a presença dos cinco arcos de volta perfeita nos conventos da Paraíba (atual João Pessoa) e do Recife (JABOATÃO, 1861, p.372; p.440). Tal evidência confirma que foram esses cenóbios os pioneiros a adotar a galilé com cinco arcos romanos, pois ao referir-se aos outros conventos nessa mesma época, o cronista menciona a presença de apenas três arcos no plano de suas frontarias.

A versão da galilé com cinco arcos romanos, no entanto, só pôde ser adotada em cinco casas conventuais: Paraíba, Recife, Cairu, Paraguaçu (Figura 3), e São Francisco do Conde. Os outros sete conventos providos do ambiente, por questões de disponibilidade de espaço, não puderam ter seus pórticos ampliados para os lados (o que corresponderia aos dois arcos colaterais a serem acrescentados à estrutura). A ocupação dessas áreas laterais por construções pré-existentes do próprio complexo religioso impediu tal ampliação. Contudo, nessa última fase de construção, o partido triangular ascendente se aplicou a todos os conventos, gerando uma identidade própria às respectivas fachadas, onde as volutas de base, as curvas e contracurvas constituíram elementos marcantes na molduragem da inédita composição. Vale ressaltar que o comprimento a que chegaram as galilés com cinco arcos plenos variou entre 14m e 18m, contra a variação de 8m a 10m das estruturas providas de três arcos, estas últimas medidas correspondendo à largura das respectivas naves das igrejas conventuais (como já foi posto anteriormente). A profundidade da galilé, no entanto, permaneceu a mesma adotada na segunda versão, variando entre 3m e 3,5m.

4 | A GALILÉ FRANCISCANA: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?

Uma vez apresentada a versão final da galilé franciscana nordestina com três e cinco arcos plenos, cumpre analisá-la sob o ponto de vista das funções a ela atribuídas, da sua estrutura interna, dos materiais utilizados e dos elementos decorativos ali presentes. No tocante à função, o argumento de constituir um espaço de segregação entre o sagrado e o profano é válido para todos os casos, até porque remete a uma base conceitual tridentina: aquela de ‘proteger’ o recinto eclesiástico – a igreja – contra o componente adverso do mundo exterior. No entanto, o caráter de integração do espaço se aplica apenas aos casos da galilé de cinco arcos, que realmente integrava as instalações das duas ordens presentes no complexo conventual: a Ordem Primeira, dos frades propriamente ditos, cuja entrada ficava à esquerda das três portas da igreja; e a Ordem Terceira, dos leigos que abraçavam a causa franciscana, cuja entrada ficava à direita dos acessos ao templo. O exemplar da Paraíba (atual João Pessoa) traduz com fidelidade esse caráter de integração que o último modelo de galilé imprimiu à arquitetura conventual franciscana (Figura 4). Entretanto, é importante ressaltar que o tratamento das entradas sugeria uma hierarquia, traduzida na maior elaboração artística das portas centrais, que davam acesso ao espaço mais precioso do cenóbio – a igreja.

No tocante às efetivas funções do espaço, aquele de sepultamento ficava muito claro, inclusive no exemplar supracitado, o qual ainda exhibe nítidas marcas de campas funerárias no seu piso, disposto sob forma de uma grade de pedra calcárea cujos espaços retangulares internos correspondem às antigas campas onde os defuntos eram colocados. O mesmo desenho de piso era adotado na nave da igreja franciscana, guardando uma recomendação do regimento eclesiástico em vigor na colônia – as Constituições do Arcebispado da Bahia – cujo título 53 (Livro Quarto) assim reza: “É costume pio, antigo, e louvavel da Igreja Catholica, enterrarem-se os corpos dos fieis Christãos defuntos nas Igrejas, ...” (VIDE, 1853, p.295). É importante frisar que, a exemplo do que ocorrera no nártex bizantino citado em seção anterior, o pórtico franciscano não era tão cobijado pelos fiéis benfeitores, por estar distante do setor mais sagrado da igreja – a capela-mor. Nesse sentido, não se pode relevar uma inscrição que existia numa campa de pedra na porta principal do templo paraibano com os seguintes dizeres: “Aqui jaz Pedro Monteiro de Macedo, que por governar mal esta capitania quer que todos o pizem, e a todos pede um Padre Nosso, e Ave-Maria pelo amor de Deus. 1744” (CAVALCANTI FILHO, 2009, p. 100; BURITY, 2008, p.116; BARBOSA, 1953, p.53; JABOATÃO, 1861, p.374). Tal inscrição na lápide sugere uma confissão do titular da sepultura, que teria escolhido um lugar ‘inferior’ do complexo conventual (pelo menos sob o ponto de vista do status do local enquanto espaço para sepultamentos), para seu jazigo perpétuo.

Essa ‘inferioridade’ da galilé era simbólica desde o cristianismo primitivo, sobretudo sob o ponto de vista litúrgico, uma vez que o foco das celebrações

religiosas era a capela-mor, o local mais sagrado da igreja, tradicionalmente voltado para o Oriente, para Jerusalém. A normativa tridentina ratificava a recomendação da cabeceira voltada para leste, porém oferecia flexibilidade para casos especiais desde que houvesse conhecimento e permissão por parte da autoridade eclesiástica (BORROMEO, 1985, p. 15). Assim, independentemente da real orientação do templo católico, sua capela-mor sempre ficaria voltada para o leste, no caso o leste litúrgico. A galilé, por conseguinte, estaria invariavelmente no oeste litúrgico do templo. Nesse sentido, é importante ressaltar que, dos doze conventos contemplados com o pórtico, apenas seis tiveram a estrutura voltada para o oeste verdadeiro.

Com relação ao tratamento das demais superfícies das galilés dos conventos em pauta, além do piso marcado com campas, é importante registrar os tetos e as superfícies laterais. Os primeiros foram expressos através de abóbadas de arestas de alvenaria, como pode ser visto em Recife, Paraguaçu e Cairu; ou através de forro plano em madeira pintada, como em Igarassu, São Francisco do Conde e Paraíba. Nestes últimos, a pintura do brasão da Ordem Franciscana toma lugar de destaque, marcando o 'território religioso' onde o fiel estaria penetrando. No tocante às superfícies laterais, a arcada frontal do pórtico era normalmente guarnecida de robustos portões de madeira torneada que garantiam a segurança do conjunto religioso (Figura 4), enquanto o lado oposto era guarnecido pelas portadas do templo. As poucas superfícies desprovidas de aberturas eram revestidas com azulejos, como as galilés de Cairu e da Paraíba, que apresentam peças figurativas, já que não havia paredes livres para a colocação de painéis historiados, que eram comuns aos claustros, a exemplo do convento olindense, onde dezesseis cenas alusivas à vida de São Francisco baseadas em gravuras do artista flamengo F. Harrewyn, revestem as paredes das galerias (MUELLER, 1954: p.111).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto no presente trabalho, ficou clara a relevância que tinha a galilé no contexto da arquitetura produzida pelos frades menores no Nordeste durante o período colonial. Inicialmente simples, como pequena estrutura em frente à porta principal do templo católico seráfico, anexa ao corpo do edifício, o espaço foi em seguida incorporado à edificação franciscana sob forma de pórtico de três arcos romanos, constituindo a base de um frontispício pautado nas linhas da arquitetura chã portuguesa, com coroamento sob forma de frontão clássico. Já em meados do século XVIII, na fase de embelezamento da forma arquitetônica dos complexos seráficos, a galilé tomou uma dimensão mais ambiciosa, na medida em que, sob o signo de uma métrica escalonada de fachada, teve suas extremidades acrescidas de um arco pleno em cada lado, formando a portentosa base de cinco arcos sobre a qual ficaria assente o suntuoso, e por que não dizer singular, frontispício.

Considerando tais evidências, pode-se perceber uma nítida evolução de função e de forma nas três fases da galilé franciscana do nordeste colonial, as quais sugerem integração e/ou segregação, uma vez consideradas suas particularidades. A primeira versão basicamente traduzia o conceito de observância próprio da Ordem, na medida em que o pequeno alpendre com cobertura própria, devidamente representado na iconografia holandesa, guardava uma recomendação tridentina – aquela de ‘proteger’ a porta de acesso à edificação sagrada contra as intempéries e os apelos do mundo exterior. A segunda, além de observar o preceito tridentino com mais propriedade, já que a citada ‘proteção’ se dava através de pórtico de três arcos plenos com comprimento correspondente à largura da nave da igreja, servia de base para o coro alto, ampliado devido ao aumento do número de frades no convento. Nessa versão, o componente da segregação espacial era notório, sendo a galilé o espaço que separava o exterior profano do interior sagrado, numa nítida relação ‘ascensional’ que partia do aludido recinto em direção ao altar-mor.

Já a terceira (e derradeira) versão da galilé, teve grande impacto na produção da arquitetura franciscana sob o ponto de vista formal, pois, além de constituir a extensa base de cinco arcos plenos sobre a qual ficava assente o monumental frontispício de partido triangular, garantiu o caráter singular do modelo adotado em todos os conventos nordestinos. Sob o ponto de vista da função, essa galilé atendeu plenamente às novas demandas do cenóbio, emprestando ao mesmo a integração necessária para o seu funcionamento. A ampliação de seu comprimento em ambas as extremidades, correspondendo aos dois arcos adicionados às laterais da antiga estrutura, favoreceu os acessos às instalações dos dois grupos de religiosos que interagiam no complexo conventual: de um lado a comunidade dos frades menores, a Ordem Primeira, e do outro, a Ordem Terceira, a irmandade dos franciscanos leigos. Nesse sentido, a galilé contribuiu para a integração entre as duas ordens, promovendo uma relação horizontal entre as mesmas, sem interferir na sua independência física, já que eram separadas longitudinalmente pela nave da igreja conventual. Não obstante, aquele componente ‘vertical’, de segregação espacial continuaria garantido na medida em que a galilé separava transversalmente, e de forma simbólica, a sacralidade da igreja e das instalações das duas ordens ali presentes, da profanidade do mundo exterior.

Por fim, não se pode relevar o componente ambíguo da galilé no cenário da arquitetura franciscana do Nordeste colonial. Se por um lado constituía um ambiente desprestigiado no tocante à hierarquia de espaços da igreja destinados a sepultamentos, e ao acolhimento daqueles inaptos ao acesso ao seu interior; por outro, gozava do status de constituir estrutura basilar para a composição plástica do frontispício do templo, que no contexto franciscano nordestino, transpareceu ineditismo e singularidade num desenho recheado de erudição.



Fonte: Coleção A. Stein, Crans-sur-Sierre (SOUSA-LEÃO, 1973, p.114).

Figura 1 – Igarauçu: Igreja e Convento



Figura 2 – Convento de Santo Antônio, Ipojuca, PE: aspecto exterior e planta-baixa pavimento térreo.

Fonte: Acervo Ivan Cavalcanti Filho; IPHAN/5ª SR-Recife, PE. Edição Ivan Cavalcanti Filho, 2017.



Figura 3 – Conventos franciscanos: Paraíba (1), Recife (2), Paraguaçu (3) e Cairu (4).
 Fonte: CAVALCANTI FILHO (2009, Inventory p.94; p.116; p.192; p.208).

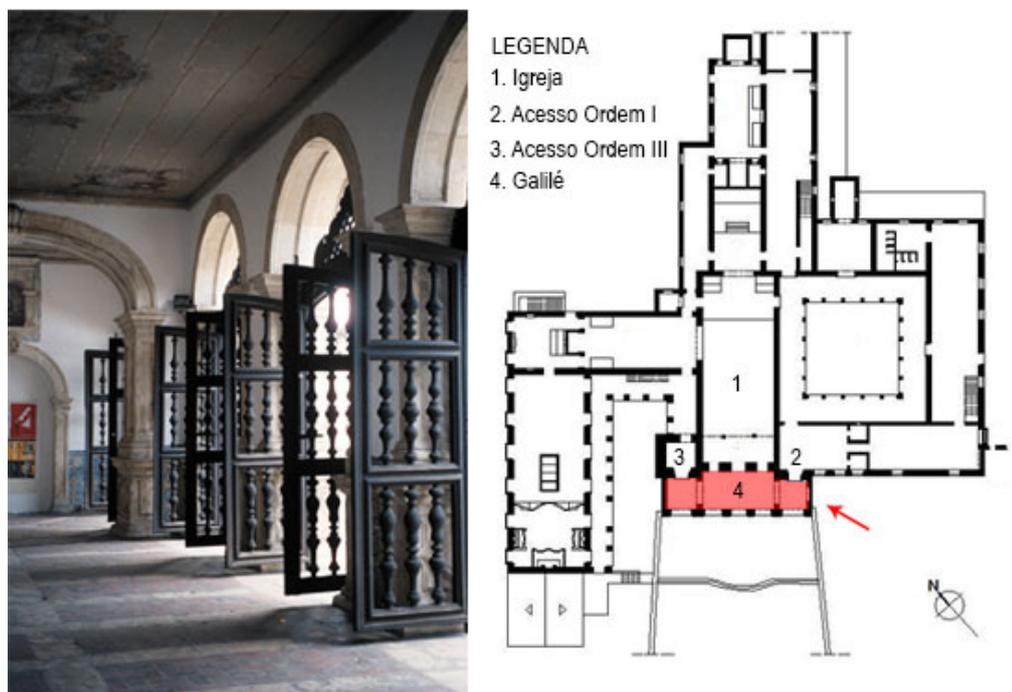


Figura 4 – Convento de Santo Antônio da Paraíba: vista interna da galilé e planta pav. térreo.
 Fonte: CAVALCANTI FILHO (2009, p.95); IPHAN/20°SR-João Pessoa, PB. Ed. Cavalcanti Filho, 2017

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al (Org.). **História da Igreja no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Tradução de Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1980. 2 v.
- BENEVOLO, Leonardo. **Introdução à Arquitetura**. Tradução de Daniela Santacatarine. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- BLUNT, Anthony. **Teoria Artística na Itália 1450-1600**. Tradução de João Moura Jr. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.
- BORROMEO, Carlos. **Instrucciones de la Fabrica y del Ajuar Eclesiasticos**. Tradução de Bulmaro Reyes Coria. Mexico: UNAM – Imprenta Universitaria, 1985.
- CAVALCANTI FILHO, Ivan. **The Franciscan Convents of North-East Brazil 1585-1822: function and design in a colonial context**. 2009. 248f. Tese (Doutorado em História da Arte) – School of Arts and Humanities, Oxford Brookes University, Oxford, Inglaterra.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. 1. ed. São Paulo: São Paulo Livraria Editora Ltda, 1972.
- CRACIUN, Maria. *Apud Ecclesia: church burial and the development of funerary rooms in Moldavia*. In: COSTER, Will; SPICER, Andrew (Ed.). **Sacred Space in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CURL, James Stevens. **A Dictionary of Architecture**. Oxford: Oxford Press, 1999.
- ESTATUTOS da Provincia de Santo Antonio do Brasil. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor da Casa Real, 1683.
- HORTA CORREIA, José Eduardo. **Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Livro dos Guardiões do Convento de São Francisco da Bahia: 1587-1862**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; IPHAN, 1978.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria, OFM. **Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859; 1861. 5 v.
- KRÜGER, Kristina. *Órdenes Religiosas y Monasterios*. Koln: H. F. Ullmann, 2008.
- KUBLER, George. **A Arquitetura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706**. 2. ed. Tradução de Jorge Henrique Pais da Silva. Lisboa: Vega, 2005.
- MUELLER, Frei Bonifácio, OFM. Os Azulejos do Convento de São Francisco de Olinda. **Santo Antônio**. Recife, ano 12, n. 2, 1954, p.111-123.
- PAIS DA SILVA, Jorge Henrique. **Páginas de História da Arte**. v.1. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. 2. ed. Tradução de José Teixeira Coelho

Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Espírito da Liturgia**. 2. ed. Tradução de Jana Almeida Olzansky. Prior Velho: Paulinas, 2006.

SANTOS, Paulo F. **O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1951.

SERRÃO, Vítor. **História da Arte em Portugal: Renascimento e Maneirismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: Histórico dos Bens tombados no Estado de Pernambuco**. Recife: L. Dantas Silva, 2002.

SOUSA-LEÃO, Joaquim. **Frans Post 1612-1680**. Amsterdam: A. L. Van Gendt, 1973.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições do Arcebispado da Bahia ... anno de 1707**. 2. ed. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA

Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro

Universidade Estadual de Goiás, Curso de Arquitetura e Urbanismo - Anápolis - GO.

RESUMO: O presente trabalho se desenvolve a partir de uma fotografia divulgada pela Revista A Casa em 1939 e aborda a questão da utilização de imagens como fontes de pesquisa historiográficas, tendo como plano de fundo a construção das primeiras casas de Goiânia e sua relação com a modernidade arquitetônica. Inicialmente serão levantados alguns aspectos teóricos relevantes para o emprego de imagens como fonte de pesquisa, em seguida os condicionantes e eventos históricos pertinentes ao processo da construção das primeiras casas de Goiânia serão tratados e, finalmente, a fotografia alvo deste trabalho será avaliada enquanto possível símbolo da modernidade representada pelas moradias goianienses.

PALAVRAS-CHAVE: fotografia; leitura de imagens; modernidade; primeiras casas; Goiânia.

ABSTRACT: The present work is developed from a photograph published by the magazine A Casa in 1939 and approaches the question of the use of images as historiographic research sources, having as background the construction of the first houses of Goiânia and its relation

with the architectural modernity. Initially some theoretical aspects will be raised relevant to the use of images as a research source, then the historical factors and events pertinent to the process of construction of the first houses of Goiânia will be dealt with, and finally, the target photograph of this work will be evaluated as a possible symbol of the modernity represented by those dwellings.

KEYWORDS: photography; reading images; modernity; first houses; Goiânia.

1 | INTRODUÇÃO

Revistas ilustradas são aquelas publicações onde as ilustrações existentes se relacionam a um ou mais textos nela publicados, integrando um mesmo projeto informativo, instrutivo e orientador de leitura, esse gênero só aparece na imprensa brasileira a partir da segunda metade do século XIX (SANT'ANNA, 2009), até então, as escassas publicações aqui existentes não apresentavam elementos gráficos (fotos, desenhos, etc.). Por sua vez, as revistas ilustradas “especializadas” no tema arquitetura e construção surgem no cenário brasileiro somente no século XX: a primeira publicação desta natureza da qual temos registro é revista *Architectura no Brasil*, cujo

primeiro volume foi publicado em 1921 (Figura 01).

Outra revista especializada que também surge nesta década é a revista *A Casa* (Figura 02), tal publicação constitui um verdadeiro depósito de informações sobre a arquitetura brasileira, pois entre os anos de 1923 e 1943 foi um dos principais veículos de divulgação da produção arquitetônica nacional. Vale destacar que foi durante essas décadas (entre 1920 e 1940) que se formulou no Brasil uma nova vertente arquitetônica de bases racionalistas, que liderada por Lucio Costa que fica conhecida como Escola Carioca. As transformações nos padrões técnicos, construtivos e estéticos na arquitetura nacional podem ser percebidas se examinarmos os diferentes números do periódico, inclusive através de elementos como tipografia utilizada e diagramação de imagens e textos.



Figura 01: Revista *Arquitectura no Brasil*.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira – BN, disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=308250&PagFis=0&Pesq=>

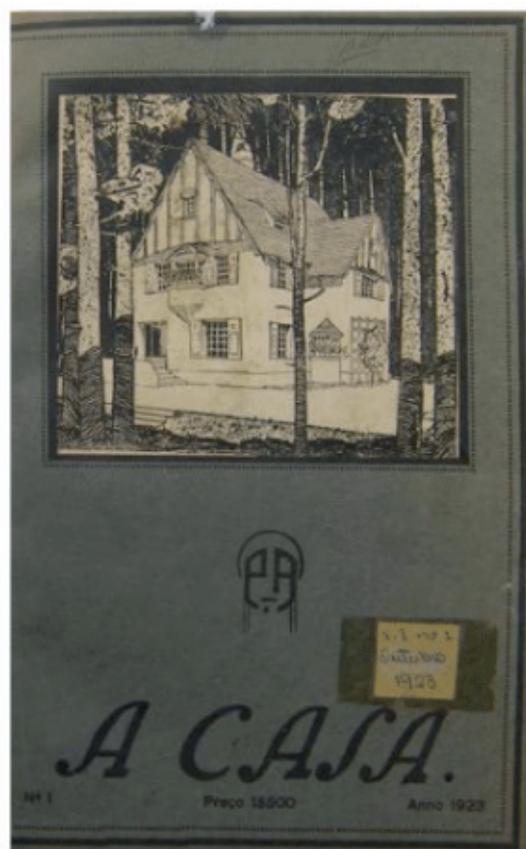


Figura 02: Primeira Edição da Revista *A Casa*.

Fonte: NERY, 2013, p. 294.

Durante uma pesquisa de mestrado realizada entre 2009 e 2011, onde o acervo correspondente às primeiras casas de Goiânia (1935-40) foi objeto de estudo, alguns exemplares destas revistas foram avaliados com o intuito de verificar se a produção goianiense se enquadrava no que era divulgado e realizado em outras partes do país. O valor de tais publicações é reforçado pelo fato de que as mesmas atuavam como verdadeiros catálogos de projetos, onde os diferentes modelos e linguagens arquitetônicas em voga podiam ser conhecidos e mesmo reproduzidos em diversos cantos do país.



Figura 03: Canteiro de Obras que apareceu na Revista “A Casa” de Julho de 1939, p. 33. A imagem aparece sem legenda e não há nenhuma referência direta a ela no texto.

O universo apresentado pelas revistas mostrou-se altamente instigante e mesmo com a significativa quantidade de imagens encontradas, uma particularmente se destacou naquele contexto. No volume de número 182 da revista *A Casa*, de julho de 1939, na página 33, a fotografia em questão foi empregada para ilustrar um pequeno texto que discorria sobre as vantagens do uso do cimento nas construções residenciais (Figura 03). A fotografia apareceu sem nenhuma legenda, não há indicação de autoria, ano ou local em que fora tirada, tampouco foi referenciada no texto a que estava vinculada. Apesar da ausência de informações, a estranha familiaridade que ela causou fez com fosse separada das demais e, ao término da pesquisa, quando muitos outros dados foram levantados, tal imagem saltou novamente à memória e pode ser conectada à narrativa que procurou traçar as origens da arquitetura residencial em Goiânia.

2 | SOBRE O EMPREGO DE IMAGENS EM PESQUISAS HISTORIOGRÁFICAS

Segundo Barthes (1990, p. 12), a mensagem fotográfica é uma mensagem sem código, ou seja, uma mensagem contínua. Tal característica também é compartilhada por outras reproduções analógicas da realidade: desenhos, pinturas, cinema e teatro, porém deve-se destacar que além do conteúdo analógico, que é a parte de realidade existente na cena, na paisagem, etc., uma mensagem suplementar sempre estará presente, que é a do “estilo” da reprodução. De modo objetivo pode-

se depreender que toda imagem possui uma mensagem denotada, que é o próprio *analogon*, e uma mensagem conotada, que é a maneira pela qual a sociedade lê o que a imagem oferece. Aí está o chamado paradoxo fotográfico: há uma mensagem sem código (análogo) e uma mensagem codificada (arte, tratamento ou retórica da fotografia). A conotação (interpretação) depende de um repertório pessoal formado por um conjunto de signos e referências históricas e culturais, sem as quais, muitas vezes, os objetos não terão sua complexidade compreendida. Tradicionalmente, o texto jornalístico usava a imagem para esclarecer ou “realizar” a palavra, ou seja, a *imagem ilustrava o texto*. Hoje o texto torna a imagem mais pesada, impõe-lhe uma imaginação, cultura ou moral.

Barthes (1990, p. 22) ao avaliar os procedimentos de conotação das imagens afirma, baseando-se em hipóteses de Bruner e Piaget, que não há percepção sem categorização imediata e que, portanto, a fotografia é verbalizada no momento em que é percebida, ou melhor, *só é percebida se verbalizada*. Desse modo, as conotações da fotografia coincidem como os planos de conotação da linguagem, dois quais vale destacar a conotação cognitiva, onde os significantes são extraídos de certas partes do *analogon*, como por exemplo: ao ver determinada vista de uma cidade, sei que estou em um país da Europa ou África, dependendo dos elementos que consigo identificar. A leitura aqui depende da bagagem cultural do leitor.

De Paula (1998), procura alertar ainda sobre alguns aspectos de devem ser considerados durante uma pesquisa com imagens e, sobretudo, quando há uma intenção de convertê-las em objeto de pesquisa. Neste sentido, a primeira questão levantada diz respeito ao fato de que o assunto registrado sempre mostrará apenas um fragmento do fato, pois a imagem obtida é o resultado de uma, das múltiplas formas de se ver, cuja decisão cabe ao fotógrafo (sendo ela consciente ou inconsciente), de modo que a interpretação do real por meio da fotografia será inevitavelmente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores (KOSSOY, 1989, apud De Paula, 1998, p. 36). O autor reconhece que o processo de geração da imagem fotográfica envolve concomitantemente dois aspectos, o primeiro está relacionado à própria câmera e é o componente tecnológico (processos químicos, capacidade de captura de lentes, etc.), o segundo é o *poder de quem manipula* o primeiro, ou seja, a visão de mundo do fotógrafo. Apesar disso, vale ressaltar que a conotação (interpretação) da imagem também se dá através da interferência de outros agentes, como o editor do jornal ou revista e até mesmo o indivíduo que posa para a fotografia (ele pode tentar controlar os sentimentos que pretende exprimir pela fotografia).

Tendo tais aspectos em vista, vale ressaltar o fato de que a imagem pode impressionar, interessar, comover, apaixonar, nunca informar (SORLIN, 1994 p. 5), o que informa é a palavra, portanto arquivos audiovisuais sem menção de autor, local, data, exigem um comprometimento maior do pesquisador no sentido de ir além da precariedade de informações e buscar alternativas para referenciar a imagem. Uma contextualização geral, que parta obviamente de uma atenta análise morfológica, pode

indicar o período histórico aproximado, local provável, temática, etc., já pode permitir que imagens “anônimas” possam ser empregadas por pesquisadores como símbolos, ou seja, se a leitura permitir que ela tenha adquirido um sentido, segundo as categorias piercianas, ela poderia assumir tal papel uma vez que encerraria um código, percebido sob um ponto de vista estético, e, ou cultural (MANINI, 2005, p. 239).

A partir de tais considerações procuraremos no item 4.0 deste trabalho avaliar uma fotografia que, embora anônima, pode ser decodificada e assumir um papel simbólico importante no contexto narrativo da construção das primeiras casas de Goiânia.

3 | A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA COMO CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

3.1. A capital como um programa de governo

Com a Revolução de 1930, o governo Federal promoveu um desmonte das oligarquias regionais tendo como um dos mecanismos a indicação de interventores nos estados. A mentalidade política do momento preconizava o progresso e a instituição da modernidade aliados a um ideal nacionalista. Em Goiás, a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como interventor, suplantou a oligarquia dos Caiado que se encontrava no poder desde o início do século XX.

As dificuldades de se administrar na Cidade de Goiás, eram enormes, visto que os antigos dirigentes possuíam grande influência na região. O ambiente de disputa política dividia a opinião dos moradores do estado e colocava em risco o movimento revolucionário e seus ideais. A mudança da capital era antiga e remetia aos tempos da Capitania (PALACÍN, 1976, p. 11), a Revolução de 1930 foi o impulso que faltava para que o projeto se concretizasse, a construção de uma nova capital vinha, portanto, ao encontro da necessidade política do momento e reforçaria o ideário de modernidade propagado pelo poder central.

Modernidade e progresso eram tidos como sinônimos e no caso de Goiás, os novos dirigentes fizeram uso de algumas ideias já difundidas que diziam respeito à decadência e ao atraso do estado, associando-as ao governo anterior para assim legitimar seu plano de governo. O atraso pode ser entendido como o projeto de dominação política elaborado pelos antigos grupos oligárquicos que ao fazer uso de artifícios escusos, buscavam sua manutenção no poder, mesmo que suas decisões fossem de encontro às necessidades do estado.

A historiografia demonstrou que tal argumento não deve ser tomado como categórico, porém é fato que ao ser usado como elemento fundamental na consolidação do discurso dos vencedores, acabou legitimando o plano político do novo governo (CHAUL, 2010). Este personificaria vitória da razão, da liberdade, enfim, da modernidade em superação ao atraso representado pelo regime anterior do domínio

pessoal, das oligarquias, do coronelismo e dos favores políticos característicos da Primeira República no Brasil. Fazia-se necessário negar o passado, atribuindo aos antigos dirigentes toda a responsabilidade pelo pouco desenvolvimento de Goiás e mais, era o momento de se construir o novo, o moderno, Goiás finalmente entraria em uma era de progresso e modernidade.

O novo grupo dominante era formado por indivíduos que, muito embora permanecessem ligados à estrutura de poder fundiário, eram profissionais liberais: médicos, advogados, farmacêuticos e engenheiros, ou seja, apesar de estar vinculados às atividades do campo possuíam uma mentalidade urbana e um saber técnico, como o próprio Pedro Ludovico, síntese do tipo descrito: médico de formação e fazendeiro. O conhecimento técnico, mais especificamente, o saber médico, torna-se a base das ações do governo e é através dele que o discurso mudancista ganha corpo e se fortalece.

As grandes cidades, desde o século XIX, foram alvo de estudos e intervenções que visavam melhorar as condições de vida dos moradores, especialmente no que tange a saúde pública. O urbanismo enquanto disciplina nasce nesse período e sua linha de atuação dizia respeito à retificação dos problemas encontrados nos núcleos urbanos consolidados, através de obras de saneamento, abertura de vias, eliminação das moradias insalubres e regulamentação de novas construções, visando o bem-estar social e oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento da vida moderna e da produção capitalista.

No Brasil, as primeiras iniciativas nesse sentido receberam o nome de melhoramentos urbanos, como as intervenções do prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século XX – abertura de vias, aterros e melhorias no abastecimento de água da cidade. Em São Paulo, especialmente a partir de 1917, reformas urbanísticas são realizadas nas áreas centrais da cidade, nos anos seguintes o planejamento assume níveis mais abrangentes com o Plano de Avenidas do engenheiro Prestes Maia, que definiu diretrizes para as grandes vias de circulação da cidade completadas na década de 1970. O país assiste nesse momento a uma enorme valorização do urbanismo e difusão das ideias referentes à ordenação dos espaços públicos e melhoramento das condições de transporte e saneamento das cidades, surgem grandes Planos de Remodelação que buscavam alterar a feição das cidades, modernizando-as. Nas demais capitais e grandes cidades do país, iniciativas semelhantes foram sendo tomadas, respeitando-se as limitações de recursos e os interesses das elites locais.

Em Goiás, Pedro Ludovico, em seu primeiro ano de governo (1931) sanciona o Regulamento de Saúde Pública, que dividia o estado em zonas sanitárias e estabelecia que somente médicos legalmente habilitados poderiam exercer as funções de delegados e inspetores do órgão (CHAUL, 2010, p. 216). A ênfase dada pelo governo às questões sanitárias fortaleceu o discurso mudancista que afirmava que Vila Boa, por suas condições topográficas e edificações insalubres, representava o passado a

ser superado. Os preceitos modernos de higiene, conforto e salubridade deveriam ser seguidos, uma nova capital alinharia Goiás às regiões mais desenvolvidas do país e proporcionaria uma ruptura com o atraso, colocando o estado na mesma sintonia do progresso idealizado por Vargas.

O fato é que ao assumir o poder o interventor não possuía nenhum projeto de governo capaz de garantir sua permanência no cargo que era provisório, a mudança da capital, uma discussão que remetia aos tempos coloniais, é então resgatada e legitimada pelo conhecimento médico. Assim, a construção de Goiânia assume o status de bandeira política e, se concretizada, atingiria dois alvos principais: afastar o centro de decisão político dos grupos depostos, trazendo a capital para a região mais desenvolvida economicamente do estado, e, em última instância, permitiria que Goiás tivesse maior participação no projeto nacionalista em curso. Com a nova capital, Pedro Ludovico atingiria seu objetivo de se consolidar no poder e passaria também a contar com o apoio cada vez maior dos grupos políticos do sul e sudoeste do estado.

3.2. Modernidade concretizada em pleno sertão: nasce Goiânia

Em 1933, Pedro Ludovico encaminha a Vargas um relatório de prestação de contas de três anos de governo que na prática tornou-se verdadeira propaganda, a venda de um projeto: o projeto de modernidade e progresso para Goiás. A nova capital é apresentada como algo já visualizado, imaginado, um produto pronto para ser consumido. No contexto de um Estado centralizador e nacionalista, que buscava uma “arrancada” do Brasil rumo a si mesmo, ao interior, surge o cenário ideal para a construção de Goiânia.

Nessa ocasião, o Interventor já havia nomeado uma comissão encarregada de escolher o local para a implantação da nova capital. No Decreto-lei nº 3.359 de 18 de maio de 1933, é então definido o local da implantação e os elementos básicos que deveriam ser contemplados no plano da cidade. Ainda em 1933, Pedro Ludovico convida o arquiteto Atilio Corrêa Lima para desenvolver o projeto e supervisionar a construção da capital. O projeto de Goiânia desenvolvido por Atilio, segundo Reis Filho (1995, p. 33), era um marco intermediário entre o urbanismo acadêmico e o racionalista que se iniciava. De formação francesa, o arquiteto busca em seu traçado o efeito monumental encontrado no princípio clássico adotado em Versailles, Karlsruhe e Washington, ao mesmo tempo em que atendia todas as características necessárias a uma cidade moderna: ruas largas e arborizadas, áreas verdes e parques de recreação, zoneamento de atividades, etc.

Em termos arquitetônicos, podemos dizer que o Estado Novo desejava imprimir sua marca nas principais cidades brasileiras, segundo Cavalcanti (2006, p. 17), construiu-se no Rio dos anos 1930/40 mais do que em Brasília nos anos 1950/60. Havia por parte do governo uma intenção de conferir unidade à arquitetura dos edifícios então construídos. Prova disso é a promulgação do decreto-lei nº 5.993/1943 que

institui a *Divisão de Edifícios Públicos*, que nasce com as “funções de opinar quanto à construção, remodelação ou adaptação de todos os edifícios destinados aos serviços públicos civis do país” (SEGAWA, 2006, p. 84).

Alguns setores estatais conseguiram promover a almejada uniformidade nas novas construções, como o Departamento de Correios e Telégrafos, que entre os anos 1930 e 1940 construíram 141 agências, todas com projetos elaborados na capital federal, seguindo uma linguagem de influência déco (VIDAL, 2008, sp.). Entretanto, a *Exposição de Edifícios Públicos*, realizada entre 29 de julho a 24 de agosto de 1944 no salão do Ministério da Educação e Saúde (ainda em construção) apresenta uma realidade bem distante da pretendida uniformidade arquitetônica do Estado.

No final dos anos 30 e início dos 40, longe da “unanimidade modernista” de Brasília, os arquitetos modernos disputavam com os adeptos das correntes neocolonial e acadêmica o privilégio de serem escolhidos pelo governo para efetuar as construções de seus ministérios e repartições. A seleção de formas arquitetônicas concretas que simbolizassem no Rio de Janeiro, então capital federal, o estilo e a face pública de um Estado que se queria “novo” envolveu disputas, explicitações de diferenças e conquistas de aliados em domínios não-arquitetônicos (...) (CAVALCANTI, 1995, p. 20).

É nesse contexto de efervescência e disputa no campo arquitetônico que nasce Goiânia. A construção de uma nova cidade representava todo ideal político do momento de expansão e modernização, da “Marcha para o Oeste”, verdadeiro marco do progresso empreendido por Vargas. A nova capital reflete em suas formas o “novo” e, embora tenha tido restrições e limitações (geográficas, tecnológicas e materiais) na sua construção, foi um marco na ocupação do estado e representou enorme ruptura com o cenário arquitetônico-urbanístico de Goiás.

Em termos estilísticos, tivemos a utilização de um repertório art déco nas construções oficiais e comerciais e o emprego de uma linguagem eclética e neocolonial nas primeiras construções residenciais. A arquitetura oficial encontrada em Goiânia, de formas simplificadas e volumes compactos que primam pela austeridade e horizontalidade das formas, já foi alvo de vários estudos, tendo sua importância histórica e cultural reconhecida pelo tombamento em nível federal do chamado *Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia*.

As primeiras casas a serem construídas em Goiânia, as chamadas casas-tipo, seriam destinadas aos funcionários do governo recém-transferidos para a nova capital e o governo do Estado, possuidor dos lotes, doaria aos funcionários que poderiam financiar a construção diretamente do estado ou ainda executar por conta própria suas moradias.

A ideia era que as casas-tipo funcionassem como modelos de uma nova forma de se habitar e construir. As construções da antiga Vila Boa passam a ser rejeitadas. A presença das alcovas (quartos de dormir, sem aberturas capazes de permitir a iluminação e ventilação naturais) e a inexistência de equipamentos sanitários, aliados à ausência de um sistema de coleta de esgoto, reforçavam os argumentos

que pretendiam desqualificar tais moradias, consideradas insalubres. O espírito da modernidade primava pela busca de condições sanitárias mais adequadas. As residências construídas nos primeiros anos representariam o desejo de modernização tão presente nos discursos políticos. A ruptura em relação às moradias tradicionais se concretizaria pelas opções estilísticas e também pelos materiais e técnicas construtivas empregadas.

Examinando detidamente a documentação e bibliografia pertinente ao tema, foi possível identificar a ocorrência de quatro tipos, ou categorias, de residências produzidas em Goiânia até 1940. Tal classificação nos permitirá esmiuçar os detalhes referentes aos padrões construtivos e identificar os pontos comuns existentes na diversidade de modelos disponíveis há época.

4 | NASCEM AS PRIMEIRAS CASAS (1935-40)

4.1. Casas-tipo especiais



Figura 04: Casas-Tipo Especiais em fase de finalização (1935).

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN) de Goiânia.

As casas-tipo especiais ou casas-tipo modelo, dizem respeito às primeiras moradias que de fato foram erguidas em Goiânia, ainda em 1935, as casas da Rua 20 (Figura 04). Tais residências, que nascem com a função de servir de “modelo” às demais construções da cidade, tiveram um padrão de acabamento elevado e

dispunham de todos os elementos característicos das moradias salubres e modernas construídas nas grandes cidades brasileiras. A feição das novas construções procurava distanciá-las o máximo possível das moradas tradicionais da antiga capital, além dos afastamentos em relação aos limites dos terrenos, a opção por telhados recortados com telhas planas e a inserção de novos elementos compositivos, como os alpendres e terraços, deram a tônica da mudança.

Foram erguidas seis casas térreas e quatro de dois pavimentos. Quanto aos aspectos formais e estilísticos, podemos dizer que tais moradias aproximavam-se dos *bungalows* americanos, pela presença marcante dos alpendres e volumetria compacta. O emprego das telhas planas, tipo Marselha (telhas francesas), que permitiam telhados com inclinações maiores, os revestimentos de pedra lavrada em alguns exemplares e a insinuação de elementos de madeira nas fachadas aos modos do enxaimel, indicam uma influência dos modelos pitorescos ou bucólicos, que por sua vez partiam das moradias medievais e tiveram grande difusão especialmente pelas experiências francesas no final do século XIX.

Um aspecto importante a ser levado em conta é que, muito embora houvesse a intenção de se construir casas exemplares, a escassez de mão-de-obra especializada e a dificuldade de se adquirir materiais industrializados ainda era grande naquele período, isso certamente limitou a reprodução dos modelos mais elaborados, visto que boa parte dos elementos decorativos, especialmente das fachadas, requeria uma especialização técnica e material difícil de obter em Goiás.

Ademais não se pode desconsiderar o aspecto econômico de tais empreendimentos, uma vez que essas casas eram construídas pelo governo e demandavam, além de tudo, de uma rapidez construtiva que restringia ainda mais o requinte e detalhamento. Nos primeiros anos, boa parte do material de construção empregado nas obras era beneficiado localmente. As dificuldades de transporte ocasionavam, inevitavelmente, atrasos nas obras e aumento nos valores inicialmente estimados. O aspecto final das casas era modesto, mas conseguia responder de modo contundente às imposições estabelecidas.

4.2. Casas-Tipo para Funcionários

As casas-tipo destinadas aos funcionários do governo possuíam um padrão construtivo semelhante ao das anteriormente apresentadas. Embora em termos estéticos sofram uma simplificação ainda maior, é possível dizer que seguiam uma mesma orientação no sentido da definição dos ambientes e racionalização construtiva.

As fachadas são muito simples, algumas sequer apresentam alpendres, provavelmente pelo fato de que sua presença implicava uma perda de área interna, nem sempre era desejável, já que os ambientes eram bem compactos. Nota-se também que todas possuíam escadas no acesso principal, com pelo menos dois espelhos. Esse elemento é gerado pela solução dada às fundações do edifício, que acabavam

constituindo um platô elevado, comum a todas as moradias do período, independente do padrão construtivo. Como exemplo desta tipologia, há o conjunto de casas de dois pavimentos da Rua 07 (Figura 05).

Além dos tipos de dois pavimentos, foram construídas casas para funcionários de apenas um pavimento (Figura 06), nestas, aparecem edifícios com área ainda mais reduzida, entretanto, no que diz respeito às opções formais, observa-se que essas mantinham a mesma linguagem dos sobrados.



Figura 05: Conjunto de casas-Tipo para funcionários em construção, situadas à Rua 07.

Fonte: ALVARES, 1943, p. 51.



Figura 06: Casas-Tipo Funcionários em fase de acabamento.

Fonte: Acervo MIS-GO.

4.3. Casas-Tipo para Operários



Figura 07: Casas para operários, recém-acabadas.

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Para o bairro operário – Setor Norte ou Bairro Popular –, foram construídas casas-tipo muito similares às térreas destinadas aos funcionários do governo, entretanto, ainda mais compactas (Figura 07). As fachadas são singelas e não há a presença de nenhum elemento decorativo marcante. As águas, ou faces da cobertura, são perpendiculares à rua, porém lateralmente, recorre-se a um alpendre com abertura na forma de arco abatido. Devido à simplicidade dos programas, todas as paredes,

tanto externas quanto internas, possuem a mesma largura, 15 cm. Todas as portas internas apresentam folhas de 70 cm de largura e a abertura das janelas também é padronizada nos quartos e sala. Uma solução encontrada exclusivamente para lotes do Bairro Popular foi a das casas de apenas um quarto.

4.4. Casas de particulares



Figura 08: Residências de particulares.
Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 09: Residências de particulares.
Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 10: Residência em estilo misiones do Dr. Luiz da Glória Mendes, à Rua 3 esquina com Rua 23, Centro.
Fonte: SEPLAN de Goiânia.



Figura 11: Residência em estilo misiones do Dr. Eládio Amorim, Rua 16 do Centro.
Fonte: SEPLAN de Goiânia.

As casas de particulares, como o próprio nome indica, foram as moradias construídas por pessoas alheias ao funcionalismo público, mas que, ainda nos primeiros anos, mudaram-se para Goiânia e ali se estabeleceram. Essa nomenclatura apareceu no álbum oferecido por Pedro Ludovico a Getúlio Vargas em 1937 (Microfilme IC-31 n/p, Seção de Periódicos – Biblioteca Nacional). Segundo Mello (1996, p. 123) tais moradias surgiram por uma reação das camadas de maior poder aquisitivo, que insatisfeitas com “os protótipos apresentados pela Firma Coimbra Bueno” aspiravam “habitações diferenciadas, mais em acordo com os padrões estéticos em vigor no Rio de Janeiro e São Paulo”.

É compreensível que os moradores com mais recursos financeiros quisessem

diferenciar suas casas do universo das casas-tipo que, conforme mostrado, eram extremamente despojadas. Essa tentativa de personalização das moradias, que é um aspecto eminentemente burguês, surge com o ecletismo e, se pensarmos no cenário arquitetônico goiano daquele período, onde as possibilidades decorrentes da inserção dos novos padrões e a chegada de profissionais e materiais capazes de proporcionar uma nova feição às moradias ofereciam tal condição, não é de se espantar que tantas residências alinhadas à linguagem neocolonial, pitoresca, etc., surgissem na cidade.

É importante ressaltar esse aspecto da diferenciação, ou tentativa de estabelecê-la, que a moradia dos particulares almejava. Nas poucas imagens obtidas sobre esse tipo (Figuras de 08 a 11), notamos que mesmo nas casas térreas, de menores dimensões, uma atenção especial era dispensada às fachadas, que procuravam nos modelos difundidos pelas revistas, cinema e outros meios de comunicação do período, os elementos constituintes das novas habitações.

5 | NOVAMENTE A FOTOGRAFIA

Após percorrer esse breve histórico das primeiras casas de Goiânia, temos condição de retornar à fotografia exposta na primeira parte deste trabalho (Figura 12). Para avaliá-la e contextualizá-la, adotaremos a metodologia proposta por Manini (2011) e Meneses (2002) e começaremos com uma análise morfológica da imagem:

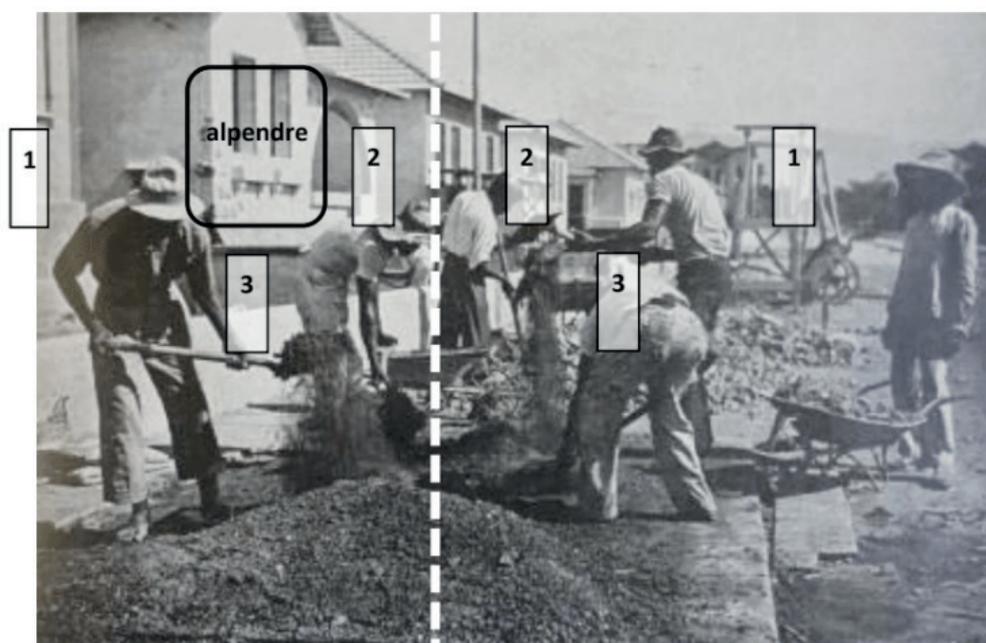


Figura 12: Canteiro de Obras que apareceu na Revista “A Casa” de Julho de 1939, p. 33, com intervenções realizadas pela autora.

Aspectos morfológicos

é uma paisagem;

pode ser considerada um instantâneo, não há pose, os operários aparentemente foram pegos de “surpresa”;

a cromia é preto e branco;

a composição está equilibrada, nota-se que os operários estão distribuídos simetricamente na imagem.

nota-se que as construções estão em fase de acabamento; há meio-fio, mas não há pavimentação na via; é uma área cuja ocupação ainda não foi iniciada; as casas que compõe a fotografia são todas diferentes entre si e estão afastadas em relação à rua e em relação às edificações vizinhas.

não existe nenhum elemento capaz de associá-la a um local específico (cidade, bairro, etc.)

Ora, considerando os elementos que compõem a imagem, e se observarmos o fato de que na matéria em que ela foi vinculada o tema era o emprego do cimento na construção civil, faz todo sentido que os elementos de destaque sejam os operários em seu trabalho cotidiano. Para além de seu objetivo inicial, tal imagem pode encerrar uma série de significados: já que está destituída de um contexto mais abrangente, poderíamos empregá-la para falar da falta de segurança no trabalho da construção civil na década de 1930 (observe que o operário 1 à esquerda está sem nenhum tipo de calçado); poderíamos utilizá-la para caracterizar um novo empreendimento imobiliário ainda em construção: novo conjunto habitacional, novo bairro, etc.; como também poderia ser perfeitamente empregada para compor o renque de imagens sobre a construção de Goiânia (Figuras de 04 a 11).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados e imagens sobre as primeiras casas de Goiânia em mente e, considerando o aspecto já levantado que as construções da nova capital de Goiás correspondiam ao que estava sendo realizado em outras partes do país, a utilização desta fotografia anônima pode reforçar o fato de que em termos estéticos e no que diz respeito aos padrões construtivos, as moradias goianienses eram perfeitamente compatíveis com o que estava sendo feito no restante do país, inclusive com o que era divulgado na imprensa especializada.

O fato é que as moradias da nova capital surgiram em decorrência de um ambiente extremamente particular, elas foram a resposta dada aos condicionantes e às expectativas do seu tempo. O traçado da cidade emergia seguindo modernos

preceitos urbanísticos e demandou que os padrões modernos em termos de moradia fossem aqui implantados. A configuração urbana da nova capital, em que os terrenos são padronizados e existem normas a serem obedecidas, direcionou a ocupação dos lotes. A antiga solução de se erguer as moradias junto ao alinhamento das vias não era mais aceita. As casas goianienses descolam-se dos limites e com isso aparecem aberturas em todas as empenas, elas representaram uma nova maneira de se conceber a casa, que vinha acompanhada por mudanças de hábitos e de parâmetros de diversas ordens. Do ponto de vista estético a mudança é ainda mais clara, os novos modos de articulação entre edifício e lote permitiam que mesmo nas menores edificações pudesse ser notada a tão desejada individualidade.

Agora não era mais o conjunto, ou o casario unitário das cidades coloniais, as fachadas eram distintas, tanto no sentido de afirmarem uma personalização da moradia, quanto na busca pelo decoro. Ainda buscando as origens dessa arquitetura, através dos exemplos obtidos nas revistas e pelas leituras realizadas, ficou claro que os modelos construídos em Goiânia eram similares aos que estavam sendo feitos em outras partes do país, salvo pequenas adaptações intrínsecas ao processo.

BIBLIOGRAFIA

A CASA: REVISTA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E ARTE DECORATIVA. Rio de Janeiro: O Construtor, 1923- (ano de encerramento da publicação desconhecido). Número: 182.

ALVARES, Geraldo Teixeira. **A luta na epopéia de Goiânia. Uma obra da engenharia nacional.** Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1942.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**, In: BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 11-25.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950).** In: Palavras da Cidade. Maria Stella Bresciani (Org). Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2001, p. 343-366.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: anotações para a história da criação de uma nova linguagem na arquitetura.** In: PÉSSOA, José (Org.). Moderno e Nacional. Niterói: EdUFF, 2006.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** 3ª Ed. Goiânia: Editora UFG, 2010.

DE PAULA, Jeziel. **1932: imagens construindo a história.** Campinas: UNICAMP/Piracicaba: UNIMEP, 1998. (Tempo e Memória, 7).

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. (Ofício de Arte e Forma).

IBGE. **Goiânia.** Conselho Nacional de Geografia, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1942.

MANINI, Miriam. **Imagem, imagem, imagem...: o fotográfico no foto-romance.** In: SAMAIN, Etienne (org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/SENAC, 2005, p. 235-250.

MANINI, Miriam. **A leitura de imagens fotográficas: preliminares da análise documentária de fotografias**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XII, 2011, Brasília: Anais do XII ENANCIB, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico**, In: Tempo, Rio de Janeiro, n. 14, [2002], p. 131-151.

MELLO, Márcia Metran de. **Moderno e modernismo: a arquitetura dos 2 primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia – 1933 a 1950/1950 a 1964**. São Paulo: USP, 1996.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates de Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1938.

MOURA, Ana Amélia de Paula. **Arquitetura residencial em Goiânia (1935-40): A modernidade revelada**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília: Brasília, 2011.

NERY, Juliana Cardoso. **Falas e ecos na transformação da arquitetura moderna no Brasil. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo)**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2013.

PALACÍN, Luis. **A fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Caderno de Pesquisa do LAP – Série Urbanização e Urbanismo (SET-OUT 95)**. São Paulo: USP, 1995.

SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima. **Ilustração Brasileira (1854-1855): leitura representativa de nossa primeira revista ilustrada**. Revista Ágora, n.9: Vitória, 2009. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/agora/article/download/1930/1442>

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura na Era Vargas: Aveso da unidade pretendida**. In: PÊSSOA, José (Org.). *Moderno e Nacional*. Niterói: EdUFF, 2006.

VIDAL, Celma Chaves Pont. **Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém**. *Arquitextos – periódico mensal de textos de arquitetura*, texto especial 464, março de 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp464.asp>>.

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL

Andréia Schneid

Universidade Federal de Pelotas - UFPel.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU – Pelotas, Rio Grande do Sul.

Ana Lúcia Costa de Oliveira

Universidade Federal de Pelotas - UFPel.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU – Pelotas, Rio Grande do Sul.

RESUMO: Este trabalho objetiva promover o debate acerca da preservação do entorno de imóveis protegidos, patrimônio arquitetônico inventariado, trazendo a discussão para o município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. Esse município, através da Lei Municipal N.º 3.677/2016 “Inventário do Patrimônio Cultural Arquitetônico de São Lourenço do Sul”, inventariou 44 edificações em sua área urbana, estabelecendo os níveis de preservação e de conservação dessas construções. Com esse trabalho, através de uma revisão bibliográfica que inclui a Legislação Federal, os documentos Legais e Internacionais, como as Recomendações e as Cartas Patrimoniais, poderá se verificar a importância de se preservar não somente a edificação “monumento”, mas também o seu entorno, onde estão envolvidos aspectos como

visibilidade, ambiência e contexto histórico. Esse assunto é exposto, para que o mesmo possa servir de estímulo e de alerta, a fim de instigar o desenvolvimento de estudos específicos e conseqüentemente a proteção legal do entorno dos bens inventariados desse município. A preservação legal pode ser prevista no Plano Diretor, por meio de critérios de uso e de ocupação do solo para áreas lindeiras às construções inventariadas, bem como para novas ocupações no próprio lote onde estão inseridos estes imóveis, promovendo desta maneira, a compatibilidade entre o crescimento urbano e a preservação do patrimônio arquitetônico, o cumprimento da função sociocultural da propriedade em busca do bem coletivo, e a garantia da preservação do bem material, da sua ambiência e da sua contextualização histórica.

PALAVRAS-CHAVE: entorno; preservação; ambiência; patrimônio.

ABSTRACT: This paper aims to promote the debate about the preservation of the environment of protected properties, inventoried architectural patrimony, bringing the discussion to the municipality of São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, Brazil. This city, through Municipal Law N.º 3.677 / 2016 “inventory of architectural cultural heritage of São Lourenço do Sul”, inventoried 44 buildings in its urban

area, establishing the levels of preservation and conservation of these constructions. With this work, through a bibliographic review that includes the federal legislation, legal and international documents, such as the recommendations and the heritage letters, it may be verified the importance of preserving not only the “monument” building, but also its surroundings, where aspects such as visibility, ambience and historical context are involved. This subject is exposed, so that it can serve as a stimulus and alert, in order to instigate the development of specific studies and consequently the legal protection of the surroundings of the inventoried assets of that municipality. Legal preservation can be foreseen in the master plan, through criteria of land use and occupation for areas close to the inventories, as well as for new occupations in the lot where these properties are inserted, thus promoting the compatibility between urban growth and the preservation of the architectural patrimony, the fulfillment of the sociocultural function of property in search of the collective good, and the guarantee of the preservation of the material good, its ambience and its historical contextualization.

KEYWORDS: environment; preservation; ambience; patrimony.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar a importância da preservação legal do entorno de imóveis protegidos, bem como alertar para os prejuízos que estes e o ambiente que os cerca estão sujeitos, quando não há legislação que trate do assunto.

O desenvolvimento deste trabalho apresentará como o tema é abordado pelas legislações ao nível Federal, e também pelos documentos Legais e Internacionais, como as Recomendações e as Cartas Patrimoniais, documentos que foram elaborados por especialistas e órgãos comprometidos com o patrimônio cultural mundial. Abordará o posicionamento de alguns autores a respeito do assunto, além de exemplificar as medidas previstas nas legislações de municípios próximos a São Lourenço do Sul, como Pelotas e Jaguarão.

Cabe salientar que a abordagem desse tema na maior parte da bibliografia estudada refere-se a imóveis tombados e não inventariados, como é o caso do município de São Lourenço do Sul. No entanto, faz-se a analogia, uma vez que ambos necessitam ter seus entornos preservados legalmente, mesmo tratando-se de diferentes instrumentos de preservação, garantindo que a cidade cresça e se renove em harmonia com o patrimônio arquitetônico.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1. Tombamento e Inventário

O tombamento, regulamentado pelo Decreto-Lei N.º 25/1937, o qual “Organiza

a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, e previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal) de 1988 em seu Artigo 216, promove a proteção do patrimônio cultural através da intervenção do Estado.

A Constituição Federal, em seu Artigo 216 também prevê o inventário como forma de promoção e proteção do patrimônio histórico:

[...] Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação [...]. (BRASIL, 1988, p.90)

Segundo Luckow e Oliveira (2016, p.28), o inventário apesar de ter sido regulamentado pela Constituição Federal de 1988, necessita de Lei que o normatize como instrumento de proteção do patrimônio cultural, cabendo aos órgãos públicos essa ação:

[...] os estados (art. 24, VII da Constituição Federal) e municípios (art. 30, I, II e IX) podem legislar sobre o assunto. No Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 10.116, de 1994, já trata do inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural. [...] Os bens listados devem ser conservados adequadamente por seus proprietários, já que ficam submetidos ao regime jurídico específico de bens culturais protegidos. Somente poderão ser destruídos, inutilizados, deteriorados ou alterados mediante prévia autorização do órgão responsável. [...] As restrições resultantes desta ferramenta se relacionam com o princípio da função sociocultural da propriedade [...] (LUCKOW; OLIVEIRA, 2016, p.28).

Com a Constituição Federal de 1988, o tombamento passou a ser uma das formas de proteção, não mais a única, porém, ainda é considerada, tanto pela sociedade quanto pelas entidades oficiais, a forma mais efetiva de preservação do bem cultural (LUCKOW; OLIVEIRA, 2016, p.28).

2.2. Instrumentos da Política Urbana e Legislação para Fins de Proteção do Entorno do Patrimônio Arquitetônico

O Estatuto da Cidade, Lei Federal N.º 10.257/2001, estabelece normas que tem a finalidade de regular o uso da propriedade urbana em defesa do bem coletivo, a qual cumpre sua função social quando atende às regulamentações estabelecidas pelo Plano Diretor do município.

Previstos no Estatuto da Cidade os instrumentos da política urbana, como o tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano, a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso e a transferência do direito de construir, podem ser utilizados com vistas à preservação do patrimônio cultural. O estudo de impacto de vizinhança, também instrumento da política urbana, deve abordar os aspectos positivos e negativos da implantação de determinado empreendimento, no que tange

à paisagem urbana e ao patrimônio natural e cultural.

Segundo o Estatuto da Cidade, deverão ser estabelecidas as condições para a outorga onerosa do direito de construir e para a transferência do direito de construir em Leis Municipais específicas. (BRASIL, 2001, p.8).

A outorga onerosa do direito de construir ou solo criado trata-se de um instrumento da política urbana que aumenta o direito de construir, permitindo edificar acima do limite do coeficiente de aproveitamento básico disposto no Plano Diretor local, para a área específica, onde o proprietário do imóvel recebe o benefício mediante contrapartida a favor do poder público (SANTIN; MARANGON, 2008, p.94).

O Plano Diretor Municipal definirá as zonas e os coeficientes de aproveitamento básico, estabelecendo os limites construtivos máximos, considerando a infra-estrutura e a densidade existente de cada zoneamento (SANTIN; MARANGON, 2008, p.93).

Os Artigos 28 e 29 do Estatuto da Cidade, os quais dispõem sobre a outorga onerosa do direito de construir, indicam que o Plano Diretor:

[...] poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. [...] poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana. [...] definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infra-estrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área. [...] poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. (BRASIL, 2001, p.8).

Segundo Santin e Marangon (2008, p.97) poderá ser concedido ao proprietário do imóvel, a transferência do direito de construir, instrumento da política urbana onde o potencial construtivo é transferido para outro local ou negociado pelo proprietário, formalizado por meio de uma escritura pública.

Na década de 1970, na Itália e na França surgiram os primeiros discursos acerca da transferência do direito de construir, oriundos dos debates sobre o solo criado, e que tratavam da separação entre o direito de propriedade e o direito de construir (BITENCOURT, 2005, p.17).

Amaral e Rangel (2014, p.2) destacam que o direito de propriedade é “relativo e condicionado”, onde o Estado poderá intervir juridicamente na propriedade se o proprietário não cumprir a função social da mesma.

A primeira aplicação da transferência do direito de construir ocorreu em Chicago, nos Estados Unidos da América, também na década de 1970, com a finalidade de proteger edificações históricas em áreas de alto valor imobiliário (BITENCOURT, 2005, p.17).

O Artigo 35 do Estatuto da Cidade estabelece que a transferência do direito de construir, com previsão no Plano Diretor:

[...] poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer

em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de: [...] preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural [...]. (BRASIL, 2001, p.10).

Conforme Santin e Marangon (2008, p.105), os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade podem fazer com que os proprietários se interessem e preservem o bem cultural, pois poderão ter um benefício econômico, e assim, mantendo seus imóveis íntegros, estarão preservando a história e a paisagem da cidade.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a propriedade deve atender a sua função social (BRASIL, 2001, p.3). Para isto, o Estado pode intervir na propriedade privada, a fim de proteger o patrimônio contra danos, tendo como princípio, a manutenção da função social da mesma. Desta maneira, o proprietário do bem tombado não pode desfrutar do mesmo livremente (AMARAL; MARANGON, 2014, p.1). Além disso, o Estado poderá determinar servidões, que limitem o direito de vizinhança sobre o bem tombado (AMARAL; MARANGON, 2014, p.5).

Para o Direito Civil Brasileiro, a propriedade possui os atributos de absolutismo, exclusividade, perpetuidade e elasticidade. Seu caráter absoluto se dá em virtude de ser oponível *erga omnes* devido à reunião de todas as suas faculdades elementares nas mãos do proprietário. A exclusividade é observada devido à impossibilidade de a mesma coisa pertencer a duas ou mais pessoas simultaneamente. É tida como perpétua, pois, não se extingue pelo seu não exercício. Por fim, a elasticidade é tida como a possibilidade de ampliar ou reduzir o exercício do domínio nas situações em que seus respectivos poderes possam ser acrescidos ou retirados. As limitações impostas pelo Estado irão atingir ao menos um dos atributos elencados (AMARAL; MARANGON, 2014, p.2).

A proteção do bem tombado e de sua vizinhança foram previstas no Decreto Lei N.º 25/1937 em seus Artigos 17 e 18:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas [...]. (BRASIL, 1937, p.3).

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto [...].(BRASIL, 1937, p.3).

A delimitação do entorno a ser protegido deve ser verificada caso a caso. A dimensão e o local de implantação de cada bem tombado irão determinar os limites de proteção, no caso, a servidão (AMARAL; MARANGON, 2014, p.8).

Segundo Cureau (2009, p.5), nas primeiras cidades tombadas não havia a definição do perímetro tombado. Por não haver perspectiva de crescimento, se tombava a cidade como um todo, fato que ocorreu em Ouro Preto, Minas Gerais, que posteriormente teve sua delimitação estabelecida, considerando a topografia local e o

conceito de “até onde a vista alcança”, muito devido à sua paisagem que determina a leitura completa do bem tombado.

Culturalmente, os povos europeus definem de forma aritmética ou geométrica o perímetro do entorno do bem a ser preservado, pois consideram a ambiência inseparável do tecido urbano. A legislação francesa, por exemplo, estabelece o campo de visibilidade, determinando um perímetro de 500 metros a partir do bem protegido. Este limite pode ser alterado, verificando se um imóvel encontra-se ou não dentro do campo de visibilidade do bem protegido (CUREAU, 2009, p.6).

A Lei N.º 6.513 de 1977, a qual dispõe sobre a criação de “Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com Finalidades Turísticas dos Bens de Valor Cultural e Natural”, em seu Artigo 19, aborda a questão urbanística, declarando de interesse turístico o entorno e a ambientação dos bens protegidos, onde o uso e a ocupação do local deveria se realizar de maneira harmônica.

Segundo Simão (2012, p.5) deve haver a interação entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio, conforme referendado em documentos legais e internacionais que visam à proteção do patrimônio cultural.

2.3. Documentos Legais e Internacionais e sua Abordagem quanto à Preservação da Ambiência do Bem Protegido

A Carta de Atenas de 1931, resultante da Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, para a proteção e valorização dos monumentos recomenda:

[...] respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. (IPHAN, p.2).

[...] Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história (IPHAN, p.2).

A Carta de Veneza, 1964, em seu Artigo 6º, destaca que a conservação de um monumento envolve a preservação em sua escala, proibindo toda nova construção, destruição ou alteração que possa modificar a relação de volumes, uma vez que o monumento é inerente à sua história e ao local em que se situa (IPHAN, p.2).

Em 1967, resultantes da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, as Normas de Quito salientaram que o monumento não poderia ser visto isolado, onde o contexto urbano em que está inserido deve ser considerado, cabendo ao Estado a proteção do ambiente natural. As Normas de Quito expõem os problemas que o patrimônio enfrenta em decorrência da má administração do crescimento urbano.

As considerações e recomendações da Declaração de Amsterdã, originada no Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu em 1975, indicam que o patrimônio abrange mais do que as construções isoladas e seu entorno. Essa Declaração alerta para o planejamento das áreas urbanas, o qual deve atentar para a conservação do patrimônio arquitetônico, onde os valores estéticos e culturais devem orientar as metas e os critérios de organização dos conjuntos antigos (IPHAN, p.1).

A Recomendação de Nairóbi, de 1976, “Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea” conceituou a “ambiência” dos conjuntos históricos ou tradicionais como o:

[...] quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. [...] Dever-se-ia considerar que os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência constituem um patrimônio universal insubstituível. Sua salvaguarda e integração na vida coletiva de nossa época deveriam ser uma obrigação para os governos e para os cidadãos dos Estados em cujo território se encontram [...] (IPHAN, p. 3).

Conforme esta Recomendação, cada local através de legislação específica e adequada a sua realidade deve estabelecer a ordenação urbana e rural e o planejamento físico-territorial de maneira que haja a integração harmoniosa dos conjuntos históricos com a vida contemporânea, onde a inserção de novas construções deve:

[...] assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. [...] uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios (IPHAN, p.9).

Esta Recomendação destaca aspectos importantes que podem trazer prejuízo ao patrimônio, como o parcelamento do solo, no que diz respeito à dimensão dos lotes, onde ações poderiam prejudicar a harmonia dos conjuntos; a supressão do entorno, uma vez que este faz parte do contexto histórico e os aparatos de qualquer escala, os quais podem desfigurar o patrimônio.

A Carta de Washington, de 1986, “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios”, assim como em outros documentos internacionais, concluiu que é necessária a proteção do bem patrimonial aliada ao crescimento compatível da cidade. Além disso, a Carta trata que deve ser estimulada a participação e o comprometimento da população, sendo estas ações fundamentais para o sucesso da “salvaguarda”, e que havendo a necessidade de transformação dos imóveis ou a inserção de novos:

[...] deverá respeitar a organização espacial existente, especialmente seu parcelamento, volume e escala, nos termos em que o impõem a qualidade e o

valor do conjunto de construções existentes. A introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento (IPHAN, p. 3).

Resultante da XV Conferência do ICOMOS em 2005 na China, a Declaração de Xi'an sobre a "Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural" definiu o entorno de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural:

[...] como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar [...] [...] além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (ICOMOS, 2005, p.2).

2.4. Preservação do Patrimônio e Planejamento Urbano

Segundo Simão (2012, p. 4), com a Constituição Federal de 1988 foi possível compartilhar entre os três entes federativos, bem como com a comunidade, a responsabilidade de proteger os bens culturais.

As intervenções do Estado para fins de proteção desses bens provocaram mudanças na relação dos habitantes com as áreas urbanas protegidas, uma vez que os instrumentos de proteção do patrimônio cultural alteraram a dinâmica urbana, convencionando a utilização do local, definindo o valor do solo e o valor simbólico dos lugares. O entendimento do processo de valorização ou desvalorização dos imóveis protegidos é fundamental para a atuação do Estado na definição de políticas públicas urbanas, assim como para a definição de estratégias de adesão da população à causa preservacionista.

[...] As regulamentações urbanística e de proteção do patrimônio, ao estabelecer parâmetros de intervenção, almejam definir o perfil da paisagem urbana a ser conservada, alterada ou edificada, por meio da aferição da densidade e das relações construtivas, do gabarito e da volumetria, assim como da delimitação de questões de caráter estilístico [...] os imóveis/ espaços construídos protegidos precisam atender as necessidades cotidianas dos moradores usuários e, concomitantemente, às exigências urbanísticas e de preservação dos valores culturais. Muitas vezes, ou quase sempre, impera um conflito entre estes dois "lados" – a modernização dos espaços versus a manutenção da linguagem urbanística, arquitetônica e tecnológica [...] (SIMÃO, 2012, p.8).

A fim de preservar a memória social, a qual resgata a cultura e a identidade da cidade, o planejamento urbano deve estar amparado em um Plano Diretor que permita a participação consciente da população (COUTO; MARTINS, 2010, p. 3).

2.5. O Município de São Lourenço do Sul – RS

São Lourenço do Sul localiza-se cerca de 190 km da capital Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Segundo o censo do ano de 2010 possuía 43.111 habitantes, distribuídos entre zona urbana e rural (IBGE, 2017).

A ocupação da área urbana do município aconteceu inicialmente às margens do arroio São Lourenço, e foi ao longo deste que se desenvolveu até meados do século XX significativa atividade portuária, resultando em um patrimônio peculiar, porém modesto, se comparado ao de cidades próximas, como Pelotas e Rio Grande (LUCKOW, 2010, p. 62).

2.6. A Preservação do Entorno dos Bens Protegidos em Municípios Próximos a São Lourenço do Sul – RS

As cidades de Jaguarão e Pelotas, ambas localizadas na região sul do estado do Rio Grande Sul, distantes cerca de 200 km e 70 km, respectivamente, de São Lourenço do Sul, possuem instrumentos de preservação para os seus centros históricos, e que podem servir de referência para esse município.

A Lei Municipal N.º 4.682/2007, “Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão - PPHAT” tem como uma de suas diretrizes a compatibilização do uso e da ocupação do solo com a proteção do ambiente construído nas áreas de preservação. Esta Lei prevê os seguintes instrumentos urbanísticos: de zoneamento, delimitando as áreas de preservação, buscando a manutenção dos núcleos urbanos a fim de ressaltar a identidade local e manter a harmonia na evolução da paisagem urbana; de regime de uso do solo; de índices urbanísticos e de critérios de intervenção e construção nas zonas de preservação. Conforme o Artigo 16 da referida Lei, as intervenções nas construções antigas, bem como as novas construções, não poderão descaracterizar o bem protegido e deverão se harmonizar com o entorno. A Lei também estabelece regras compositivas para as intervenções e as construções novas a serem realizadas dentro da Zona de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico Turístico (ZPPHAT), regulamentando quanto à volumetria, composição e relação com o espaço público.

Em Pelotas, a Lei Municipal N.º 4.568/2000, “Declara Área da Cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs”, onde, em seu Artigo 3º, determina que as construções lindeiras laterais aos bens protegidos, devem manter a compatibilidade volumétrica e tipológica com os mesmos (LUCKOW; OLIVEIRA, 2016, p.38).

O Plano Diretor de Pelotas, Lei Municipal N.º 5.502/2008, ressalta que a propriedade imobiliária cumpre sua função social quando protege e preserva o patrimônio cultural. O Artigo 67 da referida Lei, trata dos objetivos da proteção ao patrimônio cultural, dentre eles:

[...] I - promover integração da preservação do patrimônio histórico e cultural com

o planejamento urbano, como forma de garantir a manutenção das características culturais específicas da cidade de Pelotas, as quais lhe conferem identidade peculiar; II - promover a preservação do patrimônio histórico e cultural através da conservação e manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, não devendo ser permitida qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação que cause prejuízo ao entorno e ao bem patrimonial propriamente dito [...]. (LUCKOW; OLIVEIRA, 2016, p.40).

Os Artigos 148 e 149 do Plano Diretor de Pelotas tratam da preservação das características tipológicas e formais, fachadas públicas e volumetria, devendo ser preservada a integração harmônica das novas inserções à arquitetura tradicional existente e inventariada conforme Lei Municipal específica (LUCKOW; OLIVEIRA, 2016, p.48).

2.7. A Preservação do Patrimônio Cultural Arquitetônico em São Lourenço do Sul - RS

A preservação do patrimônio em São Lourenço do Sul começou a ser debatida com a fundação do Arquivo Histórico Municipal, na década de 1990, período em que também foram realizados alguns levantamentos preliminares de prédios históricos na área urbana e rural do município (LUCKOW, 2010, p.89).

Em 2006, a Lei Municipal N.º 2.839 regulamentou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável, PDDIS, do município de São Lourenço do Sul, o qual prevê, em suas diretrizes gerais, o resgate e a proteção do patrimônio histórico e cultural, tanto na zona urbana como na zona rural, através da realização de inventário do patrimônio arquitetônico e do estabelecimento de políticas de valorização e proteção, especialmente nas áreas de ocupação inicial da área urbana do município.

A figura 1 apresenta o mapa, Modelo Espacial Urbano do município, o qual estabelece o zoneamento do perímetro urbano. Em destaque, a Zona de Ocupação Inicial da cidade - ZOI, junto à margem do arroio São Lourenço, início da ocupação urbana.

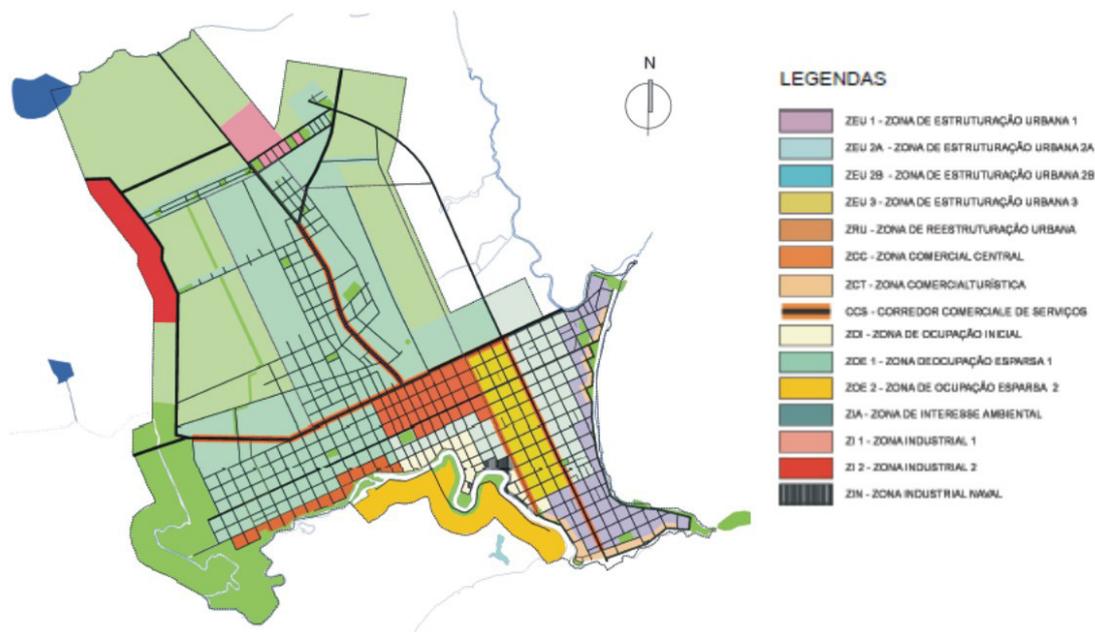


Figura 1 – Modelo Espacial Urbano do município de São Lourenço do Sul

Fonte: PDDIS. Mapa 05.

Estão previstos no PDDIS de São Lourenço do Sul, os instrumentos de política urbana, de acordo com o estabelecido no Estatuto da Cidade, os quais visam à garantia do cumprimento da função social da propriedade. Dentre esses, encontram-se a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir e o estudo de impacto de vizinhança – EIV. O mencionado PDDIS prevê que a aplicação da outorga onerosa do direito de construir será permitida para construção acima do índice de aproveitamento em até 60%, considerados o gabarito e o adensamento, mediante contrapartida a ser definida em regulamentação pelo Poder Executivo, e que os instrumentos, transferência do direito de construir e EIV terão sua aplicação detalhada em leis específicas.

Através da Lei Municipal N.º 3.715 de 2017, o município de São Lourenço do Sul define os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração de EIV e dispõe sobre sua elaboração e análise, nos termos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Municipal. Conforme a referida Lei, o EIV avaliará os efeitos do empreendimento ou atividade sobre a qualidade de vida da população residente na área de influência do projeto, no que diz respeito às interferências na paisagem natural ou construída, monumentos, patrimônio natural, histórico e cultural, dentre outros aspectos.

No ano de 2007 foi realizado o “Inventário do Patrimônio Arquitetônico Urbano”, o qual cadastrou 491 edificações (LUCKOW, 2010, p. 89). Este foi elaborado por uma parceria entre o Município de São Lourenço do Sul e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, através do Núcleo de Estudos da Arquitetura Brasileira – NEAB (LUCKOW, 2010, p. 62).

Em 2016, com a Lei Municipal N.º 3.677, a qual “Institui o Inventário do Patrimônio Cultural Arquitetônico de São Lourenço do Sul”, 44 imóveis, dentre os 491

anteriormente citados, receberam proteção legal. O estabelecimento de condições para intervenções nos imóveis inventariados e o desenvolvimento da cidade em harmonia com o patrimônio arquitetônico do município são alguns dos objetivos da referida Lei Municipal.

Essa Lei Municipal classificou os imóveis em níveis de preservação (N1, N2 e N3) e de conservação. Os níveis de intervenção foram estabelecidos para permitir a manutenção, consolidação e reparação do bem imóvel inventariado. As figuras 2 e 3 apresentam 2 imóveis, dentre os 44 inventariados: a Fazenda do Sobrado e a Coordenadoria de Cultura, respectivamente, ambos com Nível de Preservação – N1.



Figura 2: Fazenda do Sobrado



Figura 3: Coordenadoria de Cultura

Fonte: <http://conhecendumpoucodesls.blogspot.com.br> Fonte: <http://culturasls.blogspot.com.br>

O município de São Lourenço do Sul dispõe de “Recomendações para Diretrizes de Intervenção” no que se refere ao patrimônio arquitetônico da área urbana, as quais consistem em critérios para avaliação das intervenções. Quanto ao entorno dos bens protegidos, as recomendações tratam da avaliação da área de abrangência de um quarteirão, avaliando o perfil horizontal, a fim de verificar a implantação predominante na face do quarteirão e o perfil vertical, para verificar a altura predominante da face do quarteirão, conforme exemplifica a figura 4, além da granulometria da nova inserção.

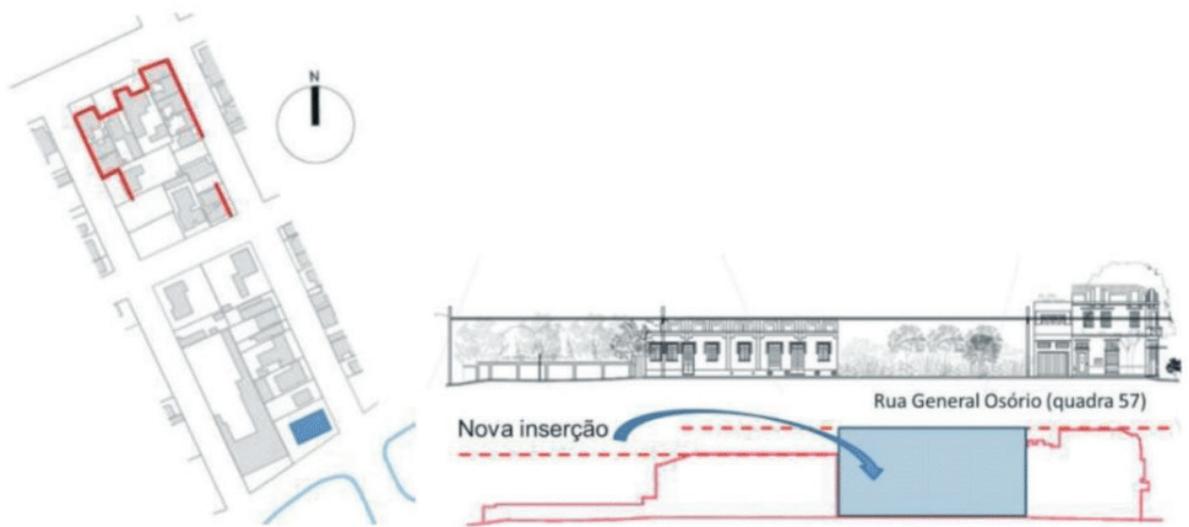


Figura 4: Perfil Horizontal e Perfil Vertical

Fonte: Luckow, et al. (2016, p.25)

3 | DISCUSSÃO

Embora a maior parte da bibliografia estudada referencie o imóvel tombado, a preservação do entorno de imóveis inventariados é fundamental, pois garante a visibilidade e a harmonia com o contexto urbano. Desta maneira, os imóveis vizinhos dos bens protegidos devem estar sujeitos a limitações que assegurem a sua relação harmônica com o patrimônio arquitetônico, sendo imprescindível a elaboração e a promulgação de leis que regulamentem intervenções e novas inserções, permitindo que o crescimento urbano preserve o patrimônio arquitetônico.

Atualmente a legislação de proteção do patrimônio arquitetônico em São Lourenço do Sul, refere-se somente à proteção do bem inventariado, não estabelecendo critérios legais para intervenções nos imóveis lindeiros ao bem protegido, no que tange as benfeitorias existentes e as novas ocupações, bem como para intervenções no próprio terreno onde se localizam os bens inventariados. No município, o que se tem até o presente momento, são critérios para intervenções em termos de recomendações.

Desta maneira, o município não pode em termos legais, impedir que um imóvel que desconsidere as características do bem protegido, seja edificado ao lado do mesmo. Atualmente, um imóvel que atenda aos índices urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor Municipal pode entrar em conflito com a preservação do patrimônio.

Para o município avançar em termos da preservação legal do entorno, se faz necessária uma análise minuciosa do contexto urbano onde os bens protegidos estão inseridos, caso a caso, a fim de determinar a área de proteção.

As legislações de municípios próximos a São Lourenço do Sul, conforme abordado no desenvolvimento deste trabalho, contribuem para a discussão e elaboração de legislação específica para este município, o qual pode adotar restrições urbanísticas

semelhantes para as futuras construções, regradando o uso e a ocupação do solo nas proximidades dos bens inventariados, como forma de resguardá-los.

O município de Pelotas, através da Lei Municipal N.º 4.568/2000, estabeleceu que as novas construções a serem edificadas nos locais onde imóveis inventariados foram descaracterizados ou demolidos, devem manter a volumetria e a área construída originais, bem como o uso do solo, o qual deverá manter a utilidade original, não sendo possíveis novos parcelamentos que venham a descaracterizar o sítio.

A legislação de preservação, tanto do bem inventariado quanto do seu entorno, deve estabelecer a contrapartida aos proprietários dos imóveis em questão e promover a participação ativa da comunidade local, estimulando a proteção dos bens.

4 | CONCLUSÃO

O trabalho apresentado expôs a importância de se preservar o entorno dos imóveis inventariados, temática abordada em diversas Recomendações e Cartas Patrimoniais, bem como na legislação brasileira, as quais consideram esta preservação fundamental para garantir a integridade do bem protegido.

Diversas questões estão envolvidas no processo de preservação do patrimônio arquitetônico, bem como do seu entorno, como a delimitação das áreas a serem preservadas, as diretrizes de preservação, a criação de leis específicas que respaldem o poder público para intervir quando necessário, o conflito de interesses dos proprietários dos imóveis e o cumprimento da função social da propriedade, a qual visa o bem coletivo. Cabe ao poder público, com a participação da comunidade, o gerenciamento dessas questões, para que se efetive a preservação.

A fim de proteger e valorizar o Patrimônio Cultural Arquitetônico de São Lourenço do Sul é imprescindível a proteção legal do seu entorno, promovendo a compatibilidade entre o crescimento urbano e a preservação do bem material, da sua ambiência e da sua contextualização histórica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carolina de Oliveira Souza Gandine; RANGEL, Tauã Lima Verdan. **A Intervenção do Estado na Propriedade: A Instituição da Servidão em Prol da Preservação do Patrimônio Cultural**. 2014. 11p. Boletim Jurídico, Uberaba, MG, a. 5, n° 1215. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/impressao.asp?id=3881>> Acesso em: 29 abr. 2017.

BITENCOURT, Ana Paula Mota de. **A Transferência do Direito de Construir para a Conservação do Patrimônio Cultural: A Experiência da Cidade de Curitiba**. 2005. 209p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3509/arquivo5404_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 7 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 5 de outubro de

1988. Brasília. 129p., 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 07 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei N.º 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 5p., 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 27 abr. 2017.

BRASIL. Lei Federal N.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural**. 7p., 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6513.htm> Acesso em: 27 abr. 2017.

BRASIL. Lei Federal N.º 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. 16p., 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 27 abr. 2017.

COUTO, Perla Duarte do; MARTINS, Solismar Fraga. **“Friches industrielles” na Cidade do Rio Grande: Legislação Urbana e Espaço em Movimento**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, XVI., 2010, Porto Alegre, RS. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/download\(1857\).PDF](file:///C:/Users/User/Downloads/download(1857).PDF)> Acesso em: 28 abr. 2017.

CUREAU, Sandra. **Ambiência e Entorno de Bens Culturais**. In: ENCONTRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, IV., 2009, Ouro Preto, MG. Disponível em: <<https://sandracureau.com/trabalhos-cientificos/>> Acesso em: 27 abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>> Acesso em: 07 out. 2017.

ICOMOS. Declaração de Xi'an Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural Adotada em Xi'na, China. 4p., 2005. Tradução ICOMOS/BRASIL. 2006. Disponível em: <http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2005-declaracao_de_xi_an_sobre_a_conservacao_do_contexto_das_construcoes_sitios_e_sectorios_patrimoniais.pdf> Acesso em: 07 out. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Atenas**. 1931, 6p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Veneza**. 1964, 4p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Normas de Quito**. 1967, 14p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Declaração de Amsterdã**. 1975, 10p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Recomendação de Nairóbi**. 1976, 14p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Washington**. 1986, 4p., Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2017.

LUCKOW, Daniele Behling. **Arquitetura Urbana e Inventário: São Lourenço do Sul. RS.** 2010. 184p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

LUCKOW, Daniele Behling; OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de. **Patrimônio Cultural Arquitetônico Área Urbana de São Lourenço do Sul. Recomendações para Diretrizes de Intervenção.** Pelotas, 2016.

MUNICÍPIO DE JAGUARÃO. Lei Municipal n.º 4.682, de 19 de dezembro de 2007. **Institui a PPHAT- Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).** 8p., 2007. Disponível em: <<http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/camara/proposicao/Lei-ordinaria/2007/1/camara/2756>> Acesso em: 26 abr. 2017.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Lei Municipal n.º 4.568, de 07 de julho de 2000. **Declara Área da Cidade como Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPC's - Lista seus Bens Integrantes e dá Outras Providências.** 4p., 2000. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2000/456/4568/lei->> Acesso em: 7 out. 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL. Lei Municipal n.º 2.839, de 3 de outubro de 2006. **Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul (PDDIS), cria o Sistema Municipal de Planejamento e Monitoramento, cria o Fórum Permanente da Agenda 21 Local (Fórum21) e estabelece a aplicação do Estatuto da Cidade.** 32p., 2006. Disponível em: <http://www.saolourencodosul.rs.gov.br/arquivos/Lei_2839_PDDIS.pdf> Acesso em: 26 abr. 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL. Lei Municipal n.º 3.677, de 30 de junho de 2016. **Institui o Inventário do Patrimônio Cultural Arquitetônico de São Lourenço do Sul e dá outras providências.** 4p., 2016. Disponível em: <http://www.camarasaolourencodosul.rs.gov.br/arquivo/LEI_MUNICIPAL_008298.pdf> Acesso em: 26 abr. 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL. Lei Municipal n.º 3.715, de 12 de janeiro de 2017. **Define os Empreendimentos e Atividades que dependerão de Elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e Dispõe sobre sua Elaboração e Análise, nos termos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável.** 8p., 2017. Disponível em: <http://www.camarasaolourencodosul.rs.gov.br/arquivo/LEI_MUNICIPAL_008811.pdf> Acesso em: 7 out. 2017.

SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. **O Estatuto da Cidade e os Instrumentos de Política Urbana para Proteção do Patrimônio Histórico: Outorga Onerosa e Transferência do Direito de Construir.** Revista História, v. 27, nº 2, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a06v27n2.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2017.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Reflexões sobre os Impactos dos Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural Urbano no Cotidiano das Populações Usuárias.** In: Urbicentros 3., 2012, 13p., Salvador. Anais do III Seminário Internacional Urbicentros. Salvador: PPGAU UFBA, 2012. v. 1. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST201.pdf>> Acesso em: 7 out. 2017.

A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA

Tayná Rosal Arnaldo

Centro Universitário UNINOVAFAPI,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Teresina – PI

Márcia Piauilino Lins

Centro Universitário UNINOVAFAPI,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Teresina - PI

Patrícia Mendes dos Santos

Centro Universitário UNINOVAFAPI,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Teresina – PI

RESUMO: Diante do atual fenômeno da globalização e suas possíveis influências na identidade cultural de um povo, o presente artigo trata a respeito da taipa de carnaúba, técnica construtiva vernácula encontrada principalmente na região litorânea do estado do Piauí, porém, a mesma vem se enfraquecendo e perdendo continuidade a cada geração. Os estereótipos que cercam a arquitetura de terra têm-na colocado em uma injusta balança com os materiais manufaturados ditos convencionais ocasionando a desvalorização e ausência de manifestação da verdadeira importância que ela carrega. Diante disso, surge o questionamento: A globalização promove a miscigenação das culturas ou impõe uma cultura acima das outras? Através desse trabalho será analisada

a técnica, sua eficiência e principalmente poder documentá-la para que o saber fazer não se perca, avivando naqueles que se utilizam dela o desejo de mostrar sua cultura, bem como os efeitos da globalização nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Taipa de Carnaúba; Piauí; Globalização; Patrimônio.

1 | INTRODUÇÃO

A Globalização, fenômeno crescente nos últimos anos, pode ser entendida como um processo onde se busca unificar o mundo, para tal, possui grandes incentivos para o compartilhamento de informações e ações que se inter-relacionam. Suas propostas giram em torno principalmente da economia, o que é compreensível, já que, a mesma, se desenvolveu após o apogeu do capitalismo, no entanto, ela não se restringe apenas nesse meio se expandindo também no campo da política e cultura, sendo assim, transações comerciais são feitas e ideologias políticas disseminadas, culminando em mudanças nos estilos de vida.

Segundo estudiosos como Milton Santos e Octávio Ianni, a globalização deu seus primeiros passos no período das grandes navegações nos séculos XV e XVI onde iniciou-se o contato do povo europeu com os demais continentes

entre eles a América. Décadas a frente nos períodos pós-guerras e em especial na Guerra Fria, resultando na queda do muro de Berlim, o mundo antes dividido entre Socialismo e Capitalismo, passou a respirar o desenvolvimento acelerado do último (CARVALHO, 2011, p.5).

A produção em massa, novas tecnologias, criação de novos materiais, aumento do fluxo comercial no mundo, arrematado com a evolução da internet permitindo que tais ações sejam compartilhadas rapidamente, provoca efeitos na sociedade tanto no âmbito comercial como também no político, dentre eles, a criação de blocos econômicos, desenvolvimento de novos produtos, serviços e tecnologias, mudanças nas relações entre países, além dos efeitos nas culturas dos povos, aspecto esse que será discutido no artigo.

Essa movimentação de ideias, culturas e compartilhamento de estilos de vida dando a possibilidade de o mundo estar conectado possibilitando o fácil acesso por meio da internet nos leva a questionar até que ponto isso pode ser positivo, pois, sabe-se que apesar de tamanho crescimento a grande fatia dos benefícios da globalização ficam concentradas nos países desenvolvidos, onde, trazendo-se para o aspecto cultural é nítida a influência desses sobre os emergentes.

Diante desse cenário surge a questão: A globalização promove a miscigenação das culturas ou impõe uma cultura acima das outras? Tendo em vista o que já foi apresentado os países desenvolvidos detentores em sua maioria do poderio de influência lançam para os emergentes os seus produtos, pesquisas e modo de viver, e estes, com as raízes de colonizados, absorvem a cultura que vem de fora deixando de lado o que é seu.

Tal fenômeno tem sido visto no Brasil, país emergente de dimensões continentais e conseqüentemente com uma cultura riquíssima, onde cada região possui culturas, valores, fauna, flora, cores e sabores completamente distintos, mas que ainda carrega consigo a ideia de que a cultura deve ser elitizada, fato esse encontrado supervalorização do que vem de fora e esquecimento dos elementos simples, mas nativos do Brasil.

A exemplo disso, tem-se como objeto de estudo a taipa de carnaúba, técnica vernacular bastante utilizada no interior do Estado do Piauí e que tem sido vítima da desvalorização. Por ser vernacular, seu meio de divulgação principal é a passagem da técnica de geração em geração o que não tem sido feito ultimamente pois não existe um estímulo para que isso ocorra, as pessoas detentoras do saber fazer acham que o que por elas é produzido não é importante e o considerado ideal seria uma casa de materiais manufaturados. Assim, o objetivo do trabalho é analisar as possíveis influências da globalização na identidade cultural de um povo aplicando as informações recolhidas à técnica da taipa de carnaúba.

Para concretizar o estudo, serão levantados dados que possam dar embasamento teórico para a pesquisa através de autores como Olavo Pereira em “Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí” que conta com três volumes, Dossiês

de cidades como Parnaíba – PI, onde são encontrados inúmeros exemplares de residências de taipa de carnaúba, artigos acerca da globalização e sua influência sobre a cultura, a técnica da taipa, dados sobre a importância da carnaúba para o estado, documentários, sites, além de trazer aplicados os conceitos de Cultura, Identidade, Patrimônio Imaterial, Registros, Preservação, Memória, Patrimônio Cultural e as Cartas Patrimoniais complementados por autores como Hugues de Varine.

2 | CARNAÚBA: “ÁRVORE DA VIDA”

A carnaúba (*copernícia prunífera*), palmeira nativa do Brasil, em especial da região Nordeste, é encontrada principalmente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, seu nome é originário da língua indígena Tupi significando “árvore que arranha” fazendo alusão ao seu tronco escamoso. Essa planta tão famosa foi catalogada por volta de 1648 em um livro intitulado “História Naturalis Brasiliae” escrito por Guilherme Piso e dedicado à João Mauricio de Nassau, nele foram listadas a fauna, flora, etnografia e etnologia da área Nordeste do país (CARVALHO, GOMES, 2007, p.3).

Por ser uma planta nativa, sua expansão se dá pela proliferação das sementes pelos animais, possui fácil cultivo devendo-se atentar para o fato de que ela é de pleno sol não se desenvolvendo bem na sombra, essa palmeira pode atingir 15 metros de altura, cresce às margens de rios ou em áreas alagadas favorecendo a proteção do solo contra a erosão, sua fisiologia garante que não haja perda de água, pois, suas folhas são revestidas por uma cera que a impermeabiliza, cera essa que é exportada sendo fonte de renda para muitos produtores rurais (LIMA, 2009, p. 10 - 12).

Além da cera que pode ser usada para cosméticos, indústria farmacêutica, eletrônica, polidores, lubrificantes, nada na carnaúba se perde: suas folhas podem ser usadas para coberturas de casas, adubo, artesanato. (LIMA, 2009 p. 21 - 23), seu tronco é usado na construção civil, como madeiramento para o telhado, pilares, para a taipa, também dele é extraído o palmito. Os seus frutos podem ser usados para alimentação animal, extração de óleo, e das suas raízes remédios naturais. Além desses usos, essa palmeira é bastante utilizada em paisagismos tanto urbanos quanto residenciais.

Por tamanha importância e presença marcante no Piauí a carnaúba foi escolhida recentemente, 21 de setembro de 2017, como a árvore símbolo do estado através de uma pesquisa pública promovida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (SEMAR) e a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) onde a mesma concorreu com outras quatro variedades entre elas o ipê amarelo, bacuri e jatobá, vencendo com 49,1% dos votos, fato que corrobora a importância dessa árvore na memória e afetividade da população piauiense.

3 | A TAIPA DE CARNAÚBA

O uso do barro nas construções confunde-se até mesmo com a origem das moradias, pois, pesquisas arqueológicas comprovam cidades inteiras feitas de terra crua como Palestina, Irã, Iraque, Iemên, Turquia, China, Peru, México, e locais da Europa muitas delas datando cerca de 9000 anos. As técnicas construtivas usando a terra possuem várias tipologias, dentre as mais usadas estão, a taipa de mão ou pau a pique, a taipa de pilão, e o adobe, onde é feito uma massa de barro, e posteriormente colocada em formas onde serão secadas ao sol.

No Brasil, o uso da terra foi difundido pelos portugueses que vieram colonizar o país, os índios nativos não conheciam esse uso, pois, suas ocas usavam basicamente uma estrutura de ripas com fechamento de palha, há ainda deduções de que no desenvolvimento da taipa em terras brasileiras houve contribuições indígenas e africanas, onde, dos primeiros vieram as armações em madeira e era costume dos africanos revestir suas habitações com o barro. Dessa forma, foi-se adaptando às novas técnicas às necessidades locais onde muitas casas foram feitas em taipa de pilão e pau a pique, estas, eram muitas vezes provisórias e substituídas por outras de pedra e cal, no entanto, a taipa continuou sendo usada em várias províncias principalmente nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Piauí (OLENDER, 2006, p. 47).

Como foi visto, a técnica da taipa, é uma herança da nossa colonização moldada ao longo do tempo e de acordo com as necessidades. No estado do Piauí, localizado na região Nordeste brasileira, a taipa foi largamente utilizada na maioria das construções da época, e atualmente ainda é possível observar exemplares que resistem ao tempo. A estrutura da taipa convencional se utiliza de uma estrutura de madeira mais grossa disposta na vertical fincada em uma fundação geralmente de pedras, nessa estrutura, são amarrados com arame, cipó, madeiras mais finas, como varas, fazendo um entramado que será preenchido com o barro (LOPES, et al., p. 76). No entanto a técnica da taipa de carnaúba possui algumas diferenças a serem consideradas.

A taipa de carnaúba é uma técnica construtiva difundida em larga escala principalmente na parte Norte do Piauí, essa incidência se dá devido ao fato de que essa palmeira é encontrada em abundância nessa região favorecendo sua utilização nas residências, diferente da taipa de mão convencional, a taipa de carnaúba não utiliza a armação com o madeiramento na vertical e horizontal mas sim um sistema conhecido como paliçada (Figura 1), onde os troncos da carnaúba, logo após serem retirados suas partes salientes, são colocados na vertical em espaçamentos mínimos (SILVA, v. 2, 2007, p. 68), posteriormente essa estrutura é preenchida com o barro, geralmente misturado com argila, e água, até formar uma pasta homogênea.



Figura 1: Paliçada de carnaúba com preenchimento em barro, Fazenda Jatobá - PI

Fonte: Silva, v.1, 2007

Olavo Pereira em Carnaúba, Pedra e Barro, denomina essas casas como “Casas de Carnaúba”, onde, dessa palmeira tudo se usava: “Esteio de carnaúba, frechal de carnaúba, caibro de carnaúba, ripa de carnaúba, taipa de carnaúba, esteira de carnaúba, acessórios de carnaúba: banco, surrão, abano, vassoura, cera, polpa de carnaúba [...]” (SILVA, v. 1, 2007. p. 47). Assim, pode-se observar a riqueza dessa palmeira e sua vital importância para a população local.

Além da taipa moldada apenas com o tronco da carnaúba e barro existe uma variação onde é feita a paliçada de carnaúba e o preenchimento é feito com barro e pedra (Figura 2), bem como, outra tipologia, onde, é colocado o tronco da carnaúba na vertical e na sua horizontal são amarradas varas mais finas assemelhando-se a taipa de mão convencional que posteriormente também são preenchidas com barro. As residências mais humildes que se utilizam da técnica são classificadas por Silva como “a imagem do homem do campo que traz em si, as crenças, culturas, elementos cotidianos, como o pote de barro, o pilão, tudo isso fincado no solo semiárido piauiense” (SILVA, v. 1, 2007. p. 55).



Figura 2 – Taipa de Carnaúba com preenchimento em barro e pedra, José de Feitas - PI

Fonte: Silva, v.1, 2007

Dentre os registros mais antigos de residências encontram-se acerca da taipa de carnaúba fazendas de gado bovino que são citadas por viajantes, dentre eles o relato de 1697 pelo Pe. Miguel do Couto onde o mesmo cita ter encontrado 129 fazendas no seu período de expedição pelo interior do Piauí. Posteriormente, em 1938 o Sr. Isaias Pereira, administrador das Fazendas Nacionais responsável por algumas reformas dessas fazendas afirma:

As construções eram de taipa formada com troncos de carnaúba, espaçados 0,35m e o varamento de marmeleiro, distanciados de 0,10m e amarrados com relho de couro de boi; enchimento de pedra e barro; encaibramento de tronco de carnaúba e do mesmo material o ripamento; telha vã; piso de terra batida; esquadrias cheias e largas; portas com 1,50, de pau-d'arco; pés-direitos altos, paredes de meia altura; avarandados largos e baixos (SILVA, v. 1, 2007. p. 73).

A taipa de carnaúba é encontrada principalmente em fazendas e casas de campo, todavia, ainda é presente em cidades como Oeiras, Jerumenha, Parnaaguá, e relatos orais afirmam que tal técnica também foi desenvolvida em Teresina (SILVA, v. 2, 2007. p. 68), no entanto, ela se concentra principalmente na região litorânea piauiense como nos municípios de Ilha Grande, Parnaíba, nesta última as residências feitas de taipa de carnaúba se encontram sobretudo ao longo da margem do rio como no bairro Mendonça Clark (Figura 3).



Figura 3 – Casa em taipa de carnaúba na cidade de Parnaíba - PI

Fonte: Conjunto Histórico e Paisagístico De Parnaíba, 2008

Esses bairros de Parnaíba devido à forte presença de tais edificações possuem uma aparência distinta do Centro Histórico e outras áreas para onde a cidade cresceu. Tais residências, além das paredes de carnaúba também possuem a palmeira como madeiramento do telhado e por vezes na cobertura com sua palha ou pela palha do babaçu, não se sabe ao certo a data de tais construções, no entanto observando-se suas estruturas como as vergas e linhas do telhado foi constatado que são bastante antigas (CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA, 2008, p. 32).

Com o mesmo programa, para a mesma gente, as casas de carnaúba e babaçu, inconfundíveis na forma e no cheiro, equivalentes na proteção térmica e no risco de fogo, renascidas num sopro úmido, ano após ano, imprimem um caráter de permanência, de cumplicidade ecológica, engendrando a alma e canalizando expressão temporal, parecem eternas (SILVA, v. 1, 2007. p. 47).

Assim, essa técnica vernacular é uma clara adaptação do homem humilde em busca de uma moradia, pois, o mesmo se aproveita de um material abundante em sua região e dele extrai meios de sobrevivência, são habitações simples, geralmente de porta e janela abrigando poucos cômodos, no entanto, essas residências possuem uma significação em si própria, pois as mesmas carregam consigo as histórias de um povo refletindo em cada parede informações de uma arquitetura única, um patrimônio que caracteriza esses locais.

4 | OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA TAIPA DE CARNAÚBA

Para Hugues de Varine (2013) em seu livro Raízes do Futuro, patrimônio é

tudo que tem um sentido para a comunidade, o que é herdado, criado, transformado, transmitido e que culmina na composição da personalidade, ou seja, é o DNA de um povo, o que o forma e está por toda a parte, mas, como ele próprio afirma, a educação tradicional que é oferecida molda a sociedade a pensar que o patrimônio se limita a critérios acadêmicos e estéticos muitas vezes elitizados, corroborando com isso, diz ainda que a cultura, entendida como tudo aquilo que um povo produz, seus conhecimentos hábitos e costumes passados pelas gerações, é muitas vezes vista como algo a que se precisa ter acesso e não com o sentimento de pertencimento do que está em torno (VARINE, 2013, p. 43).

No ano de 1985 os pesquisadores Adorno e Horkheimer escreveram um livro intitulado “Dialética do Esclarecimento” onde foi observado os efeitos da globalização sobre a cultura chegando-se ao termo Indústria Cultural (MARANHÃO, 2010, p. 4). Como o próprio nome sugere, a cultura agora é vista como uma forma de gerar lucros, definindo-se um padrão pelas grandes potências influenciadoras que posteriormente é difundido pelo mundo e considerado como absoluto, esse novo processo que também é denominado cultura de massa, tem provocado ao longo dos anos um estrangulamento das culturas dos povos menores e que não possuem tanta influência mundial.

A proposta da globalização de homogeneizar o mundo tem vitimado a cultura de muitos locais, dentre eles os detentores da taipa de carnaúba, pois a mesma está sendo esquecida e com poucas iniciativas de ser documentada fato observado até mesmo pelas pouquíssimas bibliografias acerca da técnica, além disso na cidade de Parnaíba onde foi feito um levantamento dessas residências mostrou-se a dificuldade para que elas sejam preservadas:

Neste momento, porém, é difícil incluir esta área na proposta de tombamento, pela dificuldade não apenas de fiscalização, uma vez que este tipo de técnica demanda cuidados constantes e permanente manutenção, mas também por características sociais, onde existe um preconceito sobre a arquitetura em taipa como sinônimo de pobreza. Seria necessário um investimento de valorização desta técnica e qualificação das edificações, para que se tentasse diminuir a pressão pela substituição por novas construções em concreto e alvenaria de tijolos. Portanto recomendamos o estudo destas edificações e sua inventariação, buscando uma forma compatível para realizar sua proteção (CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA, 2008, p. 32).

Observa-se que, diante dos mitos que cercam essa técnica os taipeiros se sentem desestimulados em passar seu conhecimento as novas gerações, já que a técnica está cercada por estereótipos, como estar relacionada a baixos índices de desenvolvimento, abrigar transmissores de doenças, o que pode ser facilmente sanado com manutenções nas obras, entretanto, isso a leva a ser colocada em uma preconceituosa balança de valores com as técnicas manufaturadas de construções ditas convencionais, assim, percebe-se que os valores do mundo globalizado está atrelado aos nossos dias ditando as regras na economia, política, ensino, estilo de vida, construção, cultura, de forma que é impossível ignorá-los, cabendo atenção

até que ponto seus efeitos podem ser vantajosos e, quando não, quais os efeitos negativos que eles implicam.

Estudos mostram que a arquitetura de terra tem inúmeros benefícios, dentre eles a virtude de ser uma construção ecológica, já que essa se utiliza de materiais do próprio local fazendo com que o consumo energético e poluição causado pela produção de materiais como a queima de tijolos seja sanado, além disso, o barro é poroso e faz com que sua condutibilidade térmica seja metade das paredes de tijolos cozidos, o que mantém a temperatura no interior da casa agradável e constante, pois, o calor que atravessa as paredes é transferido de forma lenta. Paredes feitas ou revestidas com barro também possuem alto índice de absorção de ruídos atribuindo a ele alto conforto acústico. O barro possui ainda baixo equilíbrio de umidade, protegendo a madeira quando em contato direto, da ação de insetos, além disso, pode ser reutilizável, bastando para apenas a adição de água (MELO, 2012, p. 32-34).

Octavio Ianni (1995) destaca que: “o povo, as massas, os grupos e classes sociais são induzidos a realizar as diretrizes estabelecidas pelas elites modernizantes e deliberantes.” (1995, apud. Almeida, p. 2), sendo assim, não se trata de se premiar a melhor ou pior forma de construir e sim de valorizar a identidade cultural da comunidade, ou seja, que ela se identifique com o meio em que está inserido, que sinta que é seu. Brandão (2008) conceitua ainda o termo identidade individual que ocorre quando há um sentimento de propriedade, de pertencimento, através de uma coerência entre narrativas e experiência pessoal (individual ou social) do lugar (BRANDÃO, 2008, p. 14).

A questão da identidade talvez seja o principal fator a ser trabalhado nesses locais, pois, a própria origem brasileira arraigada na colonização deixou marcas profundas nas mentes da sociedade, onde, na maioria das vezes o que vem de fora é mais valorizado que o produto local, então, os vínculos e o sentimento de pertencimento com a técnica se perdem. A da taipa de carnaúba é uma adaptação de um método implantado pelos portugueses, mas, que usa os materiais presentes em abundância no local, é diferente, é brasileiro, é vernacular, faz parte do cotidiano, é patrimônio, e está se perdendo. Essa é a nossa genuína arquitetura, que não é de castelos, mas sim da casa simples, a cadeira na calçada acompanhada de um café e uma boa conversa ao fim da tarde, o povo acolhedor, identidade nossa que deve ser valorizada tanto para o exterior e principalmente no próprio país, mostrando aos taipeiros da carnaúba que o que eles fazem faz parte da história do Brasil.

Segundo Carvalho (2011) o mundo não é um só, fato confirmado pela grande dimensão cultural, ainda mais no Brasil, onde, cada uma das cinco regiões representa uma imensa gama de costumes completamente diferente das demais, portanto, é praticamente inconcebível que se queira homogeneizar as culturas do mundo, dado que, como já afirmou Varine, cultura é tudo que está em volta, é o que traz memórias, se identificar com o local, Chiappin (1994) corrobora com Varine quando diz: “O que de fato importa para as pessoas não é a ideologia política ou o interesse econômico.

Fé e família, sangue e crença, é com isso que as pessoas se identificam e é por isso que lutam e morrem” (1994, apud CARVALHO, 2011. p. 21).

A UNESCO no seu artigo 1º, a Diversidade Cultural como Patrimônio da Humanidade, inserido na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, publicado em 2002, diz que a mesma se manifesta na “originalidade e pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade”, além disso, o respeito e entendimento dessa variedade garante paz e segurança no mundo (UNESCO, 2002, p. 3). Para Mignolo (2003) o que está sendo vivido pode ser chamado de colonialismo global, uma vez que, a globalização não se preocupa com as identidades regionais, lançando para as comunidades a universalização o que faz as pessoas se identificarem mais com o mundo do que com o local, o que pode ser considerada uma lei do menor esforço dado as tamanhas divulgações, se tornando mais fácil se identificar com o global do que com o local (SILVA, 2010, p. 23).

Segundo Pereira (2011), existe “uma tendência contemporânea que transfere a importância dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio” (PEREIRA, 2011, p. 105), tendência essa denominada relativização material. Essa relativização não havia sido levada em consideração pelas teorias clássicas da restauração, contudo, atualmente ela é tão importante quanto a materialidade em si. Existe relações que diferem o pensamento das diferentes épocas, no período da teoria clássica da restauração relacionava-se muito a matéria (elemento) com a “verdade” do patrimônio, ou seja, o patrimônio só agregaria valor a partir da sua materialidade, como acontecia “em tradições antigas, na convicção de que o poder (natural, sobrenatural ou simbólico) emana da matéria (substância). A prevenção de relíquias ilustra a manifestação desta convicção.” (PEREIRA, 2011, p.105). Já nas teorias atuais esse relacionamento muda no momento que o significado tem a mesma dimensão que a matéria, e esse significado necessita ser transmitido, comunicado.

Dessa maneira, a taipa de carnaúba possui uma valoração que vai muito além das casas humildes construídas com a técnica, tendo seu valor principalmente no registro do saber fazer, em outras palavras, se trata de preservar tanto o patrimônio material quanto o imaterial. Como já foi visto, durante muito tempo considerou-se apenas o físico, porém, na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizado em Paris - 2003, foi elaborado um documento onde é conceituado o que seria considerado patrimônio cultural imaterial, definido-se:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p.4).

Conseqüentemente, através do registro, mecanismo utilizado como medida de salvaguarda, para a “identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal” do patrimônio imaterial (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003, p.5), a taipa de carnaúba seria estudada, e documentada para que dessa forma essa técnica construtiva tenha a sua significação cultural mantida, esse termo, definido na Carta de Burra vem como sinônimo de significado patrimonial e de valor cultural ligado ao valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras (CARTA DE BURRA, 1999, p.5), então, a taipa de carnaúba teria uma proteção para não ser alvo das tentativas de ser substituída por técnicas modernas convencionais e assim possa ser divulgada para as gerações posteriores.

Segundo o documento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, é cada vez mais frequente a substituição dessas residências por outras de cimento e tijolo, paralelo a isso, muitas outras se encontram abandonadas e em alto grau de arruinamento ocasionados pela falta de manutenção. Olavo Pereira em Carnaúba, Pedra e Barro, diz ainda que os nossos referenciais de identidade estão sendo destruídos pelo novo, extinguindo a cultura urbanística, onde a arquitetura é resolvida sem estima social (SILVA, v. 2, 2007. p. 152), características essas vindas do mundo globalizado, isso posto, ao se analisar os efeitos provocados pela ideia de homogeneização da sociedade percebe-se que a mesma tem se tornado agente da perda de identidade patrimonial do local.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que a técnica da taipa de carnaúba, mecanismo vernacular dotado de imensurável significado patrimonial e valor cultural, corre riscos de se perder por conta da desvalorização. A ideia lançada pelos padrões mundiais que ditam que as construções devem ser de materiais manufaturados, indicando status de conceitos preconcebidos tem feito da arquitetura de terra um elemento desconsiderado.

A aplicabilidade da taipa de carnaúba, na sua maioria em habitações de pessoas que possuem baixa renda, intensifica esse acontecimento, em virtude disso, é preciso que esse estigma seja quebrado através do reconhecimento, ressaltando os pontos positivos que essa técnica construtiva oferece, pois, não se trata de comparações entre materiais, mas sim, dar ao patrimônio daquele povo o seu devido valor, reavivando sua identidade.

Paralelo a isso, no atual modelo construtivo que o mundo se encontra onde a construção civil é uma das principais causadoras de poluição ambiental tanto nos processos de produção dos materiais quanto nos entulhos gerados, é urgente a necessidade de se buscar técnicas ecológicas. Nos últimos anos muitas pesquisas

e aplicações tem sido mostradas a respeito do uso da terra que possui inúmeras vantagens como as já abordadas, isso posto, é praticamente inconcebível que uma técnica de tamanho valor que pode ser reaplicada e principalmente valorizada no seu local de origem seja perdida.

O fenômeno não acontece somente com a taipa de carnaúba, mas várias outras técnicas, manifestações e representações culturais do nosso país contém a possibilidade de desaparecer, assim, ações simples de educação patrimonial em escolas e lugares de aprendizagem se tornam imensamente significativas para manter viva essa cultura. É, portanto, expressivo o valor que possui de se registrar o patrimônio imaterial da taipa de carnaúba, além, da conservação das próprias edificações, e principalmente fazer com que os moradores de casas feitas com tal técnica, bem como, os taapeiros se enxerguem como enciclopédias vivas sentindo a importância em não deixar que o conhecimento se perca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valmir Lima de. **Globalização e participação política**. Artigo feito com base na monografia “As principais dificuldades de participação política dos indivíduos na sociedade globalizada”, defendida no Curso de Pós-graduação em Pensamento Político Brasileiro – UFSM, Rio Grande do Sul, junho de 2001

BRANDÃO, Pedro. **A identidade dos lugares e a sua representação coletiva**: Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público. Série Política de Cidades – 3. Lisboa, 2008

CARTA DE BURRA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, Austrália, 1999.

CARVALHO, José Natanael Fontenele de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. **Contribuição do extrativismo da carnaúba para mitigação da pobreza no Nordeste**. In: VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

CARVALHO, Vanessa. **Globalização e Cultura**: os efeitos culturais da globalização no mundo contemporâneo. 2011

CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE PARNAÍBA. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII**. Piauí, 2008

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL. UNESCO. Paris, outubro de 2003

LIMA, Maria de Lourdes (Coord.). **A carnaúba: preservação e sustentabilidade**. Câmara Setorial da Carnaúba. Fortaleza, 2009

LOPES, Wilza Gomes Reis. Et. All. **A taipa de mão em Teresina, Piauí, Brasil**: a improvisação e o uso de procedimentos construtivos. Fichas de Inventário: SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) do IPHAN – Estudo de caso em patrimônio rural. 2013. n.º. 1, p. 70-78.

MELO, Jefferson Kleber Varela de. **Técnicas De Construção Em Barro**. 2012. 43 f. Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, Departamento de Ciências

Ambientais e Tecnológicas para a obtenção do título de Bacharel em Ciência e Tecnologia – UFERSA. Mossoró - RN. Outubro, 2012

PEREIRA, Honório Nicolls. **Tendências contemporâneas na teoria da restauração**. In. Reconceituação contemporânea do patrimônio. Ed. EDUFBA, 2011

SILVA, Carla Ribeiro Volpini. **A Influência da Globalização nas Manifestações Culturais e o Diálogo Intercultural como uma Genuína Alternativa de Respeito à Diversidade e ao Multiculturalismo**. V Anuário Brasileiro de Direito Internacional. Minas Gerais. v. 2, 2010

SILVA, Olavo Pereira da. **Carnaúba, Pedra e Barro** na Capitania de São José do Piauí. v. 1. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

_____. _____. v. 2. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Brasília. 2002

VARINE, Hugues de. **Raízes do Futuro**: o Patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução: Maria de Lourdes Pereira Horta. Ed. Medianiz. 1ª Reimpressão. Porto Alegre, 2013

ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA

Wilton Medeiros

Universidade Estadual de Goiás. Curso de
Arquitetura e Urbanismo

RESUMO: O que se pretende no presente trabalho é, analisando dois núcleos documentais em sequencialidade narrativa, observar de que modo a arquitetura e o urbanismo deles surgem como demarcadores de regimes de historicidade. No primeiro núcleo documental a ser abordado, a cidade, os personagens que compõem teias de relações, permeada por seus edifícios, aparecem demarcando o regime de historicidade moderno ou teleológico, no segundo, o “presentista”. Espera-se que sob essa perspectiva de análise da história de Goiânia, produza um pensamento histórico do qual o passado possa ser extraído na contingência do presente. Permeada pela arquitetura e urbanismo, a pesquisa sobre o regime presentista ainda se encontra em seu início, por isso, a perspectiva do presente texto é expor um contexto inicial de análise, expondo discontinuidades ou “erosão” dos tempos, abrindo assim um possível horizonte de expectativas narrativo mediante a explicação narrativa desses núcleos documentais

citados onde análises histórico-teóricas sobre arquitetura e urbanismo possam ser melhores elaboradas posteriormente.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura e Urbanismo; regimes de historicidade; núcleos documentais

INTRODUÇÃO:

ARQUITETURA E URBANISMO, TEMPO ESTRUTURAL, NARRATIVAS E CONHECIMENTO HISTÓRICO

Entre 1933 e 1939, o Estado de Goiás produziu três documentos oficiais fundantes da estrutura do conceito de mudança, a partir do qual se articulou a maior parte das narrativas sobre a história de Goiânia. Tratam-se dos relatórios enviados pelo Interventor Pedro Ludovico Teixeira, ao Presidente da República, Getúlio Vargas (1933; 1939), e o livro *Como nasceu Goiânia*, escrito por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1938). Esses documentos configurarão, conforme mostrarei a seguir, a nucleação do regime moderno de historicidade em Goiás – denominada história “mudancista” –, rompendo com a história *magistra*¹.

A correlação possível entre esta historicidade e a história da arquitetura e

1 “Na *historia magistra*, a exemplaridade vinculava o passado ao futuro enquanto um modelo. Na moderna concepção de história, a exemplaridade cede lugar ao unívoco. Algum dia, no futuro, alguém estabelecerá uma lei” (HARTOG, 2003: 13).

urbanismo em Goiás é no sentido de observar de que modo o conjunto edificado no devir da construção da nova capital vai expressar esses conceitos. Qual seja o conjunto edificado também como nucleação documental de um período em que o ponto de vista do futuro predomina. Sendo a História entendida como processo, ou o Tempo como que direcionado a um fim, neste regime historiográfico a palavra-chave é Progresso (progressão). No lugar de diversas histórias, História vem a ser compreendida como um processo único, organizando o passado como uma seqüência de estruturas, tendo em vista a organização do futuro, a partir do qual se articulou a maior parte das narrativas sobre a história de Goiânia.

Em grande parte, a construção de um regime homogêneo de historicidade, o moderno, é correlacionado a forma coerente e sistemática na elaboração e estruturação dos registros oficiais do Estado de Goiás com a homologia que se estabelece na edificação da cidade, considerando em um primeiro momento o núcleo documental supracitado (1933/1939), possivelmente correlata e homóloga à edificação da cidade neste período, consolidando na escrita e no espaço a estrutura de tal temporalidade. Arquitetonicamente falando, a espacialidade e a materialidade da forma correlata à temporalidade.

Analisarei brevemente a coerência sistemática do Relatório de 1933, cuja elaboração conceitual inicia o núcleo dos registros oficiais estruturantes, em torno do qual se divulgou e consolidou-se a constante temporal que propiciou homogeneidade histórica e pela qual posteriormente múltiplos campos de experiências e horizontes de expectativas foram tratados de modo homogêneo, inclusos projeto urbano e de edifícios.

Do primeiro núcleo documental anteriormente referido, nos relatórios de 1933 e 1939, o argumento central é o “desenvolvimento geral do Estado”. Pela “imparcialidade dos números” e dados da “realidade empírica” neles é elaborado o pensamento conceitual que transmuta o “sonho da mudança” em “conceito de mudança”. Relatam o estabelecimento de “condições de verificar, recolher e elaborar os fatos, bem como as suas relações, cujo conhecimento numérico real é de tamanho para a vida e progresso do Estado”. (TEIXEIRA, 1973, p. 77). Em vista disso, Teixeira se diz um continuador de “verdades indestrutíveis”, conceitos que identificam e retratam a realidade com “precisão flagrante” (Ibid.: p. 112). Observa-se aí, não a preocupação em aprender lições com o passado (historia magistra), mas, em elaborar conceitualmente toda a esperança idealizada no tempo futuro.

Conforme Hartog (2003), no regime antigo de história, a Historia magistra apresentava ao futuro lições advindas do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. Analisarei sucintamente a seguir, a coerência sistemática do modo como foi configurado o tempo estrutural do regime moderno de historicidade em Goiás – na historiografia goiana denominada “mudancista” (OLIVEIRA, 1999) –, ou seja, a mudança da capital de Goiás passou a ser evento estruturante no sentido de Koselleck, ou uma narrativa

estruturante, com unidade de sentido que pudesse ser narrada homoganeamente em diferentes acontecimentos.

Contudo, conforme mostra Koselleck (2006) não basta inserir diversidade de narrativas para consolidar esta linha de investigação histórica. Para este autor, o conhecimento histórico propriamente dito tem prerrogativas que são as extensões ou abrangências de caráter anterior ou posterior ao acontecimento, do processo e de seu ponto de partida e respectivas consequências, juntamente com as condições sociais em que ocorreram. Para que se compreendam essas prerrogativas, é preciso compreender as possibilidades estruturais dos conceitos diacronicamente, configurar os fenômenos estruturais. No caso, a própria construção de Goiânia se configura com fenômeno estrutural, e como tal os projetos e materialização de seus edifícios.

Ao caso da mudança da Capital em Goiás, foi incorporado o discurso técnico dos engenheiros também como uma verdade que segue o mesmo padrão generalizável acima exposto. O padrão analítico dos engenheiros veio a corroborar na nucleação da abstração lógica como verdade incontestável, sobretudo no ponto em que o Interventor argumenta sobre a escolha do local onde seria edificada a nova cidade:

Não obstante o claro entendimento de todos os membros da comissão, julgou o Governo que seria de boa política submeter a escolha, à apreciação de técnicos em matéria de urbanismo, pelo que convidou os drs. Armando Augusto de Godói, urbanista conhecido em todo o Brasil, Benedito Neto de Velasco, engenheiro-civil e construtor do Distrito Federal e Américo de Carvalho Ramos, engenheiro, detentor de diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizado no estrangeiro (TEIXEIRA, 1973, p. 124).

Ainda que a comissão tenha produzido um relatório de “claro entendimento”, ou seja, na linguagem técnica dos engenheiros acima citados, e do médico Laudelino Gomes, esse conhecimento precisava ser corroborado por uma instância urbanística maior, consagrado como “científico”. Ludovico chama a atenção a três aspectos desse processo de consagração; a autoridade, o consenso e a homologação: “esses três técnicos, inegavelmente dotados de larga autoridade no assunto, aplaudiram com entusiasmo, a uma voz, a escolha da comissão, homologando-a sem restrições” (Ibid: 124); “Mais do que as nossas, valem as palavras dos técnicos” (Ibid:129).

Teixeira não cita no Relatório de 1933 o projeto urbanístico de Atílio Correia Lima para a nova capital de Goiás, isso ele fará no relatório de 1939. O que afirma é que “o Governo fixa as condições da mudança”. Disso denota-se que praticamente toda a construção conceitual expressa no relatório é encaminhada para corroborar a fixação dessas “condições”, embasadas no discurso técnico e consenso científico.

Visando, sobretudo, construir conceitos abstratos, importava, naquele momento de edificação da nova capital também a construção do regime moderno de historicidade. Enfatizando a homogeneidade do conhecimento técnico e a heterogeneidade da atuação política, desloca do passado e do presente as esperanças e as energias e galvaniza a ideia de futuro como verdade imanente, e não mera possibilidade.

A nucleação dessa estrutura temporal que demarca a ruptura do regime moderno de historicidade com a história magistra através do estabelecimento de uma verdade abstrata baseada em conceitos lógicos continua em seguida ao Relatório de 1933, no livro *Como nasceu Goiânia* e posteriormente no Relatório de 1939. A principal característica do Relatório de 1939, assim como no livro *Como nasceu Goiânia*, é a comprovação dos argumentos abstratos apresentados no Relatório de 1933.



Figura 1: comprovações sobre o sucesso da mudança da capital



Figura 2: Relatório de 1939 – apresentação de comprovações e do andamento das obras.

Fonte: TEIXEIRA, 1939.

Porém, diferentemente de Monteiro, neste Relatório a escrita de Teixeira, por exemplo, utiliza a sequência de legendas, fotos e textos com clareza sequencial, propiciando fácil leitura de objetivo e claro constructo conceitual, e, priorizando o “conhecimento técnico” dos urbanistas advoga, sobretudo a concretização da centralidade geográfica (TEIXEIRA, 1939, pp. 8; 20; 25-26), mostrando que as concepções e soluções técnicas endossavam o fluxo abstração/ concretização.

No Relatório de 1939, Teixeira cita fartamente Atílio Correia Lima e Armando de Godoi, porém, em decorrência das injunções políticas apaga desses documentos oficiais o nome do engenheiro Jeronimo Coimbra Bueno, o qual reagirá a essa manobra política de duas maneiras: publicando o livro apócrifo “A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional – Documentário histórico; técnico; descritivo – Contribuição ao ‘Batismo cultural de Goiânia’”, e elegendo-se governador do Estado de Goiás em 1946. Embora este livro pertença a outro núcleo documental, segue a estrutura do regime moderno de historicidade, apenas reforçando de outra maneira a ideia homogeneidade temporal em função do futuro.

As mudanças no eixo temporal futurista para presentista ocorrerá cerca de vinte

anos depois, o que se pode observar, embora sucintamente, em análise do segundo núcleo documental abordado no presente texto, ao qual pertence o livro analisado a seguir.

Em torno do núcleo estruturante do tempo presentista: “Construção da perda” como possibilidade para o “despertar”

O prefácio do livro Histórico de uma administração municipal é intitulado pelo então senador Alfredo Nasser como A cidade que acabou.



Figura 3 – Segundo núcleo documental analisado.

Fonte: BRITTO, 1966.

Poderíamos tomar esse título como meras palavras de um opositor político ao homem que capitaneou a estruturação da prevalência de uma historia oficial, calcada na ideia de tempo futuro. Porém, ao lermos todo o conteúdo do livro, podemos perceber realmente uma urgência em tornar opaco tanto o passado quanto o futuro daquele tempo estrutural “mudancista”, e configurar em suas fraturas, a emergência de estruturação do presente expandido.

Conforme disse anteriormente, as narrativas históricas sobre Goiânia são marcadas pela estrutura temporal “mudancista”, porém, mesmo sendo de característica homogeneizadora, observa-se nessa estrutura enormes hiatos de elementos narrativos. Como mostra Koselleck, embora o tempo estrutural seja imprescindível para a construção do conhecimento histórico, a multiplicidade de outras modalidades de tempos também o são. Por isso mesmo, no arranjo dessas diversas narrativas e no modo como são articuladas ao tempo estrutural, pode ocorrer o que Rüsen chama de “ausência traumática de sentido” (2001, pp. 172-173). Tanto Koselleck quanto Rüsen referem-se à discussão sobre o tempo (HARTOG, 2003), especificamente sobre o fim do regime moderno de historicidade e os estudos do tempo presente (Zeitgeschichte).

Até surgir o que vou chamar aqui de “despertar” de personagens e instituições que irão constituir uma “cidade pensada”, já haviam se passado cerca de trinta anos,

onde a história futurista foi recorrente, quase clichê – em larga medida ainda hoje o é. Contudo, a partir dos anos de 1960, a Prefeitura de Goiânia passará a assumir uma centralidade que até então lhe era impossível ter, por causa da submissão que tinha ao Governo do Estado no que se refere ao comando das diretrizes do desenvolvimento urbano.

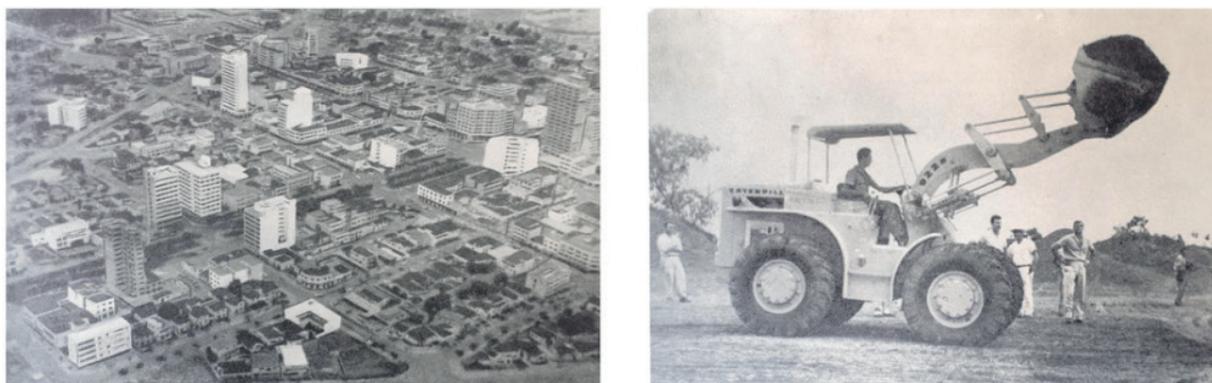


Figura 3: Verticalização do Centro de Goiânia e urbanização da cidade.

Fonte: BRITTO, 1966.

Nesta “cidade pensada”, o foco principal deixa de ser as categorias abstratas articuladas até então pelo Estado e sua inserção na Nação e civilização ocidental por vias positivistas, focalizando pelo viés deste discurso nacional um tempo estrutural onde a realidade está no futuro, para além do tempo presente. Onde a celebração do presente ocorre em função da cidade por vir. Em vista disso, em torno das ações da municipalidade, outros personagens procurarão elaborar outra estrutura de temporalidade e suas correlatas espacialidades, reelaborando em um “despertar” a compulsão à repetição que levou a cidade, por exemplo, à intensa urbanização e esgarçamento do tecido urbano.

Dessa forma, esses personagens, já não mais “mudancistas”, preocupados em forjar um tempo pra si, em que a identidade da cidade é forjada na estruturação e na expansão do tempo presente, conseqüentemente no encolhimento do futurismo. Esses novos personagens procurarão retirar a municipalidade do tempo “mudancista” e estado de vigília anteriormente elaborado por núcleos estruturadores do Estado de Goiás. Procurarão sanar problemas urbanos que passaram a ser reclamados e vividos na dimensão do tempo presente de seus cidadãos e de sua noção de cidadania. Dentre esses personagens presentistas, geralmente oponentes políticos a Pedro Ludovico Teixeira – que havia se tornado Senador da República –, estava Helio de Britto, Prefeito de Goiânia entre 1961 e 1966.



Figura 4: Hélio de Britto e demais personagens: vereadores e secretários.

Fonte: BRITTO, 1966.

No livro *Histórico de uma administração municipal* por ele escrito, há um sentido da urgência em reagir ao progressivo desaparecimento (morte) do patrimônio público municipal. Trata-se de um processo que podemos classificar como “fatal” ou “funesto” porque é como se fosse um espelho diante do esvaziamento de sentidos que leva necessariamente à morte. Britto fala de um processo de perda e, conseqüentemente, de identidade. Os sujeitos são vistos como correndo perigo iminente de destruição:

Ao iniciarmos a tarefa da reorganização administrativa da prefeitura quisemos, entre outras coisas, saber o que possuía o município e onde se localizavam seus bens móveis e imóveis. Ninguém soube nos responder, porque todos ignoravam isso (BRITTO, 1966, p. 53).

No caso da municipalidade de Goiânia, a história é por Britto concebida como um processo contínuo de destruição, porque desde a mudança da capital e após os trinta anos passados, a Prefeitura de Goiânia exercia um papel meramente simbólico. Por isso, em *Histórico de uma administração municipal* Britto teve que tratar com o “avesso do simbólico”, com o limite do real e, nesse limite, escavar sentidos no presente. Sendo o campo do duplo sentido, o simbólico articula sentidos e não-sentidos, isto é, alimenta o real de sonhos; no simbólico, os contrários coexistem.

Na medida em que há a ausência de sonhos, o real se põe a nu, e a nudez é morte que passa a ser objeto de produção de sentido. Coincidência ou jogo estratégico para até mesmo expor as fraturas do tempo estrutural futurista, e as “carências de orientação” delas advindas, a questão mais emergencial de todas as questões mais emergenciais que aguardavam Hélio de Britto logo que assumiu o cargo de Prefeito de Goiânia, foi a construção de um novo cemitério para a cidade. Conforme relata à página 237, o único cemitério existente e já quase saturado, sem poder receber sepulturas comuns, era o Cemitério Santana, no bairro de Campinas.

Era evidente que urgentes providências tinham de ser adotadas, a fim de não se chegar a uma situação irremediável. O esgotamento do espaço no campo-santo mencionado era um problema que não seria resolvido com a aquisição de áreas anexas, pois que já estavam ocupadas (BRITTO, 1966, p. 237).

Sobre esse assunto, e reforçando tal emergencialismo, no jornal *Diário do Oeste*, de 09 de fevereiro de 1961, há uma nota sob o título **O PREFEITO PROVIDENCIA PARA QUE GOIANIENSE POSSA MORRER**, e informa que “os dois cemitérios com

que conta a cidade estão desde há muito, completamente esgotados”.



Figura 5: Imagens sobre a reforma do Cemitério Santana.

Fonte: BRITTO, 1966.

Britto dedica boa parte de seu livro para falar sobre o novo cemitério da cidade, evidenciando que tudo se inicia no lugar dos mortos, no grau zero de simbolização, onde tudo tem de ser ressimbolizado. “Por longo tempo os governantes municipais não precisarão se preocupar com problema idêntico ao que nos deparamos no início de nosso Governo – qual seja o da saturação de cemitérios” (BRITTO, op. cit: p. 247).

Na apresentação do projeto do novo cemitério, chamado Cemitério Parque de Goiânia, é possível interpretar que, tal qual aquela situação limite da vida, a morte passava a ser ressimbolizada em um dos equipamentos urbanos mais significativos para Goiânia, a praça:

O Cemitério de Campinas, que data da época em que Goiânia ainda não existia, já não recebia sepultamentos no ano de 1961, quando fomos empossados. Vinha aquele campo-santo sendo destruído aos poucos e já estava mesmo em ruínas. Quisemos, em vista disso, colocar todos os restos mortais ali existentes, em uma sepultura comum e subterrânea, com compartimentos diversos, e construir, por cima, uma capela. No restante do terreno, construiríamos moderna praça. (BRITTO, 1966, p. 248).

É possível perceber que a escolha do cemitério que é ao mesmo tempo uma “moderna praça” tem a visível intenção de expor as diferenças entre um tempo urgente e presente e outro ad infinitum contruído no passado para perdurar pelo próprio estilo magestoso de seus mausoléus a ele correspondente. Ao grau zero do tempo presente expresso na presença da morte, Britto parece querer estabelecer, ao menos no nível simbólico, o acolhimento das múltiplas vozes caladas e seus múltiplos tempos pelo viés da “igualdade humana”:

Nesse cemitério, que nada fica a dever às mais modernas necrópoles de outras terras **e que é o primeiro nesse estilo no Brasil**, haverá predominância de árvores, gramas e flores. Nele não existirão as grandes estruturas de mausoléus, capelas particulares e nem os pomposos e clássicos túmulos. Todas as sepulturas serão compostas de pequena lápide e singela cruz, como que a lembrar a todos a igualdade humana. (BRITTO, 1966, p. 244).

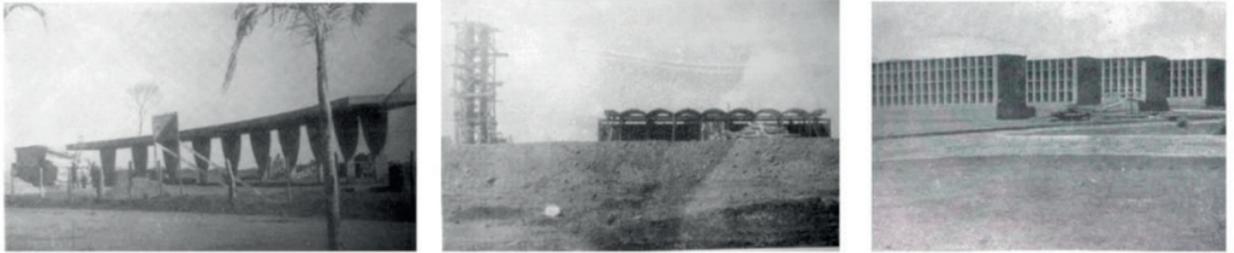


Figura 6: Entrada, Capela e Ossário do Cemitério Parque de Goiânia. Modulação e serialização característica da arquitetura moderna.

Fonte: BRITTO, 1966.

Em certo sentido, Britto talvez tipifique o “visitante inesperado” de Derrida, aquele que se desloca do futuro e assim, contradizendo a noção pela qual os acontecimentos foram determinados no passado, e, “sem horizonte de espera” porque veio de fora dos constructos temporais estabelecidos e teve a experiência da “desolação”, da perda de todo pertencimento, pôde oferecer a hospitalidade construindo um presente expandido. Como diz Matos (2014), numa refiguração como esta, há de encontrar-se o sentimento “perturbante” de situação próxima à do pária, de “paradoxo da impossível inclusão e da impossível exclusão.

O episódio da construção do Cemitério Parque de Goiânia expõe expôs uma situação emergência, qual seja a inexistência de espaços públicos destinados a projetos e gestão municipal. Esses dois aspectos estarão presentes em mais dois episódios que envolvem projetos da Prefeitura, empreendidos por Hélio de Britto. A construção de um novo Mercado Central e o Palácio da Autonomia Municipal. Nestes projetos, tal como no projeto do Cemitério Parque, Helio de Britto constrói a perda do tempo homogêneo e teleológico, e enfatiza a expansão do tempo presente e as suas emergências. E essa mudança estrutural de um tempo teleológico irá refletir na pratica da arquitetura e urbanismo, nos espaços e nos projetos concebidos desde então.

Porém, trafegando nas raias do “avesso simbólico”, o limite do real o faz escavar os sentidos para o seu Histórico de uma administração municipal. Nisso, o sentido que persistentemente constrói é a caracterização crua da perda. Pois é no momento mais inapreensível, no cerne mesmo do indiferenciado da perda, que ocorre o despertar do sujeito no presente. Isso significa um despertar para a construção de uma identidade local de Goiânia, com seu próprio tempo, espaço e forma. Portanto, o que ocorre como núcleo documental a que pertence o livro de Britto, é que o que ocorre, o seu autor – e também aos personagens a eles correlacionados – não é um simples desvencilhar-se do sentido dado pelas administrações anteriores de Goiânia, mas um reordenamento deste, e este reordenamento é perpassado pela arquitetura e urbanismo.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Um aprofundamento sobre a teoria e história da arquitetura e urbanismo que identifique formas e espacializações correspondentes aos distintos regimes de historicidade e núcleos documentais aqui abordados, a análise sobre a qualidade da arquitetura e do urbanismo que se põe em prática desde então, é outra história a ser escrita e um debate a ser feito com maior aprofundamento.

Espera-se que sob essa perspectiva de análise da história de Goiânia, se produza um pensamento histórico do qual o passado possa ser extraído na contingência do presente. Permeada pela arquitetura e urbanismo, a pesquisa sobre o regime presentista ainda se encontra em seu início, por isso, a perspectiva do presente texto foi a de expor um contexto inicial de análise, caracterizando-o por meio de explicações narrativas descontinuidades ou “erosão” dos tempos. Desse modo, abrir um possível horizonte de expectativas mediante a explicação narrativa desses núcleos documentais citados, onde análises histórico-teóricas sobre arquitetura e urbanismo possam ser melhores elaboradas a posteriori.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional – Documentário histórico; técnico; descritivo – Contribuição ao “Batismo cultural de Goiânia”, no 8º Congresso Brasileiro de Educação e 2ª Exposição de Educação, Cartografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Of. Graf. do Jornal do Brasil, 1942.

Diário Oficial (15/07/1950)

HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. [KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf)

_____. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *In Revista de História* 148 (1º - 2003), 09-34. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/21015>

_____. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRITTO, Hélio de. *Histórico de uma administração*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966.

BUENO, Jerônimo Coimbra. *A Fundação Coimbra Bueno pela nova capital do Brasil – Decreto nº 49.873 de 11 de janeiro de 1961*. Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

_____. Discurso. Diário Oficial (15/07/1950).

DORFMAN, Beatriz. Arquiteturas do desejo. *In Derrida e arquitetura*. Dirce Eleonora Solis, Fernando Freitas Fuão (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

FUÃO, Fernando Freitas. As formas do acolhimento. *In Derrida e arquitetura*. Dirce Eleonora Solis, Fernando Freitas Fuão (Orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

GOIÂNIA. *Autonomia do município de Goiânia. Mensagem enviada pelo Prefeito Dr Helio Seixo de*

Britto ao Governador Mauro Borges Teixeira. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia. 1962.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. As quatro dimensões do despertar — sonho, fantasia, delírio, ilusão. *Ágora* (Rio de Janeiro) v. VIII n. 2 jul/dez 2005. 275-289.

MATOS, Olgária. Derrida e a língua do outro: a filosofia é a ciência primeira. In *Revista Cult* n° 195 – *Dossiê Jacques Derrida*. Outubro de 2014. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/06/derrida-e-a-lingua-do-outro/>

MONTEIRO, Ofélia Sócrates. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: Fraçois Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e mudança cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2007.

CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA

Emanuelle Karenyne Mota Chaves

Instituto Federal do Maranhão - IFMA. Mestre em Políticas Públicas
Caxias - Maranhão

Hugo Bona de Carvalho

Instituto Camillo Filho. Arquitetura e Urbanismo
Teresina - Piauí

Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar

Instituto Camillo Filho. Arquitetura e Urbanismo
Teresina – Piauí

RESUMO: O modernismo foi um movimento que envolvia as áreas artísticas e culturais. Os principais ideais modernistas tiveram sua chegada ao Brasil a partir da primeira década do século XX, introduzida através de manifestos como a Semana da Arte Moderna realizada em 1922 em São Paulo. Em Teresina, o modernismo realizado por profissionais com formação universitária em arquitetura surgiu tardiamente, apenas no início da década de 1950. Antes disso, contudo, já eram realizados na cidade edifícios cujas características plásticas remetiam ao modernismo, mas seus interiores eram ainda fortemente influenciados pelo ecletismo. Definida como a primeira edificação modernista em Teresina, a Casa Zenon Rocha destaca-se em sua planta baixa diferenciada, volumetria, setorização, exotismo e harmonia da composição. Idealizada pelo arquiteto Anísio

Medeiros, a residência também tem influência do Ecletismo e apresenta grandiosas medidas para o conforto térmico adequado para uma cidade localizada quase abaixo da linha do equador. O presente artigo tem como objetivo a investigação e registro da importância da Casa Zenon Rocha para o patrimônio arquitetônico teresinense, além de ressaltar o papel do arquiteto Anísio Medeiros. Relatar a chegada desse estilo arquitetônico à cidade e o impacto social e cultural deste projeto diante de todos os cidadãos. O estudo consiste na análise da documentação e bibliografia especializada, no intuito de contribuir com a valorização do patrimônio local.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo; Teresina; Casa Zenon Rocha.

ABSTRACT: Modernism was a movement that involved artistic and cultural areas. The main modernist ideals came to Brazil from the first decade of the twentieth century, introduced through manifestos such as the Modern Art Week held in 1922 in São Paulo. In Teresina, modernism carried out by professionals with a university education in architecture arose late in the early 1950s. Before that, however, already buildings were built in the city, whose plastic characteristics resembled modernism, but their interiors were still strongly influenced by eclecticism. Defined as the first modernist

building in Teresina, Zenon Rocha's House stands out in its differentiated floor plan, volumetry, sectorization, exoticism and harmony of composition. Idealized by the architect Anísio Medeiros, the residence is also influenced by Eclecticism and presents great measures for thermal comfort suitable for a city located almost below the equator. The objective of this article is to investigate and record the importance of Casa Zenon Rocha for the architectural heritage of Teresina, and to highlight the role of the architect Anísio Medeiros. Report the arrival of this architectural style to the city and the social and cultural impact of this project before all citizens. The study consists of the analysis of the documentation and specialized bibliography, in order to contribute with the valorization of the local patrimony.

KEYWORDS: Modernism, Brazil, Teresina, Zenon Rocha's House.

1 | INTRODUÇÃO

A Arquitetura Moderna, consiste em um conjunto de movimentos e escolas arquitetônicas que vieram a caracterizar a arquitetura produzida durante grande parte do século XX (especialmente os períodos entre as décadas de 20 e 60), inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo. Não há um ideário moderno único, suas características podem ser encontradas em origens diversas como a Bauhaus, na Alemanha; em Le Corbusier, na França, e em Frank Lloyd Wright nos EUA (COELHO e ODEBRECH, 2007).

No século XIX, com a Revolução Industrial as cidades cresceram rapidamente, sem infraestrutura suficiente para suportar o aumento populacional ocasionado principalmente pelo êxodo rural. Com a chegada de pessoas em busca de trabalho na cidade, aglomerados urbanos com condições precárias de vida começavam a se instalar. Nesse contexto, muitas discussões em busca de soluções surgiram sobre esse tema, a moradia.

Embora o tema habitação estivesse em debate, as escolas de arquitetura no início do século XX continuavam alheias à questão, voltando-se aos ensinamentos tradicionais do ecletismo e distantes da nova realidade industrial que surgia como principal elemento transformador das cidades. A engenharia se destacava como a escola moderna daquela época e desenvolvia-se em paralelo à indústria. Pontes, grandes torres, aviões, automóveis, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas como as grandes inovações (LE CORBUSIER, 1973). Em 1928, na Suíça, vinte quatro arquitetos, de olhos na realidade industrial, se uniram no castelo de Hélène de Mandrot e organizaram o primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, com o objetivo de fazer uma conexão entre arquitetura e sociedade e de fortalecer a ideia de que o arquiteto deve atuar conforme sua época.

O arquiteto Walter Gropius, escreveu um artigo abordando as mudanças decorrentes do aparecimento da indústria e como estas afetaram a rotina familiar,

afirmando que o projeto da casa deveria atender às novas necessidades que surgiram, logo, o modo de morar precisava ser revisto. Propõe-se algumas mudanças como a união de uma série de unidades habitacionais com concentração de serviços - cozinha e áreas de serviço comunitárias, diminuindo assim, o trabalho da mulher. Destaca-se também que o mínimo necessário para uma família viver descentemente muda segundo as condições particulares de cada cidade, região, paisagem e clima (AYMONINO, 1973).

Na Exposição Weissenhof, Le Corbusier publica o livro “Five Points of a New Architecture”, os cinco pontos da nova arquitetura. Segundo Maciel (2002), estes cinco pontos orientaram de modo parcial a concepção das primeiras casas de Le Corbusier, “especialmente na definição de um repertório formal que se adequasse às novas possibilidades tecnológicas recém surgidas, especialmente a impermeabilização e o concreto armado”. Os cinco pontos são os seguintes:

- 1- Pilotis, liberando o edifício do solo e tornando público o uso deste espaço antes ocupado, permitindo inclusive a circulação de automóveis;
- 2- Terraço Jardim, transformando as coberturas em terraços habitáveis, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais;
- 3- Planta livre, resultado direto da independência entre estruturas e vedações, possibilitando maior diversidade dos espaços internos, bem como mais flexibilidade na articulação;
- 4- Fachada livre, também permitida pela separação entre estrutura e vedação, possibilitando a máxima abertura das paredes externas em vidro, em contraposição às maciças alvenarias que outrora recebiam todos os esforços estruturais dos edifícios;
- 5- A janela em fita, ou fenêtre en longueur, também consequência da independência entre estrutura e vedações, se trata de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício, permitindo iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior (MACIEL, 2002).

Novas ideias relativas ao conforto e normas de convívio foram colocadas em prática na casa moderna, aliadas ao progresso das técnicas construtivas. Quanto aos ambientes, ocorreu um desuso de alguns ambientes e a superposição de atividades em outros, como é o caso da copa, considerada desde a década de 20 uma área de estar importante para a família, e que foi perdendo a importância aos poucos e desaparecendo das casas. A sala de visitas e a de jantar, por exemplo, que na casa tradicional aconteciam separadamente, sendo a primeira usada somente em ocasiões especiais, na casa moderna aparecem em um único ambiente que conforma a zona de estar e lazer da família (LEMOS, 1996).

A origem da arquitetura moderna brasileira encontra-se no movimento artístico brasileiro do início do século XX, cujo ápice e consolidação se deram com a Semana de Arte Moderna de 1922, transcorrida na cidade de São Paulo, em fevereiro daquele ano

(FRACALOSSO, 2011). De acordo com Igor Fracalossi, a Semana de 22 proporcionou três enfoques fundamentais para o desenvolvimento do movimento moderno brasileiro: um tom polêmico e depreendido, uma busca por criar uma identidade nacional, e um desejo por liberação.

Mario de Andrade e Oswald de Andrade não só participavam, como eram os principais “construtores” dos postulados modernos da vanguarda de sua época. Tais postulados se traduziam na união das ideias da vanguarda erudita com elementos da cultura tradicional e popular (CAVALCANTI, 1987).

Alguns anos mais tarde, tais ideias parecem ter influenciado o pensamento de Lúcio Costa na sua visão da arquitetura moderna com viés tradicional. Essas influências estão expressas claramente no texto Documentação Necessária, de 1938, no qual Lucio cria uma trama evolutiva que interliga a arquitetura do nosso passado colonial com a arquitetura moderna. Partindo da análise da arquitetura de Portugal adaptada às condições brasileiras, vai traçando um processo evolutivo para essa arquitetura que culmina “naturalmente” na arquitetura moderna (COSTA, 1995).

Com uma chegada tardia, o movimento modernista surge em Teresina apenas no início da década de 50. Antes disso, contudo, já eram realizados na cidade edifícios com características plásticas que remetiam ao modernismo, mas com interiores fortemente caracterizado pelo ecletismo. Produção essa feita por leigos em arquitetura com conhecimentos baseados em revistas, viagens a outras cidades ou até mesmo obras dos arquitetos da cidade. Há, entretanto, uma diferença de qualidade perceptível entre os projetos arquitetônicos concebidos pelos dois grupos de profissionais, isso está expresso na harmonia das formas plásticas, na inovação de arranjar aos ambientes em planta baixa e no esmero conferido aos detalhes construtivos, características essas muito melhor exploradas por arquitetos graduados.

Assim, a análise tem relevância para a cidade de Teresina e sua história no que se refere da Arquitetura Moderna brasileira, onde a construção de edifícios modernos foi bastante verificada ao longo dos anos. É necessário entender que por ser uma pesquisa de referência no Piauí, o campo de pesquisa e específico, a Casa Zenon Rocha, a primeira casa de Arquitetura Moderna da cidade de Teresina – Piauí. Localizada no centro da cidade, a casa escolhida faz parte da história arquitetônica local e brasileira, tendo sua preocupação com a forma, conforto, paisagismo e as pessoas que a habitavam. Servindo como base para entender a arquitetura moderna, suas adaptações para a região e sua relação com a cidade moderna e com o centro histórico de Teresina ao mesmo tempo.

Aos 99 anos, hoje a dona da primeira residência de arquitetura moderna na cidade de Teresina, Dona Alzair de Carvalho Rocha, ainda reside na casa. Mesmo após a morte do marido, Dr. Zenon Rocha em 1990, a casa continua habitada e conservada por sua esposa e alguns empregados que se revezam. Com os relatos da própria Dona Alzair e do Joel, filho de empregados que foi criado dentro da casa desde pequeno, temos uma boa base sobre como tudo aconteceu desde aqueles anos de

1952 até hoje.

O arquiteto escolhido para conceber o projeto era amigo do casal, Anísio de Araújo Medeiros, que na época morava no Rio de Janeiro e estava por dentro dos acontecimentos nacionais e internacionais da área. De acordo com Dona Alzair, Anísio ficou muito entusiasmado com o convite e disse que faria uma casa que entraria para a história, e foi exatamente o que aconteceu.

Até então nenhuma casa havia sido erguida em Teresina com as linhas, formas e diversos outros aspectos modernos propostos por Anísio. A casa se tornou atração para pedestres que passavam pela rua e paravam para observar e admirar a arquitetura inovadora para a época. Até os dias de hoje, profissionais e estudantes do curso de arquitetura pleiteiam constantemente visitas para conhecer os traços arquitetônicos desse imóvel de 660m² emblemático e tão representativo.

2 | MODERNISMO NO BRASIL – EFEITOS EM TERESINA

A história da Arquitetura Moderna no Brasil é a história de um punhado de jovens e de um conjunto de obras realizado com uma rapidez inacreditável. Em poucos anos, uma ideia que teve apenas o tempo de lançar suas raízes, em São Paulo e no Rio de Janeiro, floresceu e alcançou uma maturidade paradoxal. Não demandou sequer, como se poderia supor, o tempo de uma geração, mas apenas os poucos anos de passagem de uma turma pela escola de arquitetura. Em seu ensaio sobre arquitetura brasileira, Lúcio Costa, cujo papel nessa história jamais será suficientemente louvado, ao analisar o período que vai de 1930 a 1940 e que antecede a construção do Ministério da Educação e Saúde, assinala com propriedade que “a arquitetura jamais passou, noutro igual espaço de tempo” (MINDLIN, 1999; FICHER, ACAYABA, 1982).

Naqueles dez anos, no Brasil, a arquitetura internacional se tornou arquitetura brasileira. Esse desenvolvimento extraordinário, cujas raízes podem ser encontradas em condições históricas favoráveis, apareceu, todavia, como uma mutação inesperada, que um determinismo estrito não conseguiria explicar. Talvez a explicação deva ser procurada antes nos fatores subjetivos de preparação espiritual e de ambiente intelectual do que na evolução da arte da construção ou no desenvolvimento industrial do país (MINDLIN, 1999).

O caráter próprio que a Arquitetura Moderna brasileira rapidamente assumiu, e que a distingue dos movimentos similares na Europa e na América do Norte, também estava ligado a essa mesma tradição. No Brasil, revelou-se uma nova produção, repleta de charme e novidade, a primeira aplicação em larga escala dos princípios de Le Corbusier, Gropius e Van der Rohe, uma arquitetura que se havia materializado mais cedo em outras partes do mundo, na primeira fase da Arquitetura Internacional, mas que no Brasil tinha agora encontrado sua expressão artística. Houve um imediato e entusiástico reconhecimento externo, e o Brasil se deu conta de que sua Arquitetura

Moderna era uma das suas mais valiosas contribuições à cultura contemporânea (REIS FILHO, 1983; Cf. BRUAND, 1991).

As primeiras casas cujos projetos não apresentavam mais as influências da escola clássica datam dos primeiros anos do século XX. Estes projetos foram idealizados por arquitetos de vanguarda, que passaram a buscar novos caminhos que levassem a uma arquitetura adequada à sociedade industrial. A industrialização trouxe mudanças que refletiram na estrutura e costumes familiares. (...) com o movimento moderno, surgem vários estudos encaminhados a compreender que a obra de arquitetura não seria um organismo com vida própria, havendo uma relação de dependência com o ser que a habita. O edifício passa a ser entendido como estrutura reflexiva, alimentada pelos incessantes impulsos sociais (MIGUEL, 2005).

Os edifícios deveriam ser econômicos, limpos, úteis. Neste sentido, duas máximas permearam o período do moderno: “Menos é Mais” frase cunhada pelo arquiteto Mies Van der Rohe e “A Forma Segue a Função”, do arquiteto proto-moderno Louis Sullivan. Estas sentenças sintetizam bem o ideário moderno, ainda que em vários momentos tenham sido confrontadas (BENEVOLO, 1976).

A casa tradicional com suas paredes autoportantes foi aos poucos dando lugar à casa moderna. A edícula, localizada no quintal, foi integrada à construção principal, surgindo assim as áreas de serviços, ocupando geralmente parcelas dos afastamentos dos lotes. A organização frente-fundo, hierarquizada, foi substituída pela valorização de todas as fachadas, sendo possível encontrar na frente do lote a nova área de serviço devidamente protegida por muros. O paisagismo foi aos poucos sendo valorizado e os velhos quintais foram transformados em pátios e corredores, que quando conformavam jardins, faziam a ligação entre espaço externo e interno. Ambientes como a cozinha e banheiros ganharam igual importância no tratamento arquitetônico. A organização espacial acontecia em prol da valorização da vida familiar, então, os arquitetos buscavam continuidade espacial através da integração de ambientes como as salas e até, em casos mais inovadores, a cozinha (REIS FILHO, 1978).

Em 1937, mesmo sem um volume de trânsito que pudesse justificá-la, foi aberta a Avenida Presidente Getúlio Vargas, hoje Frei Serafim, e inaugurada a iluminação pública elétrica. Porém, o início do fornecimento desses serviços urbanos não significou o acesso a eles por toda a população: “ainda em 1952 Teresina padecia de tristíssimas condições de conforto, em todos os sentidos. Péssimo calçamento das ruas. ausência de higiene, falta de escolas, mendicância generalizada”. (NASCIMENTO, 2002)

As melhorias urbanas, apesar de restritas a um segmento da população, continuaram a acontecer. No fim da década de 1920, a vizinha Flores - hoje Timon - já estava ligada a São Luís por linha férrea, demandando apenas uma ponte sobre o Rio Parnaíba para trazê-la a Teresina, que foi inaugurada em 1939. Da década de 1930 é a ponte de madeira sobre o Rio Poti, que ligava ao litoral do estado. Somente após 1940, quando o Piauí passa a ser o principal produtor [de cera de carnaúba] do país, superando o Estado do Ceará, o crescimento da capital piauiense foi retomado: entre

1940 e 1960, a população da cidade aumentou de 67.641 para 142.691 habitantes.

Ainda que se tratasse do fenômeno da “urbanização sem indústria”, a prosperidade do ciclo da carnaúba criou um clima de progresso, expresso no grande número de construções públicas e privadas que aconteceram a partir de então. Em parte, devido ao lucro obtido, o endereço das famílias mais abastadas mudou do núcleo original, às margens do Rio Parnaíba, para o entorno da Avenida Frei Serafim, onde os edifícios mais precários foram eliminados à força para ceder lugar aos palacetes. Em 1952, época na qual a casa Zenon Rocha foi construída, o local era considerado “arredor” do centro urbano, muito ventilado, por estar em uma região alta (conhecida pelo nome de Alto da Moderação) e possuidora de uma densa massa de vegetação, composta por mangueiras. (NASCIMENTO, 2002)

3 | UM PASSEIO PELA CASA ZENON ROCHA

A chegada tardia desse estilo arquitetônico, modernismo, a cidade de Teresina, resultou em uma arquitetura diferenciada do seu estilo original. Devido ao clima diferenciado, estações do ano complicadas, incidência solar de grande nível e outros aspectos naturais que com o tempo agravaram-se. A casa Zenon Rocha (fig. 01) possui planta com característica forte do modernismo, mas com mudanças consideráveis através da caneta do arquiteto Anísio Medeiros.

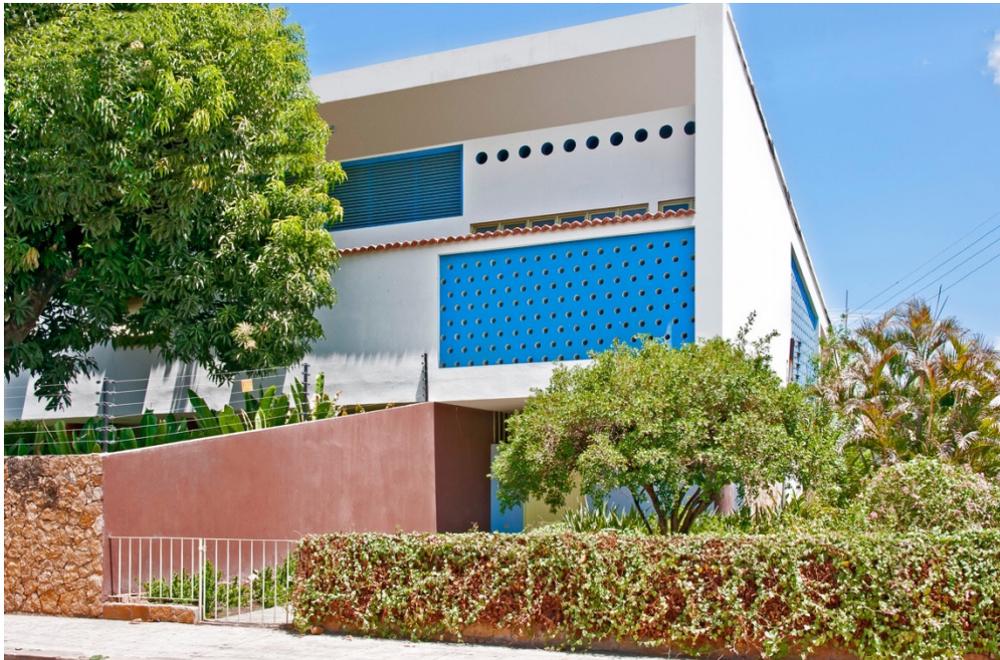


Fig. 01 - Fachada principal da casa Zenon Rocha.

Fotografia: Manoel Soares

O edifício pretendia incluir o máximo dos itens de conforto e status disponíveis no início dos anos 1950. como salas de estar e jantar integradas, suíte, escritório e garagem, por exemplo. O hall de entrada (fig. 02) foi criado para filtrar os acessos à

casa, como já era usual em casas ecléticas, distribuindo-os para a área social, para a íntima ou especificamente para o escritório, através da varanda. A sala de estar foi criada já prevendo o futuro uso da televisão, que ainda estava chegando ao Brasil, por isso, na casa Zenon Rocha a varanda foi elevada a protagonista da área social, um amplo espaço sob pilotis, de uso múltiplo: para conversar intimamente, fazer artesanato e até servir refeições para muitos convidados. A sala de jantar acabou virando um mero apêndice, ambiente ocioso a maior parte do tempo, pois a família preferiu se reunir durante as refeições na copa, por ser uma área mais reservada e dirimente ligada à cozinha.

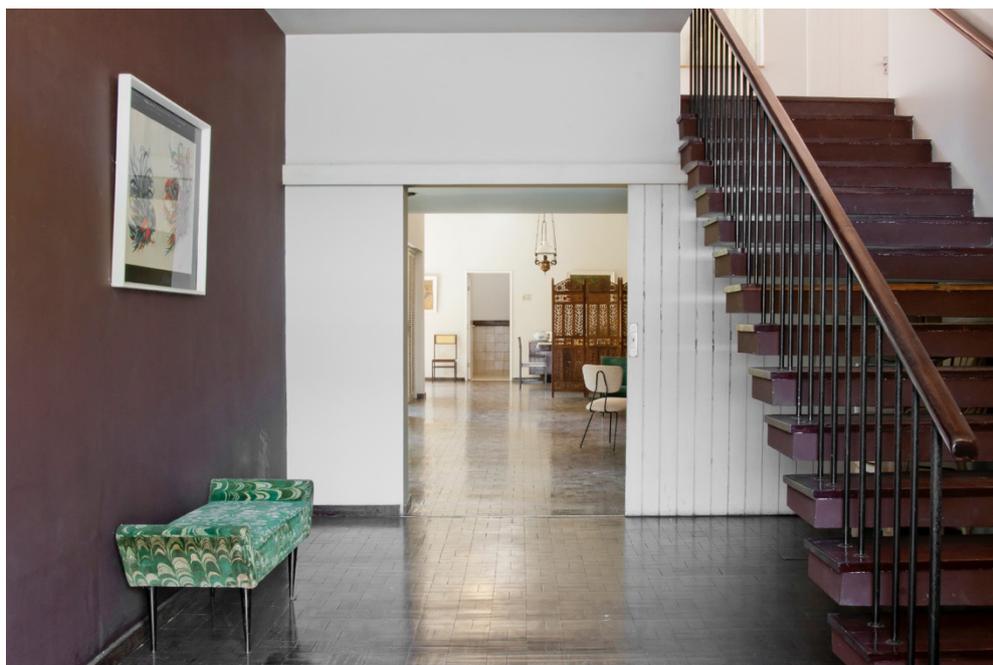


Fig. 02 - Hall de entrada da casa.

Fotografia: Manoel Soares

Apenas vinte anos depois, no início da década de 1970, foram inaugurados o sinal da televisão em Teresina e o aparelho receptor, cujo fora instalado na sala de estar, que finalmente assumiu a função de reunir a família e reduziu a atração pela copa e a varanda. O escritório está integrado à área íntima por uma das escadas, situação adequada ao cotidiano, mas tem acesso pela área social para garantir a privacidade quando usado como consultório em situações excepcionais. Essa alternativa foi prevista para que o Dr. Zenon, sendo médico e trabalhando fora, eventualmente pudesse atender em casa. Desta forma, o ambiente teria normalmente a privacidade de uma sala de estudos próxima aos quartos, mas reversível a consultório com acesso para a rua.

Sobre a ala de serviço, é perceptível sua importância para aquela família: com entrada independente a partir da garagem, graças ao lote de esquina, esta parte da casa adquiriu vida própria durante o dia. Nela percebe-se a intenção do arquiteto de inovar, agregando todas as atividades relacionadas no corpo principal da casa, desde

as garagens até o quarto de empregados. Enquanto durassem os afazeres domésticos, a copa e a cozinha eram os locais de maior atividade na casa. A única coisa que o arquiteto Anísio Medeiros não previu e que se tornou uma certa incompatibilidade com o seu projeto totalmente modernista, foi a não utilização da cozinha para serviços pesados, para evitar a desordem ocasionada pelos empregados no desempenho de suas tarefas e manter a cozinha sempre digna de receber visitas, os proprietários optaram posteriormente pela construção de uma edícula, uma espécie de cozinha no quintal, a única alteração no projeto original, um costume antigo, remanescente do período colonial herdado dos índios. As garagens servem também para evidenciar a posse de um carro pela família, na época então um luxo para poucos, assim como o banheiro reversível e o vestuário nos aposentos do casal, tidos como símbolo de status.

Na ala íntima foram projetados três quartos com dimensões iguais. O fato de que na época do projeto a família ainda não estava completa - apenas um dos quatro filhos do casal havia nascido - deve ter influenciado o arquiteto a criar espaços iguais para meninos e meninas. Porém nasceu apenas um filho homem, que ocupou sozinho um dos quartos, enquanto as três mulheres dividiam o segundo e o casal ocupava o terceiro, que possui um vestiário e acesso privativo ao banheiro – sinal da existência de uma hierarquia doméstica nessa ala – outro cômodo existente, menor que os demais, foi reservado ao hobby do Dr. Zenon: o rádio-amador.

Quanto à sua volumetria, a casa Zenon Rocha destaca-se pelo exotismo e harmonia da composição. Vista da rua, o bloco compacto parece ser um grande prisma cortado obliquamente, em forma de cunha. O volume da ala de serviços, muito discreto a partir da fachada principal, contrapõe-se ao prisma maior. As fachadas externas são ricas em cores e texturas: exploram a oposição entre o branco predominante da alvenaria, os trechos em pedra nativa, o azul dos elementos vazados, o marrom dos pilares e o amarelo das esquadrias em venezianas em madeira. O grande prisma é apenas aparente, sendo formado pela junção dos blocos social, íntimo e de serviços, com planta em U.

Planta baixa diferenciada em relação às residências teresinenses construídas até então. Anísio Medeiros concebe por primeira vez na cidade de Teresina, um projeto com resolução de planta adotando critérios modernos: modulada, setorizada por áreas, criando espaços de lazer cobertos no pavimento térreo através da adoção de pilotis, valorização do espaço interno devido à criação de mezanino, e acesso ao pátio interno ajardinado e composto de árvores frondosas que criam um agradável conforto térmico na casa. A cidade por possuir um clima quente úmido, tendo apenas duas estações climáticas, uma seca e outra chuvosa, com uma alta taxa de insolação, necessitava de uma maior atenção às soluções climáticas, e por isso, pode-se observar o emprego de diversas propostas em busca do conforto ambiental, como por exemplo, a correta orientação solar das zonas espaciais, a abertura generosa de panos de esquadrias vazadas em persianas de madeira, a utilização de “buzinotes” que permitiam a

circulação constante do ar nas fachadas, espaços internos com altos pés-direitos, transparências e integrações espaciais, e o uso de pátios internos (fig. 03).



Fig. 03 - Pátio interno sob pilotis.

Fotografia: Manoel Soares

Desperta interesse na solução volumétrica, a adoção do teto ‘asa de borboleta’, utilizado inicialmente por Le Corbusier e posteriormente empregado de forma constante na linguagem plástica de Niemeyer em diversos projetos brasileiros, e que se tornou uma solução bastante usual na arquitetura brasileira, por solucionar os problemas climáticos tropicais, ao substituir os tetos planos, por telhados cerâmicos inclinados, sendo bastante encontrados em projetos modernos.

Sobre o arquiteto, Anísio de Araújo Medeiros nasceu em Teresina no ano de 1922. Ainda jovem, fixou endereço no Rio de Janeiro, onde se formou arquiteto em 1948 pela Faculdade Nacional de Arquitetura. Desde a época de estudante, Medeiros dedicava-se também a outras artes. Em 1947 concebeu um painel para o Conjunto Pedregulho, no início dos anos 1950, enquanto desenhava a sede de um clube em Araguari, Minas Gerais, viajou ao Piauí para rever a família e recebeu algumas encomendas, como a casa Zenon Rocha ainda preservada. Elaborou os painéis que integram o projeto para o Monumento aos Pracinhas, no Rio de Janeiro, para a escola Dom Silvério e para a casa Nanzita Gomes. Em 1956, Medeiros conquistara o prêmio de Viagem ao Estrangeiro do Salão Nacional de Arte Moderna. A partir dessa época, ele passou a se dedicar profissionalmente ao trabalho de cenografia em teatro. Ganhou o prêmio de Melhor Figurino e Melhor Cenografia do Festival de Brasília de 1968 e 1969 e o Coruja de Ouro do Instituto Nacional do Cinema. Enveredava pelo mundo do cinema quando projetou a casa David Cortellazzi, em 1968 (demolida), desenhou ainda o Igara Clube hoje abandonado em Parnaíba, e o late Clube totalmente descaracterizado em

Teresina, além de residências em Minas Gerais. Lecionou disciplinas relacionadas às Artes Plásticas e arquitetura no Rio de Janeiro, na Universidade Santa Úrsula e na Uni-Rio. Faleceu aos 80 anos. em 26 de março de 2003.

4 | NOTAS FINAIS

A edificação pesquisada apresenta características que denotam a qualidade projetual do arquiteto Anísio de Araújo Medeiros, que trabalhava com critérios modernos, buscando uma identidade visual e construtiva, caracterizada pela atenção ao detalhe, à estrutura e à realidade climática. É importante mencionar que há um profundo desconhecimento por parte de técnicos preservacionistas da importância do trabalho do arquiteto citado. Há muito ainda por ser estudado sobre esta produção arquitetônica piauiense de Anísio, bem como, as suas atuações em outras cidades brasileiras, ainda não investigadas.

A Casa Zenon Rocha está em bom estado de conservação e é protegida legalmente pela Prefeitura de Teresina, acredita-se que o rigor com a preservação de suas características originais tenha como maior defensora nos dias atuais a matriarca da família, Sra. Alzair, mas que pela sua avançada idade, em um futuro próximo a residência terá como seu destino uma incógnita, já que a casa e o terreno super valorizado são alvos de sucessivas propostas de negócio por parte dos vizinhos Marko Informática e Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs) que certamente tem a intenção de usar o espaço para fins comerciais. Teme-se que o valor histórico de grande importância pela relevância em estudos sobre a arquitetura moderna brasileira não seja respeitado pelo fato de a construção não ser considerada tão antiga quanto outros prédios da cidade e que esse patrimônio não seja descaracterizado ou até mesmo demolido como aconteceu com outra grande obra do Anísio, a casa dos Cortelazzi que foi construída em 1968 e foi ao chão em 2004 para dar lugar a um supermercado na zona leste da capital.

Estudar a Casa Zenon Rocha reforça a importância da preservação arquitetônica de Teresina que conta a história da cidade e de seus habitantes, construção de uma memória viva, pulsante que atravessa as ruas, casas e paredes.

REFERÊNCIAS

AYMONINO, Carlo. **La vivienda racional**. Barcelona: G. Gilli, 1973. 313p.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CAVALCANTI, L. Le Corbusier, **o Estado Novo e a formação da arquitetura moderna brasileira**. Projeto, São Paulo, n.102, p. 161-3, ago. 1987.

Coelho, A. and Odebrecht, S. (2007). **Arquitetura moderna: reconhecimento e análise de edifícios**

representativos em Blumenau, SC. 13th ed. Blumenau-SC: Dynamis revista tecno-científica, p.46. Disponível em: <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/viewFile/370/347>. Acessado em: 28 de setembro de 2017.

COSTA, L. **Registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

LE MOS, Carlos. **História da Casa Brasileira.** História do Contexto, 1989. 83p.

FICHER, Sylvia, ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura Moderna Brasileira.** São Paulo: Projeto, 1982.

FRACALOSSO, Igor. “**Origens de uma Arquitetura Moderna Brasileira**” 29 Dez 2011. ArchDaily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/16500/origens-de-uma-arquitetura-moderna-brasileira>. Acessado em: 27 de setembro de 2017.

MACIEL, Carlos Alberto. **Villa Savoye: arquitetura e manifesto.** [2002]. 6p. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/. Acessado em: 28 de setembro de 2017.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **A Casa.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. 253p.

MINDLIN, Enrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência em Teresina;** Fundação Monsenhor Chaves: Teresina, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. P 88-95

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

Universidade Estadual de Goiás, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo
Anápolis - Goiás

patrimônio; memória; documentação.

RESUMO: Segundo a Carta de Lisboa (1995), o termo requalificação é usado com a intenção de valorizar os potenciais sociais, econômicos e funcionais de uma determinada cidade ou edifício, propondo o melhoramento da qualidade de vida da população. Assim, as áreas decadentes da cidade ou edifício ganham nova vida. O trabalho proposto consiste na requalificação de um patrimônio cultural edificado, o edifício da Antiga Chefatura de Polícia do Estado de Goiás, localizado na Praça Cívica. Tem por finalidade atender às necessidades de instituições públicas e culturais, que enfrentam problemas de acessibilidade e disseminação de seu patrimônio arquivístico e documental. Tal requalificação pretende valorizar os potenciais sociais, econômicos e funcionais do edifício, tornando acessível o saber histórico e educacional das seguintes instituições: Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Biblioteca Pio Vargas, Museu da Imagem e Som e Biblioteca Braille, bem como constituir um equipamento cultural capaz de reforçar as funções simbólicas, cívicas e de lazer da Praça.

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação;

1 | TEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

“A mais importante é a praça do centro administrativo, (...), não tem finalidade para satisfazer apenas ao tráfego, mas principalmente para demonstrações cívicas”. Pela sua amplitude deverá atrair nos dias festivos da nação o povo, despertando um espírito patriótico. (LIMA citado por MANSO, p. 129)

A Praça Cívica foi projetada para abrigar o centro administrativo de Goiás. De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o nome “cívico” é relativo aos cidadãos como membros do Estado. Posto isto, o nome “Centro Cívico” em seu sentido literal estrito, significa Centro do Cidadão.

A Praça Cívica, desde o início da criação da cidade, foi o local de reunião dos cidadãos em datas especiais e também em dias de manifestações populares, protestos, comícios e outros eventos. “Nos primeiros momentos da capital, a vida social girava em torno das praças. A Praça Cívica era o espaço natural de concentração popular em meados dos anos 1940 até 1970” (FERNANDES, 2001, p.111).

Atualmente, a Praça deixou de ser a

principal referência para as atividades cívicas, embora o espaço ainda seja utilizado para festejos, muitas vezes organizados apenas pelo governo. Soma-se a este problema, a falta de conservação do patrimônio construído, dos jardins, de seus monumentos e edifícios.

As intervenções em edifícios históricos, com a finalidade de conservar e promover o seu uso adequado é importante para que possam desempenhar o seu papel enquanto patrimônio histórico e cultural. Alguns dos edifícios da Praça Cívica abrigam usos culturais, como o Centro Cultural Marieta Teles Machado, que comporta a Biblioteca Pio Vargas, Museu de Som e Imagem e a Biblioteca Braille. Para Fernandes (2001, p.131) o uso cultural soma-se ao valor histórico e simbólico desses edifícios e do entorno, caracterizando um reforço das funções de lazer e turismo da praça e um esforço no sentido de promover sua utilização em horários não comerciais.

Ocorre que alguns desses usos não possuem um suporte adequado quanto às edificações que os abrigam, há falta de espaço e infraestrutura. Os problemas dificultam o acesso e a disseminação do acervo dessas instituições.

No sentido de contribuir de forma positiva na problemática exposta, este trabalho propõe a requalificação do prédio da Antiga Chefatura de Polícia, edifício de valor histórico e cultural, para abrigar o Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, equipamento cultural que comporta o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Biblioteca Pio Vargas, Museu de Som e Imagem e Biblioteca Braille.

A proposta consiste em reunir no edifício da Antiga Chefatura de Polícia, os equipamentos que possuem como objeto de trabalho a documentação e passam por problemas ligados à infraestrutura e espaço físico.

Segundo Braga (2003, p.02), patrimônio cultural é todo aquele que sendo objeto, construção ou ambiente, a sociedade lhe atribua um valor especial, estético, artístico, documental, ecológico, histórico, científico, social ou espiritual essencial a transmitir às gerações futuras. Portanto, o patrimônio é um instrumento educativo e demonstrativo dos valores éticos e morais da sociedade, a herança material criada pelo homem através da história. Conservar o patrimônio da arquitetura e urbanismo é a melhor forma deste patrimônio perdurar na memória coletiva e definir suas raízes.

A união do edifício com um uso público e cultural, aliada à adequação do seu espaço para garantir um uso acessível do acervo dessas instituições, podem vir a reforçar as atividades cívicas do local, bem como perpetuar o bem (edifício) na memória da população. A requalificação pretende dar um uso simbólico, funcional e social ao edifício.

Para a compreensão da relevância do tema abordado, foi estudada a importância dos centros de documentações para a história e para a memória da sociedade, bem como os problemas enfrentados pelas instituições citadas.

1.2 A construção da história e da memória através dos Centros de documentação

A experiência humana vem produzindo no decorrer de sua existência um grande número de registros que a testemunham, possibilitando o seu conhecimento e avaliação. Tais registros constituem os documentos, objetos substanciais para a existência dos centros de documentação.

Segundo Tessitore (2003, p. 11 - 12), o Centro de Documentação representa uma mescla das entidades de arquivo, biblioteca e museu. Tem como características: possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos; ser um órgão colecionador e referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social e realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.

Os centros de documentação têm a responsabilidade na preservação e organização dos documentos em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. A partir da compreensão da importância destes documentos, será possível entender o papel dos centros de documentação na construção da história e na constituição da memória coletiva de uma sociedade. Para isso é necessário um entendimento em sentido lato do termo “documento”.

Segundo Jacques Le Goeff (1996, p. 535) o termo latino *documentum*, é derivado de *docere*, que significa ensinar. Para o autor o documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Ressalta ainda que o documento resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinando a imagem de si próprias.

Pode-se definir como sendo documentos todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou espécies documentárias, independentemente de sua apreensão física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados por aquela entidade como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades (SCHELENBERG, 2004, p. 35.).

Os documentos constituem então a base fundamental para que o historiador possa redescobrir a história, no entanto, o documento não se apresenta apenas como prova histórica, mas como objeto substancial para memória coletiva, para Bellotto (2004, p.274) no campo da documentação a memória chega a ser uma abstração, gerada por elementos concretos (os documentos).

A memória aparece, em Le Goff, vinculada à matéria do documento, enquanto a história encontra nele seu sentido de ser. Segundo o autor, a memória, onde cresce a

história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. É um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Tendo como princípio a importância dos documentos para a história e para a memória coletiva, e que, os mesmos são abrigados por edifícios, é necessário passar a se pensar o lugar desses edifícios na sociedade que ocupamos. O acervo documental de uma sociedade deve ser abrigado por edifício que dê suporte a todas as suas necessidades, e que acima de tudo possibilite a sua gestão “democrática”, onde todos tenham acesso ao patrimônio arquivístico, para que assim os documentos possam cumprir sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural e artística.

Neste contexto é relevante ressaltar a importância dos Arquivos Históricos como instituições, uma vez que foram os problemas enfrentados pelo Arquivo Histórico Estadual de Goiás, que motivaram a escolha da abordagem temática deste trabalho.

Para melhor entendimento é necessário delimitarmos a diferença entre arquivo como objeto edificado e arquivo como conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada. Um é inerente ao outro, o arquivo (edifício) tem como função a salvaguarda do conjunto de documentos (arquivo).

O acesso aos arquivos históricos é essencial para uma sociedade informada. O historiador Charles M. Andrews confirma tal pensamento:

“Quanto mais se compreender que a verdadeira história de uma nação e de um povo baseia-se não em episódios e acontecimentos superficiais, mas nas características substanciais de sua organização constitucional e social, mais valorizados e preservados serão os arquivos. Nenhum povo pode ser considerado conhecedor de sua história antes que seus documentos oficiais, uma vez reunidos, cuidados e tornados acessíveis aos pesquisadores tenham sido objetos de estudos sistemáticos... Tem sido afirmado que ‘o cuidado que a nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu’. Entre tais monumentos, e desfrutando o primeiro lugar, em valor e importância, estão os arquivos nacionais e locais.”
(Charles M. Andrews citado por Schellenberg, 2004, p.32)

O Arquivo Histórico, como fonte história, é o meio pelo qual é possível conhecer o passado, compreender o presente e planejar o futuro, estando intimamente ligado à memória e talvez por isso, a sua inacessibilidade decorrente dos diversos problemas que hoje são enfrentados por grande parte dos Arquivos Históricos brasileiros, corroborem a uma amnésia coletiva. Este termo foi utilizada por Le Goff (1996, p.407) para ressaltar a fundamental importância que o arquivo possui na sociedade. Segundo o autor, a amnésia não é só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também é a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.

O Centro de documentação e Pesquisa proposto, objetiva promover a acessibilidade e difusão de todo o acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, bem como da Biblioteca Pio Vargas, Museu da Imagem e Som e Biblioteca Braille, uma vez que todas as entidades abrigam documentos de importância substancial na formação social, identitária e educacional da população.

1.3 Problemas de acessibilidade e disseminação

Segundo Tessitore (2003, p.03), os Centros de Documentação extrapolam o universo documental das Bibliotecas, embora possam conter material bibliográfico, aproximam-se do perfil dos arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos. Neste sentido, para este trabalho, é necessário um estudo com ênfase nos arquivos, enquanto instituições, abordando desde os princípios de sua história aos problemas da atualidade.

Há controvérsias sobre o surgimento dos primeiros arquivos públicos, embora muitos autores afirmem que surgiram nos séculos V e IV a C. na civilização grega, a partir de então os Arquivos evoluem gradativamente, passando por um abrandamento dessa evolução na Idade Média e sendo retomado no Renascimento. Atingiu uma maior importância com o Iluminismo, quando se passa a reconhecer o valor histórico dos documentos e assim o Arquivo Público pode vir a ser também um Arquivo Histórico. É também com o iluminismo que acontece a democratização do acesso aos Arquivos na França (SCHELENBERG, T. R, 2004, p.25).

Segundo Ohira (2004, p.02) a Revolução Francesa em 1789 e a subsequente criação dos Arquivos Nacionais da França representaram um marco histórico para os arquivos públicos quando se reconhece a sua responsabilidade não só com o patrimônio documental do passado, mas também com os novos documentos produzidos. Os documentos passam a ser considerados propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicite. No entanto, foi durante o século XIX que o arquivo, como instituição, ganhou espaço por constituir a base da pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis aos cidadãos. Em 1948, a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos, transformou o acesso aos arquivos em direito de todos os cidadãos.

No Brasil o acesso à informação é garantido no âmbito governamental pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu artigo 5º inciso XXXIII, ser a todos, assegurado o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Ocorre que, a situação dos Arquivos Públicos no Brasil, muitas vezes inviabiliza o acesso dos documentos à população. Neste sentido, é importante analisar os principais problemas enfrentados pelos Arquivos Públicos brasileiros, bem como estudar o atual Arquivo Histórico Estadual de Goiás, a fim de garantir que o presente trabalho possa propor um espaço adequado para uma gestão democrática do patrimônio arquivístico

goiano, garantindo o direito de acesso aos cidadãos e viabilizando a disseminação do acervo existente.

O Arquivo Histórico Estadual de Goiás foi criado em 1967 através do decreto 169/74, que passou o Antigo Arquivo Público do Estado ao controle da Secretária de Educação e Cultura. Atualmente o arquivo é subordinado à Secretária de Cultura do Estado Goiás.

A atual sede do Arquivo Histórico Estadual enfrenta diversos problemas, desde a falta de espaço físico para abarcar um programa condizente ao órgão a problemas diversos de infraestrutura e gestão do acervo.

De acordo com estudo e pesquisa realizados por Cortês (1996, p. 64-66) sobre os Arquivos Estaduais no Brasil, os principais problemas que acarretam um prejuízo no acesso à informação arquivística podem ser verificados quanto a: natureza jurídica e institucional dos arquivos; infraestrutura e instalações; acervo arquivístico; recuperação e pesquisa; usuários; recursos humanos; recursos tecnológicos; espaço físico, programas de difusão e atividades de desenvolvimento. Com base nessa pesquisa, foi realizada uma análise do atual Arquivo Histórico do Estado de Goiás, a fim de compreender as suas reais dificuldades.

O quadro de diagnóstico sintetiza essa análise. O estudo foi realizado através de pesquisas em campo e entrevistas com as funcionárias Suely, responsável pela instituição desde o ano 2000 e Heloísa Silva, funcionária do arquivo desde 2010.

Em síntese, o que se pode concluir através do estudo é que os problemas recorrentes no arquivo afetam diretamente o seu acervo quanto à sua guarda, conservação e divulgação, problemas que estão relacionados ao próprio edifício, inadequado para abrigar um Arquivo Histórico, prejudica o acesso da população a documentos substanciais para formação da identidade da sociedade.

DIAGNÓSTICO ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS			
Área	Problemas	Causas	Consequências
Natureza jurídica e institucional	Órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de Goiás.	-	Falta de visibilidade da importância dos arquivos, pelo cidadão e pelos governantes; menores recursos financeiros destinados aos Arquivos
Infraestrutura e instalações	Problemas com escoamento de águas pluviais; Climatização inadequada	Falta de manutenção do edifício e falta de recursos financeiros	Perda de parcelas do patrimônio documental público decorrente de infiltrações das águas pluviais; Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo
Acervo Arquivístico	Documentos não identificados e acumulados.	Quantidade deficiente de funcionários	Documentos de importância histórica e de diversas naturezas ficam inacessíveis aos cidadãos.
Recuperação e Pesquisa	Falta de laboratório de restauração e conservação de documentos Falta de políticas de recolhimento de documentos;	Edifício foi elaborado para abrigar o Arquivo Histórico, mas não levou em consideração as suas reais necessidades e o programa adequado para abrigá-lo; Espaço insuficiente para abrigar uma quantidade maior de acervo.	Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo; Quantidade de documentos com valor histórico armazenadas em depósitos privados ou da administração pública, fora das possibilidades de acesso dos cidadãos.
Usuários	-	-	-
Recursos humanos	Quantidade deficiente de funcionários	Espaço insuficiente para atender um número maior de funcionários; Falta de recursos financeiros	Prejuízo no arranjo, organização, recuperação, conservação e divulgação do patrimônio arquivístico.
Recursos tecnológicos	Ausência dos recursos de informática e microfilmagem no tratamento e recuperação da informação arquivística;	Inexistência de espaço físico para o procedimento de microfilmagem e digitalização; Falta de equipamentos adequados.	Dificuldade no acesso ao acervo da instituição; Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo
Espaço físico	Programa insuficiente para as atividades de um arquivo; Ambientes com espaços insuficientes para sua destinação – Sala de pesquisas não comporta uma quantidade razoável ou grupos de pesquisadores, salas de acervo não comportam uma quantidade maior de arquivos.	Edifício foi elaborado para abrigar o Arquivo Histórico, mas não levou em consideração as suas reais necessidades e o programa adequado para abrigá-lo;	Prejuízo no arranjo, organização, recuperação, conservação e divulgação do patrimônio arquivístico; Impossibilidade de receber e abrigar adequadamente novos documentos de importância histórica.
Programas de difusão e atividades de desenvolvimento	Falta de espaço físico para promoção das atividades.	Programa insuficiente para abrigar um arquivo histórico	Falta de visibilidade da importância dos arquivos, pelos cidadãos.

Tabela 1. Diagnóstico Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Org. Ariene Ferreira.

2 | REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Segundo Solà-Morales (2006, p. 254), a relação entre uma nova intervenção arquitetônica e a arquitetura já existente é um fenômeno que muda de acordo com os valores culturais atribuídos tanto ao significado da arquitetura histórica, como às intenções da nova intervenção.

Encontros internacionais, de instituições ligadas à política de preservação dos bens culturais, foram realizados ao longo dessas mudanças de valores culturais e produziram cartas, declarações e recomendações que definem, tanto em nível internacional quanto nacional, os procedimentos, normas e conceitos da prática de conservação do patrimônio cultural. Neste sentido, o estudo destes documentos deve pautar as decisões projetuais da requalificação do edifício da Antiga Chefatura de Polícia.

A Carta de Veneza (1964), embora considere o monumento histórico de forma isolada, estabelece princípios gerais para a sua conservação e restauração. De acordo com a carta, o monumento histórico é testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico e se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido com o tempo significação cultural. De acordo com o documento, a conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. Por essa razão, a conservação é favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade.

Dentro da discussão da função e uso do monumento histórico, a Norma de Quito (1967) ressalta que a valorização do patrimônio cultural, equivale a habitá-lo ressaltando suas características e permitindo o seu total aproveitamento. De acordo com a norma, trata-se de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significância, a enriquece, passando-a ao domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares. O uso do edifício da Antiga Chefatura de Polícia, para abrigar o Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, um equipamento público, possui como um de seus objetivos o reconhecimento e a valorização do edifício, como trata a Norma de Quito.

A Carta de Burra (1999), traz um conceito mais amplo do termo monumento e significado cultural do que aquele apresentado na Carta de Veneza. Neste documento, o termo está ligado ao valor estético, histórico, científico, ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. Também define que um novo uso não deve implicar uma mudança na significação cultural do edifício.

A Carta de Cracóvia, fruto da Conferência Internacional sobre conservação, realizada no ano de 2000, prevê que se deve evitar a reconstrução dentro do “estilo” do edifício de partes do mesmo. De acordo com a carta, se for necessário para uso adequado do edifício, a incorporação de partes especiais e funcionais devem refletir a

linguagem da arquitetura atual. Camilo Boito já defendia essa postura dizendo:

“É necessário o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje.” (BOITO, 2002, p.60)

Para Solà-Morales (2006, p. 257), Boito vinha defendendo um critério bem definido de diferenciação nas intervenções de restauro, essa ideia tornou-se o princípio fundamental estabelecido na Carta de Restauro de Atenas, de 1931. A carta defendia a necessidade de definir uma clara noção de contraste entre os edifícios históricos protegidos e as novas intervenções. Evidente que os princípios da Carta de Restauro de Atenas expressavam os valores culturais da época, valores ligados ao Movimento Moderno, que diziam respeito não só ao uso de materiais novos, mas à ausência de ornamentos e à simplicidade geométrica e tecnológica. Para Le Corbusier: “as novas dimensões modernas e o realce dos melhores tesouros históricos produzem um efeito encantador” (LE CORBUSIER, citado por RUBIÓ p. 08).

Na carta de Cracóvia, as recomendações de adoção das técnicas construtivas atuais, para se intervir no patrimônio histórico, vêm acompanhadas da condição de reversibilidade das intervenções, bem como o estímulo ao conhecimento dos materiais tradicionais e das suas antigas técnicas construtivas. A Carta define como autenticidade a soma de características substanciais, historicamente determinadas, do original até o seu estado atual, como resultado de várias transformações que ocorreram no tempo. Neste sentido, devemos considerar que os anexos do edifício da Antiga Chefatura de Polícia fazem parte da autenticidade do mesmo. Os anexos não fazem parte da concepção original do edifício, mas foram construídos ao longo de sua história para abrigar o programa das instituições públicas que por ali passaram.

3 | O EDIFÍCIO

3.1 Aspectos Históricos

A sede da antiga Chefatura de Polícia foi implantada em quadra externa da Praça Cívica, situada no quadrante sudoeste do conjunto. De acordo com documentos do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, o Jornal Correio Oficial (1942) e o Relatório de Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas (1939), conclui-se que o edifício teve sua construção iniciada em meados de 1939 e conclusão em 1942, ano do batismo cultural e inauguração oficial da cidade de Goiânia:

“Atualmente estão em franca execução numerosas obras de grande fôlego, empreitadas por firmas de São Paulo, mediante concorrência pública: asfaltamento de algumas das principais vias públicas, numa área de 100.000 metros quadrados, com a instalação de esgoto de águas pluviais. construção de vários edifícios:

O edifício foi construído para se instalar a Chefatura da Polícia, a Guarda Civil e a Delegacia Auxiliar, que já funcionavam na cidade, porém em local inadequado. O prédio foi utilizado pela primeira vez em fevereiro de 1942, quando foi instalada a Polícia Civil do Estado:

“A Chefatura da Polícia, Guarda Civil e a Delegacia auxiliar que vinham funcionando provisoriamente em prédio inadequado, de muito acanhadas dimensões, foram em dias do corrente mês trasladadas ao edifício para elas especialmente construído. Situado a esquerda da secretária Geral do Estado, o prédio da Polícia Civil oferece boa aparência exterior. Ele constitui um só corpo, com a forma de U, isto é, no centro dos pavilhões, há uma vasta sala destinada à formatura da Guarda Civil [...]

Aos rés do chão se acham as secções abaixo indicadas: Portaria, Protocolo, Inspetoria de Veículos, com gabinete do Inspetor; Gabinete Fotográfico, provido de ótima câmara escura; Gabinete de Identificação (duas salas), Corpo da Guarda, um cárcere, Gabinete do Chefe da Guarda e administração. No andar superior estão: O Gabinete do Chefe da Polícia, salão nobre, sala do Oficial de Gabinete, sala do Assistente Militar, Secção de Estatística, Arquivo, um cárcere, Secção administrativa e um amplo salão, para Guarda Civil se exercitar em jujitsu. Todas as divisões do edifício foram executadas com cuidado, depois de estudados os meios de melhor servirem aos seus fins.”[...] (Correio Oficial – 28 de Fevereiro de 1942)

Segundo Sócrates, (1938, p. 74 - 77) o prédio integra o conjunto de edificações projetadas para o Centro Cívico de Goiânia, que foi idealizado por Pedro Ludovico Teixeira. O arquiteto Atílio Correia Lima respondeu pelas obras da construção de Goiânia até 1935, quando a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. assumiu a continuidade dos trabalhos e esteve no comando das obras públicas. Portanto, em razão do seu período de construção, podemos atribuir a autoria do projeto da Antiga Chefatura de Polícia, a Armando Augusto de Gódoi, que orientou as obras da firma.

3.2 Evolução

O edifício da antiga Chefatura de Polícia sempre foi de uso do governo. Segundo a Secretaria de Cultura do Estado de Goiás (2012, p. 15.), no período de 1961 a 1988, o prédio abrigou a SUPLAN, Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento de Goiás e a EMOP, Empresa Estadual de Obras Públicas, no período de 1988 a 1996. De 1966 até 2010, o edifício passou a abrigar a Procuradoria Geral do Estado. O imóvel ficou desocupado por quase um ano, quando em janeiro de 2011 passou a ser usado pela AGEPEL, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, órgão responsável pela gestão da cultura do governo estadual. A partir de dezembro de 2011, a AGEPEL foi transformada na Secretaria de Estado da Cultura, que permanece ocupando o imóvel.

Como já mencionado em trecho do Jornal Correio Oficial, o edifício constituía-se

por um só corpo, atualmente dois blocos anexos fazem parte do seu conjunto. Através de imagens é possível perceber que os anexos já existiam na década de 1960.

Por integrar o conjunto arquitetônico art déco da capital goiana, o edifício constitui patrimônio cultural essencial a ser transmitido às gerações futuras. É protegido por lei através do tombamento, que ocorreu tanto em âmbito federal como estadual em conjunto com os demais edifícios que integram o acervo art déco da cidade de Goiânia. O imóvel da antiga Chefatura de Polícia foi tombado pelo Governo do Estado de Goiás em agosto de 1998, através do decreto nº 4.943. O tombamento em âmbito federal ocorreu em novembro de 2003, através da portaria nº 507:

“O Ministro de Estado da Cultura, no seu uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, [...] resolve: I – Homologar para efeitos do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia, compreendido pelos seguintes bens: Coreto da Praça Cívica, Fontes Luminosas, Fórum e Tribunal de Justiça, Residência de Pedro Ludovico Teixeira, Edifício do Antigo Departamento Estadual de Informação, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Edifício da antiga Chefatura de Polícia, Edifício da antiga Secretaria Geral, Torre do Relógio, Edifício do tribunal Regional Eleitoral, Edifício do Colégio Estadual Liceu de Goiânia, Edifício do antigo Grande Hotel, Edifício do Teatro de Goiânia, Edifício da Antiga Escola Técnica de Goiânia, Edifício da Antiga Estação Ferroviária de Goiânia, Mureta e Trampolim do Lago da Rosas, Edifício do Antigo Palace Hotel, Edifício da antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas e traçado urbano dos núcleos urbanos pioneiros [...]” (Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003)

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2013), o tombamento tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição ou descaracterização do conjunto construído. No entanto, o que percebemos através do Edifício da antiga Chefatura de Polícia é que o tombamento, por si só, não garante a preservação do patrimônio. Através do levantamento e mapeamento de danos do edifício, conclui-se que vem ocorrendo uma perda da sua autenticidade e que o seu estado de conservação é precário.

O edifício preserva sua volumetria e escala originais, no entanto, é possível perceber alterações em sua planta e materiais de acabamento, como os pisos, a pintura interna e externa, os vidros das portas e janelas e a cobertura. As alterações na planta original consistem na modificação da divisão interna dos ambientes com inclusão de novas vedações de alvenaria e de divisórias. O mapeamento de danos realizado mostra que os edifícios apresentam problemas relacionados à manutenção, como infiltrações de chuva, infiltrações ascendentes, telhas quebradas, fissuras, trincas, trechos de reboco e alvenaria expostos, manchas de infiltração e eflorescência, revestimentos sobrepostos e soltos, entre outros.

Por seu estado de conservação e autenticidade atual, pode-se dizer que a evolução do edifício não condiz com a condição que deveria apresentar um bem do patrimônio histórico e cultural. Concluímos então, que apenas o reconhecimento do

edifício como bem patrimonial e sua salvaguarda através do tombamento não são suficientes para perpetuá-lo no tempo.

Para Fonseca (2003. p.61-62), a limitação por mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo preservação, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento, no entanto é necessário que a ação de “proteger” seja precedida por outras ações como identificar, documentar, promover e difundir. São estas as ações que faltam para que o edifício da Antiga Chefatura de Polícia se sustente, não só através da apropriação funcional, mas da apropriação social.

No edifício não há a promoção de nenhuma atividade cultural voltada para a comunidade. Já os blocos anexos encontram-se desocupados, sem nenhum tipo de utilização há cerca de três anos.

O Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, proposto neste trabalho, objetiva a evolução da edificação em estudo, para um edifício, patrimônio histórico, que não seja dissociado da experiência social. Só assim é possível garantir a sua preservação, reconhecimento e perpetuação na memória coletiva.

ELEMENTOS DA EDIFICAÇÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO								
	EDIFÍCIO (BLOCO A)			ANEXO (BLOCO B)			ANEXO (BLOCO C)		
	Bom	Razoável	Precário	Bom	Razoável	Precário	Bom	Razoável	Precário
Cobertura									
Telhas			X			X			X
Platibanda		X			X			X	
Calhas, rufos, tubos de queda			X			X			X
Alvenaria									
Paredes			X			X			X
Materiais de acabamento			X			X			X
Estrutura									
Fundação	X				X			X	
Pilares		X			X			X	
Vigas		X			X			X	
Pisos									
Materiais de acabamento			X			X			X
Instalações Prediais									
Hidráulicas e sanitária	X					X			X
Águas Pluviais			X			X			X
Prevenção e combate a incêndio			X			X			X
Ar condicionado			X			X			X
Acessibilidade			X			X		X	

Tabela 2. Quadro de avaliação do estado de conservação. Org. Ariene Ferreira

Critérios de avaliação:

Bom – Mantém sua autenticidade estética/formal e integridade com todos os elementos físicos e estruturais desempenhando suas funções.

Razoável – Mantém sua integridade estética/formal e integridade estrutural, mas apresenta problemas de ordem física.

Precário – Apresenta problemas estruturais e físicos que começam a comprometer a integridade do edifício.

3.3 Pesquisa Iconográfica

Através das imagens é possível constatar a singularidade do imóvel no ambiente urbano, principalmente pela particularidade da concepção da cidade de Goiânia. É possível também apreender mais sobre a história da edificação, uma vez que as imagens registram momentos do edifício em diferentes épocas, assim é possível perceber as transformações e alterações realizadas ao longo do tempo.

Através da análise das fotografias históricas, pode ser percebido que a cobertura sofreu alterações em sua composição arquitetônica: o corpo central do edifício possuía altura diferenciada das demais, dessa maneira, a cobertura era dividida em três partes distintas pelas platibandas. A retirada do volume superior da cobertura prejudica a composição estilística do edifício, uma vez que o volume diferenciado lhe atribuía monumentalidade, além de conferir ao edifício uma divisão em base, corpo e coroamento, características do estilo Art Déco, citadas pelo pesquisador Gustavo Neiva Coelho (1997).

As imagens de 1963 revelam que existiu um terceiro edifício no lote da antiga Chefatura de Polícia, que estava em construção ou passava por uma intervenção. É neste ano também que a cobertura é modificada, tornando-se única. A fachada é preservada com a sua platibanda, que só viria a ser retirada posteriormente.

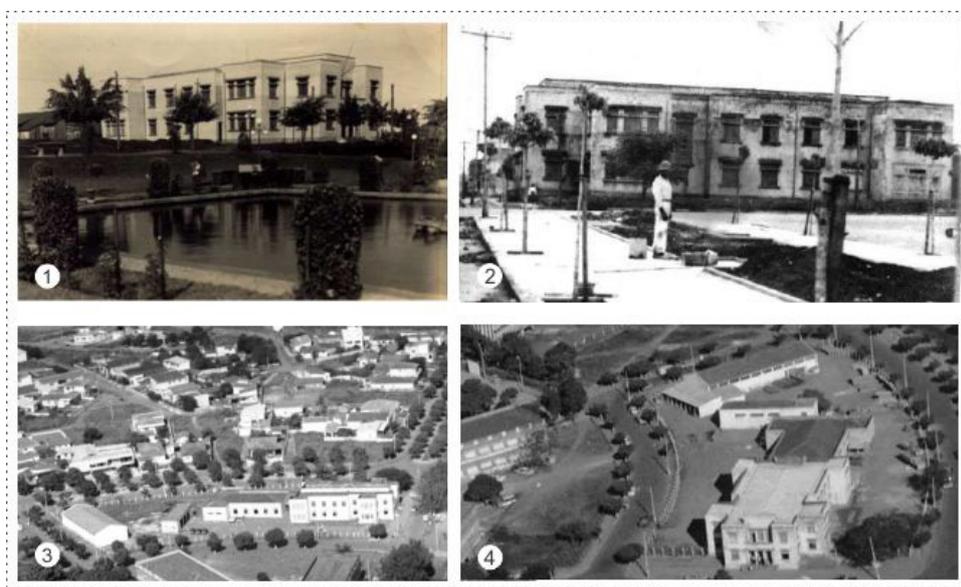


Figura 01. Pesquisa Iconográfica:

1. Visualização da cobertura original, com volume em altura diferenciada no corpo central do prédio, década de 1940. Autor desconhecido; Fonte: Acervo MIS/GOIÁS.

2. Praça Cívica em 1958. Percebe-se que estavam sendo realizadas modificações nas janelas inferiores. Autor Hélio de Oliveira. Acervo SECULT/GO.

4. Praça Cívica em 1963. O prédio original ainda conservava características originais: volume central mais alto e cobertura com telha de barro. Nota-se que os anexos já estavam construídos. Posteriormente, teve a altura do volume central diminuída, permaneceu a platibanda frontal e posterior com recorte mais alto e as telhas estavam sendo substituídas. Autor Hélio de Oliveira. Fonte: Acervo SECULT/GO

4 | PROJETO

O projeto de intervenção no edifício da Antiga Chefatura de Polícia possui três focos principais: a preservação do edifício, através da sua apropriação social; preservação e disseminação do acervo arquivístico das instituições apresentadas e consolidação de um equipamento cultural, capaz de reforçar as funções cívicas e de lazer no contexto da Praça Cívica.

Tendo em vista esses objetivos, é necessária a reflexão acerca do conceito do termo “público”, uma vez que apenas um edifício de fato público, em todos os seus aspectos, é capaz de perpetuar-se na memória coletiva ao longo do tempo, garantindo a sua preservação. É capaz de não apenas preservar, mas divulgar o patrimônio arquivístico que abriga, bem como mudar o cenário de apropriação do seu local de inserção. Ligado ao conceito de público está o conceito de acessibilidade, pois, um edifício público, é, antes de tudo, um edifício acessível. Estes conceitos permeiam as decisões projetuais do Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima.

A implantação do projeto foi pensada de forma a garantir o acesso público por parte da população ao edifício histórico e seus blocos anexos. A proposta de intervenção tem como partido a percepção do lugar por parte dos pedestres. Esta atitude tem como finalidade a ampliação do acesso ao edifício, tornando-o convidativo a quem passa em seu entorno. A análise dos pontos nodais, citados por Kevin Lynch (1999), dos fluxos de pedestres e dos usos do entorno, definem os pontos a serem reforçados e os fluxos a serem criados no terreno.

Os novos fluxos propostos promovem uma maior permeabilidade e direcionam os transeuntes ao interior do Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima. Uma praça é criada para marcar a intervenção realizada no subsolo e também gera novos fluxos e percursos aos pedestres.

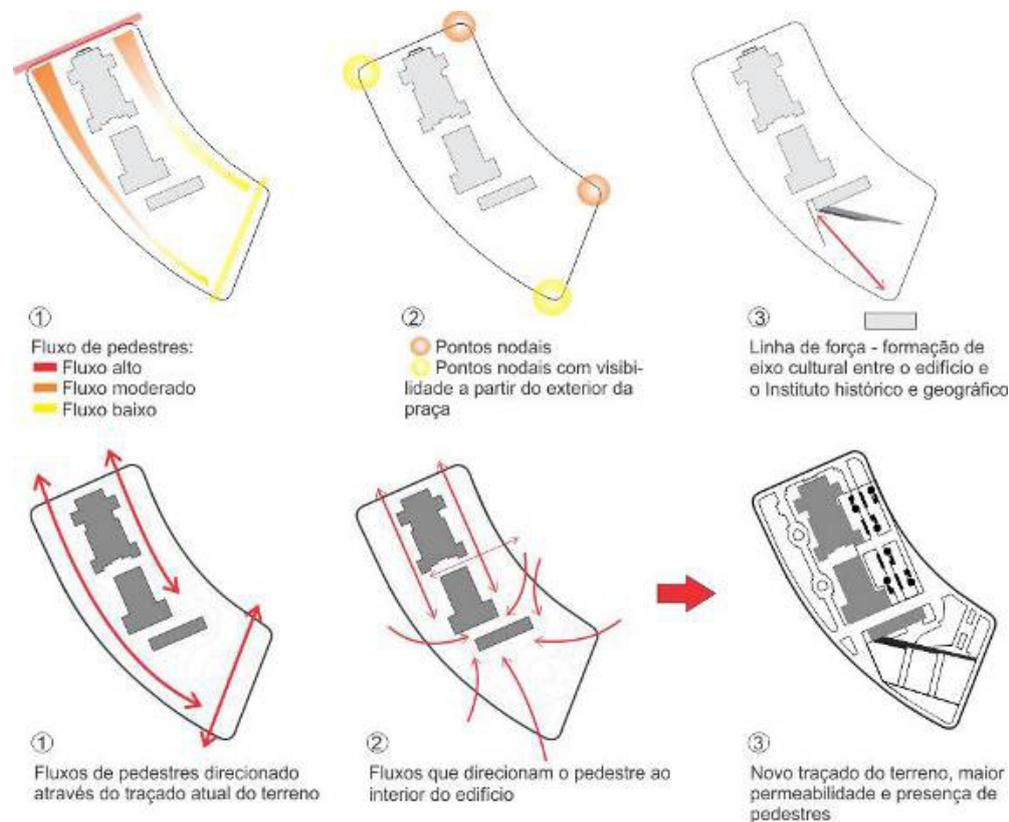


Figura 2. Análise dos fluxos de pedestres e visibilidade do terreno, definição de ponto a ser potencializado.

A volumetria dos blocos anexos é mantida como uma forma de respeito à história do edifício da Antiga Chefatura de Polícia. Os anexos foram sendo incorporados ao longo do tempo e são parte tanto da história do edifício, como do imaginário das pessoas que transitam pelo local. Um novo volume proposto abriga a área de exposições temporárias e o café. A interseção deste volume com os blocos anexos formam espaços públicos sombreados no terreno e espaços de contemplação no terraço.

A proposta de intervenção pretende reforçar o valor histórico do edifício da Antiga Chefatura de Polícia, portanto nenhuma intervenção se sobrepõe ao edifício pré-existente. A criação do subsolo permite que a nova volumetria se comporte formalmente como coadjuvante no conjunto do edifício. O novo volume não ultrapassa o gabarito do conjunto.

Na cobertura do edifício histórico um novo volume, que tem por finalidade iluminar o setor de pesquisa bibliográfica, marca a história do edifício, revelando a existência anterior desta parte da edificação. O volume possui materialidade e sistema construtivo diferentes para que se possa identificar sua época de construção, de acordo com os princípios da Carta de Cracóvia (2000), que recomenda evitar a reconstrução dentro do “estilo” do edifício de partes do mesmo.

O sistema construtivo proposto confere o contraste, citado por Solá Morales (2006) como recurso desta intervenção. A utilização do concreto aparente, do vidro nas vedações e dos perfis metálicos na estrutura diferenciam o novo do antigo. O

contraste é um recurso fundamental, que define a época de cada construção, revelando a história do edifício e não a confundindo. No bloco B, onde se localiza a área de pesquisa arquivística, bloco anexo em que as alvenarias externas foram mantidas, as novas alvenarias são de concreto aparente para estabelecer o contraste entre o novo e o antigo.

A visibilidade conferida ao edifício histórico, também é uma forma de ação que respeita o patrimônio histórico, a integração visual entre os blocos permite que o edifício da Antiga Chefatura de Polícia possa ser visto de todos os níveis do anexo.

O programa de necessidades é formado pelo acervo arquivístico, acervo bibliográfico, tratamento documental, pesquisa, administração e difusão cultural. A área de acervo e tratamento documental, que devem ter acesso restrito e climatização controlada, localizam-se no subsolo, deixando espaço para que todo o edifício histórico, seus anexos e o novo volume proposto possam ser acessados e percorridos pelo público em geral. O edifício histórico abriga a pesquisa bibliográfica, enquanto o bloco anexo B, abriga a pesquisa arquivística, e o bloco C a área administrativa.



Figura 09. Fachadas



Figura 10. Perspectivas

REFERÊNCIAS

BELLOTTI, Heloísa Liberalli. “**Arquivos permanentes, tratamento documental**”, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BOITO, Camilo. “**Os restauradores**”. Cotia: Ateliê, 2002.

BRAGA, Márcia. “**Conservação e restauro**”, Rio de Janeiro, Editora Rio, 2003.

COELHO, Gustavo Neiva. “**A modernidade Art Déco na construção de Goiânia**”. Goiânia: Editora Do Autor, 1997.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. “**Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**”. Diss., Belo Horizonte: UFMG/ E.B, 1996.

FERNANDES, Ludmila Dias. “**As Praças Cívicas das Novas Capitais Brasileiras**”. Diss., Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOIÁS, Arquivo Histórico. “**Relatório de Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas**”. Goiânia: 1939.

GOIÁS, Arquivo Histórico. **Correio Oficial, nº 4224, 105 – AHE**, janeiro/dezembro de 1942. Goiânia: 1942.

GOIÁS, Secretária do Estado da Cultura. “**Antiga Chefatura de Polícia e Cadeia Pública, Dossiê**

do bem tombado". Goiânia, 2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "**Sobre tombamento**". Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>>. Acessado em: 07 mai. 2013.

LE GOFF, Jacques. "**História e memória**". Campinas: Unicamp, 1996.

LYNCH, Kevin. "**A imagem da cidade**". São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANSO, Celina Fernandes de Almeida. "Goiânia uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar". Goiânia: Editora Do Autor, 2001.

OHIRA, M. L. B. "**Arquivos Públicos do Brasil: da realidade à virtualidade.**" In: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS, 2004, Florianópolis. Disponível no site da Coordenadoria de Documentação da UDESC, 2004.

RUBIÓ, Ignase de Solà-Morales. "**Intervenciones**". Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

RUBIÓ, Ignase de Solà-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos no conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate (org.). "**Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**". São Paulo: Cosac & Naify, 2006. p. 254-263.

SCHELENBERG, T. R.. "**Arquivos Modernos, princípios e práticas**". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SÓCRATES, Ofélia do Nascimento Monteiro. "**Como nasceu Goiânia**". Goiânia, Editora: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

TESSITORE, Viviane. "**Como implantar centros de documentação**", Como fazer vol. 9, Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 2003.

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Departamento de Ciência da Informação (CIN)
Florianópolis - Santa Catarina

Eliana Maria dos Santos Bahia

Professora do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis - Santa Catarina

RESUMO: Aborda as características arquitetônicas de edifícios de arquivo, o espaço e condições estruturais como fatores elementares na preservação documental. Visa o acesso e disponibilização de informações de valor cultural, histórico e socioeconômico, necessitando avaliar às condições e à segurança da estrutura que abarca o acervo e seu entorno: os edifícios de arquivo. Identifica diretrizes, que apontam para as características envolvidas na construção de edifícios de arquivo, de acordo com a abrangência da literatura e recomendações impostas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Analisa por meio do método de observação, o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, apontando se o mesmo encontra-se em conformidade ou não com o apresentado no referencial teórico. Enfoca

a aplicação dos requisitos do CONARQ para a criação, implantação e operacionalização de Arquivos Públicos Municipais dispostos na Cartilha “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”. Destaca as práticas arquivísticas com o diálogo multidisciplinar entre arquivistas, arquitetos e engenheiros no desenvolvimento do plano e projeto da construção específica para edifícios de arquivo. Conclui que o espaço e estrutura de um edifício de arquivo constituem fatores influentes na preservação documental.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos - Características arquitetônicas; Preservação de Arquivos; Arquivo Histórico do Município de Florianópolis.

ABSTRACT: This work deals with the architectural characteristics of the buildings that house archives, their spaces and structural conditions, as well as the elementary factors in document preservation. The research aims to access and make available information of cultural, historical and socioeconomic value, in addition to evaluating the conditions and security of the structure that encompasses the collection and its surroundings. The work also identifies the guidelines that point to the characteristics involved in the construction of archive buildings, according to the comprehensiveness of the literature and the recommendations imposed by

the National Council of Archives (CONARQ). In addition, it analyzes, through the method of observation, the Historical Archive of the Municipality of Florianópolis, indicating whether it is in conformity, or not, with the one presented in the theoretical reference. It focuses on the application of CONARQ requirements for the creation, implementation and operation of Municipal Public Archives in the “Creation and Development of Municipal Public Archives: Transparency and access to information for the exercise of citizenship”. It highlights the archival practices, especially with the multidisciplinary dialogue between archivists, architects and engineers, for the development of the plan and project of the specific construction for archive buildings. It concludes that the spaces and the structure of a file building are influential factors in documentary preservation.

KEYWORDS: Archives - Architectural features; Preservation of Archives; Historical Archive of the Municipality of Florianópolis.

1 | INTRODUÇÃO

Com a finalidade do acesso e disponibilização de informações de valor cultural, histórico e socioeconômico, torna-se necessário preservar os documentos, considerar às condições e à segurança da estrutura que abarca o acervo e seu entorno: os edifícios de arquivo.

O edifício de arquivo é considerado uma espécie de invólucro entre os meios, intrínseco e extrínseco, constituindo-se como barreira capaz de impedir os fatores de deterioração.

Segundo Chagas e Bahia (2010, p. 76), “uma edificação segura e bem planejada é o passo inicial para a preservação de uma coleção”.

A segurança de acervo, sua ancoragem na conservação e preservação documental expressam, ao mesmo tempo, determinados períodos dos arquivos na Grande Florianópolis que estão em prédios adaptados para suas sedes, e necessidade de “proteção” do acervo sob suas custódias.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011 aponta o dever do Poder Público em preservar a memória e o acesso, instituído pela Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Torna-se oportuno discutir o tema da pesquisa, haja vista que é necessário preservar os registros, para a garantia do acesso.

Destacam-se as práticas arquivísticas com o diálogo multidisciplinar entre arquivistas, arquitetos e engenheiros no desenvolvimento do plano e projeto da construção específica para edifícios de arquivo.

Diante do exposto, a investigação aborda aspectos arquitetônicos de edifícios de arquivos como fatores fundamentais para a preservação documental.

Tem-se como objetivo geral: Apontar mediante diretrizes a influência da arquitetura de edifício de arquivo na salvaguarda do acervo.

Os objetivos específicos indicam os aspectos arquitetônicos dos espaços

destinados à guarda de acervos documentais, segurança, espaço físico e entorno urbano mediante análise do Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. A pesquisa tem o intuito de contribuir para a segurança do patrimônio documental e cultural brasileiro e assegurar o acesso às informações.

2 | PARÂMETROS E DIRETRIZES ENVOLTOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ARQUIVO

Os edifícios construídos para abrigar documentos de arquivos constituem espaços de construção e convívio social, fonte de cultura, história e saber, traduzindo-se como lugares de memórias registradas.

A construção da memória perpassa pela existência de provas materiais que são os registros documentais, testemunhos e produção de conhecimento, ligando-se, sobremaneira, com o acesso às informações (NORA, 1993).

Ao delinear os parâmetros, diretrizes e aspectos que necessitam uma edificação para abrigar acervos é preciso expor o conceito de “arquitetura” e “edifício de arquivo” para se estabelecer marco teórico inicial.

Do ponto de vista arquitetônico, a concepção geral de edifício de arquivo, segundo Cruz Mundet (1994, p. 337, tradução nossa), é dada como “o conjunto de edifícios que se encontram agrupados nos depósitos e nos locais de trabalho, com os anexos necessários”. A distribuição dos espaços e das dependências do arquivo é a base para que o edifício cumpra apropriadamente com a sua função.

Segundo Farrely (2014, p. 6) o termo arquitetura configura-se como “a arte ou prática de projetar e construir edificações”, ou ainda, “o estilo no qual uma edificação é projetada e construída”. Projetar, analisar, planejar, elaborar e construir uma edificação de acordo com suas funcionalidades e peculiaridades é o que caracteriza, portanto, a arquitetura.

Cruz Mundet (1994, p. 340) ressalta que em edificação planejada para abrigar documentos de arquivo:

As características arquitetônicas [...] variam com a função própria de cada uma de suas dependências, assim como a dos depósitos e a segurança na custódia dos documentos, dos locais de trabalho e da sala de consulta, e da segurança e bem-estar humanos, o qual comporta uma série de requisitos específicos em cada caso (CRUZ MUNDET, 1994, tradução nossa).

A distribuição das dependências do edifício de arquivo que possibilitam o armazenamento da documentação, do trabalho técnico é subdividida segundo o CONARQ (2000), em três áreas específicas, “a área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, totalmente vedada ao público; a área administrativa, parcialmente vedada ao público e; a área pública”.

A disposição dos espaços orientará o projeto arquitetônico para edifícios de arquivos, à sua ordenação de acordo com seus usos e funções, levando em conta a organização dos acessos e circulação do interior do edifício (COLLADO LÓPEZ, 2015).

O planejamento do edifício de arquivo requer a definição de parâmetros que deverão direcionar o projeto arquitetônico. Uma das primeiras etapas é a demarcação do local propício e adequado para a guarda e preservação dos acervos.

Conforme especificações do CONARQ (2000), “o terreno destinado à construção do edifício para arquivo deve ser seco, livre de risco de inundação, deslizamentos e infestações de térmitas”. Recomenda-se evitar áreas sujeitas à inundação, próximas a indústrias liberadoras de poluentes, usinas elétricas ou químicas, aos locais com materiais inflamáveis, explosivos, ou com linhas de alta voltagem, a regiões de ventos fortes e salinos, ou a áreas propensas ao tráfego aéreo ou terrestre, sujeitos à poluição, ruídos, oscilações e tremores. (CONARQ, 2000).

É necessário, analisar o solo, verificando os desníveis do terreno, o comportamento do solo e as marcações sob o qual se delineará a planta local. Nas edificações existentes é preciso avaliar se o prédio se encontra em área propícia para evitar riscos à segurança do acervo.

Ressalta Cruz Mundet (1994, p. 339, tradução nossa) que “[...] a solução para alojar serviços arquivísticos são os edifícios especificamente construídos para arquivo segundo normas modernas.”

Segundo Trinkley (2001), a estrutura do edifício fundamenta-se como caráter para a preservação dos acervos existentes na unidade de informação. O edifício é o primeiro revestimento de proteção contra os danos causados pelos fatores de degradação do ambiente.

A estrutura do edifício consiste da fundação, pisos, paredes, portas, janelas e telhado. Este ‘envelope’ é a barreira entre o ambiente interno controlado e o ambiente externo severo e flutuante, Ele é também um filtro, permitindo que quantidades controladas de luz, calor e outros elementos penetrem em seu interior. Se adequadamente projetado e construído, o edifício reduzirá os custos de energia. (TRINKLEY, 2001, p. 23).

O sistema estrutural do prédio configura-se o passo inicial para delinear a construção. De acordo com as especificações do CONARQ (2000):

Existem dois sistemas para estrutura de depósitos, a armação de metal autoportante ou a estrutura em concreto. A primeira sustenta as estantes e os pisos intermediários. No segundo caso, as colunas e os pisos são construídos em concreto, formando a própria estrutura do prédio.

A estrutura do edifício necessita de pontos de apoio em relação ao solo para sustentação das colunas que irão suportar o peso da edificação.

Farrely (2014, p. 74), ressalta que a sustentação ocorre por meio de fundações,

que possuem função de amparo às cargas da edificação em relação ao solo.

As fundações tem a função de sustentar a estrutura independente ou as paredes da edificação, devendo ser resistentes o bastante para responder às condições do solo ao redor da construção, bem como a todos os movimentos previstos. A movimentação do solo é afetada por condições locais, como a geologia do terreno, e, especialmente, a quantidade de água no solo. (FARRELY, 2014, p. 74).

A análise das condições do terreno para que o solo não deforme com o peso do edifício, deverá ser feita por topógrafos especialistas e engenheiros de estrutura, para descrever as condições do solo, prevendo as necessidades específicas do arquivo.

As fundações necessitam ser projetadas, conforme CONARQ (2000), a evitar infiltrações, devido à transferência de umidade do solo, por capilaridade. O aço, o tijolo e a pedra são materiais apropriados.

Outros elementos estruturais a serem considerados no planejamento da construção do edifício para arquivos são a elevação das paredes, portas e janelas, aplicação da cobertura do prédio e revestimento interno do espaço.

As paredes externas, de acordo como CONARQ (2000), são elementos isolantes de umidade e calor. Precisam ser de espessura maior para retardar a passagem do calor. As paredes mais espessas ou duplas revestidas com materiais incombustíveis podem oferecer maior segurança e prevenção contra incêndios, pela desaceleração do calor.

As janelas devem possuir boa vedação, mas permitir a sua abertura para ventilação natural quando necessário. Onde há climatização, elas devem permitir uma boa aeração e ao mesmo tempo serem dotadas de proteção contra a entrada de insetos e radiações solares (CONARQ, 2000).

As proteções de telas e persianas, nas janelas, servem para vedar a entrada dos agentes de degradação biológicos, entrada de luz e calor, retardando o processo de degradação do acervo.

Em relação às recomendações propostas para as portas de edificação de arquivos, o CONARQ (2000), indica que:

As portas das oficinas e laboratórios devem ter 1,40m de largura para permitir a entrada e transferência de grandes equipamentos. Já as portas corta-fogo devem atender às normas vigentes, com proteção retardadora de calor de pelo menos uma hora.

Na cobertura do edifício do arquivo, no caso de lajes, recomenda-se que sejam procedidos “tratamentos de impermeabilização e isolamento térmico”, com a finalidade de prevenção às condições climáticas externas, utilizando-se de revestimentos com materiais termo isolantes e à prova de fogo para assegurar a proteção do acervo (CONARQ, 2000).

As áreas de cobertura do edifício para arquivos constituem-se como isolantes térmicos quando tratadas devidamente e evitam vazamentos quando impermeabilizadas.

Quanto aos revestimentos internos, têm-se as seguintes especificações, de acordo com o CONARQ (2000):

Os revestimentos internos devem ser de cores claras por sua capacidade de proporcionar isolamento contra calor e umidade, bem como facilitar a limpeza e conservação. Devem também ser isentos de formaldeídos e outros químicos poluentes em sua composição, e apresentar resistência contra fogo. [...] No caso de pisos recomenda-se revestimentos laváveis, do tipo industrial ou cerâmico, como forma de prevenir o acúmulo de poeira.

Os materiais utilizados para revestimentos internos proporcionarão resistência ao calor e a umidade, protegendo o acervo contra possíveis intempéries climáticas.

Quanto às instalações prediais direcionadas ao sistema construtivo de edifícios de arquivos, necessitam atenção e cuidado no desenvolvimento do projeto. As instalações elétricas e hidráulico-sanitárias precisam estar de acordo com a normatização técnica vigente e periodicidade na manutenção, a fim de evitar possíveis riscos de incêndios ou inundação.

Em relação às normas técnicas, podemos citar a NBR 5410 que fixa o funcionamento adequado das instalações elétricas e conservação dos bens; NBR 5626, aplicável às instalações prediais de água fria e a NBR 8160, responsável pelas recomendações relativas ao projeto e execução dos sistemas prediais de esgoto sanitário.

De acordo com as recomendações do CONARQ (2000):

[...] a chave geral de energia deve ser localizada de forma a permitir sua fácil visualização e o acesso dos funcionários em casos emergenciais, além de ser dotada de painel de controle geral e com luzes de emergência em todas as instalações.

Salienta-se que a chave geral de energia funcionará como elemento de segurança em relação ao prédio, eliminando o risco do contato dos funcionários com os cabos e circuitos elétricos em casos de emergência, além da proteção em casos de sobrecarga de energia.

Em relação às instalações hidráulico-sanitárias, o CONARQ (2000) ressalta a sinalização das válvulas para fechamento de água, destacando “inclusive indicar as direções “abre” e “fecha” dos registros”, e salienta que “nenhuma tubulação de água pode percorrer o interior dos depósitos, com exceção daquelas destinadas aos aspersores automáticos para a extinção de fogo”.

O gerenciamento do sistema de distribuição da tubulação de água e esgoto sanitário necessita ser planejado com cautela, e direcionado a locais estratégicos que não percorram sob o acervo documental, evitando o estabelecimento de riscos de inundação por vazamentos e implicação de danos aos documentos.

O arquivo necessita dispor de equipe de segurança capacitada, sistemas de alarme que evitem possíveis depredações do patrimônio e da elaboração de critérios de manuseamento e pesquisa, distribuição separada de salas de consulta, exposição e circulação dos depósitos de documentos, são indispensáveis para a segurança do acervo.

As estratégias direcionadas à proteção contra fogo e água nos acervos, segundo o CONARQ (2000), precisam iniciar no projeto arquitetônico. O fogo e a água podem causar danos irreversíveis nos suportes documentais e gerar perda total dos registros documentais. É necessário, cuidado especial no desenvolvimento do projeto do edifício e na adoção de planos emergenciais para o resgate do acervo.

Os sistemas de detecção de fogo no interior do edifício do arquivo e a adoção de extintores para casos de desastres são necessários para impedir a propagação das chamas e destruição total do acervo.

Todo o prédio deve contar com um sistema de detecção automática, ligado ao quadro de alarme, de acordo com os padrões vigentes. Os detectores mais adequados são os de fumaça, dos tipos ionização e fotoelétrico. (CONARQ, 2000).

Em relação às condições ambientais, variáveis climáticas de temperatura, umidade e iluminação indicam a necessidade de adequação de seus níveis. De acordo com o CONARQ (2000) “as condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar são elementos vitais para prolongar a sobrevivência dos registros”.

A adoção de medidas que retardem a proliferação dos agentes de deterioração é importante para a manutenção dos acervos.

O sistema de climatização deve ser independente para as áreas de depósitos, pois devem atender às necessidades de preservação dos documentos ali armazenados e manter condições estáveis, exigindo que os equipamentos funcionem sem interrupção. (CONARQ, 2000).

Os sistemas de ar condicionado necessitam proteger os documentos do acervo, com desempenho ininterrupto nas salas de acondicionamento, mantendo os níveis de temperatura e umidade constantes e estáveis para preservação do fundo documental.

O planejamento, na fase do projeto do edifício do arquivo em relação ao estudo do entorno urbano, solo e localização, auxilia nos fluxos e faixas adequadas de temperatura, umidade relativa do ar no interior da edificação.

Para que o acervo se mantenha em constantes condições interiores, a utilização de equipamentos auxiliares é capaz de colaborar com a medição das faixas de temperatura, umidade promovendo o controle do ambiente. Higrômetros, termo higrômetros e desumidificadores poderão auxiliar no processo.

Quanto à iluminação, o CONARQ (2000) aponta que menor a exposição dos documentos à radiação solar, ou iluminação artificial prolongada menor será os danos

físico-químicos causados nas fibras do papel, responsáveis pela sua degradação.

No que tange à escolha do mobiliário para acondicionamento dos documentos, o CONARQ (2000) recomenda:

[...] deve ser de aço ou de madeira tratada contra insetos e fogo. Todo o mobiliário metálico deve ser fabricado com chapas de aço carbono fosfatizado, com pintura eletrostática, sem apresentar remendos grosseiros ou cantos pontiagudos que possam danificar os documentos ou ferir pessoas.

A escolha das peças do mobiliário apropriadas que auxiliam na prevenção contra agentes de degradação implicará na salvaguarda e preservação do acervo. Necessita pautar-se na economia de espaço, forma de preservação, funcionalidade e durabilidade dos materiais.

O projeto arquitetônico direcionado ao edifício de arquivo necessita planejamento e elaboração por meio da interação entre arquitetos, arquivistas e engenheiros, considerando as características apresentadas com vistas a atender às necessidades de preservação do acervo.

3 | ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

O Arquivo Histórico do Município de Florianópolis – AHMF foi instituído pela Lei Municipal nº 4.491, de 14 de setembro de 1994, na administração do Prefeito de Florianópolis Sérgio José Grando (1993-1996), inaugurado em 19 de dezembro de 1995.

Segundo o Artigo 5º da Lei nº 4.491/1994, que criou o AHMF, este tem por finalidade:

[...] receber por transferência, localizar, recolher, registrar, organizar, classificar, arranjar, recuperar, conservar, preservar e divulgar os documentos produzidos ou acumulados por Instituições Públicas Municipais em decorrência de suas funções específicas; e ainda receber por doações documentos de entidades ou pessoas físicas particulares, cuja importância do teor histórico contribua para o resgate da História do Município.

O AHMF tem competência, na respectiva esfera municipal, para atuar conforme delibera a legislação nacional sobre arquivos (Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991).

Na administração da Prefeita Ângela Amin (1997-2005) ocorreu reinauguração das instalações no prédio sediado na Rua Praça XV de Novembro em 2004.

Em 2006, em atendimento à Lei nº 7.020, de 17 de abril de 2006, sancionada pelo Prefeito Dário Berger (2005-2012), o AHMF passa a ser denominado “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis Professor Oswaldo Rodrigues Cabral”, indicado em homenagem ao Professor Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral, médico; professor universitário; político e pesquisador da História de Santa Catarina.

3.1 Espaço Físico e Edifício

O edifício do AHMF se encontra situado na Circunscrição 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, confronta-se ao norte, posicionado de frente com a Rua Praça XV de Novembro, a oeste com o Calçadão João Pinto e a leste, de esquina com a Rua Tiradentes.

Na administração do Prefeito Sérgio José Grando (1993-1996), estabeleceu-se que as instalações do AHMF seriam acomodadas em edifício específico visando à segurança e preservação dos documentos.

Oportuno registrar o disposto nos artigos primeiro e segundo da Lei 4.491/1994.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei – **Art.1º** - Fica criado o “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis, vinculado à Secretaria Municipal de Administração”.

Nos termos do **Art. 2º**, registra-se:

O “Arquivo Histórico do Município de Florianópolis”- funcionará na área central da cidade, em prédio específico, com adequadas condições de segurança para armazenar os documentos públicos municipais que constituem o patrimônio documental dos florianopolitanos.

Constata-se que a instalação do Arquivo sempre foi em prédios alugados e/ou adaptados para o seu funcionamento. Ainda não funcionou, conforme aponta a Lei, em prédio específico projetado para o arquivo municipal.

É oportuno registrar, portanto, a análise das estruturas do referido AHMF visando à sensibilização e conscientização da necessidade da aderência de políticas públicas voltadas ao planejamento para a construção de espaço específico para arquivo.

4 | METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, com abordagem qualitativa, instrumentalizada em técnicas de observação. Confronta com a realidade existente em Santa Catarina de prédios adaptados para arquivos, em esferas nacional, estadual e municipal, como hábito cultural no Brasil. Como exemplo tem-se as seguintes situações reais: o Arquivo Nacional, adaptado no antigo prédio da Casa da Moeda e o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, sede do antigo prédio da Imprensa Oficial do Estado de SC.

O estudo possui caráter exploratório e descritivo, pois pretendeu o entendimento profundo acerca do problema da pesquisa, com base na identificação e descrição das características arquitetônicas para edifícios de arquivos.

Para Rampazzo (2013) na pesquisa bibliográfica são utilizados instrumentos

publicados como fonte de consulta, são revistas, dicionários especializados, catálogos editoriais e atitudes do pesquisador conforme diretrizes para leitura e análise de textos. Rampazzo (2013) também refina o conceito da abordagem qualitativa definindo-a como uma compreensão particular daquilo que se estuda, almejando a absorção dos fenômenos estudados.

A pesquisa foi instrumentalizada na tese doutoral de Maria Luisa Collado López, *La Construcción de edificios para archivos. Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos*, em 2015.

Foram explicitados em quadros os itens observados, que demonstram as características arquitetônicas do edifício do AHMF em conformidade ou não com a literatura abordada.

Subdividiram-se os itens analisados em cinco categorias, explicitando:

- a) Os fatores de riscos e;
- b) As características físicas e estruturais de edifícios de arquivo.

5 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Relata-se o diagnóstico geral do Edifício do AHMF, objetivando oferecer um panorama a respeito da situação encontrada com as normas que determinam as diretrizes para a construção de Arquivos.

Os quadros especificados abaixo relacionam as variáveis de análise adotadas no referencial teórico da pesquisa.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Terreno seco, livre de riscos de deslizamentos, desmoronamentos e infestações de térmitas	X	
Área livre de riscos de vendavais		X
Terreno isento a proximidades do mar		X
Terreno isento a proximidades de indústrias liberadoras de poluentes, usinas químicas, elétricas, inflamáveis ou explosivas		X
Áreas desoneradas de ruídos, oscilações ou tremores, tráfego intenso aéreo ou terrestre		X
Área propícia a ampliação do edifício		X
Área próxima à vegetação arbórea	X	
Localização de fácil acesso ao público	X	
Localização de fácil acesso a caminhões de carga e descarga		X

Quadro 1: Coleta e Análise dos dados das condições e dimensões do terreno e entorno urbano do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

A percepção do ambiente externo vinculada às condições do terreno e entorno urbano do AHMF, denota espaço com localização que apresenta riscos para a documentação acondicionada, por apresentar-se em área propícia à infestação de agentes físicos e biológicos devido à proximidade a vegetação arbórea, proximidades ao mar. Área que possui grande circulação de carros, ônibus e caminhões, há poluição, ruídos, oscilações e tremores, propensos à deterioração da estrutura do edifício.

A liberação de efluentes gasosos por veículos automotores e presença de poluentes químicos resultantes do tráfego intenso de veículos no entorno do AHMF, favorecem o desenvolvimento e a proliferação de microorganismos (fungos e bactérias) que ocasionam danos aos documentos no acervo, e à saúde dos colaboradores.

Esses poluentes quando combinados em local propício a variações de temperatura, umidade e salinidade acarretam reações químicas que danificam os documentos e desencadeiam o processo de deterioração. A cidade de Florianópolis situa-se no litoral catarinense em região de clima subtropical úmido, o que denota a preocupação em relação à localização e manutenção das condições específicas do Arquivo.

Aponta-se à dificuldade de acesso, ponto precário na projeção do espaço no Arquivo, quanto às condições de entrada e saída de caminhões para transferência dos documentos. Percebeu-se que a porta destinada para transferência se encontra localizada na parte lateral oeste do Arquivo, numa rua estreita com tráfego intenso, dificultando o processo.

O cenário na localização e entorno do AHMF, acarreta diversos fatores inoportunos do meio externo que afetam a preservação do acervo.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Estrutura de aço, tijolo ou pedra	X	
Armação de metal autoportante ou estrutura em concreto	X	
Resistência estrutural do edifício		X
Revestimento de maior espessura nas paredes		X
Presença de telas de proteção nas janelas		X
Largura das portas de entrada e saída de documentos		X
Tratamento de impermeabilização e isolamento térmico da cobertura e revestimento interno do acervo		X
Revestimentos isentos de formaldeídos e químicos poluentes; resistência ao fogo		X
Distribuição do sistema de tubulação de água e esgoto em locais estratégicos		X
Sinalização de válvulas de fechamento de água		X
Localização da chave geral de energia	X	
Distribuição dos cabos e sistema elétrico		X

Quadro 2: Coleta e análise de dados da categoria características físicas e estruturais do edifício do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

Na categoria características físicas e estruturais, dos 12 itens investigados, três se mostraram em conformidade com o referencial teórico abordado. O AHMF carece de resistência para suportar os esforços submetidos ao uso das estantes metálicas e móveis que comportam os documentos. O edifício apresenta deformações e rupturas em sua estrutura, visíveis nas rachaduras nas paredes, resultado das variações térmicas e extremos esforços de resistência ao peso das estantes do acervo. O revestimento das paredes, pisos e materiais de cobertura apresentaram características não aconselháveis à preservação.

Constatou-se que pisos são do tipo granito verde e as paredes são de Alvenaria, composta de blocos cerâmicos e gesso acartonado, revestidas de pintura acrílica na cor branca. Implicam em paredes finas e com dificuldade de resistência térmica.

Segundo Peralta (2006) a temperatura interna das edificações sofre constantes interferências, advindas do meio externo, às variações climáticas e intensidade de radiação solar, e, do meio interno devido à iluminação artificial e cargas térmicas. Neste âmbito as coberturas são fundamentais para a proteção da edificação contra intempéries climáticas.

A cobertura do edifício do AHMF é composta por telhas cerâmicas do tipo francesas e telhas de fibras de vidro translúcidas, que demonstram fragilidade em sua composição material, são quebradiças e não oferecem boa capacidade de isolamento térmico.

As janelas são desprovidas de telas ou persianas de proteção contra a entrada de poluentes, agentes biológicos e entrada de luz natural e calor. São revestidas por grades de proteção de ferro fundido, decorrentes da arquitetura construída para o Banco do Brasil.

Em relação à largura das portas, o AHMF possui a medida de 0,94 m nas salas de laboratório e recepção de documentos com saídas para o interior do corredor do prédio e largura de 0,86 m na sala de acervo, não apresentado conformidade com o apresentado no referencial teórico.

No que concerne à estrutura hidráulica do edifício, notou-se que não há sinalização de válvulas para fechamento de água e que as tubulações percorrem o interior do acervo trazendo riscos de vazamento. Destaca-se a instalação de equipamentos no sistema elétrico sem a adequação do quadro geral.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Utilização de aparelhos de medição e controle de temperatura e umidade relativa do ar	X	
Faixas de temperatura e umidade relativa são atendidas?		X
Níveis de luminosidade sob o acervo		X
Sistema de climatização próprio para as áreas destinadas à reserva técnica		X

Periodicidade na manutenção do Sistema de ar condicionado		X
---	--	---

Quadro 3: Coleta e Análise dos dados das condições climáticas e ambientais do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

O levantamento dos dados em relação às condições climáticas e ambientais revelou a realidade inadequada para a preservação no ambiente e interior do acervo.

A ausência do sistema de climatização independente para as áreas de depósito de documentos acarretam condições instáveis para a saúde humana e para os documentos acondicionados. O estado da temperatura e umidade no AHMF indica a necessidade de instalação e manutenção periódica do sistema de climatização visando ambiente adequado para a conservação e preservação dos documentos.

Os sistemas de condicionamento de ar protegem os acervos, mantendo as faixas de temperatura estáveis e propícias ao bom estado de preservação. O AHMF limita-se ao uso de aparelhos desumidificadores que amenizam a situação de umidade relativa do ar e temperatura do acervo.

No que concerne à incidência de luminosidade, o AHMF conta com a presença de luz artificial, lâmpadas incandescentes, que incidem nas salas de acondicionamento. Há intensidade de luz solar em pequena área da reserva técnica, concentrada por meio de feixes de luz provenientes das janelas que dividem o acervo à área da cozinha.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Sistemas de alarme e câmeras de segurança		X
Controle de Movimentação e pesquisa nos documentos	X	
Presença de portas corta-fogo		X
Detectores de fumaça e alarme de incêndio; extintores aparentes	X	
Corredores e escadas de emergência		X
Entradas bem iluminadas	X	

Quadro 4: Coleta e análise de dados da categoria Condições de Segurança do AHMF.

Fonte: Elaboração da Autora, 2017.

O AHMF, podemos observar no quadro 5, indicou a carência de sistemas de alarme contra furtos e câmeras de segurança.

Notou-se a presença de sistemas de detecção e alarme de incêndio, extintores e sinalização de abandono de local. Os sistemas de detecção de incêndio são compostos por acionadores do tipo detectores automáticos de fumaça sobrepostos contra o forro, com sinalização visual e sonora, denotando conformidade com o referencial teórico abordado.

O sistema de iluminação de emergência conta com oito blocos autônomos e

luminárias para sinalização ou abandono do local. Os blocos são compostos por difusor acrílico translúcido com inscrição em vinil na cor vermelha com o dizer: Saída e setas de sinalização indicativas.

O levantamento de dados revelou a ausência de portas corta-fogo no edifício. As portas existentes são de material de fácil combustão e propagação de incêndio.

O AHMF carece também da presença de corredores de emergência. Há apenas um corredor direcionando as saídas. Porém há presença de duas escadas as quais pertencem à estrutura do edifício que atendem às condições de resistência ao fogo, possuindo pisos antiderrapantes e incombustíveis. As escadas possuem estrutura de concreto armado resistente ao fogo por duas horas, guarda corpo em alvenaria com altura mínima de 1,10m e corrimãos contínuos em ambos os lados.

Conformidade		
Itens Observados	SIM	NÃO
Área reservada	X	
Área privada		X
Áreas destinadas ao público		X
Acessibilidade		X
Recepção, protocolo, seleção, triagem, organização, higienização, tratamento técnico, conservação, restauração		X

Quadro 5: Coleta e análise de dados da Categoria Fluxo de Trabalho e Dependências do AHMF.

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

Os dados coletados na categoria Fluxo de trabalho e dependências revelaram características que contrapõem os parâmetros apresentados na pesquisa.

O AHMF possui área reservada para depósitos de documentos e para trabalho técnico arquivístico, não são realizados procedimentos de restauração, encadernação, reprografia e recolhimento dos documentos advindos das secretarias do Município, devido à carência de materiais e gestão documental.

A área privada destinada às atividades administrativas do Arquivo não se apresenta em conformidade, pois, a sala destinada a reuniões e oficinas se encontra localizada no pavimento superior do edifício pertencente à Galeria Municipal de arte Pedro Paulo Vecchietti.

A área destinada ao público carece de sala de exposições e a biblioteca de apoio concentra-se na sala de acervo – área reservada.

Ressalta-se que a distribuição das dependências é base para que o edifício cumpra adequadamente com suas funções, propiciando o desenvolvimento dos fluxos de trabalho.

Aponta-se na edificação a precariedade de acessibilidade no AHMF, à entrada destinada aos usuários portadores de necessidades é a mesma entrada destinada à

recepção de documentos, por ser a única entrada com a presença de rampas.

6 | CONCLUSÕES

A produção científica na área de arquivologia como se observou nesta pesquisa, necessita de reflexões teóricas sobre arquitetura, porém com a criação da Câmara Técnica de Preservação de Documentos – grupo de Arquitetura do CONARQ (BRASIL, 2000) e campanha de criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania do CONARQ (BRASIL, 2014) há mudanças no cenário no Brasil. Estabelecer diálogo entre Arquivos e Arquitetura na elaboração de normas e metodologias é imprescindível para desenvolvimento de projetos arquitetônicos para arquivos.

O desenvolvimento do estudo possibilitou a compreensão sobre o impacto que as características arquitetônicas de edifícios de arquivo constituem sob a preservação do patrimônio arquivístico, por meio da análise do Edifício do AHMF.

As percepções dos ambientes externos/ internos do AHMF vinculada às condições físicas, estruturais de segurança em que se apresenta a edificação, revelaram o espaço que apresenta riscos à documentação acondicionada, à saúde dos colaboradores e seus pesquisadores.

O AHMF carece de resistência estrutural para suportar o peso das estantes, de materiais construtivos resistentes ao fogo, de elementos que garantam o desempenho térmico e energético no interior do acervo, de proteção contra intempéries climáticas, sistema de climatização independente e ininterrupto, de sistemas de alarme e segurança, e principalmente, da manutenção preventiva do edifício.

Construir edifício para abrigar documentos de arquivo é construir o registro da relação existente entre preservação documental e arquitetura, demonstrando a influência que esta última possui no campo da Arquivologia. Edificações especificamente planejadas para arquivos constituem reflexos de memórias edificadas, espaços que constituem história, identidade e cultura.

A relação entre a preservação documental e a arquitetura de edifícios de arquivo se torna evidente quando destacamos a capacidade de proteção que um edifício possui sobre os registros documentais, ao impedir a ação dos fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação.

A pesquisa não pretendeu esgotar o tema abordado, importante para arquivistas, arquitetos e engenheiros, mas demonstrar o valor da arquitetura no campo da arquivologia. A importância da arquitetura nos edifícios de arquivos está na sua peculiaridade de propor questões próprias e inovadoras para cada um desses profissionais, na atuação conjunta dos projetos específicos para arquivos.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410**: instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/normas%20e%20relat%F3rios/NRs/nbr_5410.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626**: instalação predial de água fria. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<https://ecivilufes.files.wordpress.com/2013/06/nbr-05626-1998-instalac3a7c3a3o-predial-de-c3a1gua-fria.pdf>> . Acesso em: 26 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160**: sistemas prediais de esgoto sanitário – projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://fauufrjatelierintegrado1.weebly.com/uploads/1/2/5/9/12591367/nbr_8160.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/1994. 40 ed. com índice. Brasília: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 2013. 464 p. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 19 out. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei n° 4.491, de 14 de setembro de 1994, que cria o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis e dá outras providências. **Portal Jusbrasil**. Florianópolis, 1994. Disponível em: <<https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1000958/lei-4491-94>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- BRASIL. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei Ordinária n° 7.020, de 17 de abril de 2006, que denomina professor Oswaldo Rodrigues Cabral o Arquivo Histórico do Município de Florianópolis. **Portal Leis Municipais**. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2006/702/7020/lei-ordinaria-n-7020-2006-denomina-professor-oswaldo-rodrigues-cabral-o-arquivo-historico-do-municipio-de-florianopolis?q=7.020>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- COLLADO LÓPEZ, Maria Luisa. **La Construcción de edificios para archivos**. Análisis y evaluación de La edificación de Archivos Históricos. Universitat Politècnica de València, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). **Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: Transparência e acesso à informação para o exercício da Cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994, 408 p.
- FARRELLY, Lorraine. **Fundamentos de arquitetura**. 2.ed. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582600900>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Leslieux de mémoire**. I Republique, Paris, Gallimard. 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução: Yara AunKhoury. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 09 maio 2017.

PERALTA, Gizela. **Desempenho térmico de telhas:** análise de monitoramento e normalização específica. Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração:Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18141/tde-16042007-154420/pt-br.php>>. Acesso em: 11 maio 2017.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7 ed. Edições Loyola, 2013.

TRINKLEY, Michael. **Considerações sobre a preservação na construção e reforma de bibliotecas:** planejamento para preservação. 2.ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/CPBA%2038%20Constr%20e%20Reformas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo

Aracaju – Sergipe

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Artes Visuais e Design

Aracaju – Sergipe

Josefa Luana Oliveira Freire

Universidade Federal de Sergipe, Departamento
de Arquitetura e Urbanismo

Aracaju – Sergipe

RESUMO: No ano de 2004, o programa de recuperação sustentável do Patrimônio histórico urbano brasileiro, denominado de MONUMENTA, sob tutela federal resultante de contrato de empréstimo entre o BID e a República, conforme lista de prioridades de conservação elaborada pela Comissão especial do Ministério da Cultura em outubro de 2000, classificou e elegeu o Município de Laranjeiras, no interior do Estado de Sergipe, nordeste brasileiro, apto ao desenvolvimento de ações preservacionistas. Dentre o conjunto de ações proposto, implantou-se o Campus da Universidade Federal de Sergipe em antigas edificações históricas construídas nos séculos XIX e XX denominados de “Quarteirão dos Trapiches”.

A instalação e operacionalização do Campus, o qual, por sua inclinação artística, desde cedo foi denominado “Campus da Cultura e das Artes” deram-se efetivamente a partir do Termo de Cooperação N. 01/2006 (Termo de Convênio N° 1161.066/2006 UFS). No ano de 2015, as edificações “pretensamente” restauradas do Campus de Laranjeiras, após vários anos sem manutenção preventiva, apresentavam inúmeras degradações. Frente a inoperância de ações de conservação e restauração destas degradações e sua intensificação no ano de 2017, este artigo, pretende documentar e discutir à problematização de edificações restauradas que se estabelecem no pouco cuidado científico de implantação/ prevenção/ manutenção; bem como, em ações inadequadas de intervenção que podemos chamar de “reformas”, ou seja, uso de tintas modernas inapropriadas, uso de argamassas a base de cimento, entre “outras”, nas alvenarias históricas, provocando mais a destruição que a preservação do patrimônio edificado.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Tecnologia; Conservação; Restauro.

ABSTRACT: In 2004, the *Monumenta* (Sustainable recovery program of the Brazilian urban historical patrimony) has classified and elected the municipality of Laranjeiras, in Sergipe, Northeastern Brazil, able to develop

preservationists actions, beneath federal guardianship resulting from a loan contract between the IDB (Interamerican Development Bank) and Brazilian State, according to the list of conservation priorities elaborated by the Special Commission of the Ministry of Culture in October 2000. Among the proposed set of actions, Campus of the Federal University of Sergipe was implanted in ancient historical buildings built in the nineteenth and twentieth century called “block of the piers”. Installation and operation of the campus, which, due to its artistic inclination, was called the “Campus of Culture and Arts” and was effectively based on the term of cooperation N°. 01/2006 (term of Covenant in 1161.066/2006 UFS). In 2015, “pretensioned” restored buildings of Campus have presented many degradations after several years without preventive maintenance. Regarding to the failure of conservation and restoration of these degradations and their intensification in 2017, this paper aims to document and discuss several problems of restored buildings that are related to the little scientific care of Deployment/ prevention/ maintenance, as well as, inappropriate actions of intervention that we can call “reforms”, for example by using inappropriate modern paints, using cement-based mortars and similar products on historical masonry, causing more destruction than preservation of the built patrimony.

KEYWORDS: Architecture; Technology; Conservation; Restoration.

1 | INTRODUÇÃO

No ano de 2004, o programa de recuperação sustentável do Patrimônio histórico urbano brasileiro, denominado MONUMENTA, sob tutela federal, resultante de contrato de empréstimo entre o BID e a República, conforme lista de prioridades de conservação elaborada pela Comissão especial do Ministério da Cultura em outubro de 2000, classificou e elegeu o Município de Laranjeiras, no interior do Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro, apto ao desenvolvimento de ações preservacionistas. Dentre o conjunto de ações proposto, pontuou-se a possibilidade de implantação de um Campus da Universidade Federal de Sergipe, utilizando-se do conceito de requalificação/reabilitação de antigas edificações históricas; entre estas edificações, o conjunto que mais chamava a atenção eram os sobrados comerciais construídos no século XIX e XX denominados de “Quarteirão dos Trapiches” (nome dado aos Armazéns e/ou Depósitos de açúcar no universo urbano/rural colonial do Nordeste).

Os cursos iniciaram em 2007, em instalações provisórias e com uma cessão pela Prefeitura Municipal de quatro salas, um mini auditório, banheiros, sala de reuniões de professores, sala de secretaria e de direção no CAIC – Centro de Atenção Integral a Criança - Instituição Educacional voltada ao Ensino Básico e Fundamental. A sede definitiva do Campus de Laranjeiras no “Quarteirão dos Trapiches” foi inaugurada em momento festivo no dia 12 de junho de 2009, na gestão do Reitor da Universidade Federal de Sergipe Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, com a presença do Presidente da República, o Ex.^{mo} Sr. Luís Inácio Lula da Silva e Comitativa Ministerial

da qual participou o Ministro da Educação Fernando Haddad; o Ex.^{mo} Governador do Estado Marcelo Déda Chagas, a Ex.^{ma} Prefeita de Laranjeiras Maria Ione Macedo Sobral que, em entrevista, declarou ser um momento “mais que histórico”, pois se tratava da “segunda visita oficial de um mandatário do país à cidade, após a visita do Imperador Pedro II em 1860, aquele momento significava o soerguimento da tradição cultural e a geração de novas oportunidades para o município” (Disponível em: <www.laranjeiras.se.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2012).

Frente à comemoração dos dez anos do Campus na cidade, ocorrida no mês de março de 2017, cabem inúmeras reflexões sobre os conceitos teóricos e tecnológicos da conservação e restauro que perpassou a implantação/existência da UFS nos antigos trapiches de Laranjeiras. Entre essas questões, a análise crítico-reflexiva da pretensa restauração realizada nas edificações, bem como o estado atual de conservação a partir das patologias de degradação que estas edificações apresentam; portanto, este artigo pretende revisitar a história e teoria da “restauração” técnico construtiva realizada pelo Programa MONUMENTA em 2004, bem como identificar, mapear e registrar as intervenções inicialmente realizadas e as condições atuais de conservação e restauro das edificações “reabilitadas” e recomendar ações que possibilitem corrigir as anomalias presentes nestas edificações históricas frente ao respeito técnico-científico necessário à reutilização/reabilitação de objetos portadores de juízo de valores patrimoniais.

2 | O PROGRAMA MONUMENTA E O QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES

A intervenção em áreas urbanas históricas decorrentes de políticas públicas remonta a uma trajetória que pode ser dissertada a partir da Revolução Industrial, tendo como auge delimitador a Revolução Francesa, ambas em uma simbiose relacionada ao capitalismo e a urbanização (Choay, 1999, p.85). Entretanto, a afirmação de que a preocupação com a proteção/acautelamento de bens portadores de juízo de valores estéticos e históricos receber maior guarida intelectual a partir de uma condição capitalista urbanista plena e não nas sociedades e civilizações antigas, requer cuidados, pela falta ou impossibilidade de documentação ou de estudos mais pontuados, como, por exemplo, dos escritos de Vitruvio; desta forma, talvez seja mais prudente afirmar que a defesa do valor histórico do objeto e um sentido de uso da teoria da conservação só irá ser estabelecido a partir do Renascimento Intelectual na Europa.

No caso brasileiro, a busca do conhecimento sobre os processos tutelares também requer o entendimento de que desvendar todas as dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e territoriais que envolveram o passado urbano é tarefa quase impossível. Contudo, caso admitida a dificuldade em reconhecer que as ações, apesar de praticadas antes da Revolução Industrial e Francesa, não foram praticadas

com a consciência moderna capitalista, também não é difícil entender a inexistência desse processo intervencionista e, especialmente, preservacionista antes de 1930 no Brasil.

Várias políticas públicas foram praticadas no Brasil de 1933 até os dias atuais (2017) com o objetivo de acautelar, reabilitar, requalificar, revalorizar, as áreas urbanas históricas (Donizeti da Silva, 2005, p.313). Estas ações sempre se depararam com um cenário de degradação e abandono de conjuntos e locais urbanos chamados pelo senso comum de centros históricos e/ou cidades históricas. Em 1995, um dos últimos capítulos deste tipo de ação começou a ser formulado pelo Ministério da Cultura, tendo como direção e apoio o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de forma geral, visava a viabilização de um programa de preservação do Patrimônio Nacional (Bonduki, 2010, p.36).

A ideia original do Programa MONUMENTA foi inspirada em experiências realizadas na cidade de Quito (Equador) após o grande terremoto de 1987. As ações de intervenção pautaram-se na reabilitação não apenas de edificações isoladas, mas também de espaços públicos e na melhoria da infraestrutura e mobilidade urbana, em que temas como recuperação de áreas habitacionais e reciclagem de edifícios estiveram presentes. No Livro *Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos* encontra-se a afirmação: “O resultado das intervenções do Fondo de Salvamento foi considerado excelente, levando o BID, a pensar em possíveis desdobramentos” (Bonduki, 2010, p.36-37).

O BID propôs em 1995 ao Ministério da Cultura brasileiro desenvolver um programa voltado especificamente às cidades históricas. A ideia era produzir um projeto que servisse de base (plano piloto) a todas as futuras ações de conservação e restauração de áreas urbanas históricas no Brasil e que pudesse, inclusive ser praticado em outros países. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) elaborou e discutiu com o BID os fundamentos do programa a partir de 1996 e, em 1997 foi criada a UCG (Unidade Central de Gerenciamento) para coordenar o programa junto ao Ministério da Cultura.

Nesta política pública de preservação cabe ressaltar que o programa visava parceria direta com os municípios que seriam “eleitos” objetos de intervenção, a Unesco, também era parceira técnico administrativa responsável e o IPHAN agente fiscalizador e responsável pela aprovação dos projetos. O BID assinou o contrato de empréstimo (125 milhões de dólares) com o governo brasileiro em 1999, iniciando o programa no ano 2000 e aprovando o Regulamento Operativo em 2001 (Bonduki, 2010, p.37).

Dos 101 núcleos urbanos sob proteção federal no Brasil foram escolhidos para ações intervencionistas preservacionistas, mediante bases e critérios estabelecidos pelo Ministério da Cultura, 26 núcleos entre os quais: Mariana; Congonhas do Campo; Diamantina; Serro (MG); Goiás (GO); Natividade (TO); Lençóis e Cachoeira (BA); Laranjeiras e São Cristóvão (SE); Alcantará (MA); Corumbá (MS); Penedo (AL); São

Francisco do Sul (SC); Icó (CE); Pelotas (RS); Oeiras (PI); em cada uma dessas cidades foi criada uma Unidade Executora do Projeto chamada UEP, que junto com o município deveria conduzir as diretrizes, os interesses participativos, as contrapartidas financeiras e a capacidade de executar os objetivos do projeto (Bonduki, 2010, p.38 e 39).

Dentre os objetivos preservacionistas estabelecidos e almejados pelo Programa MONUMENTA cabem ressaltar: **1-** Restauração, reabilitação e adaptação de monumentos e edifícios históricos evitando a irreversibilidade de danos; **2-** Qualificação e melhoria dos espaços públicos; **3-** Recuperação de imóveis privados e subsídios aos proprietários – reparos de estruturas, telhados e etc; **4-** Capacitação de mão de obra especializada local; **5-** programas educacionais; **6-** Fortalecimento do IPHAN e MinC a partir da elaboração de inventários e manuais técnicos; **7-** Incentivo a participação de empresas privadas.

Dentre os vinte e seis núcleos operacionalizados pelo Programa MONUMENTA, coube destaque a duas ações preservacionistas: a executada na cidade de Cachoeira no Reconcavo Baiano, situada a 110 Km da cidade de Salvador, e na cidade de Laranjeiras, a 35 Km de Aracaju capital do Estado de Sergipe. Este destaque se dá pela proposta objetivada pelo Programa, ou seja, a transformação e/ou “restauração”, reabilitação de edificações históricas com a finalidade de terem como novo uso a educação superior - Campus Universitários, respectivamente, da Universidade Federal do Reconcavo Baiano - UFRB e da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Para o Programa MONUMENTA em Laranjeiras, o “Quarteirão dos Trapiches” representava a matéria-prima capaz de fundamentar/justificar os conceitos estabelecidos nas ações propostas. Isto é, a cidade de Laranjeiras, fruto do universo açucareiro no nordeste brasileiro (Nascimento, 1981, p.34 e 63), teve seu auge econômico por todo o século XIX (1878-1904). A implantação urbana apesar de ser mais tardia (1794) do que a presença dos engenhos de açúcar, como os do Retiro e Comandaroba por volta de 1701 e 1734 (Oliveira, 1942, p.42), não impediu que edificações religiosas e, especialmente, os conjuntos de sobrados fossem implantados e consolidassem uma arquitetura especialmente de estilo e caráter do Segundo Império.

A decadência econômica/social/política da cidade de Laranjeiras ocorrida entre os anos de 1904 a 1942 (Oliveira, 1942, p. 204) é creditada em grande parte a implantação da nova capital do Estado de Sergipe, que absorve paulatinamente todas as atividades, fazendo com que o fluxo produtivo migrasse para Aracaju. Nessa época a maior parte das edificações civis/religiosas sofreram inúmeras modificações entrando em processos de arruinamento. Cabe destacar que muitas destas edificações da cidade de Laranjeiras só seriam tombadas pelo IPHAN a partir de 1943 (BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO, 1994, p.194).

A “retomada” da importância econômica e cultural da cidade de Laranjeiras parece ocorrer na década de 1970, com a reativação dos *Encontros Culturais* na cidade e posteriormente com a implantação de fábricas de grande porte, como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe – FAFEN, em 1982, e também a CIMESA – Fábrica de Cimentos, em 1983 (LARANJEIRAS: sua história, sua cultura,

sua gente, 2000, p.31; 32 e 46). Apesar dessa reativação econômica, o conjunto urbano que compreende as construções civis e religiosas só será elevado à categoria de Monumento Histórico Estadual em março de 1971 e pela esfera federal apenas em 1996 (LARANJEIRAS: sua história, *ibid*, p.92).

Neste contexto de auge, decadência e retomada, o Programa MONUMENTA visualizou a possibilidade de ações “restauradoras” ou de requalificação urbana e reabilitação de edificações históricas. A grande questão era: quais seriam as edificações mais indicadas para o estabelecimento desta empreitada? O conjunto patrimonial, que mais chamou a atenção da UEP – Laranjeiras e da 8º S.Regional do IPHAN - Sergipe foram sobrados comerciais do século XIX e XX, o “Quarteirão dos Trapiches” (Figura 1).



Figura 1- (acima): Situação anterior a “reabilitação” do “Quarteirão dos Trapiches” no ano de 2004. Fonte: Rocha; Silva. In: Nogueira; Donizeti da Silva (Org.), 2009, p.155. (centro e abaixo): Vista geral do “Quarteirão dos Trapiches” em acervo fotográfico do Relatório da UEP/ Laranjeiras antes da intervenção.

Fonte: Acervo PCL – Centro de Soluções em Arquitetura e Engenharia – out. 2005.

O Programa MONUMENTA para a implantação do Campus de Laranjeiras da UFS, ao optar pelo “Quarteirão dos Trapiches”, deparou-se com edificações praticamente em ruínas, sobrando apenas parte das fachadas “*originais*” e uma quantidade de colunas internas que serviram de estruturas dos grandes vãos ali existentes e decidiu por uma proposta de “*reconstrução*” das edificações e consolidação das colunas internas. A opção por estas edificações se deveu a cinco fatores: **1-** O conjunto era um dos principais destaques da cidade; **2-** Era o de maior degradação em toda a cidade; **3-** Ser o único espaço possível para a implantação de um campus universitário; **4-** Os recursos disponíveis não eram suficientes para todas as necessidades de intervenção na cidade e; **5-** As demais áreas indicadas no planejamento da UEP se encontravam em razoável estado de conservação (Rocha; Silva. In: Nogueira; Donizeti da Silva (Org.), 2009, p.51).

A “restauração” do “Quarteirão dos Trapiches” foi iniciada em fevereiro de 2008, fazendo parte deste conjunto: Trapiche Santo Antônio; Sobrado a Rua Samuel de Oliveira nº. 117; Edifício da Exatoria; Casarão a Rua Samuel de Oliveira nº. 159; Ruínas situadas ao lado do Casarão 159; Ruínas a frente do Mercado; Casarão do Oitão e Casarão dos Rollemberg; a obra teve acompanhamento e fiscalização da UEP/Laranjeiras, CEHOP (Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe) e IPHAN. Para o Programa MONUMENTA, as metas e objetivos da intervenção neste local pressupunham que os resultados garantiriam a sustentabilidade econômica da preservação; no entanto, após quase 10 anos desta intervenção, o que se identifica é um estado de arruinamento avançado das edificações pretensamente “restauradas”.

3 | INTERVENÇÕES TÉCNICAS “RESTAURADORAS” NAS EDIFICAÇÕES – REGISTRO

A execução das intervenções no “quarteirão dos Trapiches”, segundo Rocha e Silva (*apud* Nogueira; Donizeti da Silva, 2009, p.157), partiu da “reabilitação” das edificações com o propósito de implantação de uma Universidade, tendo as ações sido fundamentadas no levantamento físico cadastral, fotográfico e iconográfico, visitas ao local, utilizando-se das teorias mais difundidas no restauro. A UEP ainda afirmava que:

a unidade estética dos edifícios não poderia ser recuperada... pois as edificações se encontravam na maioria arruinadas”; bem como, a proposta “centrou-se em remodelar a unidade figurativa a partir de sua caixa mural e o desenho contemporâneo da cavidade interna.

O registro (inventário) da UEP apontou as características críticas e propostas de intervenção a serem executadas em cada edificação do conjunto (Brandi, 1993, p.35). De acordo com Rocha e Silva, coordenadoras da UEP/Laranjeiras (*apud* Nogueira; Donizeti da Silva, 2009, p.158-161) no Conjunto “Quarteirão dos Trapiches”

a intenção maior foi a de adaptação à implantação de uso (Universidade) recuperando a volumetria e consolidando as colunas de pedra remanescentes, tornando a área central um pátio interno de uso comum. O “Casarão do Oitão”, nas proximidades do conjunto seria adaptado como Biblioteca e o “Casarão dos Rollemberg”, também nas proximidades, poderia ser usado para restaurante universitário e uso comum dos locais e turistas. O “Casarão 159”, completamente arruinado, teria sua caixa mural recuperada com a implantação de uma nova cobertura e usado como galeria de artes e hall de entrada principal do novo Campus; as “Ruínas ao Lado do Casarão 159”, que tinha como uso anterior habitações, em estado avançado de arruinamento, teria sua volumetria “resgatada” e sua fachada restaurada para abrigar banheiros e laboratórios. O “Edifício da Exatoria”, que não preservava mais sua característica “oitocentista”, teria seu interior liberado para adaptação de um auditório. O “Sobrado 117”, o menos modificado, acolheria a atividade administrativa. O “Trapiche Santo Antônio”, “apresentando diversas alterações”, teria sua fachada recuperada e comportaria a parte principal da faculdade abrigando as salas de aula.

A primeira intervenção finalizada foi para a Biblioteca no “Casarão do Oitão” (inaugurada em 22 de fevereiro de 2008). Essa edificação, um sobrado constituído por térreo e dois pavimentos, teve sua fachada “restaurada” e o interior “reformado”, a finalidade de abrigar esta função, apesar de realizada, oferta um série de críticas a sua execução, com o tamanho inadequado para abrigar acervos e a acessibilidade ineficiente a portadores de necessidades especiais, tornando os dois pavimentos superiores subutilizados, apesar de hoje abrigarem alguns laboratórios de pesquisas.

A “restauração” do “Casarão dos Rollemberg” para abrigar um restaurante, foi a última ação executada (final de 2009). Essa edificação não é de propriedade da UFS, ficou por muito tempo fechada para licitação de uso, atualmente, é um espaço mais utilizado pelos turistas e locais, muito pouco usado pelos estudantes.

O “Casarão 159” que possuía apenas o casco externo, foi totalmente reconstruído. Um dos principais problemas foi a colocação de uma escada no seu centro impedindo um uso mais adequado do espaço previsto como galeria, bem como, passou a ser utilizado como administração do Campus. As “Ruínas ao lado do Casarão 159” foram totalmente reconstruídas, entretando, a finalidade de uso (laboratórios) demonstrou sua ineficácia devido ao tamanho, instalações elétricas e falta de instalações hidráulicas apropriadas, tonando claro que o conceito maior empregado neste projeto de intervenção não foi a restauração, mas sim uma pretensa restauração de uso, com finalidade de adaptações.

O mesmo caso se revela na “Exatoria”, no “Sobrado 117” e, especificamente, no “Trapiche Santo Antônio”, no qual o tamanho das salas de aula, apropriadas para o ensino teórico, não comportam usos relacionados a práticas, em especial, do ensino de cursos como Arquitetura e Urbanismo, Teatro e Dança, tendo estes dois últimos cursos citados sempre acusaram estar em espaços inadequados e, atualmente, não possuem mais nenhuma atividade no “Quarteirão dos Trapiches”, foram remanejados

para outro Campus– UFS – São Cristóvão (Figura 2).



Figura 2- (acima): esquerda – Visão geral do “Trapiche Santo Antônio” no início das obras em 2008 – orçadas em R\$ 2.770.530,84 (Valor descrito na Placa da Obra), execução - duração 1 ano; direita – Consolidação das colunas de pedra remanescentes (aspecto mais expressivo do conjunto); (centro acima): esquerda – Intervenção no “Casarão 159”, centro – Intervenção no pavimento superior do “Casarão 159”, direita – Intervenção nas janelas (casco remanescente) do “Casarão 159”; (centro abaixo): esquerda – Intervenção na “Extoria”, direita – Intervenção nas “Ruínas ao lado do Casarão 159”; (abaixo): esquerda – Visão geral das tesouras metálicas utilizadas no telhado de todas as edificações, direita – Escoras de sustentação para aplicação de laje de concreto na maioria das edificações pretensamente “restauradas”.

Fonte: Acervo da UFS, Fotos Adilson Andrade, set. 2008.

Sobre as questões técnicas empregadas nas intervenções de “restauração” do “Quarteirão dos Trapiches”, observações atuais dos espaços “restaurados” frente a comparação com fotografias realizadas em 2008 no acompanhamento das obras (acervo da UFS) demonstram algumas situações positivas e negativas que requerem, além do registro, uma reflexão crítica (Brandi, 1993, p.55).

Entre as principais questões técnicas aplicadas nas intervenções encontramos: **1-** Complementação das paredes dos cascos externos a partir da leitura do existente, contudo, produzindo certos falsos históricos, especialmente no “Trapiche Santo Antônio”; **2-** Reconstrução da maior parte das edificações e não restauração, ou

seja, toda a parte externa foi reconstruída aplicando um sentido estético de pretensa concordância com a ambiência arquitetônica urbanística da cidade de Laranjeiras, entretanto, as áreas externas e internas produzem um falso entendimento de que o que passou a existir sempre existiu; **3-** Problemas de acessibilidade, infiltrações, ligações hidráulicas, condições elétricas, etc, em difícil concordância com o uso universitário e as edificações reconstruídas; **4-** Consolidação de arcos das portas e janelas e consolidação através de perfis metálicos das colunas em pedra remanescentes (a ação nas portas e janelas demonstraram opções corretas, já a consolidação das colunas poderia ter sido realizada de forma a que houvesse um diálogo que expressasse mais o elemento histórico do que os perfis metálicos novos), contudo se respeita o novo e o antigo; **5-** Complementação e consolidação das colunas de pedra na sua base de sustentação (considerasse que este aspecto foi realizado de forma conveniente pois as colunas de pedra ofertavam possibilidade de arruinamento irreversível); **6-** Complementação das paredes muros de pedra remanescentes com pequenas pedras de preenchimento, os desenhos formados por estas complementações são facilmente identificáveis; **7-** Apesar da predominância do uso do branco nas pinturas das superfícies não houve o cuidado de executar uma pintura a base de cal nas paredes que receberam argamassas constituídas por composições a base de cal, argila e arenoso; **8-** Pretenso uso ou complementação do revestimento da superfície das alvenarias a partir do saber fazer local, a partir da contratação de mão de obra da cidade; **9-** Coberturas (tesouramento) feitas em estrutura metálica, mas com forro e vigas em madeira (forro angelim pedra e vigas em maçaranduba); **10-** Registro, a partir de uma abertura na parede original para que se possa verificar qual a técnica construtiva original das paredes remanescentes do “Trapiche Santo Antônio”; **11-** Aberturas de novas passagens, destruindo as antigas paredes de pedra para facilitar a circulação; **12-** Manutenção de alguns elementos arquitetônicos originais simbólicos de importância histórica e estética (Figura 3).



Figura 3- (acima): esquerda – “Trapiche Santo Antônio” – salas de aula vista externa “restauração” da fachada produzindo um aspecto neocolonial, direita – “Restauração” do Sobrado 159, uma atmosfera neoclássica misturada com um neocolonial (internamente totalmente reconstruído). Fonte: autores, nov. 2009; (centro acima): esquerda – Consolidação dos arcos das vergas superiores das portas, centro – Perfis metálicos para consolidar o corpo das colunas de pedra, direita – Consolidação da base – fundação das colunas de pedra. Fonte: Acervo da UFS, set. 2008; (centro abaixo): esquerda – Consolidação com sapata de concreto e armadura de ferro (gaiola) da base de uma das colunas de pedra, centro – Preenchimento de lacunas nas paredes de pedra remanescentes, direita – Colocação de tesouras metálicas. Fonte: Acervo da UFS, set. 2008; (abaixo): esquerda – Documentação deixada no local, abertura demonstrando a técnica de assentamento da alvenaria das antigas paredes do “Trapiche Santo Antônio” Fonte: autores, out. 2017, centro – Ação inadequada de abertura de passagens nos muros históricos existentes, direita – Manutenção de elementos arquitetônicos de valor estético e histórico.

Fonte: Acervo da UFS, set. 2008.

As intervenções técnicas, especificamente nos revestimentos das alvenarias de pedra, de acordo com Rocha e Silva (*apud* Nogueira; Donizeti da Silva, 2009, p.176), estiveram pautadas no uso de argamassas à base de cal e nas paredes novas a base de cimento. As telhas foram feitas sob encomenda utilizando como modelos telhas remanescentes locais. Nas cores utilizou-se estudo de prospecção nas paredes em

bom estado, optou-se pelo não argamassamento; restaurou-se as esquadrias em bom estado, os pisos originais foram mantidos, bem como ferrolhos e travas de ferro. Foram realizados procedimentos arqueológicos, sendo encontradas rodas de antigas moendas de engenhos de açúcar.

4 | CONDIÇÕES ATUAIS DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

O princípio regimental do Programa MONUMENTA era promover, após a intervenção e entrega do projeto, a sustentabilidade econômica e a função social e cultural do patrimônio histórico, no caso do “Quarteirão dos Trapiches”, pode-se afirmar que estas intenções foram pouco atingidas, uma vez que a manutenção do Campus é integralmente realizada pela UFS (Governo Federal) e que, ao longo destes dez anos de implantação, pouquíssimos alunos que fossem moradores da cidade Laranjeiras se matricularam nos cinco cursos implantados (Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Museologia; Teatro e Dança), sendo que há dois anos, os cursos de Teatro e Dança desenvolvem suas atividades nas cidades de Aracaju e São Cristóvão (Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/56608-campus-de-laranjeiras-relembra-as-historias-dos-seus10-anos-de-implantacao>>. Acesso em: 17 mai. 2017).

No ano de 2015, as edificações que compõe o Campus de Laranjeiras – “Quarteirão dos Trapiches” – após vários anos sem manutenção preventiva, apresentavam inúmeras degradações nos revestimentos das paredes (argamassa de revestimento – reboco/emboço); na parte estrutural (stress mecânico em várias paredes); na cobertura (vários locais com infiltrações por umidade); os remanescentes de pedra, colunas e paredes, apresentavam locais com perda de material.

Diante dessa problematização, foi submetido um projeto de pesquisa referente ao EDITAL N° 02/2015/POSGRAP/COPES/UFS Código: PVF3752-2015, com título: *O PÓ CERÂMICO E A ESCÓRIA DE ACIARIA COMO ALTERNATIVAS NO RESTAURO DO PATRIMÔNIO CULTURAL*, coordenado pelo Prof. Dr. Eder Donizeti da Silva; pela Profa. Dra. Adriana Dantas Nogueira, tendo como colaboradores a técnica laboratorial do CTPR (Centro de Tecnologia da Preservação e Restauro – UFS) Rosane Greziele Leite dos Santos, o técnico laboratorial do CTPR Alex Souza Santos, além dos alunos de Arquitetura e Urbanismo Josefa Luana Oliveira Freire; Mayra Rayanne Vieira Gonçalves Lima e Uallison Vinicius Nascimento Castro. Este projeto de pesquisa teve como objetivos executar estudo histórico de argamassas antigas a base de cal, realizar todo o levantamento das anomalias existentes nas edificações que compõem o Campus de Laranjeiras, bem como entender/compreender, a partir de ensaios laboratoriais, a possibilidade de aditivos nas argamassas de revestimento do Campus, visando a restituição dos locais que se apresentavam com incidência de degradação. Atualmente, as degradações nas edificações apresentam maior intensidade do que as registradas no ano de 2015.

O edifício da Biblioteca do Campus (Casarão do Oitão) apresenta expressivo ataque por manchas negras provocadas pela contaminação por gás carbônico nas suas fachadas; bem como uma série de descascamentos da pintura e perda do reboco; ataque de vegetação aérea; na parte interna ocorre perda intensa do reboco na escada de acesso aos pavimentos superiores; a algeroz está danificado provocando intensa penetração de águas das chuvas inundando vários cômodos do Casarão; uma grande fissura (rachadura) localizada no 2º pavimento requer urgência de restauro. Recomenda-se a análise da composição do reboco aplicado, bem como, do antigo reboco remanescente, a partir de observações visuais, difratometria de raio X; traço e granulometria; análise química para verificação da presença de sais (Oliveira, 2002, p.34). Quanto a presença de CO₂, realizar limpeza com sabão neutro e, em relação aos problemas estruturais, seu estudo e recomposição.

A edificação de maior importância no conjunto do “Quarteirão dos Trapiches” é o Trapiche Santo Antônio; revelou ser um dos locais com maior incidência de degradações. Ocorre uma grande perda de material (reboco) na sua fachada principal e lateral; as paredes de pedra da lateral demonstram ataque por sais (cloreto e sulfato); várias rachaduras; ataque por insetos (cupins); as paredes de pedra também demonstram um ataque biológico por bactérias que precisa ser mais estudado e tem provocado grande perda de material (emboço entre as pedras). Ataque por fungos, líquens, crosta negra são também agentes patológicos neste local. Recomenda-se o estudo dos ataques biológicos e seu tratamento. Os líquens e fungos são de difícil limpeza, bem como, o ataque por vegetação aérea e insetos xilófagos; o uso de inseticidas e pulverizações sobre as superfícies devem ser rigorosamente controlados. Quanto a recomposição da perda do material, após o tratamento das anomalias de biodegradações, deve ser realizado, concomitantemente um estudo sobre a composição destas argamassas para prover um produto que dialogue com o existente e jamais utilizar cimentícios para recompor argamassas históricas.

O Sobrado 117 é uma das edificações que apresentam grande problemática estrutural, inclusive o pavimento superior está interditado há mais de 4 anos; recentemente (2017) foi interditado também o térreo desta edificação, pois apresenta intensas fissuras (rachaduras) por todas as paredes internas, umidades ascendentes e descendentes, fungos, líquens e bactérias. Na fachada principal, na região da cimalha, verificam-se grandes áreas com empolamentos, pulverulências, perda de material e manchas negras. Frente à questão das lesões provocadas por tensões (fissuração e deformação), deve-se verificar a causa, como por exemplo, o movimento de fundações, devendo aplicar métodos de investigação como: informações históricas; documentações; sondagens; definir o quadro fissurativo e de curvas; verificar além da acomodação o esmagamento e a flambagem da estrutura vertical, bem como, os empuxos e depressão de estruturas horizontais (Oliveira, 2002, p.143).

A Exatoria, conhecida pelos alunos como auditório, apresenta na parte interna intenso ataque por umidade, manchas esverdeadas nas paredes, bolor, fungos e

bactérias; nas paredes externas o ataque por umidade é ainda mais expressivo, bem como, o ataque por fezes de animais (pombos) propicia a salinidade por nitratos, apresenta grande quantidade de fissuras e manchas negras. Nas edificações a manifestação de umidades é uma constante, elas podem se dar na construção, no terreno, por precipitação, condensação, higroscopicidade e causas variadas/fortuitas (Henriques, 2007, p.1-2). As degradações provocadas pela presença de umidade ascendente e/ou descendente estão associadas a outras anomalias, em especial, ataque por sais, que em contato com a água se cristalizam provocando eflorescências e criptoflorescências. A limpeza é sempre difícil, na recomposição da perda dessas argamassas se torna importante a verificação da contaminação das areias utilizadas, uma vez que este material, na maioria das vezes, foi contaminado na sua origem (Rodrigues; Gonçalves, 2007, p.35).

O Casarão 159, conhecido como administração do Campus (Direção e coordenação de cursos), é uma edificação com uma das mais severas patologias entre as edificações, ou seja, apresenta no vão da escada de acesso ao pavimento superior grandes rachaduras, que ao serem observadas, ao longo desses anos, têm se mostrado a cada período com uma preocupante evolução de suas dimensões. Na parte externa ocorre perda de material, fissuramento, manchas negras e uma série de ataques por umidade e salinidade.

Admite-se que a antiga edificação tivesse madeiras como estrutura do telhado e, especialmente, do piso do pavimento superior e que os vãos não possuíssem as dimensões atuais; considerando isso, deve-se realizar um estudo estrutural e possível escoramento das partes que estão apresentando esmagamentos e flambagem estrutural, bem como, empuxos horizontais. De acordo com Appleton (2011, p.17), sondagens são recomendadas para verificação das fundações do terreno, junto com uma inspeção visual complementada por testes laboratoriais para se conhecer, explicar e sanar a fendilhação que estas alvenarias, vigas e pilares estão apresentando.

As Ruínas ao lado do Casarão 159 e ruínas em frente ao Mercado sofrem de todas as anomalias que já foram descritas nas outras edificações. Quanto à parte interna (Pátio do Campus), uma das degradações mais severas se deu com o desmoronamento de um dos arcos ocorrido há apenas três dias das comemorações do aniversário de dez anos do Campus, este arco já apresentava problemas estruturais desde 2010, quando foram colocadas escoras de madeira para que ele não arruinasse. Contudo a falta de um procedimento de conservação e restauro ao longo destes anos provocou sua queda e, devido à pouca cientificidade na recolha do material, há impossibilidade de sua restituição futura. Recomenda-se uma vistoria das colunas e muros de pedra para identificar possíveis anomalias, proceder sua limpeza (crostas negras, vegetação aérea, bactérias), complementação com argamassas com composições apropriadas e estabilização de possíveis degradações mecânico-físicas (Figura 4).



Figura 4- (acima): Fachada da Biblioteca (Casarão do Oitão) e vista geral do estado de conservação atual; (centro): Fachada lateral esquerda do campus e degradações com perda do reboco e Fachada principal do Campus de Laranjeiras e degradações das mais variadas; (abaixo): Queda de um dos arcos em abril de 2017, Fissuras no Casarão 159, Uso de cimento para preenchimento de lacunas nas paredes de pedra.

Fonte: Planta PCL 2009 e Fotos dos autores, abr. e ago., 2017.

Acrítica à conservação das edificações que compõem o “Quarteirão dos Trapiches” se estabelece no pouco cuidado científico na prevenção destas patologias, bem como, nas ações inadequadas de intervenções que podemos chamar de “reformas”, ou seja, uso de tintas modernas inapropriadas (Aguiar, 2005, p.323), uso de argamassas a base de cimento nas paredes históricas (Kanan, 2008, p.16 e 19), na construção de paredes novas sobre outras (antigas) já existentes (Pinho, 2008, p.110), falta de uma intervenção aplicando o conhecimento da tecnologia da conservação e restauro

(Veiga; Aguiar; Silva; Carvalho, 2004, p.29).

Estas situações, não apenas tem acarretado a degradação paulatina das edificações, bem como, dentro de um Campus criado com a finalidade do ensino patrimonial, acarretado inúmeras distorções educacionais de como se deva agir frente aos objetos culturais de valor histórico e artístico, demonstrando, que não basta apenas projetar espaços a partir de pretensas “requalificações”, mas de suprir ações fundamentais necessárias a conservar e sustentar essas intervenções

5 | CONCLUSÃO

Nas ações de intervenção aplicadas no “Quartirão dos Trapiches” são perceptíveis várias situações problemáticas no decorrer do processo de “requalificação/reabilitação” das edificações, entre elas, destacam-se: **a)** Na proposta do Programa MONUMENTA, fica evidente que não ocorreu preocupação com os cursos que seriam implantados no Campus e que isso seria solucionado a partir da adaptação aos espaços “restaurados”; **b)** Na execução, apesar de acertos em relação a consolidações de colunas e arcos de portas e manutenção das paredes de pedra, a colocação/utilização da caixa mural de várias edificações como suporte a novas estruturas e paredes acarreta atualmente o aparecimento de fissuras; bem como, escadas, acessibilidades, instalações elétricas e hidráulicas requerem ajustes para as atividades que ocupam os espaços; alguns locais (muros e arcos) não foram consolidados derivando seu arruinamento; **c)** O Programa não previu a manutenção e conservação das edificações, acarretando, atualmente, grande parte das degradações, assim como, as ações que estão sendo executadas como “reformas” não atendem a requisitos técnico-científicos previstos no estudo e conhecimento da teoria e tecnologia da conservação e restauro, ocasionando mais a destruição do patrimônio do que sua preservação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do patrimônio**. 2. ed. Porto: Rainha e Neves Ltda., 2005.

APPLETON, John. **Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção**. 2. ed. Lisboa: Edições Orion, 2011.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSCRITOS NOS LIVROS DO TOMBO. 4.ed. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura / IPHAN, 1994.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas: Na Recuperação de Centros Históricos**. – Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1993.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1999.

DONIZETI da SILVA, Eder. **O Direito Urbanístico Brasileiros e sua Aplicabilidade na Preservação de Centros Históricos**. 2005. 303 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ENTREVISTA Sra. Maria Ione Macedo Sobral. Disponível em: <www.laranjeiras.se.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2012.

HENRIQUES, Fernando M. A. **Humidade em Paredes**. Lisboa: LNEC, 2007.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. - Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008.

LARANJEIRAS: sua história, sua cultura, sua gente. Laranjeiras: Prefeitura Municipal/SEMEC, 2000.

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **Tecnologia da Conservação e da Restauração: Materiais e Estruturas**. Salvador: EDUFBA, 2002.

OLIVEIRA, Philadelpho Jonattas de. **Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras**. Aracaju: Casa Avila, 1942.

PINHO, Fernando F. S. **Paredes de Edifícios Antigos em Portugal**. Lisboa: LNEC, 2008.

ROCHA, Luciana Machado Ribeiro; SILVA, Cynara Ramos. Trapiche Projeto e Obra. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas; DONIZETI da SILVA, Eder (Org.). **O Despertar do Conhecimento na Colina Azulada**. V.II. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

RODRIGUES, J. Delgado; GONÇALVES, T. Diaz. Rebocos para paredes antigas afetadas por sais solúveis. In: **Sais Solúveis em argamassas de edifícios antigos: danos, processos e soluções**. Lisboa: LNEC, 2007, p.35-48.

SAÍDA CURSOS de Teatro e Dança. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/56608-campus-de-laranjeiras-relembra-as-historias-dos-seus10-anos-de-implantacao>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

VEIGA; Rosário. et al. **Conservação e Renovação de revestimentos de Paredes de edifícios antigos**. Lisboa: LNEC, 2004.

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Paulo, Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Construção Civil
São Paulo – SP

Patricia Andrea Paladino

IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus São Paulo, Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Construção Civil
São Paulo – SP

RESUMO: A geometria modular compõe um vasto campo de estudo. O termo “módulo” vem do latim *Modulus* que significa medida pequena. As pequenas peças agrupadas da maneira correta podem render grandes e belos resultados. A construção modular consiste em criar um objeto complexo a partir da repetição de várias peças unitárias semelhantes. O comportamento geométrico dos módulos pode seguir técnicas de transformações como a repetição, a reflexão, a rotação e a translação. A lógica da geometria modular vem sendo utilizada por muitos matemáticos e filósofos da história por apresentar harmonia e beleza das formas.

A facilidade de se criar peças modulares chegou ao seu ápice com a vinda da Revolução

Industrial cujo desenvolvimento tornou-se viável e barato. O aprofundamento das técnicas de encaixe a cada dia influencia mais o mercado da construção civil trazendo variação de formas, agilizando o projeto, economizando os espaços e barateando os custos. Na arquitetura, a geometria modular teve o seu marco em 1851 com a construção do Palácio de Cristal, em Londres. Na área do design, as peças modulares são sinônimo de flexibilidade e beleza, criando novas formas e modificando os espaços.

Este trabalho pretende desenvolver alguns objetos de design por meio da composição de oito peças modulares. Partindo da arte vernacular japonesa do origami, e os princípios de isometria simples das formas geométricas; a análise dos módulos demonstra que cada peça, por apresentar um sistema de encaixe diferente a partir de variadas dobras, está diretamente ligado ao formato das composições tridimensionais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Matemática; Módulos; Origami.

1 | INTRODUÇÃO

A construção modular consiste em criar um objeto complexo a partir da repetição de peças

unitárias semelhantes. O estudo de peças modulares nas construções arquitetônicas tem alcançado grande relevância na elaboração de projetos. O comportamento geométrico dos módulos pode seguir diversas técnicas de transformações geométricas como a reflexão, rotação e translação.

As peças modulares na construção civil ganharam força a partir da Revolução Industrial com a introdução de técnicas de moldes pré-fabricados, trazendo diversos benefícios como a rapidez de reprodução das peças, a redução dos custos e a versatilidade do uso dos espaços.

A lógica dos sistemas modulares segue padrões matemáticos simples que compõem uma grande harmonia de formas, sendo alvo de estudo de matemáticos, arquitetos, engenheiros e diversos outros profissionais.

O estudo da geometria modular apresenta-se como alternativa morfológica para a forma dos projetos arquitetônicos, inspirando os desenhos de projeto e design.

2 | DISCUSSÃO DE DADOS

A metodologia do trabalho consiste em três partes: aparato teórico-histórico da geometria modular, a arte vernacular do origami, sua origem e evolução em oposição ao processo de construção modular pós Revolução Industrial; estudo matemático-teórico sobre os princípios da isometria plana aplicados aos módulos; e desenvolvimento de peças criando estruturas complexas e o estudo dos sistemas de encaixe.

O estudo histórico visa discutir o uso dos módulos nas construções arquitetônicas mostrando seu uso e influência no projeto, com destaque ao marco da Coordenação Modular, o Palácio de Cristal em Londres de 1851, pós Revolução Industrial, com ênfase no processo industrial das peças, na agilidade e barateamento da produção. A introdução à arte vernacular consiste em apresentar o origami como alternativa de construção de peças modulares que viabilizem a flexibilidade e dimensão geométrica de peças.

O estudo matemático para embasamento da pesquisa apresenta o levantamento dos princípios da isometria simples das figuras geométricas: translação, reflexão e rotação. Desta maneira, é possível acompanhar as técnicas de transformações dos módulos simples em estruturas complexas viabilizando o resultado final da forma que está diretamente ligado ao sistema de encaixe das peças.

O desenvolvimento dos módulos em origami permitiu uma experiência de reconstrução e transformação de peças simples em estruturas mais complexas, por meio da análise de encaixes. Pretendeu-se nesta etapa, realizar um detalhamento deste experimento tridimensional com o objetivo de gerar novas formas, como alternativa plástica.

2. 1. Estudo Histórico

2.1.1. Origem e Evolução das Peças Modulares

A utilização de módulos na arquitetura aparece na história desde as antigas civilizações. O uso da unidade básica das ordens das colunas gregas a partir do século VI, por exemplo, seguia um padrão de tamanho e proporção no qual cada módulo apresentava uma importância singular no equilíbrio físico, beleza, estabilidade e harmonia das formas.

“A proporção dos elementos das ordens gregas era a expressão da beleza e harmonia.” (CHING, 1998)

Essas ordens arquitetônicas compreendem um conjunto de elementos que se relacionam harmonicamente segundo preceitos clássicos de beleza. A proporção entre a altura e o diâmetro da coluna, capitel e entablamento são características que facilitam o entendimento e distinção das ordens gregas cada qual com sua harmonia.

A partir do diâmetro da coluna formavam-se as dimensões de projeto de forma que sempre houvesse concordância harmônica entre elas. Esse sistema de proporção era denominado *Canon* e consistia no uso do raio da base do fuste como valor modular para determinar as relações e estruturas dimensionais do projeto, como no caso da altura da coluna que continha um número específico de módulos. É também na Grécia que surge a primeira relação entre o volume do edifício e o espaço natural com uma maior preocupação à plasticidade externa ao conteúdo do espaço interno.

A partir do século XVIII com a vinda da Revolução Industrial, as peças modulares ganharam força nas construções arquitetônicas. A rapidez de reprodução das peças, juntamente à queda dos custos de produção, acelerou o processo de introdução das estruturas modulares na construção civil através de peças pré-moldadas.

Como marco da Arquitetura Industrial encontra-se o Palácio de Cristal de Londres, idealizado e elaborado pelo arquiteto-paisagista Joseph Paxton entre 1850 e 1851. Construído para ser o palco da Grande Exposição de 1851 (primeira grande feira internacional com mais de 14 mil expositores), a enorme construção que durou apenas quatro meses foi feita inteiramente de ferro fundido, vidro e madeira. A partir de estudos já elaborados pelo arquiteto sobre estufas envidraçadas, o projeto, desenvolvido em apenas oito dias, foi idealizado como uma enorme galeria envidraçada em três níveis.

“O Crystal Palace não era tanto uma forma particular quanto um processo de construção tornado manifesto como sistema total, desde a concepção, a fabricação e o transporte iniciais até a construção e desenvolvimentos finais. Como os edifícios ferroviários, com os quais tinha uma certa analogia, era um kit de montagem altamente versátil” (FRAMPTON, 1980, p.31)

O Palácio de Cristal era composto por uma estrutura ininterrupta de ferro fundido em treliças por todo o perímetro, com exceção dos três pórticos simétricos da entrada.

A elaboração do projeto contava com um módulo básico de 2,44 metros dispostos em vãos estruturais de 7,31 a 21,95 metros.

A novidade do processo técnico de construção estava na rapidez da montagem e exatidão da forma utilizando módulos e construção estandardizada das grelhas moldadas em série. A capacidade de terem-se estruturas de ferro fundido junto ao envidraçamento modular constituiu um padrão construtivo em toda a Europa em casas de câmbio, mercados e galerias.

A facilidade da construção consistiu em criar um grande pavilhão de ferro que poderia ser montado e desmontado posteriormente, com todas as peças pré-fabricadas e apenas montadas no local, sendo que cada parte não poderia ultrapassar uma tonelada para a facilidade de manuseio, e economia de gastos usando painéis de vidro de maior largura. O invólucro total contava com 93.000 metros quadrados de vidro, o que por um lado mantinha uma iluminação natural direta, dificultava a ventilação e climatização da estrutura.

A utilização de peças pré-moldadas garantia não somente a agilidade de montagem das estruturas como também a facilidade de transportar *kits* de construções completas a longas distâncias. Desta maneira, peças pré-moldadas de ferro fundido começaram a ser exportadas por todo mundo pelos países industrializados.



Figura 1. Perspectiva Interna do Palácio de Cristal

Fonte: https://arcowebarquivos.s3.amazonaws.com/imagens/47/78/arq_44778.jpg

2.1.2. Estudo da Geometria Através do Origami

A arte vernacular milenar do *origami* tem sua origem no Oriente adotando como berço o Japão. A etimologia da palavra *origami* é um composto de dois radicais: *Ori* que significa dobra e *Kami* que tem duas acepções – papel e Deus -, evidenciando a importância dessa arte à cultura japonesa.

Utilizado inicialmente nas cerimônias xintoístas das classes elitizadas como forma

de ornamento (*Katashiro*), o *origami* popularizou-se no período *Tokugawa* (1603-1867) quando o papel tornou-se mais acessível sendo que até então, era um produto de distinção entre classes sociais. Apesar de ser uma arte milenar, os primeiros estudos escritos sobre a elaboração do *origami* padrão *tsuru* é datado de 1797 por Sembazuru Orikata e 1845 por Kan no Mado.

“Por meio do origami podia-se distinguir um agricultor de um guerreiro, um seguidor de um mestre, bastando observar as dobraduras que eles portavam.” (OLIVEIRA, 2004, p.2)

A popularização das dobraduras pelo restante do mundo deu-se no século VIII pelos árabes como auxílio no estudo da matemática. No mundo ocidental, a técnica do *origami* só deu-se no século XII, na Espanha, a partir das invasões mulçumanas. Foi Miguel de Unamuno o maior divulgador dessa arte na Espanha incentivando uma escola exclusiva para o tema, depois de conhecer a arte na exposição mundial de inauguração da Torre Eiffel em 1889.

Entre 1950 e 1960, com a forte popularização mundial do *origami*, diversos países foram adotando e se aprofundando nesta técnica. A americana Lilian Oppenheimer foi a primeira a impulsionar esse movimento com a fundação do *The Organic Center New York* em 1958.

Apesar de ser uma técnica livre de estudo de dobras (*folding*), o *origami* moderno japonês dispõe de regras para representação gráfica das dobras (1956). Idealizado por Akira Yoshizawa, as dobras recebem diferenciações que servem como matrizes de figuras bases, criando uma sistematização das dobras. Esse processo ampliou a difusão da técnica podendo-se criar, também, novas peças base.

Considerada filosofia e arte pela vertente Oriental, o *origami* consiste em usar o mínimo de dobras possíveis para expressar a essência do que deseja representar. Ao contrário da corrente Ocidental, a arte vernacular japonesa vem sendo estudada por profissionais de diversas áreas que buscam exatidão e proporção das formas abrindo espaço para os processos matemáticos, técnicas geométricas e mecanismos computacionais.

2.2. Estudo Matemático-Teórico

2.2.1. Princípios da Isometria

A isometria é uma transformação geométrica que consiste em conservar a distância entre quaisquer pares de pontos e ângulos de forma que a figura primária e o transformado sejam congruentes. Os segmentos de uma figura a outra são geometricamente iguais podendo variar de direção e sentido.

O uso da isometria está presente na história da humanidade desde as antigas civilizações. Padrões em pinturas, esculturas e cerâmicas na arte oriental são grande exemplo dessa transformação geométrica nas quais usam a repetição de elementos

gerando novos desenhos.

A isometria simples, que é o estudo do trabalho em questão, é composta por três propriedades: reflexão, rotação e translação. Em todos os casos é mantido o comprimento dos segmentos e abertura dos ângulos, mas somente na translação é mantida a direção do objeto transformado. A rotação é feita em um ponto fixo enquanto que na reflexão existem infinitos pontos fixos. A orientação dos ângulos é mantida na translação e rotação, e invertida na reflexão.

A reflexão consiste na duplicação da figura tendo como congruência o eixo r de reflexão. Dobrando-se o plano da imagem e sua imagem refletida no eixo r , a figura original e a transformada sobrepõem-se exatamente em todos os pontos. Também é possível a reflexão deslizante quando esta é resultado de uma reflexão seguida por uma translação paralela ao eixo r .

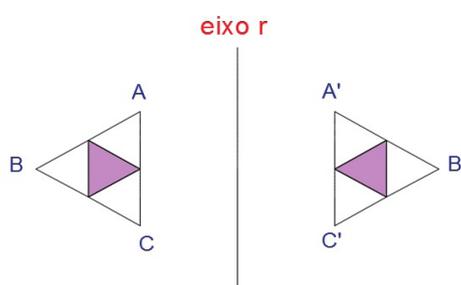


Figura 3. Reflexão de objeto a partir do eixo r .

O conceito de rotação está ligado à movimentação do objeto no qual o plano de rotação apresenta uma amplitude angular α tal que a distância do centro de rotação a um ponto qualquer da figura seja a mesma para a da imagem rotacionada. A rotação pode ser positiva quando funciona em sentido anti-horário, e negativa em sentido horário.

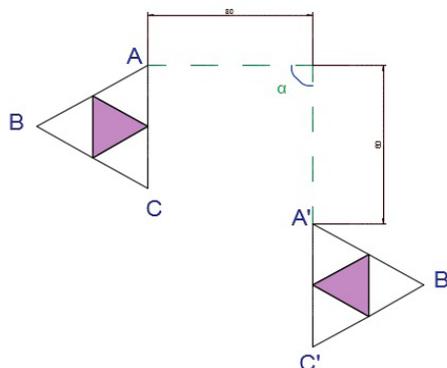


Figura 4. Rotação de uma peça mostrando as particularidades do processo

A translação está associada a um vetor (uma direção, sentido e comprimento)

conservando a direção e comprimento de segmentos de reta e amplitudes dos ângulos, ou seja, não há deformação da peça. Consiste no deslocamento em uma reta mantendo-se inalterado como no caso de elevadores.

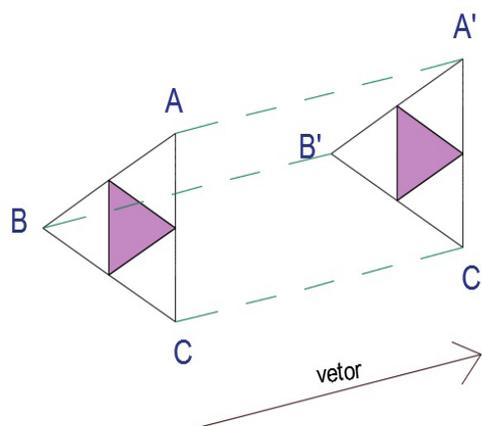


Figura 5. Translação de um objeto a partir de um vetor – a figura permanece a mesma

2.3. Elementos do Desenho Bidimensional

Segundo Wong em seu livro *Forma e Desenho*, o desenho bidimensional pode apresentar um número de formas idênticas ou semelhantes que constituem a “unidades de forma”. O uso dessa técnica ajuda a unificar o desenho e pode ser facilmente descoberta na maioria das imagens. Quando se usa a mesma forma mais de uma vez no mesmo desenho, o autor nomeia como repetição, que traz uma harmonia ao conjunto. Dentro deste conjunto, podem-se diferenciar diversos tipos de repetição como: repetição de formato, tamanho, cor, textura, direção, posição, espaço e gravidade. No conjunto de módulos com uma unidade fixa, a repetição só é possível com o uso da peça integral em todos os seus aspectos, não podendo variar conforme o desenho livre.

“O desenho é um processo de criação visual que tem propósito. Diversamente da pintura e da escultura, que constituem a realização das visões e sonhos pessoais dos artistas, o desenho preenche necessidades práticas.” (WONG, 1993, p.41)

Ainda dentro das propriedades de forma no desenho bidimensional, Wong analisa e aplica conceitos de estrutura, similaridade, gradação, radiação, anomalia, contraste e concentração do desenho e suas possíveis combinações. No caso do estudo em questão, os tipos de desenho plano ligados às peças modulares pré-determinadas seguem apenas certos pontos das primícias do desenho de Wong, não tendo abertura para a flexibilidade da forma.

No capítulo *Forma Bidimensional* do referido livro, o autor explica a composição de desenhos com repetição dentro de uma moldura de referência definida (espaço visível) no qual pode atender a uma disposição regular, estabelecendo uma composição formal,

que consiste na organização dos elementos de acordo com uma ordem matemática pré-determinada. Quando a repetição acontece com desenhos unitários já sobrepostos, tornando-se uma superunidade, e a reprodução é feita em sequências em diversos sentidos, definindo padrões, forma-se uma malha de desenhos complementares que exploram diversos tipos de repetição possíveis.

A superunidade gerada pode sofrer os diversos tipos de transformações no desenho como as *unidades de forma*, exibindo a radiação, translação, rotação e inversão de estruturas de repetição.

“O desenho bidimensional se refere à criação de um mundo bidimensional por meio de esforços conscientes de organização dos vários elementos. [...] cujo objetivo principal é estabelecer harmonia e ordem visual ou gerar interesse visual intencional.” (WONG, 1993, p. 238)

2. 4. Análise dos Módulos Desenvolvidos

2.4.1. Criação de Brinquedo Modular

Buscando por módulos em origami para a facilitação do entendimento de sistemas de encaixe modular, chegou-se a uma peça padrão, amplamente utilizada na arte vernacular japonesa para construção de estruturas. Dessa peça primária, foram verificados e estudados oito tipos de combinações de dobras gerando novos oito módulos distintos – cada qual com seu sistema de encaixe. Apesar de serem diferentes peças em si, o encaixe pode ser feito entre as mesmas, criando-se formas inovadoras que dependem do manejo dos módulos.

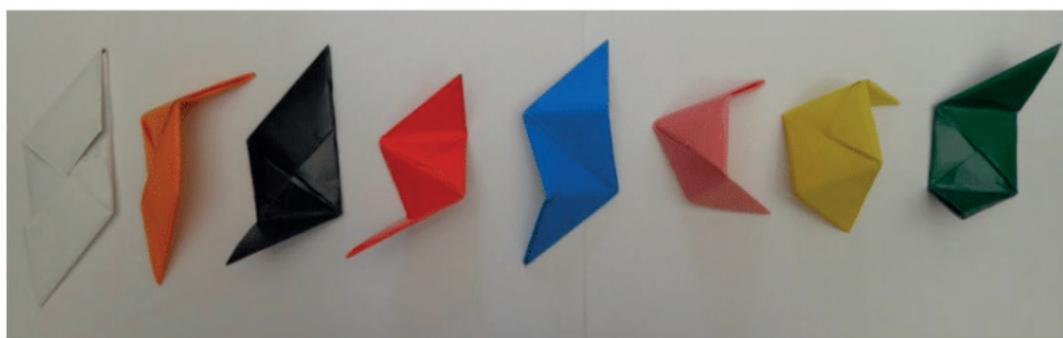


Figura 6. Os 8 módulos desenvolvidos que se distinguem por sua dobra de encaixe, cada um em uma cor

A peça que inspirou a criação dos módulos apresenta uma dobra a mais em seu processo de elaboração, mostrando um detalhamento estético maior e mais harmônico, entretanto, não é necessária para o sistema de encaixe e portanto não fez parte da formulação das novas peças. O procedimento de encaixe continua o mesmo e segue as mesmas dimensões da peça original com a altura 3 vezes maior que a largura. As peças elaboradas foram construídas artesanalmente, utilizando papel cartão de diferentes cores com gramatura 250 a 300 g/m².

No desenvolvimento do projeto, diversos módulos foram criados com a exploração de seus sistemas de encaixe. A partir desse estudo, pôde-se chegar a conclusão de que a plasticidade desses objetos modulares está diretamente ligada ao seu sistema de encaixe, e este, por sua vez, tem relação com suas dobras características (*folding*).



Figura 7. Peças brancas, módulo 1

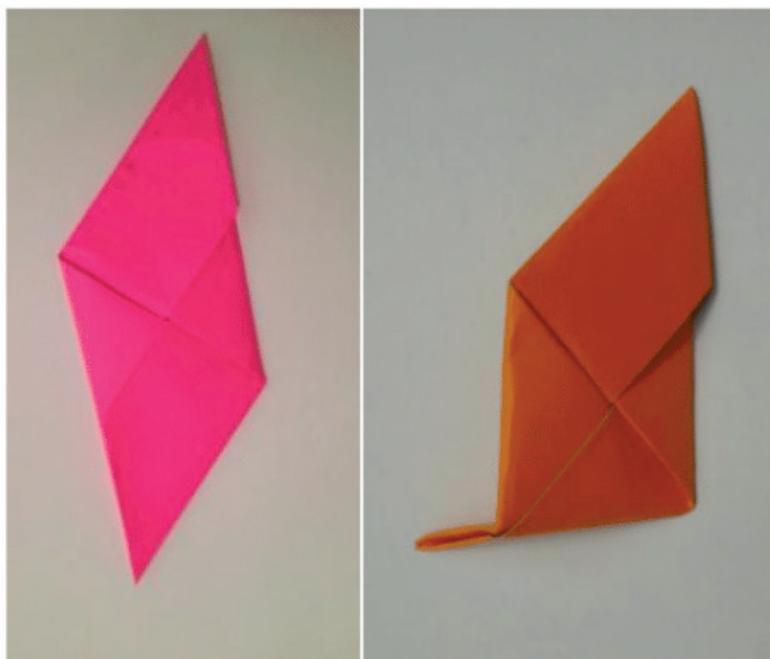


Figura 8. Segunda peça comparada à primeira

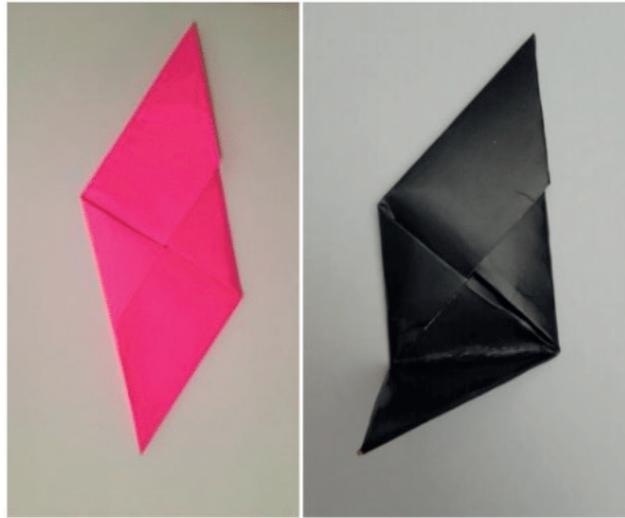


Figura 9. Terceira peça comparada à primeira

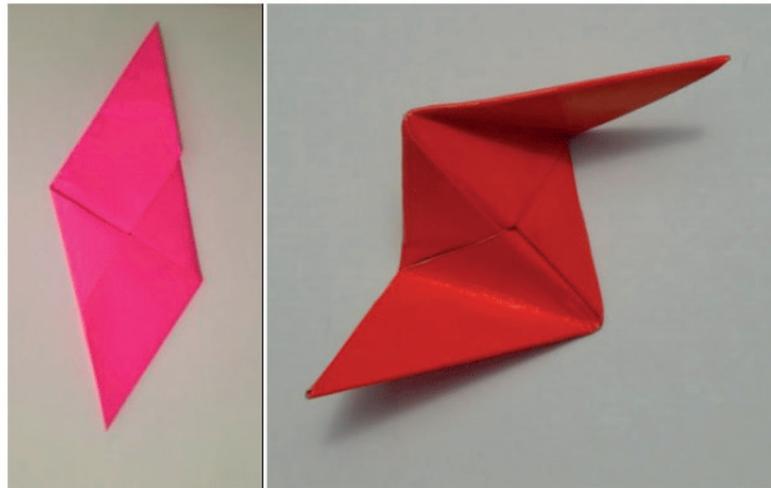


Figura 10. Quarta peça comparada à primeira

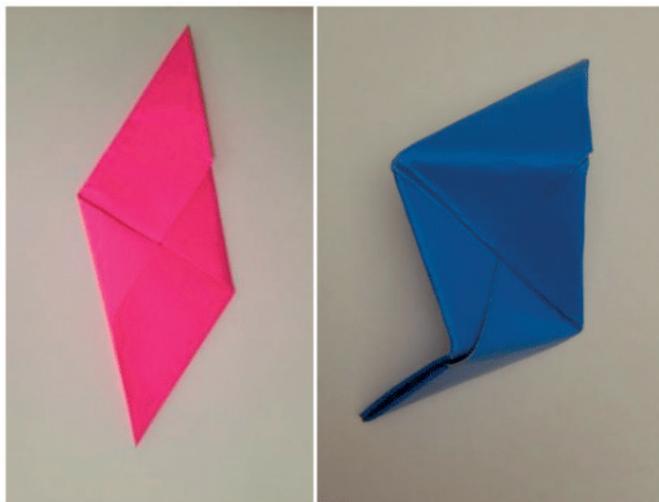


Figura 11. Quinta peça comparada à primeira

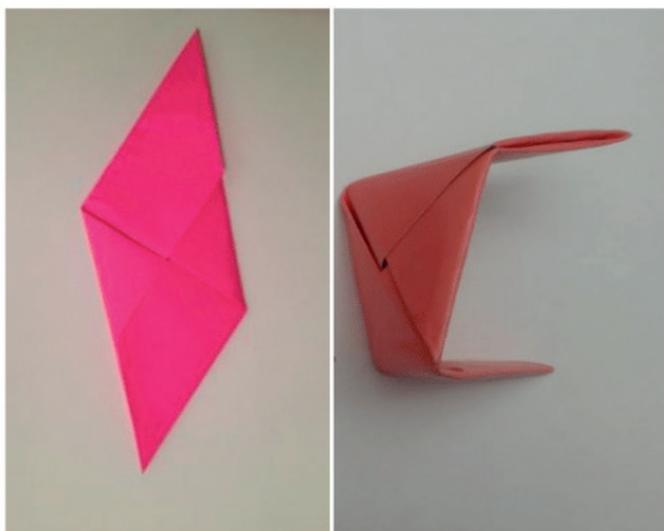


Figura 12. Sexta peça comparada à primeira

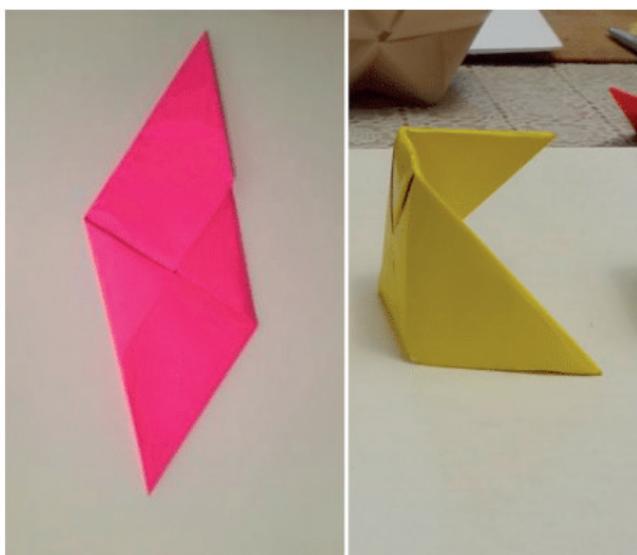


Figura 13. Sétima peça comparada à primeira

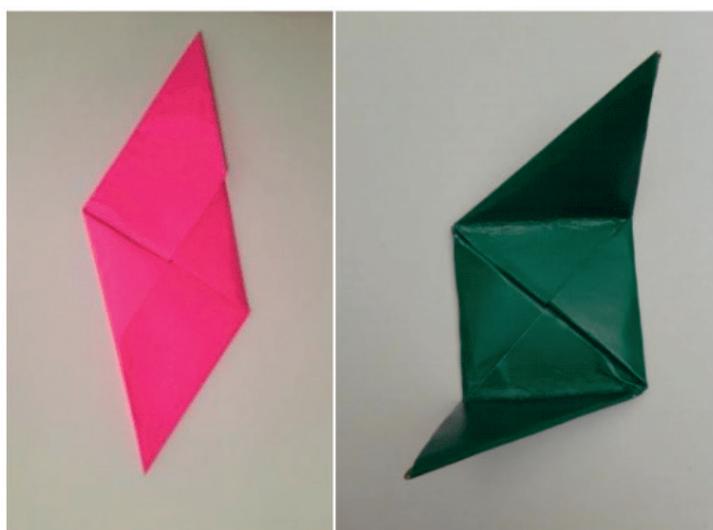


Figura 14. Oitava peça comparada à primeira

Sendo parte do objetivo do trabalho construir estruturas complexas a partir de módulos geométricos, foram elaboradas diferentes maquetes modulares com as peças em papel cartão – escolha proposital por apresentar flexibilidade e resistência às estruturas. Em relação a esta construção, foi executado um tutorial de criação de um brinquedo modular, detalhando os passos para a construção de algumas estruturas utilizando os módulos geométricos.

A utilização da dobradura no ensino da matemática, por exemplo, ajuda na visualização da lógica da geometria, de forma a mostrar-se com alternativa lúdica e educativa, incentivando o aluno a desenvolver o senso de espaço e plano. O sistema de encaixe é de fácil entendimento e apresenta diversas possibilidades de objetos, tanto tridimensionais na construção de estruturas sólidas quanto formas vazadas, lembrando o desenho bidimensional.



Figura 15. Tutorial Simplificado de construção de um balão com as peças modulares

Entre os objetos construídos, a partir desses módulos, encontram-se diferentes estruturas. No caso do balão, mostrado na Figura 5, representa a opção mais simples de construção, composta de apenas 3 itens do mesmo módulo. O segundo objeto elementar, o cubo simples, foi feito com apenas 6 peças de outro tipo de módulo. Apesar do processo de junção dos módulos ser o mais simples possível, é possível construir estruturas um pouco mais complexas. O *kusudama Sonobe*, uma peça de decoração de origem japonesa que lembra uma esfera, é constituído por 30 peças de outro tipo de módulo apresentando os três tipos de isometria em sua montagem.



Figura 16. Alguns objetos construídos com as peças modulares. Kusudama Sonobe, balão, cubo e balão, respectivamente.

Um estudo mais aprofundado das peças pôde gerar outras formas inovadoras. A construção de *Esponjas de Menger*, por exemplo, demonstram alternativas morfológicas de objetos mesclando-se diversas peças distintas. Fazendo referência a uma iteração do processo fractal da *Esponja de Menger*, foi possível a construção de uma estrutura com 72 peças; desenvolveu-se também um cubo de 1.154 peças utilizando a mesma lógica de encaixe da primeira.

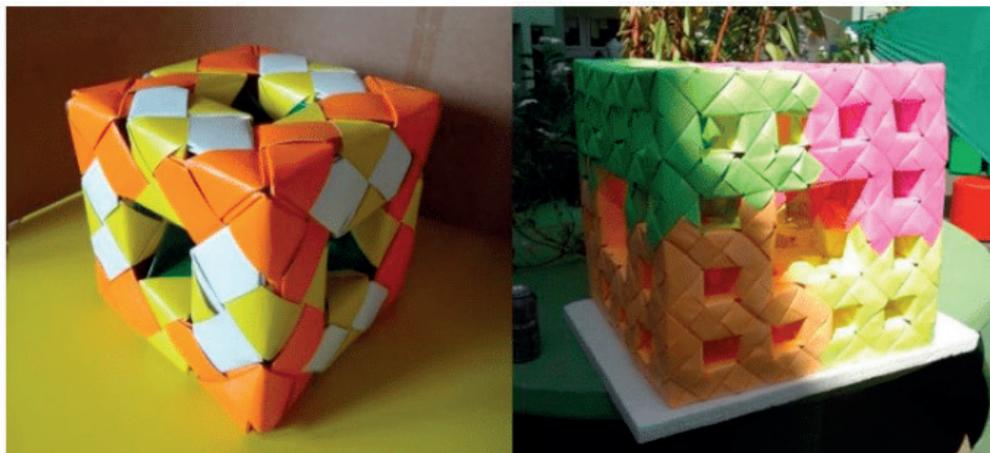


Figura 17. Esponjas de Menger representando uma iteração e duas iterações, respectivamente.

Apartir disso, começou-se a pesquisar diferentes materiais para o desenvolvimento das peças. Os materiais estudados dependem da função escolhida para cada objeto.

2.4.2. Utilização de outros materiais

A partir do estudo de diferentes materiais, percebeu-se que os objetos desenvolvidos poderiam alcançar outras funções dependendo de sua matéria-prima. Elaborou-se, então, uma luminária com acetato de baixa gramatura e papel vegetal 70/75 g/m². Esses tipos de materiais apresentam características translúcidas que permitem a passagem de luz.

A aplicação dos mesmos princípios estudados anteriormente deu origem ao primeiro objeto feito inteiramente de acetato para função de iluminação. O *Kusudama Sonobe* foi o produto de teste dando o resultado cristalino esperado. Após o teste com acetato, foi-se experimentado o mesmo objeto com peças em papel vegetal, chegando-se a outra estrutura translúcida, mas de diferente efeito lumínico. O acetato, por ser transparente, faz com que a luz tenha efeito direto tornando-se um objeto de iluminação mais focal; no caso do papel vegetal, a transparência é opaca, o que dá um efeito de luz difusa no lustre.

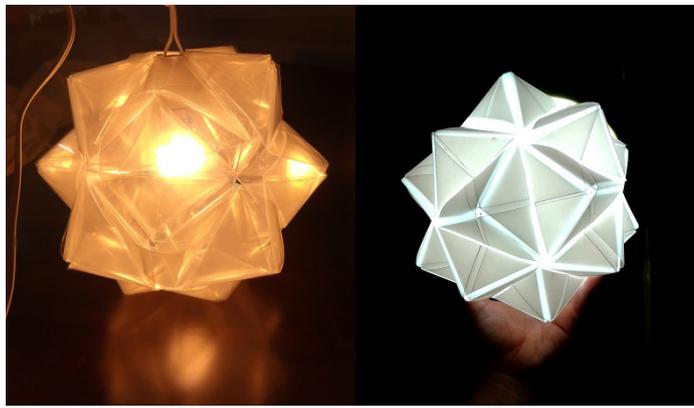


Figura 18. Lustres desenvolvidos: de acetato e de papel vegetal, respectivamente.

2.5. Princípios de Isometria nas Peças Modulares: O Sistema de Encaixe

O sistema de encaixe das peças modulares segue padrões simples de isometria. A utilização teórica da transformação isométrica num conjunto de peças tridimensionais assemelha-se ao estudo feito com figuras planas. A partir do encaixe adequado de módulos, é possível verificar a repetição das estruturas para a criação de conjuntos complexos.

O princípio da rotação, por exemplo, é encontrado em todas as estruturas construídas, caracterizando um padrão de construção e formas. A primeira parte da Figura 9 mostra uma estrutura modular composta de 3 peças formando metade de um prisma. Considerando o objeto tridimensional de pontas A, B e C marcadas, é possível a relação de rotação quando agrupadas em um conjunto maior de “meios primas”, como pode ser visto na outra parte da figura; desta maneira, é possível uma relação com a imagem em amarelo exemplificando uma das rotações existentes no projeto.

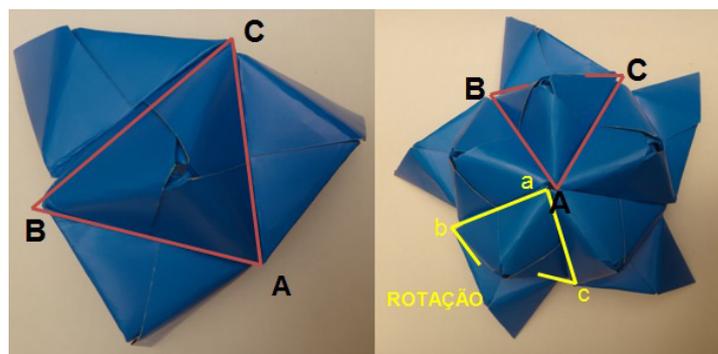


Figura 19. Estudo de rotação das estruturas modulares construídas: figura de pontos A, B e C rotacionado na imagem amarela com ponta a, b e c com movimento positivo em sentido anti-horário.

No caso de transformações de reflexão, é mais fácil a identificação desse princípio através da utilização do módulo unitário. A partir da construção do cubo, é visível a reflexão da peça em contorno verde para o preto, como mostra a Figura 10. A

peça primária em contorno verde se espelha na peça transformada em contorno preto e encaixam-se cada aba numa outra peça em branco.

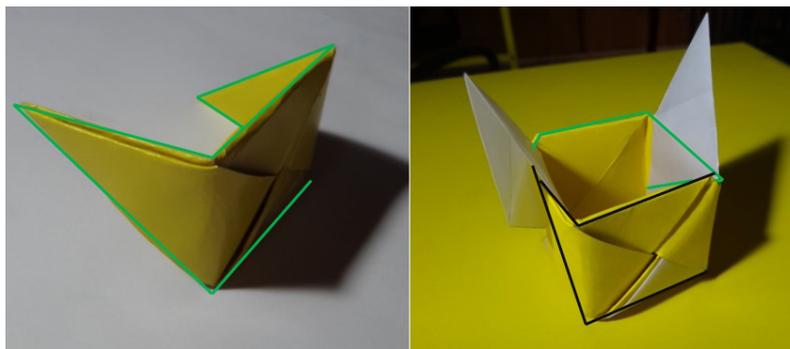


Figura 20. A peça primária em contorno verde é refletida na segunda imagem como mostra a contorno preto.

Na utilização de planos feitos em módulos, é possível uma melhor visualização do princípio de translação. A movimentação em vetor trabalha em malha bidimensional, portanto, foi necessária uma análise dos módulos no mesmo plano. No caso das estruturas construídas, a maneira mais fácil de entender a translação é observar uma superfície da *Esponja de Menger*. A Figura 11 mostra uma peça primária branca com contorno preto e sua localização em uma das faces do cubo. Segundo as características de translação, a figura desloca-se sem sofrer qualquer deformação, como acontece nessa superfície. A figura em contorno verde evidencia o “deslocamento” da peça em contorno preto, sem sofrer alterações.

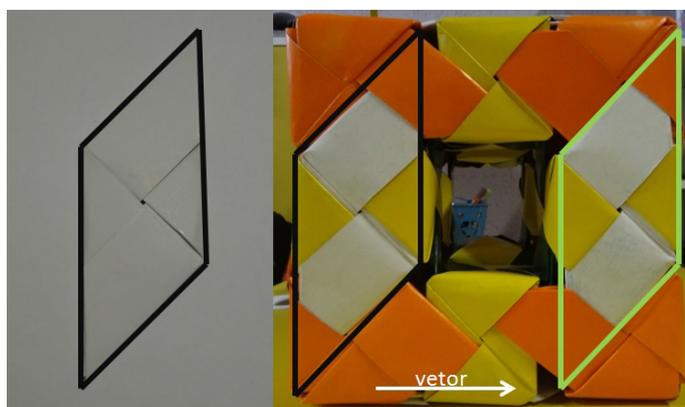


Figura 21. Face da Esponja de Menger evidenciando o princípio de translação da peça em contorno preto para a de verde.

O estudo dos princípios de isometria auxilia no entendimento dos encaixes modulares, uma vez que explicam geometricamente as relações de padronização modular das peças. A importância desse conhecimento completa o raciocínio de padrões de encaixe e sustenta teoricamente a relevância do trabalho.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido apresenta a importância do uso de peças modulares como alternativa morfológica. Na arquitetura, pode-se dizer que a modulação dessas estruturas atinge um potencial de inspiração aos arquitetos, abrindo uma nova possibilidade à concepção das obras.

A partir de uma análise mais detalhada dos módulos em origami e seu sistema geométrico de encaixe, pode-se apontar a sua relevância como potencial de sugestão a novas formas no projeto arquitetônico contemporâneo, modificando a plasticidade do desenho e ampliando a aplicação de estruturas modulares.

No projeto arquitetônico, o uso de técnicas de pré-moldados na construção vem a cada dia facilitando a edificação da obra, economizando recursos e agilizando a produção. Na concepção de obras arquitetônicas atuais, a modularidade é sinônimo de sustentabilidade, economia e rapidez. O uso de estruturas pré-moldadas diminui o resíduo gerado na construção civil, ajudando na sustentabilidade de concepção da obra. A diminuição do desperdício de materiais na construção acarreta uma economia significativa no valor da obra.

Nos dias atuais, diversos arquitetos adotam a ideia de modularidade em seus projetos buscando inovação das formas e economia nos processos. As casas de reuso de *containers*, por exemplo, mostram-se como grande fonte de alternativa morfológica utilizando uma estrutura pré-definida. As coberturas treliçadas também são um exemplo de modularidade, uma vez que funcionam com a junção de diversas peças fundidas podendo-se ampliar ou diminuir suas dimensões retirando ou acrescentando mais “peças”, contando com suas particularidades de estruturação.

Entre diversos exemplos inspirados em módulos na arquitetura, pode-se citar o caso concreto da *Escola M3* nas áreas rurais da Colômbia. Elaborado pelo escritório M3H1 Arquitectura, o projeto de setembro de 2013 tinha como partido a construção de estruturas modulares facilmente montáveis que atendessem às necessidades funcionais de seus espaços, recebendo o Prêmio Corona Pro Hábitat 2013.

“Escola M3 se enraíza como um projeto que mediante rápidas modificações é capaz de se adaptar às condições tanto climáticas quanto produzidas pelos desastres naturais, nas diversas zonas do território rural colombiano.” (M3H1 Arquitectura)

Com o módulo base de 2,5m x 2,5m, na *Escola M3*, o projeto é feito inteiramente de Bambu por apresentar flexibilidade de construção e acessibilidade de material. O sistema modular é bastante versátil e de simples construção, permitindo infinitas possibilidades de implantação e atendendo às necessidades da população local. A ideia se apresenta em um *kit* de montagem rápida com instruções de construção e um diagrama de adaptação e crescimento, podendo ser adaptado e modificado de acordo com o uso.

O uso de peças modulares vem sendo uma ferramenta potencializadora de

formas arquitetônicas, já que inspira os arquitetos e projetistas e modifica os espaços e plasticidade dos projetos. Dessa maneira, tornou-se alvo de pesquisas tanto na área da arquitetura quanto da matemática. A lógica das figuras geométricas facilita o desenvolvimento das peças deixando o desenho ainda mais fácil de ser representado. A aplicação de princípios matemáticos aos módulos, mesmo trabalhando em planos diferentes, mostra a aplicação lógica dos sistemas de encaixe. O estudo dos módulos geométricos para gerar estruturas complexas mostra a versatilidade e beleza das formas e compõe um vasto campo de estudo e pesquisa, agregando valor tanto estrutural quanto plástico.

REFERÊNCIAS

GREVEN, H. e BALDAUF, A. **Introdução à coordenação modular de construção no Brasil: uma abordagem atualizada**. Coleção Habitare, volume 9. ANTAC. Porto Alegre, 2007

FRAMPTON, K. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. 4ª edição. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2015

OLIVEIRA, F.F. **Origami: Matemática e Sentimento**. 2004.

ROSA, W. **Arquitetura industrializada: a evolução de um sonho à modularidade**. São Paulo: FAUUSP, 2007

VENTURA, A. **Reflexão sobre conceitos de produção modular e arquitetura**. Pós. Rev Programa Pós-GradArquit Urban. FAUUSP [online]. 2006

WONG, W. **Princípios de forma e desenho**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

Universidade Federal do Ceará. Centro de
Tecnologia. Departamento de Arquitetura e
Urbanismo Fortaleza - CE
paulocostaneto@yahoo.com.br

RESUMO: Gerhard Bormann compõe a primeira geração de arquitetos que se estabelece no Ceará. Formado em 1964 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, ele participa deste momento de difusão da arquitetura moderna no país na condição de um de seus migrantes emissários. Vinculado à Escola de Arquitetura da UFC desde o seu segundo ano de funcionamento, em 1966, atua ativamente na formação de gerações de arquitetos até o final da vida. O presente artigo procura analisar a sua trajetória profissional, focalizando três aspectos principais e inter-relacionados: sua atuação docente; a atividade profissional de arquiteto; e sua posição frente ao processo de difusão da arquitetura moderna verificado no Ceará. Pela sólida formação, rigor intelectual e ascendência nos meios profissional e acadêmico, Bormann desempenha importante papel no amadurecimento da produção arquitetônica moderna no Estado, no sentido de uma assimilação mais experimental do fenômeno e, portanto, mais permeável a circunstâncias e solicitações locais.

PALAVRAS-CHAVE: Difusão da arquitetura moderna; Ceará; Gerhard Bormann.

ANOS DE FORMAÇÃO

Gerhard Bormann nasceu no Rio de Janeiro em 08 de agosto de 1939. Em 1960, iniciou seus estudos acadêmicos, tendo sido aprovado com a 1ª colocação do Concurso de Habilitação à Faculdade Nacional de Arquitetura. Em que pese o ambiente marcadamente conservador daquela instituição à época, alguns nomes do corpo docente são destacados pela arquiteta Nícia Paes Bormann (informação verbal), então colega de Gerhard, por suas atuações mais antenadas ao pulsante momento vivido pela arquitetura brasileira (extra-muros acadêmicos); nomeadamente o engenheiro-arquiteto Paulo Santos e os arquitetos Ernani Vasconcelos e Marcos Konder.

Por esta época (transição dos anos 1950 para os 60), na vaga da construção de Brasília e do prestígio alcançado pela categoria profissional dos arquitetos no país, o debate sobre as questões que envolvem a arquitetura ganham evidência na agenda nacional. O período também é assinalado pelas primeiras censuras públicas, inclusive no exterior, à arquitetura moderna brasileira; censuras que,

mesmo veementemente refutadas, irão quebrar o tom de unanimidade quanto à favorável aceitação, por parte da crítica internacional, à contribuição brasileira.

Ao mesmo tempo em que esta arquitetura passa a ser nacionalmente difundida, é possível reconhecer, senão uma diversificação de matrizes, ao menos algum deslocamento nos aspectos que animavam a sua produção, centrados no vocabulário formal corbusiano dos “cinco pontos”, emprego dos brise-soleils, uso de superfícies curvas para o delineamento de planos e volumes, investimento plástico nas estruturas de concreto, uso de revestimentos nobres, busca de integração com as outras artes plásticas, etc.; a partir de então, passam a ganhar destaque linhagens de projetos mais focadas no processo produtivo, na relação arquitetura-indústria, no raciocínio serial, no trabalho em equipe, tributárias do pensamento alemão formulado ainda nos anos 1920, pela Bauhaus, e que encontra continuidade na contemporânea HfG (*Hochschule für Gestaltung*), escola de design de Ulm. Este, afinal, parecia ser um caminho mais afinado com as questões que acompanhavam o modelo político-econômico desenvolvimentista adotado no país, com destaque para o crescimento da produção industrial e intensa urbanização.

Dentro de uma frente ampla e pluralista de discussão do assunto e elaboração dos primeiros experimentos, que abarcava desde grandes empresas de engenharia, como a Cinasa (Construção Industrializada Nacional S.A., que se propunha à produção de unidades habitacionais inteiramente pré-fabricadas), passando por escritórios técnicos, como o Ceplan (órgão de assessoria da Reitoria da Universidade de Brasília), e que chega até as iniciativas individuais de arquitetos (como a de um Sérgio Bernardes, que desenha componentes, telhas e tijolos, para serem produzidos pela indústria, ou a de um Acácio Gil Borsóí, com a proposta de pré-fabricação em taipa, para o projeto habitacional do Cajueiro Seco), Bormann terá oportunidade de vivenciar este momento como estagiário de um escritório presente em tal debate. No caso, junto ao ateliê OCA Arquitetura e Interiores Ltda., dirigido pelo arquiteto Sérgio Rodrigues.

Datam deste período os primeiros estudos do SR2 – sistema de industrialização de elementos modulados pré-fabricados para construção de arquitetura habitacional em madeira – desenvolvido por Rodrigues, com o qual concebe um protótipo, exposto nos jardins do MAM, em 1960. Tratava-se de uma residência unifamiliar, com estrutura de peroba maciça em seção quadrada de 3 polegadas, modulada a partir das dimensões das placas de compensado (1,22m x 2,50m) que compõem os vedos externos do modelo (CASA [...], 1961). A exposição contou com um catálogo cujo texto de apresentação, escrito por Mário Pedrosa, foi parcialmente transcrito pela revista *Arquitetura*: “A casa proposta pelos modelos da OCA não surge de um projeto *a priori*, ou muito menos de um exercício de composição, mas de normas industriais prevaletentes nas fábricas, de normas e módulos de materiais em circulação no mercado. O problema dos pré-fabricados para casa deve ter uma ligação estreita com o mundo industrial [...]” (VOLTAM [...], p.a/b, 1965). A simultaneidade desta exposição com a inauguração de Brasília é assinalada por Nobre (2008, p.161) como um episódio

não-casual: “ambos os projetos podiam ser enquadrados [...] dentro da perspectiva de industrialização do país”.

O tema da racionalização do processo produtivo passa, assim, a acompanhar, desde cedo, as preocupações do estudante Gerhard Bormann, estagiário do ateliê OCA desde 1962, provavelmente para lá levado pelo chefe do escritório onde trabalhara anteriormente, o arquiteto Alberto Reis, que à época transfere-se para a equipe de Rodrigues para supervisionar o setor de pré-fabricação da empresa. No ano seguinte (1963), Bormann passa a trabalhar diretamente sob a coordenação de Sérgio Rodrigues, agora, no setor de arquitetura de interiores.

O interesse de Bormann por tal questão pode ser verificado já num projeto acadêmico para fins industriais, que desenvolve durante o seu quarto ano de faculdade (em 1963), juntamente aos colegas Nícia Nogueira Paes, Werner Alfred Tiburtius e Antônio Carlos Castro Neves. O projeto mencionado destinava-se à participação da equipe no concurso, realizado pela Faculdade Nacional de Arquitetura, que tinha por finalidade a escolha do seu representante na VII Bienal Internacional de São Paulo; concurso, este, em que se sagraram vencedores.

O tema, instituído pela Fundação Bienal para o concurso de escolas de arquitetura, encontrava-se assim definido:

projetar a instalação industrial completa de uma fábrica cujo funcionamento ocupe, no mínimo, quinhentos operários. Deverão ser representadas todas as fases da linha de produção. Também deverão ser resolvidas as necessidades complementares, como administração, assistência médica, social, etc. A solução deverá ser justificada e decidida para terreno existente e indústria de interesse, localizada em cada país de onde procede o trabalho. (BIENAL DE SÃO PAULO, 1963a, p.24)

A equipe de Bormann trabalha com um programa para uma indústria de material elétrico, como temática a ser desenvolvida. O esquema funcional do conjunto arquitetônico privilegia a rígida setorização das atividades e a hierarquização das circulações. O plano atenta, ainda, para a possibilidade de expansão da área de produção.

O sistema estrutural, concebido em estrutura metálica, adota o módulo (estrutural) de 20m x 5m, enquanto os fechamentos são realizados com painéis pré-fabricados de concreto celular “pumex”. Na cobertura, realizada em telha canaleta de fibrocimento, um sofisticado arranjo de *sheds* possibilita a distribuição da iluminação natural no interior do edifício industrial.



Fig 01. Bormann, Paes, Tiburtius e Neves. Edifício Industrial (modelo reduzido). Rio de Janeiro, 1963.

Fonte: Arquivo Nícia Bormann.

A convergência da solução com paradigmas germânicos de arquitetura moderna ultrapassa as formulações anteriormente mencionadas, relativas à racionalização do processo construtivo, para alcançar a própria concepção do conjunto arquitetônico, o qual exterioriza a configuração de “forma aberta”, analítica, expansível, sendo, portanto, pertinente o seu alinhamento a exemplares representativos daquela formulação, como o da sede da Bauhaus (1925) em Dessau, de Gropius, e da sua sucedânea, *Hochschule für Gestaltung – HfG –*, de Max Bill, de meados dos anos 1950.

Nesta sétima edição da Bienal de Arte de São Paulo, participaram do Concurso Internacional para Escolas de Arquitetura, 36 escolas de 20 nacionalidades. Os estudantes Piotr Pereplys e Boguslaw Kujawski, da *Academie des Beaux Arts de Varsovie, Faculté D’Architecture*, foram agraciados com a Medalha de Ouro (prêmio Governador do Estado), apresentando um projeto para uma indústria têxtil. A equipe de Bormann foi cortada na última eliminatória, junto a outros nove trabalhos, recebendo, na ata de julgamento, o seguinte comentário: “apesar da qualidade e do bom nível, foram considerados, por comparação com os demais, menos resolvidos” (BIENAL DE SÃO PAULO, 1963b).

BORMANN E A UFC

Gerhard Bormann conclui a sua graduação, junto à FNA, em dezembro de 1964. Durante o primeiro semestre do ano seguinte, constitui firma junto aos colegas Luis Mário Sarmiento Brandão, Leoni do Valle Del Debbio e Maurício Galindo, onde realiza alguns projetos arquitetônicos e desenvolve algumas linhas de mobiliário, cujo catálogo sugere, em parte, sua filiação à orientação do seu ex-preceptor, Sérgio Rodrigues.

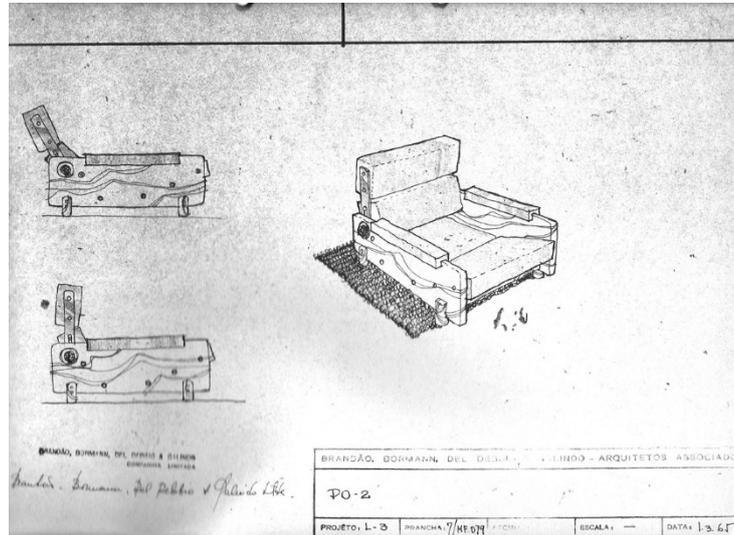


Fig 02. Brandão, Bormann, Del Debbio e Galindo.

Peças de mobiliário. Rio de Janeiro, 1965.

Fonte: Arquivo Nícia Bormann.

O plano de constituir família, junto à sua colega e namorada, Nícia Nogueira Paes, então arquiteta da Companhia Municipal de Habitação – COHAB-RJ –, o faz considerar a possibilidade de deixar o Rio de Janeiro. Foi, assim, com o espírito de “sondagem” que Bormann realiza sua primeira viagem a Fortaleza, em março de 1965, a convite do seu futuro sogro, o General José Nogueira Paes, cearense de grande prestígio e amigo pessoal do Presidente Castelo Branco.

Nesta primeira estada, Bormann avalia as oportunidades profissionais: mantém um primeiro contato com o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Antônio Martins Filho, de quem recebe o convite para trabalhar no Departamento de Obras e Projetos daquela instituição; encontra-se com alguns empresários do setor moveleiro, apresentando-lhes os seus projetos de móveis e recebendo boa sinalização da parte destes. Ademais, segundo evoca sua viúva, encanta-se com as águas quentes das praias cearenses, dando por decidida a questão da sua transferência. Em junho deste mesmo ano, realiza a sua mudança para o Ceará; casa-se com a arquiteta Nícia Paes e inicia, junto à esposa, o trabalho na Universidade.

O ano de 1965 coincide com o início do funcionamento da Escola de Arquitetura da UFC. O arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, então professor da FAU-USP, havia sido convidado para dirigir a Escola durante este primeiro ano e acumulava a atribuição de coordenador de projetos do Departamento de Obras. O rico currículo de Duarte, seu envolvimento com as questões da Educação e sua experiência de trabalho em diversos lugares do país o credenciaram, junto ao Reitor Martins Filho, como nome preferencial para a função.

Será, pois, como coordenador do Departamento de Obras e Projetos da UFC, o primeiro contato de Hélio Duarte com o casal Bormann. Do trabalho conjunto, resultam

dois projetos: o do edifício para o Departamento de Análises de Matéria Prima e Produtos Industrializados e o da sede do Instituto de Biologia Marinha (sendo, apenas este último, executado).

Apartir desta convivência profissional, o (também) diretor da Escola de Arquitetura, Prof. Hélio Duarte, convida Gerhard e Nícia Bormann a integrarem o corpo docente da instituição, passando, já no ano seguinte, a responderem pelas disciplinas de Plástica e Comunicação Visual, respectivamente.

A julgar pela importância que o Diretor atribuía à disciplina de Plástica, no currículo de um curso de arquitetura, é de se supor que o mesmo tenha ficado bem impressionado com o jovem Bormann para passar-lhe tal incumbência. Segundo Nícia Bormann (informação verbal), o novo professor, com o rigor de autocrítica que lhe era peculiar, não se sente à vontade com a nova atribuição, sobretudo pelas características da sua formação na FNA, onde o conteúdo de tal disciplina resumia-se à modelagem em argila. Por força desta situação, o arquiteto viria a realizar um estágio de aperfeiçoamento, junto ao Departamento de Arquitetura da Universidade de Stuttgart, com duração de um ano (de abril de 1967 a março de 1968); à época, uma instituição de destaque no campo de pesquisas tecnológicas, como as desenvolvidas pelo famoso Instituto de Estruturas Leves da Universidade de Stuttgart, órgão fundado (em 1964) e dirigido pelo arquiteto Frei Otto até a sua aposentadoria como professor, já nos anos 1980.

Na condição de bolsista do *Deutsche Akademischer Austauschdienst* (DAAD), Bormann viaja à Alemanha, em companhia de sua esposa. Neste período, ele acompanha a cadeira intitulada “Ensino Básico para Composição Arquitetônica”, de responsabilidade do professor Maximilian Debus, a qual trata de questões ligadas à representação e composição tridimensional.

Em abril de 1968, retorna a Fortaleza e estrutura as disciplinas de Plástica, da Faculdade de Arquitetura da UFC, segundo o conteúdo e forma de abordagem do curso de Stuttgart. Em dezembro de 1971, é aprovado em Concurso Público de Títulos e Provas para Professor Assistente do Departamento de Projetos de Edificações e Urbanismo desta Faculdade. A partir de então, concentra suas atenções nas disciplinas de Composição (posteriormente, renomeadas para Projeto Arquitetônico) e passa também a assumir diversas funções de administração e/ou representação do Curso.

Em suas preleções, Bormann procura incutir questões éticas relativas ao exercício profissional: “fazer arquitetura é um ato de comprometimento íntimo entre autor e obra, usuário, meio físico, cultural e social”; e enfrenta questões pedagógicas específicas da disciplina: “cabe-nos ensinar aquilo que tecnicamente for transmissível e cultivar o que eticamente for conveniente, orientando toda pesquisa no sentido de facilitar a compreensão do que há de delicado e precioso em nossa profissão”.

Em notas de aula, explicita a sua “Interpretação do Espaço Arquitetônico” a partir da determinação dos seus atributos fundamentais: “envolvência”, “escala humana” e “utilidade”; e procura dissecar tal objeto (espaço arquitetônico) nos seus

diversos componentes significativos, como maneira de compreendê-lo e, a partir disto, ser capaz de interferir, de forma consciente, autêntica e direta, na sua criação. Da interação destes componentes resultariam as características do espaço arquitetônico, naturalmente mediadas pela percepção do observador. Fazem parte das referências bibliográficas: Gropius (Bauhaus-Novarquitetura), Jürgen Joedicke (*Anemerkungen zu einer Raumtheorie, e Für eine lebendige Baukunst*) e W. Ross Ashby (Introdução à Cibernética).

É na dimensão construtiva da arquitetura, entretanto, que reside um dos principais focos de atenção do professor. Para Bormann, o detalhe é que confere uma condição superior ao trabalho do arquiteto. Sendo, ainda hoje, no Brasil, a construção considerada como atividade manufatureira, o trabalho do arquiteto, dentro desta concepção, dirige-se em múltiplos sentidos: no de racionalizar a produção dos seus componentes; facilitar as atividades de montagem e manutenção; otimizar as suas respectivas performances; e contribuir à consecução de uma melhor qualidade do espaço arquitetônico, segundo o conceito anteriormente definido.

OBRAS E PROJETOS

A sua atividade como profissional liberal terá início, no Ceará, após o retorno do estágio acadêmico, realizado em Stuttgart, em 1968. Este ano, aliás, marcará o início do desenvolvimento do seu maior projeto executado (em parceria com os arquitetos Liberal de Castro, Reginaldo Rangel, Marcílio Dias de Luna e Ivan Britto), o Estádio Governador Plácido Castelo – Castelão.

ESTÁDIO GOVERNADOR PLÁCIDO CASTELO

O governo de Plácido Castelo (1966-1971) é marcado por grandes realizações no Estado, propostas como símbolos de uma nova etapa de poder que se instituiu no país com o golpe militar de 1964. Uma destas – a construção do Estádio Castelão - é levada a cabo a partir da Lei No. 9.108-A, sancionada por Castelo em 27 de julho de 1968. A mesma lei criava a FADEC – Fundação de Assistência Desportiva do Estado do Ceará –, entidade jurídica de direito privado diretamente subordinada ao Governador, que seria o órgão responsável pela construção do novo estádio (COSTA; CARLOS, 1973).

A Fundação, de imediato, encaminha ao IAB, departamento do Ceará, o pedido para abertura de inscrições para realização de um concurso de projetos.

“O Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Ceará (IAB-Ce), por solicitação da FADEC, abriu inscrições entre seus associados que desejassem participar do empreendimento, tendo cinco profissionais, todos de alto nível, manifestado interesse pelo projeto”. (PIRES, 1972, p.1).

A reportagem acima, veiculada (*a posteriori*) no periódico local *Tribuna do Ceará*, refere-se à inscrição dos arquitetos Gerhard Ernst Bormann, José Liberal de Castro, Reginaldo Mendes Rangel, Marcílio Dias de Luna e Ivan da Silva Britto. Havia, entretanto, um entrave à realização do tal concurso, que dizia respeito à indefinição do terreno de implantação e do programa de necessidades do novo empreendimento. A solução do impasse partiu de sugestão do recém-empossado diretor-executivo da FADEC, Eng. Newton Aderaldo Castelo, que propôs a formação de uma equipe para a realização do projeto, composta pelos cinco arquitetos inscritos. Todos os cinco profissionais eram professores da Escola de Arquitetura; assim, o conhecimento mútuo propiciado pela rotina acadêmica facilitou o aceite de tal recomendação.

Cientes da provável demora na escolha e aquisição do terreno para o futuro estádio, os arquitetos resolveram desenvolver um projeto sem as considerações advindas do lugar, ainda indefinido. O “projeto fechado”, conforme se refere Liberal de Castro, pressupunha uma área mínima de aproximadamente 16 hectares para sua implantação.

O programa foi sendo montado a partir de pesquisas bibliográficas e empíricas. Assim, a respeito da configuração das arquibancadas do Castelão, dentre vários exemplares pesquisados, a equipe decidiu pela adoção de uma oval de oito centros, similar à do Estádio Azteca (Cidade do México), por reduzir a distância do campo aos espectadores situados atrás das balizas.

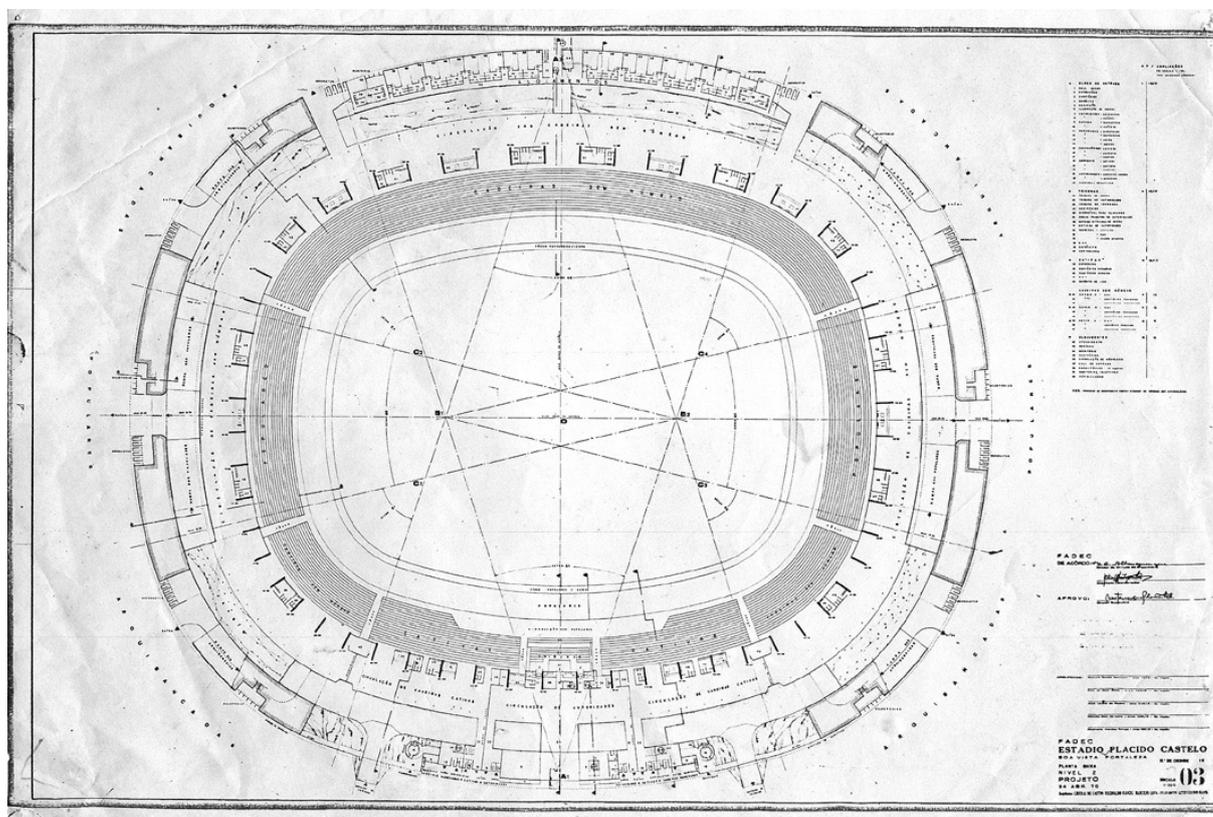


Fig 03. Gerhard Bormann, Liberal de Castro, Reginaldo Rangel, Marcílio Dias e Ivan Britto.

Estádio Plácido Castelo, 1968-73, Planta Nível 2.

Fonte: Arquivo Nícia Bormann

O desenho do pórtico de suporte destas arquibancadas também foi motivo de pormenorizados estudos da equipe, juntamente aos engenheiros estruturais Hugo Mota e Eduardo Sabóia de Carvalho. Os arquitetos não admitiam uma solução com muitos pilares. O desenho inicial, realizado com dois apoios, não pôde ser efetivado devido à superposição dos seus blocos de fundação, indicados pelo cálculo. A solução definitiva acabou por utilizar um único apoio, conferindo expressiva leveza ao conjunto.

A respeito da área de implantação, o terreno só foi adquirido em novembro de 1969 (16 meses após a sanção da lei que determinava a construção do estádio): vinte e cinco hectares no Alto da Boa Vista, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, ao valor de 400 mil cruzeiros. A área dista, aproximadamente, dez quilômetros do centro da cidade e, na época, apresentava características eminentemente rurais, com absoluta falta de infra-estrutura. A obra foi, assim, iniciada, em 22 de dezembro de 1969 (CARVALHO; CAMPOS; LIMA, 1973, p.13). A sua inauguração aconteceu em 11 de novembro de 1973, em partida válida pelo Campeonato Nacional de Clubes envolvendo as duas maiores agremiações futebolísticas do Estado: Fortaleza e Ceará.

A verdadeira epopéia que foi a construção deste “colosso esportivo” representou, para o meio, a consolidação do prestígio da categoria profissional dos arquitetos. Em certo sentido, pode-se afirmar que ela abre caminho para uma série de obras de vulto que serão realizadas no Estado, principalmente na Capital, ao longo da década de 1970, aos auspícios dos arquitetos cearenses.



Fig 04. Gerhard Bormann, Liberal de Castro, Reginaldo Rangel, Marcílio Dias e Ivan Britto.

Estádio Plácido Castelo, 1968-73. Modelo Reduzido.

Fonte: Arquivo Nícia Bormann

Para Bormann, em particular, além da excepcional oportunidade de projetar uma obra desta magnitude (com apenas três anos de formado) e de todo o aprendizado advindo deste processo, esta ocasião propiciará a descoberta de uma “afinidade projetual” com os colegas Liberal de Castro e Reginaldo Rangel, suscitando a criação de uma “sociedade aberta” entre os três, a qual responderá por importantes projetos, como os para as Secretarias de Administração e Justiça do Estado do Ceará (projeto não executado) e para as agências centrais do Banco do Nordeste de João Pessoa e de Natal, estes obtidos em concursos fechados realizados pela

instituição.

A CASA COMO OBJETO DE PESQUISA

Experimental é uma das obrigações do arquiteto, e está comprovado que a maioria dos clientes deseja compartilhar a aventura, o risco calculado. (BREUER apud ALDAY, 1996, p.7, tradução nossa).

A frase de Marcel Breuer, que bem retrata o espírito moderno que animava os arquitetos na primeira metade do século XX, poderia perfeitamente ser empregada à cuidadosa pesquisa que Bormann realiza sobre as possibilidades de configuração da habitação unifamiliar no Ceará, ao longo da sua obra. Este caráter “experimental” era, entretanto, acompanhado de perene e sistemática investigação projetual com o registro metódico de seus procedimentos e processos, o que abrangia distintas áreas do saber profissional, com ênfase em dois campos: pré-dimensionamento e layout de ambientes (considerando questões antropométricas e ergonômicas); e construtividade da edificação (envolvendo o redesenho de componentes).

As questões tratadas no primeiro campo guardam certa relação de proximidade com as preocupações e pesquisas desenvolvidas na Europa, sobretudo na Alemanha, no período entreguerras, e expostas no 2º CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna –, realizado em Frankfurt, em 1929. Se, no caso europeu, o tema central girava em torno da otimização dos espaços da habitação da classe trabalhadora, no sentido de um aumento da sua eficiência e correlata diminuição de área construída e custos aplicando-se os princípios de Taylor ao ambiente doméstico, para Bormann interessava-lhe configurar a “máquina de morar cearense” a partir de tais preceitos científicos, ainda que os seus trabalhos fossem destinados a extratos sociais mais elevados.

Assim, um prévio e preciso estudo dos ambientes que compõem o programa de necessidades, destituído (neste momento) de preocupação com os outros condicionantes, é que dá início à projeção. Somente após os seus pré-dimensionamentos e pré-configurações é que se seguem as demais operações projetuais, como a setorização, o estudo de possíveis articulações entre ambientes, considerações acerca do terreno e suas dimensões, orientação solar, direção da ventilação dominante, exame de hipóteses tipológicas, etc., para, ao final do processo, se alcançar as primeiras proposições de solução. A comparação entre aquele pré-dimensionamento (inicial) e a dimensão final dos cômodos (encontrada no projeto de execução), com insignificante ou nenhuma diferença verificada, ratifica o grau de importância que Bormann atribuía a tal questão.

Tais estudos o encaminham para soluções inusitadas no meio local, em face das reduzidas dimensões adotadas para os ambientes. É o caso das cozinhas das suas residências, cujas disposições assemelham-se ao modelo da conhecida “cozinha

de Frankfurt”, com distribuição das áreas de trabalho e equipamentos em galeria; proposta muito avançada para a época e o lugar ao qual se destina, onde ainda era usual a presença de numerosos serviçais para realização das tarefas domésticas. Outros exemplos de exíguos dimensionamentos podem ser facilmente verificados em seus projetos, como no da Residência Maria Olímpia Xavier, que apresenta quartos com áreas de 8,46m², e banheiros com 2,58m².

Este esforço ao alcance de “soluções ideais” ultrapassa o âmbito estrito do projeto da edificação para desembocar no desenho de mobiliário. Há que se considerar a presença de preocupações relativas a este campo desde seu período de formação, quando realiza estágio no ateliê Oca, junto ao arquiteto Sérgio Rodrigues, bem como no início de sua vida profissional, na firma Brandão, Bormann, Del Debbio & Galindo Ltda. Direcionam-se também para este fim os estudos antropométricos e ergonômicos realizados no estágio de aperfeiçoamento, junto à Universidade de Stuttgart.

Finalmente, outro ponto que sinaliza a superioridade hierárquica atribuída ao preciso dimensionamento dos ambientes, e sua “não-relativização” no transcurso da projeção, é a configuração final assumida por muitos dos seus edifícios, os quais exteriorizam o método de composição aditiva, que se realiza mediante a justaposição de partes previamente elaboradas (elementos espaciais).

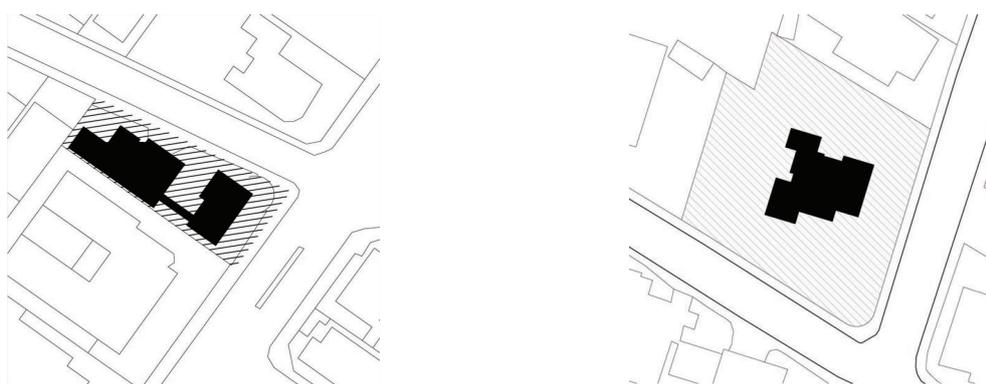


Fig 05 e 06. Gerhard Bormann. Plantas de situação.

Residência à Av. Barão de Studart.

Residência Maria Adélia.

Desenhos do autor.

A partir da característica assinalada é possível inferir, no que tange à configuração volumétrica dos edifícios, certo distanciamento frente aos estilemas mais difundidos da produção do Brutalismo Paulista, identificados como o “prisma elevado” ou o “grande abrigo” (BASTOS, 2004; SANVITTO, 1994); em parte justificado pelo aspecto em foco, ou seja, pela supervalorização do programa e seu dimensionamento, na obra de Bormann, contraposta à “preocupação formal dominante” (BASTOS, 2004, p.100) da corrente hegemônica na produção nacional do período.

O segundo campo específico, mencionado como de interesse do arquiteto, é o

que diz respeito à construtividade da edificação. É importante ter em consideração a já expressa concepção de espaço arquitetônico de Bormann, como função do desenvolvimento, elaboração e apuração dos componentes significativos deste espaço. Desta forma, o investimento especulativo nesta área ultrapassa propósitos imediatos para alcançar o próprio núcleo ético da profissão.

De maneira estrita, suas ações dirigem-se à busca de maior racionalização das decisões projetuais tendo-se em consideração a melhoria do processo produtivo da arquitetura. Um instrumento de primeira hora, utilizado para tal destinação e enfaticamente trabalhado na instituição alemã em que realizou o seu estágio de aperfeiçoamento, é a coordenação modular. Embora no contexto de Stuttgart tal instrumento estivesse claramente associado ao alto grau de industrialização já alcançado pela construção civil e design industrial naquele país, ele será transladado por Bormann à nova realidade como um ordenador do nosso processo manufatureiro de construção. A partir dele, elementos espaciais e componentes construtivos poderão ser tipificados e replicados, simplificando as ações de projeto e execução dos edifícios. Como bem observam Bastos e Zein (2010, p.123), acerca da coordenação modular:

Há nesse método de projeto uma espécie de transposição do conceito de pré-fabricação construtiva para a concepção espacial, ou seja, da mesma forma como a construção resulta numa montagem dos elementos pré-moldados, o projeto resulta de uma justaposição de unidades espaciais.

Assim, é recorrente em seus trabalhos o emprego da malha geométrica, que disciplina e modula a configuração dos diversos elementos espaciais do projeto. Conforme verificado, na maior parte dos casos, Bormann se utiliza do módulo octamétrico (alemão), com malha definida de 1,25m x 1,25m.

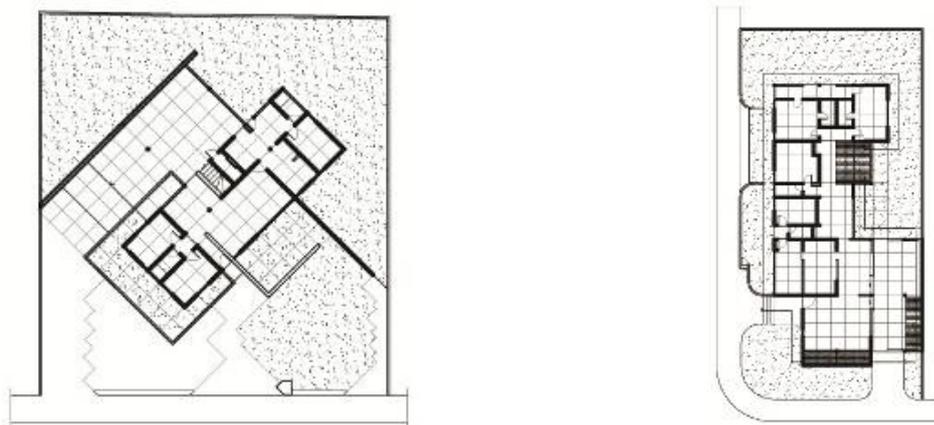


Fig 07 e 08. Gerhard Bormann.

Malhas Geométricas, Residência Maria Olímpia Xavier, 1969.

Residência Fernando E. P.Firmo, 1971.

Desenhos do autor.

O banheiro da Residência Maria Olímpia Xavier (já citado) é um dos exemplos de elementos espaciais largamente replicados. De dimensões 1,10m x 2,35m (1,25m x

2,50m de eixo a eixo de parede – 2 x 1 módulos na malha mencionada), ele comparece também nas residências do Arquiteto (1971), Paulo Façanha (1973), Dra. Maria Adélia (1976) e na Residência à Rua Monsenhor Otávio de Castro (1970). O quarto de 3,60m x 2,35m (3 x 2 módulos) é outro exemplo (presente nas residências acima citadas, com exceção da Residência Paulo Façanha).

No trabalho com os componentes construtivos, cabe destaque ao desenvolvido com as esquadrias e com as coberturas. Em relação a estas últimas, a impossibilidade do uso de lajes impermeabilizadas, por limitações técnicas do meio, o instiga à busca de soluções eficientes e expressivas para as coberturas. Afinal, conforme comenta seu contemporâneo Rocha Furtado, arquiteto graduado pela FAU-USP em 1967 e também professor da Escola de Arquitetura da UFC, acerca deste aspecto e do espírito moderno de então,

a forma arquitetônica deveria ser 'honesta', refletindo e expressando não só as funções abrigadas pela edificação, mas também os materiais, as técnicas e a lógica usados na sua construção.

Daí, segundo o autor, a sua restrição “de ordem quase moral” ao uso de platibandas. Este parece ser também o posicionamento de Bormann quando, desde a sua primeira residência construída, ensaiou um tipo de cobertura à vista, com característica horizontal nos trabalhos iniciais, composta por telhas onduladas de fibrocimento entremeadas por calhas.

Esta configuração será largamente aplicada em seus projetos residenciais. À medida que nega a utilização do componente tradicional (a telha cerâmica canal) e os inescapáveis planos de média inclinação, necessários ao escoamento das águas pluviais, o novo sistema corrobora a afirmação do caráter moderno da obra, conferindo-lhe diversa volumetria, além de se utilizar de materiais de origem industrial.

Será, sobretudo, pelo estudo deste elemento (coberta) e suas implicações na conformação espacial e expressão plástica das construções que Bormann reafirmará suas referências, reconhecidas na arquitetura moderna alemã, desta feita apontando às de conotação expressionista, e assumirá posições aparentemente discordantes de um racionalismo estrito. Este movimento que, segundo Zevi (1970, p.50-52), atinge “quase sem exceção todos os arquitetos alemães”, não chega a “elaborar meios figurativos adequados para constituir uma lingüística”, mas se expressa “como rebelião contra todas as formas dogmáticas precedentes”, sendo mais caracterizado por suas raízes psicológicas, como protesto contra uma sociedade gananciosa e egoísta, responsável pela Primeira Guerra Mundial. Nesta mesma linha de pensamento, Argan (2010, p.508-510) infere:

Rejeita-se tudo o que é equilíbrio, simetria, ordem dada a priori, redução mesquinha de uma racionalidade transcendental a racionalidade aplicativa; propõe-se uma morfologia nova, em que predominam as linhas oblíquas, as curvas retesadas, as espirais, os círculos, as esferas, justamente porque seu significado 'interior' está em

contradição com a morfologia tradicional das verticais e horizontais, dos ângulos retos, do paralelepípedo.

Na residência Fernando Esdras Pedrosa Firmo, pode-se assinalar alguns recursos que buscam quebrar a solidez dos volumes edificados, como o descolamento e a inclinação do plano de cobertura que se solta do edifício; o chanfro da aresta superior do volume da caixa d'água, que quebra o paralelepípedo; e o arredondamento do canto da parede divisória, que reduz o contraste lumínico entre os planos deste elemento.

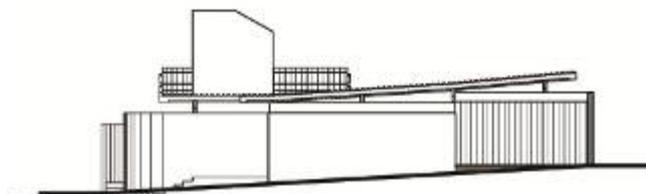


Fig 09. Gerhard Bormann.

Res. Fernando Esdras Pedrosa Firmo.

Elevação Noroeste.

Desenho do autor.

A verve expressionista percebida em sua obra se manifestará ainda com mais ênfase na residência à Rua Monsenhor Catão (1975), onde as diferenças de tamanho e inclinação das múltiplas águas da cobertura conferem a procurada ruptura com a condição de equilíbrio. A iminência percebida do movimento parece exemplificar a expressão com que Argan (2005, p.102) se refere ao Monumento aos Mortos na Revolução de Março (1922), escultura expressionista de autoria de Gropius: “desmoronamento de planos oblíquos e de declives resvaladiços”.

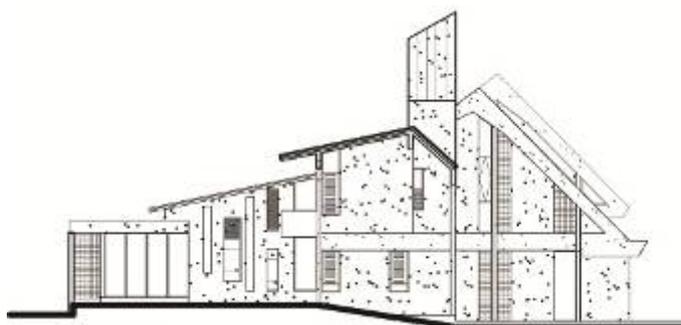


Fig 10. Gerhard Bormann.

Residência à Rua Monsenhor Catão.

Elevação Nordeste.

Fonte: Iphan; UFC, 2009.

A exemplo do que infere Argan (2010, p.511-515), ao negar a contradição entre expressionismo e racionalismo estrito alemão, asseverando a continuidade de ambos,

além de apontar aquele como razão da contraposição entre o racionalismo alemão, “última instância romântica, ao racionalismo clássico de Le Corbusier”, a obra de Bormann se afirma, sem sobras, a partir de tal viés interpretativo.

Assim, a peculiaridade a ser apontada acerca de seu trabalho é a dissociação entre a severa planimetria de seus projetos, que não admite concessões de qualquer ordem, submetida aos rigorosos dimensionamentos equacionados nos programas (conforme anteriormente exposto), e a maior liberdade de expressão formal nos alçados, onde sua obra parece mais sintonizada temporalmente com o momento de revisão das propostas modernas dos países europeus do que ao de “maturação e reafirmação do projeto moderno” brasileiro, conforme é caracterizada a “expandida” década de 1970 por Spadoni (2003, p.67).

Além das referências incomuns citadas, Bormann parece também antecipar as declinações regionalistas, como as observadas por Bastos e Zein (2010) e por Segawa (2002), em outros arquitetos atuantes no Brasil a partir da década de 1980. É o caso da Residência Darcy Correia (1975), um de seus últimos projetos, (realizado pouco tempo antes da sua morte prematura, vítima de acidente automobilístico), na qual a tensão entre o espaço racionalizado, a observância de valores da cultura local e o emprego de materiais vernaculares qualificam um novo tipo de modernismo.

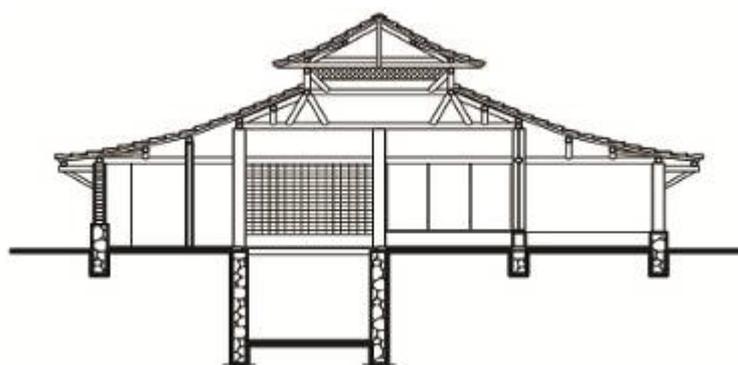


Fig 11. Gerhard Bormann.

Residência Darcy A. Correia (1975). Corte.

Desenho do autor.

Em face das questões tratadas ao longo deste artigo, é possível se inferir uma participação destacada de Bormann neste momento de emergência e enraizamento da matriz moderna na produção da arquitetura local. Nesta, muitos são os rebatimentos visíveis de sua obra e/ou pensamento. Entretanto, se tal como em Gropius, a questão estilística esteve ausente das preocupações do nosso protagonista, é justo pensarmos sua contribuição fora de tais parâmetros, mas como uma “influência viva no design (*gestaltung*)” (GROPIUS, 1977, p.33) que apenas a questão metodológica é capaz de alcançar.

REFERÊNCIAS

- ALDAY, Iñaki; LLINÀS, José; LAPEÑA, J. A. Martínez; MONEO, Rafael. **Aprendiendo de todas sus casas: Textos i documents d'arquitectura**. Barcelona: Edicions UPC, 1996.
- ARGAN, Giulio Carlo. **A arte moderna na Europa: de Hogarth a Picasso**. Tradução Lorenzo Mammì. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. **Walter Gropius e a Bauhaus**. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Dos anos 50 aos anos 70: como se completou o projeto moderno na arquitetura brasileira**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU/USP, 2004.
- _____; ZEIN, Ruth Verde Zein. **Brasil: arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BIENAL DE SÃO PAULO. **Catálogo da 7ª Bienal de São Paulo**. São Paulo: Fundação Bienal, 1963a.
- _____. **Concurso de escolas de arquitetura: ata de Julgamento, 3ª seção, São Paulo, 13 de setembro de 1963b**. Arquivo Histórico Wanda Svevo – Bienal de São Paulo.
- CARVALHO, Tancredo; CAMPOS, Pádua; LIMA, Odalves (Ed.). Castelão: a festa do povo. **Jornal da Confiança**, Fortaleza, 15 de nov. 1973. p.1-15.
- CASA pré-fabricada e individual. **Módulo**, Rio de Janeiro, n.23, p.26-29, jun. 1961.
- COSTA, Edgar; CARLOS, Sílvio (Ed.). Castelão: uma obra que é um orgulho de todos nós. **O Povo**, Fortaleza, 10 de nov. 1973.
- DUARTE, Hélio de Queiroz; MANGE, Ernest Roberto de Carvalho. **Contribuição ao ensino da arquitetura**. São Paulo: 1954. Datilografado. Acervo Biblioteca FAU-USP.
- GROPIUS, Walter. **Bauhaus: nova arquitetura**. Tradução J. Guinsburg e Ingrid Dormien. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. Tradução Edi G. de Oliveira. São Paulo: Nobel: Edusp, 1990.
- NOBRE, Ana Luiza de Souza. **Fios cortantes: projeto e produto, arquitetura e design no Rio de Janeiro (1950-70)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de História/PUC-Rio, 2008.
- PIRES, Sérgio. Palavra do Governador: Castelão abrigará em 73 o Campeonato Nacional. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 29 de dez. 1972. Caderno 2, p.1.
- SANVITTO, Maria Luiza Adams. **Brutalismo paulista: uma análise compositiva de residências paulistanas entre 1957 e 1972**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 1994.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SPADONI, Francisco. **A transição do moderno: arquitetura brasileira nos anos de 1970**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU/USP, 2003.
- VOLTAM as casas pré-fabricadas da Oca. **Arquitetura**, São Paulo, n.40, p.a/b, out. 1965.
- ZEIN, Ruth Verde. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPARG/UFGRS, 2005.
- ZEVI, Bruno. **História da arquitetura moderna**. Tradução Virgílio Martinho. Lisboa: Arcádia, 1970.

'NOTAS DE FIM'

Informações retiradas de entrevista concedida pela arquiteta Nícia Paes Bormann ao autor, em 28/03/2011.

A este respeito, ver Duarte; Mange (1954).

Citações transcritas de nota de aula da disciplina Projeto Arquitetônico 5, sob o título "Interpretação do espaço arquitetônico", de autoria de Gerhard Bormann, 1974, p.1.

Ibid., p.1-6.

Joedicke (nascido em 1925, em Erfurt) faz parte da segunda geração de historiadores da arquitetura moderna, responsáveis por uma primeira revisão da versão canônica da geração pioneira. Sua abordagem amplia e atualiza o panorama do movimento moderno, detendo-se na análise da produção posterior à Segunda Guerra e seus principais movimentos. No ano de 1967, passa a lecionar na Universidade de Stuttgart (ano em que Bormann realiza o seu estágio de aperfeiçoamento nesta instituição), sendo responsável pela criação, neste mesmo ano, do primeiro instituto voltado ao estudo da teoria da arquitetura na Alemanha, o *Institut für Grundlagen der modernen Architektur*.

Neurologista inglês, Ashby integrava um grupo interdisciplinar de renomados cientistas que compunham o *Macy Conferences*, entidade direcionada à consolidação da teoria cibernética. Vale lembrar o interesse, por parte de alguns teóricos da arquitetura na década de 1960, como Christophe Alexander, pela aproximação entre estas duas áreas.

Pode-se indicar certa convergência, neste sentido, ao pensamento de Hannes Meyer: "construir não é uma questão de sentimento, mas de conhecimento. Construir não é, conseqüentemente, um ato de composição sentimental. Construir é um ato refletido de organização". (MEYER, 1980 apud KOPP, 1990, p.47).

FURTADO FILHO, José da Rocha. **Obras e projetos: 40 anos de produção de um arquiteto bissexto de província.** Publicação de responsabilidade do arquiteto. Fortaleza: 2008, p.5.

A respeito deste último recurso, Argan (2005, p.107) comenta sobre sua utilização no Teatro Municipal de Iena, obra de Gropius, de 1922: "[...] as arestas se chanfram para evitar que um contraste demasiado nítido entre luz e sombra dê solidez de volume ao mensuradíssimo jogo de planos reentrantes que delimitam a superfície sobre a profunda cavidade da entrada". Há, ainda, que se reportar a sua vasta utilização nos projetos de Hans Scharoun, como no "WeiBenhofsiedlung", exposição do Werkbund alemão, Casa 33, de 1927. Sobre a Casa Schminke (1930), Zevi (1970, p.606) comenta sobre similar procedimento que Scharoun realiza "cardando-lhe os ângulos de modo a eliminar os fechamentos da caixa".

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

UFRN, doutoranda do PPGAU.

João Pessoa – Paraíba

Nelci Tinem

UFPB, professora Titular, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e PPGAU. UFRN, professora colaboradora do PPGAU.

João Pessoa – Paraíba

RESUMO: Este artigo tem a intenção de investigar indícios da modernização escolar paulista no manual de construções escolares intitulado “Novos prédios para Grupo Escolar”, publicado em 1936, pela Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Assim, busca-se contribuir para o entendimento da modernização da arquitetura escolar brasileira na década de 1930, promovida por diretorias de obras estatais. O manual estudado é uma publicação conjunta da Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo, que reúne estudos realizados por uma comissão permanente composta por profissionais de diferentes áreas, como professores, arquitetos, engenheiros, urbanistas e médicos, criada para desenvolver um plano de edificações escolares, adequando-as às novas necessidades pedagógicas. Em seus artigos, constatamos

uma busca por maior racionalização, economia e aperfeiçoamento técnico das construções escolares, mostrando uma maior diferenciação e especialização que estes edifícios passam a requerer na modernidade. Consideramos que os estudos e manuais elaborados pelas diretorias de obras públicas são uma importante fonte documental de pesquisa, que podem revelar diversas facetas da atuação do Estado na modernização arquitetônica.

PALAVRAS-CHAVE: Diretorias de obras públicas; modernização; manuais; arquitetura escolar.

ABSTRACT: This paper aims to investigate evidences of the São Paulo school modernization in the school building manual entitled “New Buildings for School Group”, published in 1936 by the Secretary of Business of the Education and Public Health of São Paulo State. Thus, it is sought to contribute to the understanding of the modernization of Brazilian school architecture in the 1930s, promoted by state-owned directories. The studied manual is a joint publication of the Board of Education and Public Works Directorate of the State of São Paulo, which brings together studies carried out by a permanent commission composed of professionals from different areas, such as teachers, architects, engineers, town planners and doctors, created to develop a plan of school buildings, adapting them to new

pedagogical needs. In their articles, we identified a search for greater rationalization, economy and technical improvement of school buildings, displaying great differentiation and specialization, required by these buildings in modernity. We consider that the studies and manuals elaborated by the directories of public works are an important documentary source of research, that can reveal several facets of the State's action in the architectural modernization.

KEYWORDS: Directorate of public works; modernization; manuals; school architecture.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 1930 foi marcada por suas intensas transformações, promovidas pelo governo centralizador de Getúlio Vargas, que buscava modernizar o país e adequar seus cidadãos à essa nova realidade, visando o progresso da nação. Tal modernização era proposta em vários âmbitos, assentada em saberes especializados, como a medicina, a educação e a engenharia, e para sua implementação houve um aumento na criação de equipes técnicas que compunham a administração estatal. Estas equipes eram resultantes de uma maior complexidade e especialização do conhecimento técnico, que levou a necessidade de reunir profissionais de diversas áreas para solucionar os novos problemas da maneira mais eficaz. A arquitetura produzida por essas repartições e diretorias de obras públicas, orientada por seus estudos que muitas vezes se transformavam em livros e manuais para guiar a construção de edifícios, contribuíram na difusão dos códigos formais racionalistas da arquitetura moderna no Brasil (TRAJANO FILHO, 2014).

Nesse contexto, este artigo tem a intenção de investigar indícios da modernização escolar paulista no manual de construções escolares intitulado “Novos prédios para Grupo Escolar”, publicado em 1936, pela Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Assim, busca-se contribuir para o entendimento da modernização da arquitetura escolar brasileira na década de 1930, promovida por diretorias de obras estatais.

Trata-se de uma publicação conjunta de dois órgãos do Estado de São Paulo: a Diretoria do Ensino e da Diretoria de Obras Públicas, que reúne estudos realizados por uma comissão permanente criada para resolver os problemas das edificações escolares, adequando-as às novas necessidades pedagógicas, composta por profissionais de diferentes áreas, como professores, arquitetos, engenheiros, urbanistas e médicos.

2 | UM GUIA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES “MODERNOS”

A publicação “Novos Predios para Grupo Escolar” (SÃO PAULO, 1936), foi

organizada como um volume de livro com capa dura. É composta por dezesseis artigos, além de uma pequena apresentação inicial. Alguns artigos não são inéditos, como os dois primeiros que se referem a discursos governamentais, e outros que já tinham sido publicados em matérias de jornais. Os seis primeiros artigos, apresentam o problema ao qual os estudos contidos na publicação buscam solucionar, e quais os profissionais especialistas que se dedicaram a esse feito. A partir do sétimo artigo até o décimo, os textos abordam prescrições de caráter técnico construtivo, voltadas à arquitetura escolar. Por fim, ainda apresenta quatro artigos sobre as inovações do programa que as novas escolas deveriam incorporar.

3 | SOBRE O MILAGROSO CRESCIMENTO DAS CIDADES E O NOVO EDIFÍCIO ESCOLAR

O primeiro artigo “O Problema dos Predios Escolares”, trata da transcrição de um discurso do Secretário da Educação, Cantídio Moura, proferido na cidade de Marília, interior paulista. Inicialmente, é destacada a crescente modernização urbana que ocorria em Marília e em outras “cidades novas” do interior paulista, que se transformavam rapidamente do “sertão inculto” que eram antes, descrevendo-se imagetivamente, seu progresso. As derrubadas abrindo a mata virgem, o céu tingido de fumo das queimadas, que deram lugar aos “intermináveis cafezaes”, e “o milagre surpreendente” do crescimento da cidade, se transformando a cada hora, “como se o seu tempo se medisse por estranha chronometria” (SÃO PAULO, 1936, p.7). Podemos relacionar esse cenário de surgimento de novas “colmeias humanas”, como descreveu o Secretário de Educação de São Paulo, com as particularidades do processo de modernização da América Latina, onde houve uma “necessidade de renovação radical de uma sociedade tradicional e de apropriação de uma natureza ameaçadora”, tendo o Estado como produtor e organizador desse processo (GORELIK, 1996, p.2).

Diante desse panorama de modernização acelerada, em que os edifícios “vem engrandecendo” admiravelmente, não poderia faltar a “casa” destinada ao ensino das primeiras crianças nascidas na região. A escola, onde seriam aplicados os modernos métodos pedagógicos que tornariam ainda maior a importância de sua função social. O novo edifício escolar deixaria de ser um local destinado somente a alfabetizar e ministrar o conteúdo básico, e se tornaria também o “circulo social, a officina preparadora [...] para as contingencias da vida contemporânea” (SÃO PAULO, 1936, p.8).

De um ambiente “estático e fastidioso”, se transformaria em um “meio plastico e dinamico”, que atraísse e despertasse o interesse das crianças que iriam frequentá-lo. Assim, conclui, que a instituição escolar ganhou maior complexidade e extensão – com a adoção dos novos métodos pedagógicos, e de sua arquitetura adequada, cumpriria a missão de “aperfeiçoamento social”, ao “preparar uma nova mentalidade”.

4 | A CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES E OS PROBLEMAS A SOLUCIONAR

O grande aumento da população em idade escolar, não só na capital, mas também nas zonas mais periféricas do estado era considerado um grande problema para o governo de São Paulo. As construções escolares estavam estagnadas, e se recorriam a edificações improvisadas em casas alugadas, geralmente mal adaptadas às condições de ensino.

O maior problema do estado de São Paulo para alcançar uma educação pública eficiente era a construção de edifícios escolares adequados aos métodos pedagógicos modernos para atender a crescente população em idade escolar. A instrução generalizada seria a solução para a distribuição humana desordenada do país, resultante de imposições sociais e econômicas, atuando como um “fio” que iria costurar os “retalhos dispersos e polychromicos no manto uniforme que abrigará a nossa civilização” (SÃO PAULO, 1936, p.10-11).

A cooperação da Secretaria da Viação e Obras Públicas

O segundo artigo da publicação, também se trata de um discurso, proferido pelo Secretário da Viação e Obras Públicas de São Paulo, Ranulpho Pinheiro Lima, sobre a atuação dessa secretaria no plano de edificações escolares.

Explica que para atender às “normas modernas que a pedagogia está imprimindo” o desenvolvimento do plano de edificações escolares foi uma tarefa difícil. O “novo typo” de edifício escolar não se apresentaria às crianças como uma prisão, pelo contrário, seria alegre, iluminado e estimularia os “bons impulsos”. Os novos edifícios escolares também facilitariam o trabalho dos professores, por possibilitar um “ambiente verdadeiramente apropriado”, com salas espaçosas e confortáveis, para o desenvolvimento da superior tarefa de “educar os cidadãos do Brasil do futuro” (SÃO PAULO, 1936, p.10).

Para o desenvolvimento do plano de edificações escolares, foram realizados uma série de estudos prévios, reunidos no artigo “Dados essenciais para a solução do problema”, de autoria do Diretor do Ensino, professor Almeida Junior.

Nele, foram enumerados os principais problemas que deveriam ser resolvidos, que diziam respeito à quantidade insuficiente de edifícios escolares, devido ao grande crescimento da população em idade escolar, e às instalações impróprias ao funcionamento de uma escola. Neste último quesito, algumas medidas deveriam ser evitadas: a criação de escolas isoladas – deveriam ser extinguidas, pois eram consideradas um paliativo. O aproveitamento excessivo dos prédios escolares, que sacrificava a qualidade do ensino e a higiene, ao levar à improvisação de salas de aula em porões, entre outros espaços inadequados, e impedir a instalação de outros ambientes pedagógicos, como bibliotecas e museus, que cediam sua área às salas de aula. As escolas que funcionavam em edifícios alugados também traziam mais um problema a solucionar, pois geralmente se instalavam em edificações projetadas para

residências particulares de maneira “completamente inadequada” ao funcionamento de uma escola: “Salas pequenas, iluminação defeituosa, pateo insuficiente” (SÃO PAULO, 1936, p.22). Além desses, o sistema de “tresdobramento”, que era a ocupação do prédio escolar em três turnos, provocando inconvenientes de ordem técnica, higiênica e social, deveria ser substituído pelo ensino em dois turnos.

Para obter o número de escolas a serem construídas, foram levados em conta requisitos de ordem pedagógica e econômica. Primeiro, foi estudada a quantidade ideal de alunos por sala de aula – foi definido o número de quarenta alunos por sala. Depois, chegou-se ao número mínimo de 4 salas e máximo de 25 salas de aula por prédio escolar, que funcionando em dois turnos, poderiam abrigar até 2000 alunos. Grupos escolares muito pequenos não tinham “animação” e custavam caro, e edifícios muito grandes apresentavam problemas de higiene, falta de controle e supervisão e atraíam crianças de lugares distantes, expondo-as a acidentes. Com esses dados, chegou-se ao número de 229 edifícios escolares que deveriam ser construídos em todo o Estado de São Paulo, sendo 78 na capital e 151 no interior, “um difícil mas inadiável problema” (SÃO PAULO, 1936, p.30).

5 | O NOVO PRÉDIO PARA ABRIGAR OS GRUPOS ESCOLARES

O projeto do edifício escolar foi pensado em conjunto por uma equipe multidisciplinar: houveram seis reuniões com a participação do Diretor da Educação do Estado Almeida Junior, de professores (Noemy Silveira, Carolina Ribeiro, Motta Mercier, Quintiliano José Sitrangulo), arquitetos e engenheiros (Oscar Machado, Prestes Maia, Cardim Filho, José Maria das Neves, Milton Rodrigues, Jorge Mancebo) e médicos higienistas (Geraldo de Paula Souza, Figueira de Mello, Vicente de Sampaio Lara, Danton Malta, Moacyr Alvaro).

Além das reuniões, a Diretoria de Ensino ainda enviou um questionário à todos os profissionais que participaram do plano de construções, com vinte e duas perguntas de como deveriam ser os edifícios escolares, em vários aspectos: tamanho do terreno, programa de necessidades, qual o “typo architectonico julga preferivel”, dimensões das salas de aula, como seriam as janelas, como resolver a ventilação, sobre revestimentos e cores, mobiliário, se seria “aconselhavel a construcção de um terraço sobre o predio” entre outras questões que podem demonstrar os itens que eram importantes para a nova arquitetura escolar (SÃO PAULO, 1936, p.39- 41).

Essa reunião de uma série de técnicos especializados em diferentes áreas em prol de um único plano arquitetônico foi uma realização inédita no estado de São Paulo, até então: “...pela primeira vez, ao que supomos, o problema dos predios escolares soffreu, em nosso Estado, o tratamento rigoroso de um conselho systematico de profissionais especializados” (SÃO PAULO, 1936, p.34). Resultado da necessidade de uma arquitetura escolar que passa a se especializar e se diferenciar de outros

prédios, apresentando características próprias, onde os métodos pedagógicos da Escola Nova pudessem se desenvolver.

A equipe de profissionais concordou que o partido arquitetônico a ser adotado nos novos prédios escolares deveria seguir a arquitetura moderna. Opção essa, vale lembrar, que em meados da década de 1930, no Brasil, não era nem um pouco unânime em termos do que era construído no país, pois ainda haviam diversas manifestações arquitetônicas historicistas em voga. Em meio a diversas facetas da modernidade que conviviam na época, a opção foi pelo “Modernismo sóbrio, discretamente sentimental, mais próximo do equilíbrio francês, do que do arrojo desconcertante das composições mexicanas”. A sobriedade e equilíbrio, foram resumidos nas características principais que a arquitetura escolar paulista deveria apresentar: “...casas escolares simples, alegres e baratas, mas invariavelmente subordinadas, no seu arranjo estrutural, à educação e à hygiene” (SÃO PAULO, 1936, p.34).

A primeira preocupação no projeto dos novos edifícios escolares paulistas era a escolha do terreno onde seriam construídos. O terreno deveria priorizar uma boa localização – longe de ruídos, excesso de poeira e “vizinhanças inconvenientes”, ao invés do possível “efeito decorativo para a praça principal”, caso essa opção fosse sacrificar o espaço, a luz e o sossego (SÃO PAULO, 1936, p.32). Apresentar uma boa configuração, com extensa área – cerca de oito metros quadrados por aluno, podendo ser dispostos em até três pavimentos, caso não fosse possível encontrar terrenos de tamanho ideal com boa localização e preço acessível. O terreno também deveria possuir espaço para abrigar atividades extraclasse, como jogos e ginástica, e também um jardim que poderia abrigar uma horta para estudos práticos de botânica e higiene alimentar.

O programa de necessidades básico que os novos grupos escolares deveriam possuir era o seguinte: Salas de aula – amplas, claras e bem ventiladas, com dimensões de 6x8 metros e pé-direito de 3,60 metros. Ambientes para atividades de ensino especiais – eram indispensáveis um Auditório, destinado a várias funções, e uma Sala de leitura. Instalações de assistência médica, dentária e de higiene (incluindo vestiários com chuveiros). Ambientes administrativos – diretoria, secretaria, sala de professores.

Além do programa de necessidades, ainda foram especificados diversos pormenores da construção dos edifícios escolares, requisitos técnicos pensados cuidadosamente pelos profissionais especializados. Com isso, pretendiam criar um “corpo de doutrina”, da arquitetura escolar, que atendesse às necessidades pedagógicas e se adequasse às condições e possibilidades econômicas locais.

6 | AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA OS NOVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

A publicação “Novos Predios Para Grupo Escolar”, possui cinco artigos que

apresentam especificações técnicas para a construção das novas escolas. Esses artigos comentam as novidades no âmbito da construção civil da época e como seriam utilizadas na arquitetura escolar, com base em referências de especialistas estrangeiros, demonstrando uma busca por atualização no assunto.

Um dos mais detalhados é o artigo “A orientação dos prédios escolares” de autoria do engenheiro Prestes Maia (SÃO PAULO, 1936, p.42), que começa discorrendo sobre os tipos de radiação. Diz que o tratamento da insolação na prática arquitetônica ainda era baseado na observação das condições de salubridade locais: “ventos bons ou maus, humidade de certas exposições, suficiência ou insuficiência das aberturas, bolôr, excessos de calor ou de frio, etc”. No entanto, procura resumir as diretrizes de maneira mais precisa, técnica e numericamente.

Ao discorrer sobre a radiação solar, traz fórmulas numéricas para calcular a posição do sol através de suas coordenadas locais e mostra o cálculo de como seria a insolação de uma fachada em São Paulo no solstício de inverno, com os dados da duração de direção e tempo de insolação na fachada reunidos em uma tabela. Alerta que muitas vezes existem anteparos que produzem sombra, e também explica como realizar os cálculos para prever a sombra em um determinado ponto.

Estes estudos foram aplicados no Estado de São Paulo. Para isso, o território foi dividido em quatro regiões de condições climáticas diferentes: Litoral, Faixa paulistana, Interior e Campos do Jordão. Com isso, foram pensadas estratégias projetuais para obter o melhor conforto ambiental em cada uma dessas regiões, relacionadas à orientação dos edifícios escolares, com atenção especial ao posicionamento em planta das salas de aula. Podemos citar como exemplo, a indicação para a faixa litorânea paulista da orientação dos edifícios voltada para Sudeste, que reduziria a insolação, captaria os ventos e não provocaria sombras completas (como no caso da orientação Sul).

O estudo para orientação dos prédios escolares foi embasado por referências à várias pesquisas estrangeiras, na maioria de países da Europa, como França, Itália e Alemanha, no entanto, os resultados das pesquisas europeias foram relacionados com a realidade geográfica paulista, apontando se poderiam ser aplicados ou não localmente. Com isso, percebemos que a equipe tinha necessidade de embasar seus estudos em pesquisas científicas, mas que pesquisas voltadas à realidade brasileira ainda eram inexistentes ou desconhecidas.

A disposição das salas de aula agrupadas longitudinalmente de maneira unilateral é a considerada ideal sob o ponto de vista da insolação e da iluminação. Porém, devido a necessidade de construção do grande número de salas de aula previsto pelo plano de construções escolares, reconhece que essa opção nem sempre será possível e que fatores de ordem econômica podem influenciar a disposição final do edifício escolar. Quando a disposição bilateral (com salas de aula em ambos os lados da circulação) fosse inevitável, a recomendação era de dispor o maior número de salas de aula voltadas para a melhor orientação. Além disso, a necessidade de maior

aproveitamento do edifício, com dois turnos de aula, dificultava ainda mais encontrar uma orientação adequada. (SÃO PAULO, 1936, p.58-59).

Embora concessões por motivos econômicos fossem admitidas no projeto de edificações escolares, opções projetuais que resultassem em prejuízos no conforto ambiental por motivos estéticos, para adequar os edifícios às normas clássicas de composição, não deveriam ocorrer:

“Quanto à esthetica, não será ella, na corrente das ideias modernas, que vá protestar contra as disposições que a hygiene e o bom senso recomendarem.

[...]

Longe estamos das plantas classicas, cheias de pateos e onde a symetria frequentemente sacrificava a composição interna” (SÃO PAULO, 1936, p.59).

Sendo assim, a busca pela melhor orientação dos prédios escolares poderia levar a projetos considerados “apparentemente bizarros” para a época, como exemplo, cita a disposição das plantas alongadas, em L, em E, em Z, etc. Um exemplo de edifício escolar resultante desse plano de construções que seguiu esse princípio foi o Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo (Figura 01).

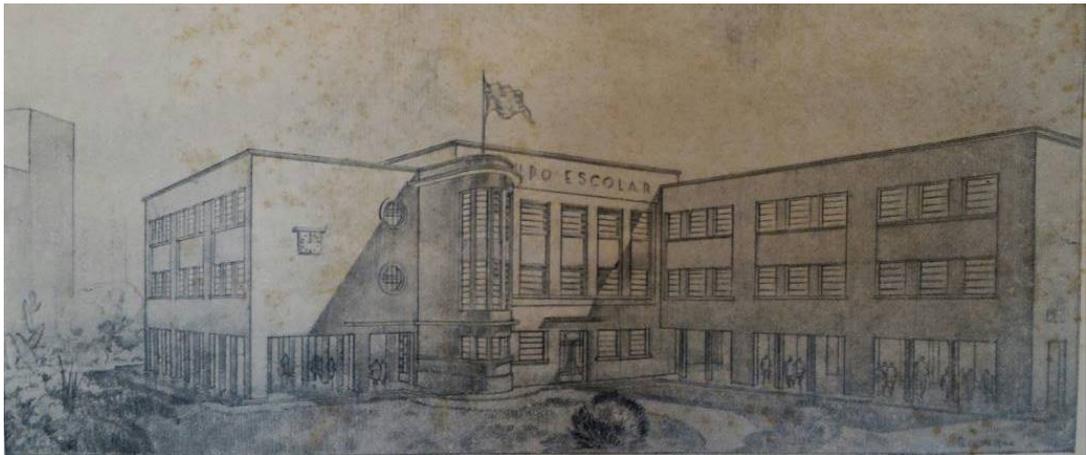


Figura 01: Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, que foi construído com planta em Z, e posicionado diagonalmente no lote.

Fonte: SÃO PAULO, 1936, p. 39.

7 I “FAZER ARQUITETURA NÃO É SOMENTE CONSTRUIR FACHADAS”

O artigo “A fachada das Escolas”, tem um título que pode enganar sobre o seu conteúdo – ao contrário do que parece à primeira vista, não trata de recomendações e normas sobre como deveriam ser as fachadas dos novos edifícios de ensino. Esse título, na verdade, faz uma ironia com o estilo neocolonial e seus partidários, mais preocupados com a aparência externa dos edifícios, brincando com a denominação de uma campanha da época contra “as escolas de fachada”, que criticava a orientação pedagógica desatualizada dessas instituições.

Escrito pelo engenheiro-arquiteto José Maria das Neves, o artigo apresenta

uma verdadeira defesa a favor da adoção dos princípios da arquitetura moderna na construção dos novos grupos escolares, ao invés do neocolonial, estilo que era indicado aos edifícios escolares até então. Para isso, argumenta que irá discorrer sobre os defeitos e qualidades que resultariam na escolha de cada uma dessas duas opções.

De acordo com o arquiteto José Maria, o neocolonial, chamado por “estilo colonial” ou “tradicional brasileiro”, era recomendado pelos educadores com a intenção de transmitir nas fachadas das escolas as “tradições da raça”, incentivando o caráter cívico dos “futuros cidadãos brasileiros”. No entanto, ele não concordava com essa indicação: “a boa orientação e arquitetônica o exemplo universal nos aconselham a seguir os princípios da arquitetura funcional, a única resultante das conquistas da civilização moderna” (SÃO PAULO, 1936, p.61).

Para justificar sua afirmativa, primeiro discorre sobre a arquitetura colonial brasileira, cujo caráter “pitoresco”, de “desequilíbrio architectonico”, seria resultante da interpretação local do barroco português com recursos escassos e com os materiais e técnicas disponíveis na época. Além de caracterizar a arquitetura de uma época passada, comenta que no Estado de São Paulo a “arte colonial é pobre e quase sem interesse”, assim como os antigos solares, se comparada à arquitetura colonial de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais ou Rio de Janeiro. Mesmo considerando “arte inferior” o que era produzido em São Paulo no período colonial ao comparar com a produção de outros estados brasileiros, ainda atenta para a importância da preservação desse patrimônio, criticando a demolição da Igreja do Colégio e de outras obras históricas, que não foram defendidas pelos “tradicionalistas” que ao invés disso, querem implantar um “colonial artificioso”.

Explica que expressão de ingenuidade pitoresca da arquitetura colonial brasileira é fruto dos processos construtivos e costumes da época – o aspecto pesado pelo uso da taipa, os vãos estreitos, o embasamento de pedra, etc. Considera ridículo construir com essas características do passado, naquele momento de “costumes modernos”, tendo disponíveis novos materiais e técnicas.

No caso dos edifícios escolares, argumenta que estes exigem uma arquitetura especial, por isso “jamais poderiam admitir motivos religiosos ou solarengos” (SÃO PAULO, 1936, p.62). A arquitetura escolar, geralmente de grandes proporções, “não admite symetrias, com o sacrificio da collocação forçada de portas ou janelas”, como exigiria neocolonial, assim como a “riqueza de ornamentação interna e externa” desse estilo, pois o edifício escolar deveria ser simples e de fácil asseio (SÃO PAULO, 1936, p.63).

Considera que adotar o neocolonial seria cometer um anacronismo, e a arquitetura deveria refletir os processos construtivos e a sociedade de sua época. Além disso, a arquitetura escolar deveria ser racional: “deve aproveitar de todo o conforto das construcções modernas, de todas as conquistas da sciencia no sentido de realizar a perfeição sob ponto de vista da hygiene pedagogica” (SÃO PAULO, 1936, p.64).

A arquitetura moderna, não seria uma moda efêmera como o Art Nouveau, já que era baseada em princípios lógicos e racionais. Explica que a arquitetura moderna local não copiaria a arquitetura de outras cidades estrangeiras, como Moscou ou Paris, mas empregaria materiais e condições de clima, usos, e costumes da região. Sendo assim, a arquitetura moderna brasileira surgiria naturalmente, apresentando aspectos característicos de cada Estado, assim como ocorreu na Europa, onde em cada país se desenvolveu de acordo com “características raciais e climáticas de suas regiões”. Para exemplificar, cita arquitetos de diferentes países europeus, como Mallet-Stevens e Le Corbusier da França, Piacentini e Giuseppe Vaccaro da Itália, e comenta que suas produções também são diferentes entre si.

Para reforçar suas ideias, salienta que até em Portugal, de onde veio a arquitetura que inspirou o neocolonial, se constroem edifícios educacionais em “puro estilo moderno”. Do mesmo modo, na Grécia, onde há o povo de “maiores tradições architectônicas” foram construídas várias escolas modernas, como a escola normal de Athenas, projeto de Karantinos, que projetou vários outros grupos escolares. Aconselha então, a seguir o bom exemplo da Grécia: cultivar o passado através da conservação e restauro dos monumentos da arquitetura clássica, mas construir escolas em “estilo moderno”. Finaliza, afirmando que se fossem adotar novamente as técnicas coloniais de construção, como a taipa ou enxilharia de pedra, deveria voltar também à soletração e à palmatória. Ou seja, para a aplicação de uma pedagogia moderna arquitetura das escolas também deveria se modernizar.

8 | “O EDIFÍCIO ESCOLAR BEM CONSTRUÍDO SE RECONHECE PELAS JANELAS”

Um edifício escolar moderno deveria ter uma atenção especial ao projetar as suas janelas, conforme aborda o artigo “As janelas das salas de aula”, escrito pelo Diretor do Ensino estadual, Almeida Junior. Sua importância é justificada no artigo, por ser através da janela que entram nas salas de aula os raios luminosos – que possibilitam uma boa visão se suficientes ou podem causar problemas de vista nas crianças e atrapalhar as atividades de aprendizado se inadequados, o calor – que em excesso causa desconforto, e a ventilação – responsável pelo conforto e pela renovação do ar, essencial às condições de saúde dos alunos.

Assim, no projeto das janelas dos novos grupos escolares deveriam ser levados em conta diversos aspectos:

- A orientação – conforme o artigo de Prestes Maia já havia discorrido.
- A direção da luz – sendo a iluminação lateral esquerda a mais indicada.
- As dimensões da janela – que permitam a entrada de luz necessária (ideal

seria de 100 lux) sem trazer excesso de calor.

- O intervalo entre as janelas – não era mais recomendada a adoção de várias janelas espaçadas em grandes intervalos, como nos edifícios do início do século XX, pois deixam áreas da sala de aula sombreadas. O ideal seria “abolir o intervalo entre as janellas, rasgando-se estas horizontalmente, de extremo a extremo”, ou seja, as modernas janelas em fita.
- A altura da verga – deveria ser construída na maior altura possível, para proporcionar uma iluminação mais uniforme aos ambientes.
- A altura do peitoril – deveria ser alto para não causar ofuscamento sobre as mesas dos alunos, sendo adotado o de 1,40 metros de altura.
- Vidraças – seria com caixilhos metálicos, dividida em três partes, uma central em basculante e as outras com folhas girando sobre o eixo vertical.

Todo o artigo está permeado por diversos estudos sobre a iluminação ideal das salas de aula, e a influência dos modelos de janelas nesse aspecto. Também são interessantes as ilustrações que o artigo apresenta, mostrando uma evolução das janelas de edifícios escolares ao longo do tempo, desde o século XIX, até uma janela de uma escola construída naquela época, em 1936 (Figura 02).

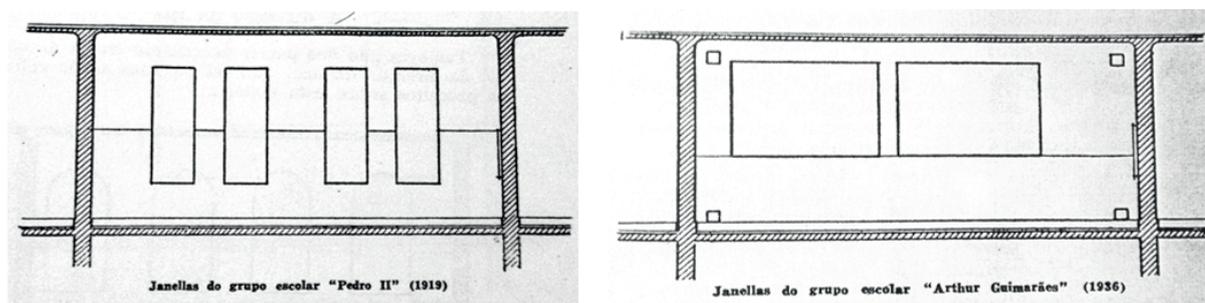


Figura 02: Ilustrações do artigo mostrando o modelo de janelas de um grupo escolar tradicional, de 1919, e das janelas de um grupo escolar construído em 1936 seguindo o modelo moderno recomendado.

Fonte: SÃO PAULO, 1936.

9 | O PISO E A COR DAS PAREDES DAS EDIFICAÇÕES ESCOLARES

O manual elaborado para o plano para construção dos grupos escolares paulistas, também contém especificações técnicas sobre o piso das escolas, em um artigo de Cardim Filho, que informa sobre a estrutura a ser adotada, sendo a mais indicada a de concreto armado, pela resistência, durabilidade e incombustibilidade, e os diferentes revestimentos de piso mais adequados para cada ambiente da escola, para as salas de aula, terraços, escadas, corredores, e áreas sanitárias. Os materiais usados deveriam ser da melhor qualidade, para melhor conservação e durabilidade.

Em relação às cores das paredes das salas de aula, o artigo de Moacyr Alvaro, explica que sua importância tem a ver com a iluminação do ambiente de aprendizado,

podendo provocar ofuscamento devido a uma cor muito clara, e também ao efeito psicológico, “excitante ou deprimente” que as cores podem provocar (SÃO PAULO, 1936, p. 91).

10 I INOVAÇÕES NO PROGRAMA – NOVOS AMBIENTES PARA UMA ESCOLA MODERNA

O indispensável “auditório-ginásio” e a Sala de leitura

Uma das maiores inovações requerida no programa dos novos grupos escolares seria a inserção de um auditório-ginásio. A explicação da importância desse ambiente na escola é dada no artigo “Por que um ‘auditório-gymnasio’ no predio escolar? ”, de autoria da professora Noemy da Silveira Rudolfer, que inicia dizendo que sua introdução na arquitetura escolar se deve “a atitude mudada com que se considera a educação” naquele momento (SÃO PAULO, 1936, p. 93).

Os ideais da “escola progressiva”, pregavam que a educação deveria ocorrer na prática, e assim, a escola deveria integrar o aluno à um ambiente social que permitisse interações, onde pudesse participar de assembleias, organizações de grupo, clubes e hábitos de “recreação sadia”. Para isso, o edifício escolar precisava ter um espaço adequado, e não se restringir à somente salas de aula e administração. Esse espaço seria o auditório-ginásio, ambiente que reuniria múltiplas funções, se tornando dessa maneira, mais econômico e aproveitando melhor a área disponível.

O auditório-ginásio deveria ter capacidade para cerca de um terço da população escolar, possuir um palco para atividades musicais, literárias, dramáticas e debates. Suas cadeiras deveriam ser soltas do piso, para poderem ser removidas (a sugestão era colocá-las sobre o palco) quando o ambiente fosse abrigar atividades de ginástica, jogos e danças. Para isso, o seu pé-direito deveria ser duplo, possibilitando a colocação de aparelhos de ginástica.

Outro ambiente que passa fazer parte dos grupos escolares paulistas é a sala de leitura. Nas escolas anteriores não haviam espaços destinados à leitura infantil, geralmente, quando muito havia uma biblioteca, que só abrigava as estantes de livros. Como forma de incentivar o gosto pela leitura que levaria conseqüentemente a gostar de estudar, a sala de leitura deveria ter capacidade para abrigar uma classe, estantes de livros abertas e mobiliário adequado ao tamanho as crianças. Segundo a professora Carolina Ribeiro, que escreveu sobre esse ambiente, deveria ter muito ar, iluminação adequada e suas portas deveriam estar sempre abertas, para que as crianças buscassem espontaneamente os livros (SÃO PAULO, 1936, p. 97).

Espaços para assistência à saúde infantil

Para melhorar o ensino paulista, era necessário, antes de tudo, que as crianças tivessem uma boa saúde para terem condições de aprender. Por isso, o plano de construções escolares de 1936, indicava a inserção de ambientes para assistência médica, alimentar e de higiene nas novas escolas.

Para amenizar a taxa de 32% de desnutridos entre a população escolar paulista, a escola pública passaria a fornecer alimentação “racional e apropriada”. Para isso, não eram necessárias grandes alterações nos edifícios escolares, o refeitório poderia ser no pátio de recreio, desde que fosse coberto, e houvessem mesas e cadeiras, deveria ter uma cozinha acessível e lavatórios para as crianças higienizarem as mãos. Além disso, as escolas deveriam ter um gabinete para o dentista, pois muitas vezes a má alimentação era devido à problemas na dentição.

Outro ambiente que passa a integrar os grupos escolares paulistas é o vestiário com chuveiros. Essa inovação, já se difundia na Europa e nos Estados Unidos. A inserção de chuveiros nas escolas, impondo o banho diário após os exercícios físicos, serviria para criar hábitos sadios nas crianças, que repassariam às suas famílias.

11 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultado da união de esforços de dois órgãos administrativos do Estado de São Paulo, a Diretoria do Ensino e a Diretoria de Viação e Obras Públicas, em prol de um objetivo em comum – a construção de edifícios escolares ajustados às novas necessidades pedagógicas, a publicação “Novos Predios para Grupo Escolar” pode revelar muito da modernização que pretendia ser implantada na década de 1930, durante o governo centralizador de Vargas.

A educação passa a ser considerada instrumento de avanço social e unificação nacional, se difundindo em todo país, inclusive no interior e nos novos núcleos urbanos. Pretendia, com isso, formar cidadãos preparados às demandas da sociedade moderna industrializada. A escola deveria ser um local onde as crianças aprendessem a viver em comunidade, a ter iniciativa própria para alcançar objetivos e a adquirir bons hábitos alimentares e de higiene. Assim, o planejamento da arquitetura escolar se torna mais importante e especializado, pois deveria propiciar espaços diferenciados para atividades práticas e de interação, como o “auditório-ginásio”, a sala de leitura, espaços externos para recreação, e de assistência à saúde como o refeitório, o gabinete médico-dentário e os vestiários com chuveiros, que refletem também novas demandas surgidas com a popularização do ensino público.

Ao analisar a publicação, notamos que se almejava que as novas escolas fossem alegres, com um ambiente estimulante, confortáveis, higiênicas e eficientes. Seus artigos demonstram a busca por racionalização, economia e aperfeiçoamento técnico das construções escolares, através de estudos detalhados e atualizados à referências

estrangeiras, sobre a melhor orientação das salas de aula, projeto detalhado das janelas para melhor conforto térmico e iluminação, especificações de pisos, cores das paredes e da estrutura adotada. A opção declarada pela arquitetura moderna, é justificada pela adoção aos novos materiais e técnicas construtivas, que trariam maior higiene e conforto, e por se libertar das regras clássicas de composição que podiam gerar ambientes inadequados.

Assim, consideramos que os estudos e manuais das diretorias de obras públicas são uma importante fonte documental de pesquisa, que podem revelar vários aspectos acerca do papel do Estado na modernização arquitetônica.

REFERÊNCIAS

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EDUFSCar/ INEP, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

GORELIK, Adrián. **O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização**. “O Moderno em Debate”, painel realizado como parte da Exposição “Imagens da Modernidade”, no Museu de Arte da Pampulha, Belo Horizonte, em novembro de 1996.

JOFFILY, Ítalo. **Sobre o Plano do Instituto de Educação**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. Dissertação. FAU, São Paulo, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, H. M^a. B., COSTA, V. M^a. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1998.

SÃO PAULO (Estado). Diretoria do Ensino. Diretoria de Obras Públicas. **Novos Predios para Grupo Escolar**. São Paulo, 1936.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **D.V.O.P.: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização (Paraíba, década de 1930)**. São Carlos: EESC-USP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **“Equipe de técnicos”. A ação da DVOP na Paraíba da década de 1930**. In: COTRIM, Marcio; TINEM, Nelci (Org.). Na urdidura da modernidade: Arquitetura moderna na Paraíba I. João Pessoa: F&A Editora/ PPGAU-UFPB, 2014. p.164-185.

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU)
claudio.limacarlos@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho pretende expor as etapas até agora vivenciadas, dos trabalhos de resgate e conservação preventiva do acervo de plantas relacionadas ao conjunto arquitetônico-paisagístico do Campus Seropédica da UFRRJ. A referida pesquisa detectou diversos originais assinados por Mário Whately, Eugênio de Proença Sigaud, Ângelo Murgel, dentre outros arquitetos, que foram elaborados à nanquim, grafite e técnica mista sobre papel manteiga e vegetal. Apesar de seu precário estado de conservação e guarda, o conjunto de documentos demonstra o extremo apuro formal e riqueza de detalhamentos de ornamentos e interiores do conjunto arquitetônico que abriga os diversos institutos da UFRRJ. Em face do exposto, o trabalho será estruturado em quatro partes. A primeira se destinará a abordar alguns aspectos teóricos e legais acerca da importância da análise e conservação de documentos, especialmente aqueles relacionados à arquitetura. Na segunda etapa, são abordados, brevemente,

alguns dados históricos e característicos do conjunto arquitetônico do campus Seropédica, com destaque para as edificações protegidas pelo tombamento estadual. A seguir são apresentadas as dificuldades encontradas pelo projeto em face do contexto político-administrativo da UFRRJ, bem como os resultados até agora obtidos e as principais dificuldades encontradas pela equipe, para sua viabilização. Na quarta etapa são descritos os meios e procedimentos técnicos utilizados pela iniciativa de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas.

PALAVRAS-CHAVE: documentação, patrimônio cultural, arquitetura neocolonial

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata os esforços empreendidos por professores e alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na tarefa de resgatar, divulgar e conservar preventivamente o acervo de plantas relacionadas à construção do conjunto arquitetônico-paisagístico do Campus Seropédica, ocorrida no período 1938-1947. O citado processo inclui inúmeras dificuldades enfrentadas que remetem a reflexões que confrontam a extrema importância da memória

documental com a crônica negligência das instituições públicas, em geral, na tarefa de conservá-la. O estado de conservação extremamente precário do acervo trabalhado revela, de maneira dramática, uma omissão institucional, de décadas, na tarefa de conservação de sua própria memória.

A existência deste importante acervo foi constatada, em 2007, graças ao mapeamento de danos das fachadas e interiores dos pavilhões protegidos pelo tombamento estadual, desenvolvido como atividade curricular da disciplina de Projeto de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Edificado, do curso de arquitetura e urbanismo da UFRRJ.¹ A atividade incluiu, previamente, uma pesquisa histórica e documental acerca das edificações objeto do mapeamento de danos, o que direcionou os alunos ao arquivo de plantas localizado no prédio da Prefeitura Universitária da UFRRJ. Na ocasião, foi possível constatar a extrema relevância do acervo, bem como seu precário estado de conservação e guarda.

Mais tarde, o referido acervo foi tema de projeto de iniciação científica, denominado “Descobrimo o campus da UFRRJ por intermédio de seu acervo documental”, desenvolvido pelo autor, no período 2009-2011. A referida pesquisa detectou diversos originais assinados por Mário Whately, Eugênio de Proença Sigaud, Ângelo Murgel, dentre outros arquitetos, que foram elaborados com técnicas tradicionais de desenho com a utilização de nanquim, grafite e técnica mista sobre papel manteiga e vegetal.

Em 2013, com o apoio do Centro de Memória da UFRRJ e de professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Belas Artes, foi elaborado um projeto de conservação preventiva e digitalização da referida documentação que foi contemplado com recursos concedidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A iniciativa viabilizou a conservação preventiva de mais de 300 plantas – até o presente momento – além de incluir a compra de equipamentos que viabilizarão futuramente a montagem de um laboratório especializado na conservação de papel, especialmente as plantas arquitetônicas do campus Seropédica. Uma vez estabelecido, este laboratório será um instrumento importante no processo de conservação e divulgação da memória do campus, fornecendo, inclusive, subsídios históricos importantes para a conservação da sua arquitetura e paisagismo.

Em face do exposto, o trabalho será estruturado em quatro partes. A primeira se destinará a abordar alguns aspectos teóricos e legais acerca da importância da análise e conservação de documentos, especialmente aqueles relacionados à arquitetura. Na segunda etapa, são abordados, brevemente, alguns dados históricos e característicos do conjunto arquitetônico do campus Seropédica, com destaque para as edificações protegidas pelo tombamento. Na terceira etapa são apresentadas as atividades do

1 - O tombamento estadual ocorreu de forma provisória, em 1998, e definitivamente em 2001. O objeto inicial do pedido feito por técnicos da Universidade foi o painel de azulejos da artista plástica portuguesa Maria Helena Vieira da Silva, localizado no espaço do antigo salão do restaurante de alunos e atual sala de estudos. Ao visitarem o campus da UFRRJ, técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural decidiram incluir na proposta de proteção o parque paisagístico, além do pavilhão Central, prédios dos Institutos de Química e Biologia; residência do Reitor e prédio sede da Embrapa.

projeto, objeto do presente trabalho, e seus respectivos resultados. Na quarta etapa são descritos os meios e procedimentos técnicos utilizados pela iniciativa de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas, bem como os resultados até agora obtidos e as principais dificuldades encontradas pela equipe, para sua viabilização. Na última etapa são apresentados resultados e expectativas futuras criadas pela iniciativa de conservação objeto do presente trabalho.

2 | A IMPORTÂNCIA DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE DOCUMENTOS

Para Le Goff (2003, p. 419), o conceito de memória é referência crucial e possui a “propriedade de conservar certas informações” que nos remetem “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Maurice Halbwachs não considera a memória apenas como um atributo da condição humana, tampouco como algo que é construído a partir do seu vínculo com o passado, mas sim como resultado de “representações coletivas construídas no presente” que têm como função manter a sociedade coerente e unida. Para Halbwachs a memória tem apenas um adjetivo: coletiva (SANTOS, 2003, p.21). Le Goff (2003, p.525) afirma que a memória coletiva possui a sua forma científica, a história, que se aplica em dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

O termo latino *documentum* deriva de *docere*, “ensinar” e assume o significado de “papel justificativo” – domínio policial – e também, a partir da virada do século XIX para o XX, para a corrente positivista, de “fundamento do fato histórico”, “prova histórica”. (LE GOFF, 2003, p. 526). Ocorre que, em 1929, segundo Le Goff (2003, p. 530), os fundadores da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* e pioneiros de uma história nova, ampliaram a noção e o sentido de documento que passou a abranger aqueles escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, imagens, desenhos ou qualquer outra maneira. Estes vinculam a sua existência a da própria história, ou seja, “não há história sem documentos”. (LE GOFF, 2003, p.531)

Quando se trata de arquitetura, a documentação histórica é uma relevante fonte de conhecimentos e informações que permitem, dentre outros, a reconstituição precisa das intenções e sentimentos dos respectivos idealizadores (empreendedores e arquitetos). Segundo o dicionário Houaiss (2001), projetar possui diversos significados, desde atirar, arremessar à distância, até fazer um projeto, planejar. O termo relaciona-se com algo que lançamos ou vislumbramos a frente. No caso do projeto arquitetônico, há uma nítida revelação de uma intenção futura, ou seja, permite a visualização prévia e em escala reduzida, do edifício que se pretende construir. A análise dos projetos originais de uma edificação nos fornece uma concreta possibilidade de perceber o que se pretendeu no passado e, por comparação, identificar o que realmente foi realizado, executado e de que forma foi apropriado no presente. A identificação, a catalogação, a

análise e a divulgação de documentação escrita e iconográfica relacionada à arquitetura tornam-se ações fundamentais para uma melhor compreensão de sua importância e trajetória. Trata-se da conservação de um dos pontos que compõem o extenso mosaico de referências materiais que contribuem para a construção e a manutenção da memória coletiva de grupos humanos, tendo em vista que as arquiteturas, especialmente as de uso público, são o *locus* de convivência e vivências coletivas. Além da própria edificação, este mosaico é composto por relatos, lembranças e, sobretudo, pela documentação escrita e iconográfica, tais como, desenhos, projetos, imagens, textos etc. Myriam S. dos Santos (2003, p.19) confirma esse pensamento quando afirma que os objetos e os documentos são capazes de reproduzir parte do que foi vivenciado no passado.

No caso específico das entidades públicas, os arquivos assumem grande importância no processo de perpetuação das respectivas memórias, representando verdadeiros repositórios que testemunham fatos vividos no passado. Os conjuntos de documentos neles guardados, independente de suporte, inequivocamente, são fruto de acumulação proveniente de atividades dessas entidades ocorridas em diversas épocas e sob diferentes contextos culturais e políticos. Após terem cumprido a sua função original (instrumentos de trabalho), transformam-se em evidências do passado, guardando a memória de fatos ou intenções concretizadas ou não (Cf. Angelo, 2009, p.92).

Em nível mundial, a importância da memória documental foi primeiramente destacada em 1931, na “Carta de Atenas”. O documento materializou consenso de idéias e conceitos entre nações participantes da Sociedade das Nações sobre a conservação do patrimônio cultural. Seu texto enfatizou no subitem “c”, do item VII (A Conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional) a utilidade de uma “documentação internacional” sobre monumentos. Dentre outros pontos, recomendou a importância da publicação de documentos relacionados aos monumentos, bem como a iniciativa de cada Estado membro de constituir arquivos “onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos” (apud Cury, 2004, p.16).

A preocupação com a guarda e a publicação de documentos acerca de bens culturais foi reafirmada, em 1956, no documento conclusivo da 9ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, ocorrida em Nova Delhi acerca do patrimônio arqueológico. Em 1964, a “Carta de Veneza” (Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios), redigida após o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, recomendou que toda a documentação gerada a partir de intervenções de conservação em bens culturais deveria ser publicada e/ou disponibilizada em arquivos de órgãos públicos, de forma a ser acessível aos pesquisadores atuantes na área. No Brasil, a Constituição Federal, estabeleceu, em 1988, a obrigatoriedade de órgãos públicos, no tocante ao patrimônio cultural e na forma da lei, na viabilização de meios de gestão da documentação governamental, bem como as providências cabíveis para franquear sua consulta a quantos dela

necessitem.

A importância da guarda e da conservação de documentação primária, especialmente aquela relacionada à arquitetura, também é comprovada por meio da existência, em diversas cidades brasileiras, de edificações projetadas e construídas especialmente para esse fim. Pode-se citar como exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, dentre outras, o caso do Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ) que guarda conjunto documental de cerca de 50.000 processos de licença de obras, que contam parte da evolução urbana da cidade, desde 1792. Segundo Ingrid Beck (2002, p.33), o citado acervo do AGCRJ “possui grande valor informativo, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para teses de graduação e pós-graduação (Engenharia, Arquitetura, História, Jornalismo etc.)”.

No caso do acervo de plantas relacionadas à memória projetual do campus Seropédica da UFRRJ, observa-se uma infinidade de intenções não concretizadas – não executadas – ou diversificadas. Estas informações permitem constatar os ambiciosos objetivos do Estado Novo de Vargas no intuito de criar um centro acadêmico de excelência nas ciências agrárias, capaz de proporcionar autonomia aos produtores brasileiros do setor. O apuro dos detalhes arquitetônicos e do mobiliário especialmente projetado para os interiores transmite requinte e apuro formal ao conjunto. Por outro lado, também nos permite comparar criticamente soluções projetadas com as executadas, bem como as apropriações contemporâneas dos espaços projetados no passado.



Figura 1. Mapoteca com originais em papel vegetal e manteiga na Prefeitura Universitária, em 2010.

Fonte: Viviane Godinho Vaz (bolsista de iniciação científica de 2009 a 2010) – Acervo da pesquisa.

3 | BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS SEROPÉDICA

O processo que viabilizou a construção do campus Seropédica da UFRRJ foi iniciado em março de 1934, quando as Escolas Nacionais de Agronomia e Nacional de Veterinária tiveram o regulamento comum aprovado e tornaram-se estabelecimentos-padrão para o ensino agrônômico do país. A partir daí um conjunto de medidas legais resultaria na criação da Universidade Rural, em 1944, que se instalou no campus Seropédica, em 1948.



Figura 2. Visita do presidente Getúlio Vargas às obras do campus Seropédica, em 1939.

Fonte: Centro de Memória da UFRRJ

Segundo registros históricos relacionados ao processo de construção do campus Seropédica, o engenheiro-arquiteto Ângelo Alberto Murgel (1907-1978) supervisionou todos os projetos de arquitetura dos pavilhões que foram executados pela empresa paulista *Mário Whately Engenheiros Civis, Architectos e Industriaes* em estilo neocolonial, conforme exigência do governo federal. Murgel liderou uma grande equipe de colaboradores que, no período 1937-1948, desenvolveu o projeto do campus e acompanhou a construção do conjunto de edificações que seria erguido num terreno situado em área anteriormente pertencente ao Ministério da Agricultura, sendo, originalmente, parte integrante da Fazenda Nacional de Santa Cruz.² O projeto paisagístico, em estilo inglês, ficou a cargo de Reynaldo Dierberger que deu ares rurais ao lugar, criando lagos e pequenas colinas artificiais, utilizando-se preferencialmente de flora nativa.

² - Atual quilometro 07 da BR-465, originalmente, situada no distrito de Seropédica, integrante do município de Itaguaí. Desde 1995, o citado distrito é um município do Estado do Rio de Janeiro.



Figura 3. Aquarela demonstrando um dos prédios e seus jardins (detalhe A, figura 01), aos quais não foram totalmente reproduzidos conforme previsto em projeto

(Fonte: Centro de Memória UFRRJ).

Segundo dados obtidos nos arquivos da Prefeitura Universitária da UFRRJ, Murgel assinou como autor apenas alguns dos projetos, dentre eles o da Escola de Agronomia. As demais plantas e desenhos levantados apresentam carimbos assinados por *Mário Whately, Engenheiros Civis, Architectos e Industriaes* e diversos colaboradores, com destaque para a contribuição do arquiteto e artista plástico Eugênio de Proença Sigaud (E.P.Sigaud) que assinou diversos estudos, croquis e detalhamentos de ornatos de interiores e de mobiliário.

Conforme anteriormente comentado, o governo federal recomendou, na construção do campus, a adoção de elementos que caracterizassem um típico “ambiente rural” compatível com as atividades desenvolvidas ligadas à agropecuária. Para tal, a monumentalidade dos prédios deveria ser associada a sua tendência estilística, obrigatoriamente em neocolonial. A relação entre a tradição das atividades agropecuárias e a tradição arquitetônica brasileira conduziu naturalmente à opção pelo estilo artificialmente construído, no início do século XX, a partir de exemplares de arquiteturas tradicionais civis e religiosas, rurais e civis, surgidas no período colonial brasileiro, precisamente no século XVIII.

Cabe ressaltar que a tendência estilística à época, já era questionada e considerada ultrapassada por muitos dos principais arquitetos que a seguiam, como, por exemplo, Lúcio Costa, que liderou uma equipe de arquitetos que elaboraram o projeto do prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES, 1937-1943), no Centro do Rio de Janeiro. Outro evento importante que se destaca no contexto arquitetônico do Rio de Janeiro é a construção da cidade universitária da UFRJ, iniciada em 1949, cujo plano geral foi elaborado por Jorge Machado Moreira e equipe (CZAJKOWSKI, org, 1999, p. 130). A proximidade cronológica entre os dois eventos possibilita inferir que o “Brasil rural”, ligado às tradições conservadoras, era esteticamente identificado com o estilo

neocolonial, enquanto o “Brasil urbano” já incorporava o moderno. O fato transmite ao conjunto arquitetônico-paisagístico do campus da UFRRJ um caráter documental dos mais importantes para a compreensão de parte do contexto arquitetônico brasileiro referente ao século XX.

4 | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E ESTRUTURAIS DO CAMPUS DA UFRRJ RELACIONADOS AO PROJETO

Em novembro de 2013, foram iniciadas as atividades do projeto com uma reunião entre os professores membros da equipe e bolsistas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Belas Artes que estabeleceu as prioridades de compra de materiais de consumo e equipamentos; espaço necessário para as atividades, definição da equipe e captação e identificação das plantas objeto da pesquisa.³

Com relação ao item “espaço para atividades” do projeto, a equipe vislumbrou a necessidade de cessão de uma ou mais salas, pela administração superior, com área, segurança e instalações prediais (elétrica e hidráulica) suficientes para abrigar os equipamentos e as atividades técnicas relacionadas ao projeto de pesquisa. No entanto, mediante as dificuldades e a lentidão nos processos administrativos internos de obtenção desse almejado espaço, decidiu-se pela imediata utilização do pequeno espaço do Centro de Memória da UFRRJ (CM/UFRRJ) para, mesmo que precariamente, alocar equipamentos, materiais de consumo e a realização de reuniões e treinamento da equipe. O projeto também ocupou imediatamente duas salas, sem uso, localizadas no segundo pavimento da Prefeitura Universitária do Campus Seropédica (PU/UFRRJ), onde se encontram as mapotecas com o acervo a ser conservado. A solução visou não prejudicar o andamento do projeto, porém não afastou a continuidade das negociações junto à administração superior, de um espaço no novo prédio da biblioteca do campus, recentemente construído. O local é considerado pela equipe como ideal para não apenas abrigar o laboratório de restauração de documentos, mas também todo o acervo de plantas objeto das intervenções de conservação e digitalização que atualmente está precariamente guardado no prédio da Prefeitura Universitária (PU) do Campus Seropédica.

3 - Participam e participaram como bolsistas do projeto Jéssica Cristina Gonçalves Gomes (Belas Artes, formada em 2014), Clayton Cristian Lima de Oliveira (Belas Artes, formado em 2015), Priscila Marcondes (Belas Artes, formada em 2015), Mariana Von Seehausen (Belas Artes); Raphaela Sigiliano, Bianca Pacheco Trindade e Lorynne Duarte (Arquitetura Urbanismo).



Figura 4. Mapoteca de madeira coberta por lona plástica na sala localizada no prédio da PU/UFRRJ, tendo em vista as goteiras existentes.

Fonte: Clayton Oliveira, 2014 – Acervo da pesquisa

Cabe também destacar que a UFRRJ, especialmente o campus Seropédica, lócus da pesquisa, passa por uma grave crise originada pelo acúmulo de problemas administrativos e estruturais acumulados nos seus mais de sessenta anos de existência. Os anos de 2013 e 2014 caracterizaram-se pelo agravamento da citada crise, sendo marcados por greves (de funcionários, alunos e professores), ocupação da Reitoria por alunos e ações de reestruturação administrativa. Em 2015, o panorama se manteve inalterado contando ainda com outra greve de funcionários que se estendeu de maio até outubro. Adiciona-se ao quadro, a contenção de despesas estabelecidas pelo governo federal este ano, que refletiu diretamente sobre as Universidades Federais.

Sob esse contexto, em 10/03/2014, foi realizada uma reunião entre a Magnífica Reitora da Universidade, a equipe de professores e a diretora do Centro de Memória da UFRRJ (CM/UFRRJ) com o objetivo de reiterar as solicitações feitas à administração superior da UFRRJ, por um espaço adequado e maior apoio ao projeto. Na ocasião, foi relatada a relevância, bem como as metas e as proposições do projeto, assim como os problemas encontrados pela equipe para o seu pleno desenvolvimento, com destaque para o espaço necessário aos trabalhos de conservação e a guarda segura dos equipamentos.

Com relação ao espaço para as atividades de conservação das plantas históricas, foi solicitada, como solução alternativa, à Magnífica Reitora a cessão de uma das salas do prédio da PU/UFRRJ, o que foi legitimado por meio de memorando.

A citada sala guarda uma mapoteca de grande porte, sem uso e em excelente estado de conservação que está sendo utilizada para a guarda das plantas higienizadas e conservadas preventivamente. O equipamento foi identificado pelos pesquisadores, em março de 2014, encontrando-se instalado no andar térreo do prédio da PU/UFRRJ, em sala cujas instalações elétricas carecem de reparos e que, guarda uma série de móveis inservíveis em seu interior. (Figura xx) Em função disso, foi solicitada a sua desocupação e a realização das obras necessárias na rede elétrica, fatos que não ocorreram até hoje.

No mesmo dia da cessão da sala pela reitora da UFRRJ os integrantes da equipe elaboraram projeto de ocupação e transformação da sala da citada mapoteca metálica em espaço para pequeno laboratório de análise, conservação e guarda do acervo de plantas históricas referentes à construção do campus da Universidade. As obras ainda não foram realizadas e, perante a crise orçamentária atual, não têm previsão de início. Os equipamentos até agora comprados encontram-se parte localizados no Centro de Memória – no Pavilhão Central (P1) – e parte no local da mapoteca original em madeira por questões técnicas que buscam a separação entre as plantas higienizadas e não higienizadas. É importante destacar que as instalações elétricas do P1 encontram-se sobrecarregadas, inviabilizando a plena utilização dos equipamentos adquiridos, sendo que muitos dos quais ainda nem foram ligados.

Após reivindicação da equipe do projeto à administração superior, obteve-se, neste ano, um cargo administrativo terceirizado que será ocupado por um especialista em restauração de papel que gerenciará o futuro laboratório e dará continuidade aos trabalhos de conservação, cadastro e digitalização do acervo. Espera-se que o laboratório, assim como o acervo de plantas, tenham um local definitivo até 2017.

5 | A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO ACERVO

A teoria da conservação do patrimônio cultura indica sempre a conservação preventiva como ação primordial no sentido de evitar-se a restauração. Para o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.18, 61), a conservação é o “conjunto de procedimentos e medidas destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de destruição”, e preservação é “função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos”.

Mediante essas premissas, as iniciativas do projeto priorizaram a conservação preventiva das plantas do acervo e a retirada gradativa dos originais da mapoteca de madeira, onde estão suspensas por “orelhas de papel” grampeadas aos originais, bem como do ambiente no qual se encontram que se apresentavam com goteiras e muita poeira, em sala prédio da Prefeitura Universitária (PU).⁴ É possível observar que,

4 - Em fins de 2014, foram realizadas obras de recuperação do telhado da PU/UFRRJ que eliminaram

apesar de seu precário estado de conservação e guarda, o conjunto de documentos ainda demonstra o extremo apuro formal e riqueza de detalhamentos de ornamentos e interiores do conjunto arquitetônico que abriga os diversos institutos da UFRRJ. Neste universo, destacam-se os projetos de interiores e mobiliário executados pela empresa *Laubisch & Hirth* que empregou Joaquim Tenreiro no período 1933-1943 e detalhes feitos em várias escalas, inclusive a 1/1, por E. P. Sigaud.

As ações de conservação preventiva do acervo se restringiram basicamente ao controle do ambiente interno e à higienização (remoção de sujidades), retirada de grampos metálicos, “orelhas”, fitas adesivas e outros elementos que promoviam a deterioração dos originais, a maior parte em papel manteiga e vegetal. Essas etapas foram executadas na própria sala da Prefeitura Universitária, situada no segundo pavimento, onde está localizada a mapoteca original em madeira. Para facilitar os trabalhos, a mesa de higienização adquirida com recursos da FAPERJ foi transferida para o local. Desta forma, foram seguidos os seguintes passos:

- registro fotográfico do carimbo da planta, possibilitando a visualização do seu número original de registro, autoria, data de execução e tema;
- registro fotográfico da planta inteira mostrando o original em suas reais proporções e estado de conservação;
- registro fotográfico das patologias detectadas.

Após essas etapas, providenciou-se a análise minuciosa de toda a planta (exame organoléptico), para em seguida preencher-se a ficha de registro especialmente criada para o projeto. Terminado o preenchimento da ficha, iniciaram-se as medidas básicas de conservação curativa, tais como, higienização – feita com trincha – e remoção de grampos e orelhas de papelão. As plantas higienizadas foram transferidas para a mapoteca em aço localizada na sala no primeiro andar do prédio da PU/UFRRJ, após a mesma ter sido rigorosamente limpa.

A documentação foi acondicionada por número de registro na prateleira. Com a compra do papel de pH neutro, iniciou-se a elaboração de pastas de acondicionamento individual, levando em conta o tamanho da planta. Os citados trabalhos foram executados nas dependências do Centro de Memória/UFRRJ.

Outra atividade desenvolvida foi o controle climático do laboratório e da sala da mapoteca. Utilizou-se o aparelho denominado termo higrômetro para medir a temperatura mínima, máxima e a umidade relativa (UR) para atestar se as plantas não sofreriam um choque de diferença climática (umidade e luminosidade), o que prejudicaria a sua conservação. O importante é construir-se um ambiente estável para a guarda das plantas e, para tal, mediu-se a temperatura duas vezes ao dia.

Uma vez higienizados e livres de elementos agravantes do seu estado de conservação, as plantas foram acondicionadas em “pastas em cruz”, feitas com papel *filiset* neutro acompanhada de uma base protetora embaixo e acima para que

o problema.

a obra não entre em contato com outros documentos. O papel escolhido é um papel, *acid free*, por não ser fabricado pelo processo convencional de colagem ácida. Este papel tem longa durabilidade por ser resistente a fungos e proliferação de bactérias, sendo ideal para restauração ou recuperação de documentos. Seu objetivo é manter características intrínsecas do documento como sua originalidade e autenticidade. Nas plantas arquitetônicas muito grandes foi necessário unir dois ou mais papéis *acid-free* com cola CMC (Carboxil-metil-celulose).

Feitos os devidos trabalhos de conservação preventiva, efetuaram-se os registros fotográficos e o cadastramento de cada original, por intermédio de fichas especialmente elaboradas para o projeto que apresentam dados relacionados às ações de conservação preventiva executadas, análise do estado de conservação, características do original (suporte, dimensões, técnica utilizada) etc.

As plantas higienizadas e envelopadas primeiramente foram guardadas na citada mapoteca metálica sem uso. Porém, este ano, em função de obras de conservação no citado prédio (atualização das instalações elétricas), elas foram transferidas para as dependências do Centro de Memória onde estão guardadas, provisoriamente, em mapotecas horizontais em aço. Atualmente, o projeto conseguiu higienizar e cadastrar cerca de mais de 350 originais relacionados à memória projetual e construtiva do Campus Seropédica da UFRRJ. Intenciona-se, futuramente, inseri-los no tombamento estadual do campus (2001) como bens móveis, fato que gerará responsabilidade legal da administração superior, de conservá-los, garantindo a sua existência e transmissão às gerações futuras.



Figura 5. Retirada de grampos e orelhas executada pela bolsista do curso de Belas Artes, Jéssica Gomes.

Foto: Clayton Oliveira, 2014 – acervo da pesquisa

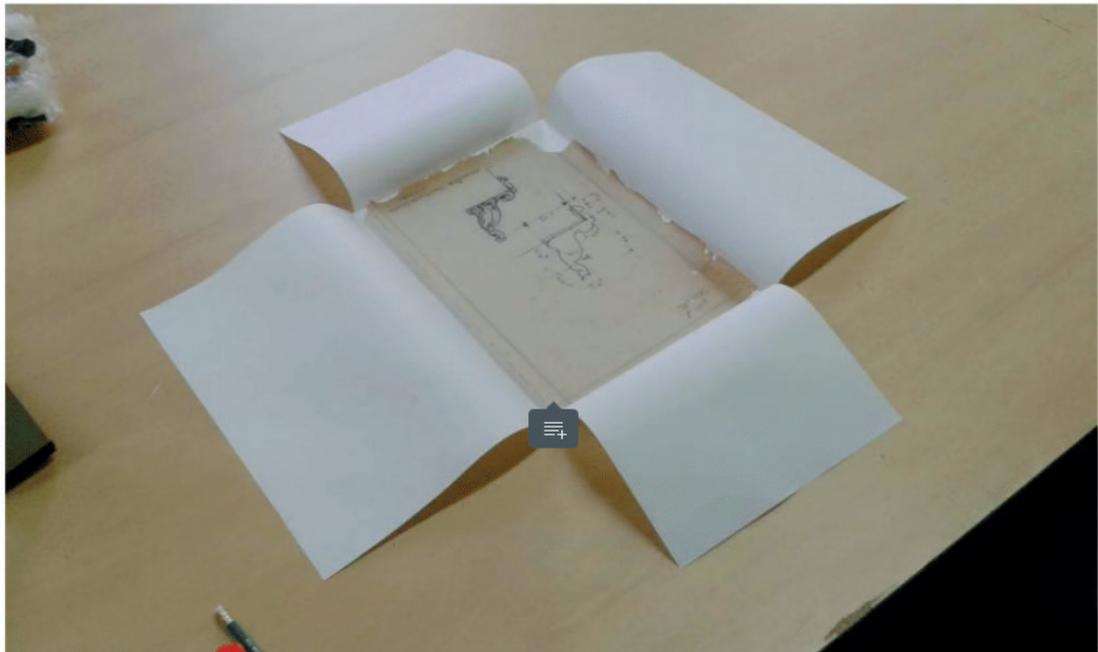


Figura 6. Invólucro utilizado para acondicionar as plantas: envelope em cruz.
Foto: Claudio Lima Carlos, 2014 – acervo da pesquisa.

UFRRJ		UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	
FICHA DE REGISTRO			
DESCRIÇÃO		Foto de registro	
Numero de Registro	Ano		
Nome / Título			
Projeto nº	Desenho nº		
Calculado por	Executa		
Desenhado por			
Intitulado por			
Suporte			
Dimensões			
Técnica			
Exames Realizados			
<input type="checkbox"/> Luz UV <input type="checkbox"/> Luz Transmissão <input type="checkbox"/> Luz Natural <input type="checkbox"/> Teste de solubilidade			
Projetista			
Local de armazenamento			
PATOLOGIA			
Espalhas	Ataque de insetos	Carminhas	
Adesão	Exatamento de insetos	Corros	
Almeço	Fungos	Riscos	
Adesivos	Fungos	Doenças	
Esquelas	Sondas e Fragilidades	Descoloração	
Análises em tinta	Intervenção anterior	Manchas	
Distorções	Omissão do suporte	Omissão das bordas	
Faixa de Pigmento	Faixa de suporte		
PROPOSTA DE TRATAMENTO			
	Fazer	Tempo	Responsável
Planificação			
Higieneção com Tricloro			
Limpeza com Agitação de pó de serragem			
Limpeza mecânica			
Retirada de pontos de ferrugem (oxidação)			
Remoção de fita adesiva			
Remoção de intervenções anteriores com R2D quente			
Condição de papel de papel			
ventura			
Resacos com papel japonês			
Prevenção de furas com o papel de papel (prevenção ou descoloração)			
Descoloração não aquecida			
Descoloração a quente			
Sequejo			
Reforço das bordas			
Remoção de cores			
Conservação	Restauro	Digitalização	Registro no banco de dados
Das técnicas	Índice		Técnicas
Nome do examinador			Data / /
Nome do revisor			Data / /

Figura 7. Ficha de Registro da documentação conservada.
Fonte: Centro de Memória da UFRRJ.



Figura 8. Mesa higienizadora sendo operada pelo bolsista do curso de Belas Artes, Clayton Oliveira.

Fonte: Autor, 2015

4.1 – A Digitalização do acervo

Em função das dificuldades encontradas, no que diz respeito ao espaço para equipamentos, bem como o estado precário das plantas, optou-se por fotografar os originais com o auxílio de câmera profissional acoplada a um suporte criado pelo Professor Delson de Lima Filho, integrante da equipe do projeto, especialmente para este fim. Por meio de sucção, o original é planificado em uma base de MDF possibilitando a execução da fotografia com luz indireta. As fotos recebem tratamento digital e, em médio prazo, pretende-se disponibilizar parte do acervo em arquivo com extensão PDF.

Há também a possibilidade de disponibilização das informações relacionadas ao acervo no Sistema de Gerenciamento de Acervos Museológicos – SISGAM, do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio do cadastramento do Centro de Memória da UFRRJ. Os contatos entre membros da equipe do projeto e da Secretaria Estadual de Cultura foram iniciados no dia 5/8/2015. As iniciativas incluem um acordo de cooperação técnica com a Escola de Museologia da UFF, com vistas à obtenção de bolsistas para a correta catalogação do acervo conforme normas estabelecidas pelo

sistema, bem como a disponibilização em rede para consulta das fichas cadastrais das plantas. Espera-se em curto médio prazo, disponibilizar e divulgar o acervo de plantas da UFRRJ para pesquisadores em geral.



Figura 9. Suporte para reprodução fotográfica criado pelo Prof. Delson de Lima Filho

Fonte: Autor, 2005

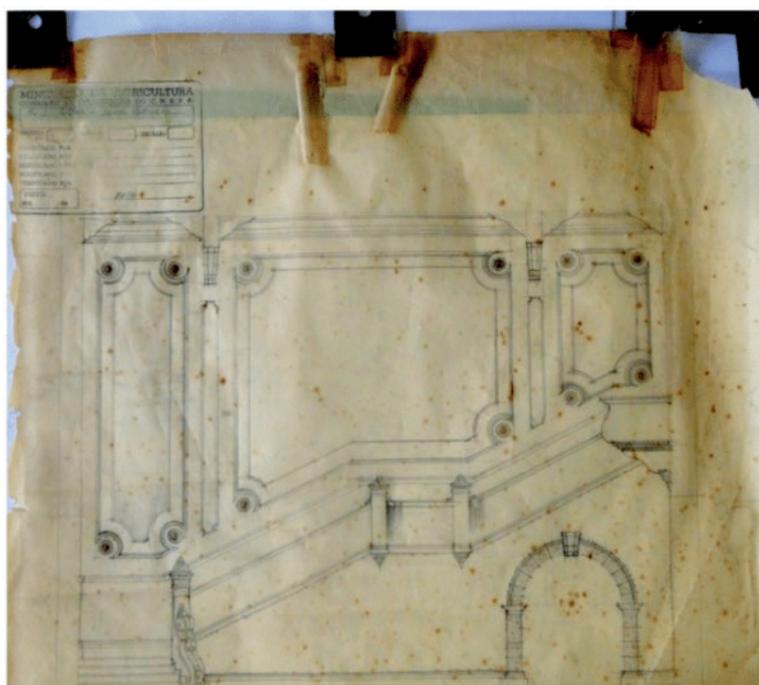


Figura 10. Desenhos de detalhes construtivos do Pavilhão Central da UFRRJ, de autoria de E. P. Sigaud, em técnica mista, grafite e nanquim sobre papel vegetal. Foto: Jéssica, jun/2014 – acervo da pesquisa.

Pretende-se, ao longo do próximo ano, conservar preventivamente e digitalizar todo o conteúdo da mapoteca original em madeira, para no ano de 2017, empreender esforços no sentido de iniciar os trabalhos de restauração do acervo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto de conservação do acervo de plantas relacionadas à construção do campus da UFRRJ revela de maneira clara o crônico desinteresse dos órgãos públicos pela preservação e divulgação da sua própria memória. O precário estado de conservação e guarda inadequada do acervo de plantas históricas revela, de maneira inequívoca, décadas de abandono e descaso por parte das sucessivas administrações da UFRRJ. Por outro lado, a partir da iniciativa de conservação preventiva empreendida por docentes dos cursos de Arquitetura e Belas Artes pode-se observar o grande interesse dos discentes envolvidos no projeto que se dedicaram e se dedicam diariamente às árduas tarefas de salvamento e conservação preventiva da preciosa documentação. O interesse de docentes e discentes pela conservação do acervo histórico contrasta com a desarticulação administrativa da Universidade, bem como a sua lentidão no atendimento das demandas inerentes ao relevante projeto.

O estado avançado de degradação e a forma como tão valioso acervo se encontrava e ainda se encontra, em parte, acondicionado, não deixam dúvidas sobre a sua perda em curto prazo, caso as iniciativas não houvessem sido tomadas. Com ele, se perderia além de informações preciosas, um acervo de plantas de rara beleza e importância para a história recente da arquitetura brasileira, que apresentam técnicas de desenho e representação gráfica atualmente pouco utilizadas ou até mesmo perdidas. A experiência proporcionou aos professores e, principalmente, aos alunos envolvidos, acessar um universo em grande parte desconhecido de nossa arquitetura, enriquecendo certamente suas formações profissionais.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Carla Viviane da Silva. Arquivos e Preservação Documental, in *Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural/organização* Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. – Belo Horizonte: IEDS, 2009, PP. 91-96.

BECK, Ingrid. *Manual de conservação de documentos*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1985

CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. Iphan, Rio de Janeiro; 3ª edição, 2004.

CZAJKOWSKI, J. (org) Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo – CAU, 1999.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil. Entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LIMA CARLOS, Claudio A. Descobrindo o Campus da UFRRJ Através do seu Patrimônio Documental, Anais do II Seminário Ibero Americano de Arquitetura e Documentação: desafios e perspectivas, Belo Horizonte, 2011, v. 01. p. 01-14.

RUMBELAPAGER, Maria de Lourdes. Arquitetura Neocolonial. Seropédica, RJ: EDUR, 2005.

REVISTA ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v.12, n.2, p. 254-272, jul./dez, 2007.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003.

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

IMED, Escola Politécnica, Curso de Arquitetura e Urbanismo

Passo Fundo – RS

Mariana Mattei Santos

IMED, Escola Politécnica, Curso de Arquitetura e Urbanismo

Passo Fundo – RS

RESUMO: A presente pesquisa tem como intenção demonstrar que muitas edificações de grande valor arquitetônico e/ou histórico localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, correm o risco de serem demolidas ou descaracterizadas. Muito embora, existam órgãos responsáveis pela defesa do patrimônio arquitetônico e cultural no Estado desde o ano de 1954, além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) contar, no ano de 2017, com 153 bens tombados. Os principais fatores que levam a esta desvalorização dos bens históricos podem ser: 1 – as políticas de proteção são limitadas pela escassez de recursos financeiros; 2 – a ausência de uma educação patrimonial eficaz acarreta na falta de comprometimento da maioria da população no que se refere à preservação de seu próprio patrimônio; e 3 – a especulação imobiliária, pois, geralmente, estas edificações localizam-se em terrenos que custam altas cifras, aguçando a

cobiça de corretores e proprietários. O objetivo do trabalho, portanto, é investigar ocorrências no planalto sul-rio-grandense de edificações em situação de risco por descaracterização ou demolição, devido a outros interesses que não o de preservar o patrimônio. A metodologia utilizada deu-se por meio de visitas *in loco* e de pesquisa bibliográfica, através das quais foram levantados os casos estudados, bem como as possíveis causas de seu abandono. O desenvolvimento deste trabalho possibilitou a verificação da existência de vários prédios que ainda poderiam ser restaurados e salvaguardados, de modo a conservar a memória edificada por meio dos elementos que caracterizam a identidade de cada povo.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Patrimônio Edificado; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: The investigations have been more rigorous regarding the high buildings of great architectural value and / or history of events in Brazil, in danger of being demolished or decharacterized. Although there are groups controlled by the defense of the architectural and cultural patrimony in the State since 1954, in addition to the Historical and Artistic Heritage Institute of the State (IPHAE), in the year 2017, there are 153 properties listed. The main factors that lead to this devaluation of historical assets may be: 1 – as protection policies are limited

by the scarcity of financial resources; 2 – the absence of an effective patrimonial education in the lack of commitment of the majority of the people; and 3 – real estate speculation, since, in general, it is a systems localization system that meets the high cipher rates, leading to a covertousness of brokers and owners. The work, therefore, is to investigate occurrences in the south-great plateau of buildings in situations of risk by decharacterization or demolition, due to order interests that do not preserve the patrimony. The methodology used was the means of on-site visits and bibliographic research, through which the cases studied were surveyed, as the causes of their abandonment. In order to preserve the memory built up by means of the elements that characterize the identity of each people, they are safeguarded.

KEYWORDS: Preservation; Building Patrimony; Rio Grande do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

Pode-se definir patrimônio cultural e histórico como o conjunto de manifestações oriundas de uma sociedade ao longo do tempo em um determinado local. O mesmo é configurado por diversos aspectos: como as edificações e as artes, mas também os saberes, os modos de viver e as celebrações. São, desde modo, a própria identidade de cada espaço, tornando-se referência simbólica de seus ocupantes.

Segundo Choay (2001), “Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, é tido como categoria exemplar aquele que se relaciona diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações”.

Portanto, a perpetuação das marcas da histórica ao longo do tempo por meio da preservação do patrimônio edificado, garante a diversidade cultural e a manutenção da memória e, assim, atribui valor à sociedade que a construiu.

Assim, de acordo com Figueiredo (2015), “O prédio, segundo esta ótica, não é simplesmente algo passivo, não serve somente para refletir uma sociedade, mas é um objeto social carregado de valor e sentido. Ele é um elemento ativo na formação das pessoas, pois representa o pensamento humano numa forma mais palpável.”

No mundo, as primeiras manifestações legais a favor da preservação do patrimônio cultural e histórico se deram no início do século XIX, após as destruições oriundas da Revolução Francesa, a fim de restaurar monumentos e edifícios. No Brasil, atualmente, tem-se respaldo jurídico no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e também na Constituição Federal, embora existam considerações importantes em convenções, tratados e cartas internacionais.

No entanto, muitas edificações com valor histórico e cultural se encontram ameaçadas ou em risco de desaparecimento por razões relacionadas a conflitos políticos, étnicos e religiosos, por negligência, expansão dos centros urbanos, falta de recursos financeiros e, até mesmo, pelo turismo de massa e descomprometido.

Para introduzir o tema proposto, é preciso um entendimento inicial acerca da

percepção que as pessoas envolvidas no processo de reconhecimento e/ou tombamento dos bens de valor histórico-cultural tem sobre os mesmos. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer as razões que motivam ou não uma comunidade a conservar seu patrimônio edificado, inquirir que tipo de sentimento é suscitado pela presença dele, como esses valores são transmitidos de uma geração para outra e de que maneira essas ações estabelecem uma relação de pertencimento de um indivíduo com um lugar que, na maioria das vezes é constituído por decisões arbitrárias e sustentado por um imaginário coletivo.

No que se refere às motivações para o descaso com relação ao patrimônio histórico e cultural, pode-se iniciar fazendo os seguintes questionamentos: a quem, de fato, pertencem estes bens de valor estético, artístico, histórico e/ou turístico? quem se reconhece ou reconhece as estátuas e bustos colocados em largos e praças das cidades? a história contada pelas antigas edificações é conhecida pela sociedade a qual pertence? estas informações são de livre acesso?

De um modo geral, a população não tem conhecimento sobre a importância do patrimônio histórico e cultural, o qual tem sido alvo de diversas abordagens negativas: aumento de processos de destruição e abandono, colapso de edificações antigas, além de descaracterização pela utilização inadequada.

O processo de depredação de edificações históricas passa por essas questões, além, é claro, dos obstáculos oriundos da inviabilização financeira, desinteresse de governantes e da iniciativa privada, carência de políticas públicas preservacionistas, especulação imobiliária e privação de estímulo à educação patrimonial, configurando uma longa senda que contribui para dificultar a manutenção desses bens.

Também pode-se associar os termos 'depredação do patrimônio edificado' e 'vandalismo'. Mas, vinculado a isto, deve-se pensar nas motivações destas edificações históricas, muitas vezes, localizadas em áreas valorizadas comercialmente, estarem à venda, totalmente abandonadas, degradando-se a cada intempérie: o objetivo unicamente econômico através retorno financeiro da venda dos terrenos que custam altas cifras.

A formação de uma correspondência social, com significados que são próprios de um determinado grupo, muitas vezes determinam o estado ou não da satisfação com seu próprio valor. É nesse momento que, muitas vezes, os valores assimilados pelo grupo se constituem de maneira equivocada, contribuindo para ausência de estima pelos objetos de memória que compõem esse imaginário. Sendo assim, algumas edificações podem ser objeto de uma representação atribuída como algo pejorativo, ao invés de despertar orgulho, motivando, assim, a falta de cuidado com um bem que, do contrário, poderia simbolizar conquista, esforço, virtude e que é parte importante da história do processo de construção de uma sociedade.

Por outro lado, existe também uma identidade construída de maneira arbitrária por parte de grupos eleitos como capazes de dar e escolher significados para a sua comunidade. Nesses casos também existe um equívoco que pode provocar uma

generalização acerca dos constituintes do grupo, desconsiderando sujeitos importantes nesse processo e que, via de regra, não compõem as elites sociais do local e, portanto, ficam à margem da representatividade. Assim, pode-se esboçar uma análise sobre as comunidades a quem pertencem os três prédios estudados por este trabalho e entender como essas edificações chegaram no estágio em que se encontram atualmente, o qual evidencia a carência de informação e debate sobre a importância do patrimônio para a construção da identidade de cada local e sua população.

Dos três casos, o Moinho Zanette e a Casa Haunss apresentam cada um deles uma das situações elucidadas. Já o Hotel Liberal representa o grupo de edificações que, por se encontrarem em zonas urbanas altamente valorizadas e disputadas, acabam sendo descaracterizadas através de uma identidade visual comercialmente apelativa ou então correndo o risco de serem valorizadas apenas pelo seu terreno, acarretando em um futuro próximo, na sua demolição. São essas as principais razões que fazem com que esses três prédios do planalto sul-rio-grandense estejam arrolados com o título de patrimônio cultural edificado em risco.

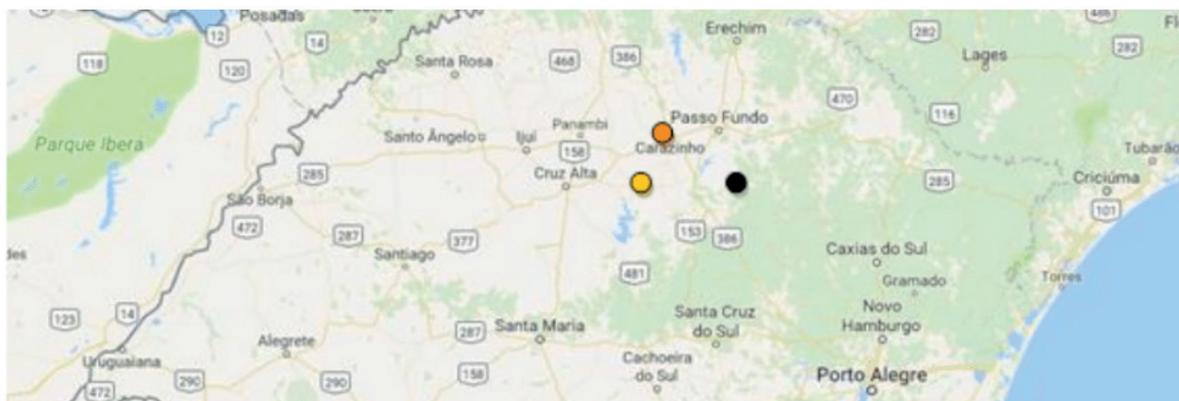


Figura 1 - Cidades de localização das edificações em estudo (● Nova Bassano; ● Carazinho; ● Selbach)

Fonte: Google Maps, modificado pelas autoras, 2017.

2 | ANTIGO MOINHO ZANETTI – MUNICÍPIO DE NOVA BASSANO (RS)

A cidade de Nova Bassano teve como primeira denominação “Bassano Dell Grappa”, em homenagem aos imigrantes oriundos do norte da Itália, província de Vicenza. A povoação surgiu em 1891, em terras do Estado. Antes a região era habitada pelos índios coroados que, aos poucos, se afastaram do local. Os primeiros migrantes desbravadores eram todos italianos em grupos de 30 famílias, as quais receberam do Estado 10 hectares cada uma. Com o crescimento gradativo da sede do distrito que pertencia ao município de Nova Prata, a população passou a idealizar a emancipação política, a qual realizou-se em 1964.

O povoado Zanetti é pertencente à cidade de Nova Bassano e distante cerca de 20 Km de sua zona urbana. Neste, em 1950, foi edificado um primeiro moinho, depois incendiado, e depois, em local próximo, a edificação atual, denominada Moinho

Zanetti (fig. 2), localizada a 800 metros do Rio Carreiro. Havia quatro sócios, quais sejam: Ricieri Zanetti, Albina Pan, Antônio Pergoraro e Tranquilo Zanetti. Não haviam engenheiros e nem arquitetos; foi o empreiteiro local, Sr. Lírio Deito quem executou a obra, a qual durou 4 anos (1956-1960). Como principal material construtivo, foi empregado o cerne de pinheiros araucárias, oriundos do próprio local e cortados *in loco*. O moinho era movido à eletricidade, por meio de uma 'hidrelétrica' caseira, que também fornecia energia para todo o povoado.



Figura 2 – Antigo Moinho Zanetti, localizado em Nova Bassano

Fonte: Autoras, 2016.

Em 1962, foi construído um anexo ao lado, onde se localizava o depósito de soja e, também, o moinho de milho; mas a principal atividade era a moagem do trigo. As cargas de trigo vinham de Porto Alegre e, além de serem distribuídas para todo o Estado, também eram vendidas no próprio moinho. A mão de obra era, em sua maioria, familiar, com poucos funcionários.

No período final de seu funcionamento, os únicos sócios eram Jucelino Zanetti e Antônio Pergoraro que, após a morte do seu filho, acabou abandonando o moinho, e o mesmo veio à falência.

A obra possui relevância tanto histórica, pois ilustra fisicamente um período importante no início da formação do Estado do Rio Grande do Sul; quanto arquitetônica, derivada de sua tipologia característica da imigração italiana como: embasamento e porão em pedra, emprego da madeira sem qualquer revestimento e telhado de duas águas.

Apesar da falta de uso da edificação, observa-se que suas características permanecem conservadas e que, devido à qualidade da madeira empregada em sua

construção, a obra possui poucas patologias a serem tratadas. No entanto, devido às divergentes opiniões dos diversos herdeiros, os quais, muitas vezes, desconhecem o valor histórico, cultural e arquitetônico do bem, o mesmo permanece em total abandono.

3 | ANTIGO HOTEL LIBERAL – MUNICÍPIO DE CARAZINHO (RS)

Primeiramente, o espaço do Planalto Médio foi habitado por índios das tribos Tupi-Guarani, Jê e Kaingang; após, o território foi ocupado pela Companhia Jesuítica entre os anos de 1626 e 1637, havendo vários relatos da existência de uma redução jesuítica em São Carlos do Caapi, próximo do atual município de Carazinho. O município também serviu como localização estratégica para estacionar e invernar tropas, bem como para a criação de gado, assim atraindo a atenção de oficiais e milicianos subalternos.

Em 1835, nas divisas de várias fazendas, haviam alguns ranchos e bodegas. E, em 1878, foi criada a primeira capela e os lotes foram divididos aos primeiros moradores em um total de 18 famílias. Na passagem do século, Carazinho tinha 150 casas e, tanto essas quanto as ruas, eram iluminadas a querosene. No final do século XIX, o esgotamento de terras fez com que imigrantes italianos e alemães viessem residir no local. Em uma estimativa desde o início do século XX até 1937 é de que tenham vindo para o atual município mais de 152 famílias alemãs.

Carazinho se tornou município em 1931, conhecido na época como Barracão Liberal – ponto de informações sobre o desenvolvimento das revoluções pelo serviço telegráfico. Futuramente, no mesmo local foi edificada a Estação da Viação Férrea. A Rua do Comércio (atual Avenida Flores da Cunha) localizava-se próximo. E, em 1930, dava início a construção do Hotel Liberal.

O antigo Hotel Liberal (fig. 3) esteve em funcionamento até meados dos anos 1980; após a desativação da atividade hoteleira, uma parte da edificação foi utilizada para depósito de cimento. Nos anos de 1979 a 1982, no pavimento térreo, abrigou uma boate, depois foi transformado em lojas comerciais.



Figura 3 – Antigo Hotel Liberal, em Carazinho

Fonte: Autoras, 2017.

A parte superior possuía aproximadamente 42 quartos. Sob alegação de deterioração derivada de peso excessivo, a maioria das divisórias internas foram removidas. Atualmente, este pavimento permanece até hoje sem uso, com escoras e tirantes.

Toda a edificação foi construída a partir de cinza, argila e cal. Destaca-se que foi o primeiro prédio comercial a possuir instalações sanitárias no município de Carazinho.

O antigo Hotel Liberal está localizado na área central da cidade, em uma quadra composta basicamente por edificações com características do Movimento Art Déco, incluindo o antigo hotel. O Movimento Art Déco, embora tenha tido uma curta passagem no Brasil, foi de grande importância, devido ao fato de servir como transição do Historicismo para o Modernismo. Na edificação estudada, encontram-se características marcantes, como: elementos decorativos geometrizados, uma arquitetura mais simples, com poucos ornamentos, detalhes arredondados e, até mesmo, o nome do hotel está escrito com letras que remetem ao Movimento.

No entanto, apesar de sua importância no contexto gaúcho, como um exemplar da manifestação Art Déco no Estado, o mesmo não recebe a atenção devida no que se refere à restauração e usos adequados.

4 | CASA HAUNSS – MUNICÍPIO DE SELBACH (RS)

A povoação de Selbach começou em 1905, com a vinda dos primeiros imigrantes alemães. Em 1929, a ordem religiosa das Irmãs de Notre Dame se instalou na vila, formando os primeiros centros de educação e saúde existentes.

A casa de Benedicto Haunss foi concluída em 1931; nesta época, a Vila de Coronel

Selbach era distrito de Passo Fundo e não há dados precisos sobre sua ocupação. Contudo, imagens antigas revelam que praticamente a totalidade da população era rural, sendo a área urbana muito pouco povoada: naquele período, a residência da família Haunss era uma das poucas edificações, contando ainda com a Igreja São Tiago em frente à praça João XXIII e o Hospital São Jacob.

A primeira estimativa populacional da vila feita no início dos anos 1960, indicou que havia cerca de 7.500 habitantes; destes, quase 90% moravam na zona rural.

Em 22 de setembro de 1965, era criado o município de Selbach. Nesta época, o governo militar estimulava a ida de trabalhadores rurais do sul do país para o centro-oeste, com isso a população de Selbach diminuiu consideravelmente. No primeiro censo realizado em Selbach, como município, em 1976, havia 4.173 habitantes sendo que, destes, apenas 969 viviam na zona urbana.

A edificação em estudo: casa de Benedicto Haunss, foi construída no período compreendido entre 1929 e 1931, estando localizada na rua XV de Novembro, esquina com a rua Machado de Assis, no centro de Selbach – RS. Na cidade natal do proprietário – Emmendingen, no estado de Baden-Württemberg, Alemanha – havia um castelo com características renascentistas e aspectos vitorianos do século XIX, fato que pode explicar os mesmos caracteres presentes na edificação de Selbach. Este tipo de edificação, sendo originária de imigrantes alemães, é bastante incomum, pois em sua maioria edificavam com estrutura de madeira aparente, técnica denominada de enxaimel.



Figura 4 – Antiga Casa Haunss, em Selbach

Fonte: Autoras, 2014.

Nas poucas reformas que ocorreram, a alteração mais significativa foi a instalação de um sanitário interno à residência. Atualmente, a edificação tem como uso a Biblioteca Municipal e, também, em seu pavimento superior, abriga algumas

peças históricas da cidade.

Apesar de ser tombada a nível municipal e de sua relevante importância histórica para o município e região, a edificação possui muitas patologias, principalmente em seu envoltório externo, carecendo de um projeto de restauro que vise preservar e valorizar a mesma, sendo também oportuno um programa de educação patrimonial entre os munícipes.

5 | EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Um meio realmente eficaz para que se concretize de maneira integral o ideal da preservação, seja talvez o menos imediato e o mais trabalhoso. A educação patrimonial é um instrumento de mediação para que os indivíduos interajam com o meio em que vivem e, também, para incitar e fundamentar organizações comunitárias, que aproximam o cidadão da vida pública de sua cidade, de sua região, consolidando a prática do exercício da democracia participativa. Para isso é fundamental que a população entenda sua relação com o patrimônio existente em seu ambiente de vivência e o perceba como algo pertencente a ela. Para Maria de Lourdes P. Horta:

O trabalho da educação patrimonial é o de possibilitar a investigação das relações e das emoções humanas cristalizadas ou vivas nos bens culturais, e de ensinar às pessoas a aprender como fazer o mesmo. Pelo questionamento ativo dessas evidências podemos conhecer melhor as relações do homem com seu meio ambiente e com os seus semelhantes, as relações entre o cultural e o natural, a interação entre os indivíduos e os seus locais e circunstâncias de vida. O passado, assim desmistificado, ilumina, de maneira positiva ou às vezes cruel (HORTA, 2011).

Sobre essa questão, sabe-se que o processo de conscientização da sociedade para a importância da preservação do bem público é, em regra geral, demasiadamente lento, levando-se em conta sua subjetividade. Ainda assim, para viabilizar a introdução da cultura de valorização do bem de importância histórica é fundamental que seu encaminhamento tenha como ponto de partida os bancos escolares, onde se constata, também, que as ideias são pulverizadas para dentro das casas, para as famílias e seu meio social, instituindo-se de forma didática e emocional, evitando imposições educacionais ortodoxas. Da mesma forma que tem se conseguido imprimir a consciência ecológica e preservação do meio-ambiente, onde os resultados, embora pareçam acanhados, já são, de fato, significativos, também é possível se concretizar em outras realidades relevantes ao processo formador do cidadão.

Sobre a temática do processo de transmissão da cultura, Machado (2011, p.240) comenta que se idealiza “cultura como prática educativa” para tomar como referência o processo em que os indivíduos interagem com diferentes grupos sociais, em lugares e tempos distintos e, na gênese desse processo se transmite aos componentes mais jovens os “elementos culturais” de seus grupos sociais, inclusive com o objetivo de

conservá-la passando-a as gerações futuras.

A educação patrimonial deve ser incentivada pelo Estado e aliados a este recurso devem estar os códigos de posturas municipais, formalizados pelo plano diretor de desenvolvimento. É de fundamental importância que a sociedade participe dessas decisões, que segundo Santin (2007) se desenvolve a partir da união das forças da sociedade civil e do Estado, compartilhando as decisões de seus problemas, podendo ser concretizado em um primeiro momento, através da participação na elaboração dos planos diretores municipais que, conforme Ribeiro e Cardoso,

[...] a promoção da participação das entidades de representação das camadas populares na elaboração dos planos diretores pode ser não apenas um instrumento de pressão para que expressem seus interesses, mas também um importante momento de construção desse projeto (2003, p. 107, 108).

Essa também é uma forma de manifestação da democracia, que não faz parte do hábito do cidadão brasileiro, de modo geral, mas que, além de direto é um dever. Através dessa lei municipal, amparada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade - Lei federal nº 10.257 de julho de 2001 - é possível traçar diretrizes que, podem não garantir práticas em prol do patrimônio cultural, mas o salvaguardam, caso a população às reivindiquem.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da motivação que leva uma edificação a permanecer além do tempo para o qual ela foi concebida, tendo suas funções, seus usuários e observadores transformados e ganhando novos significados, o fundamental é que fiquem seus registros, para que ela, assim como um álbum, seja capaz de contar uma história que represente a todos os indivíduos de uma comunidade. Ainda que se trate de propriedade privada ou pública, os bens culturais edificados compõem os cenários que fazem parte da vida de todos os munícipes.

Em todos os casos analisados, é possível constatar que a principal causa para o abandono ou desinteresse em manter as edificações o mais próximo possível de suas conformações originais é a desinformação aliada à sobreposição do valor imobiliário ao dos significados histórico-culturais. Lamentavelmente, no Brasil, não considerar o custo da preservação patrimonial é ignorar que existem temas ainda mais sérios que também não dispõem da devida atenção. Contudo, existem maneiras de atuar nessa área sem que, para isso, seja necessário transformar a conservação em um comércio que só é viável quando pode-se tirar alguma vantagem. Nesse caso, é preciso um alinhamento ideário de todos os setores da sociedade, com interesse na busca por informação, esclarecimento e proposições, com atuação do poder local através da sociedade civil organizada, desvinculando esse tema da arbitrariedade administrativa.

O exemplo dessas cidades se repete por várias outras pelo Brasil, não é exclusividade de municípios de pequeno porte. A própria história do país justifica essa postura por parte da sua população impedindo assim a expressão de uma posição muito crítica proveniente de profissionais que atuam na causa da preservação do patrimônio. O país, por ter uma história ainda jovem, está amanhecendo para a importância do seu passado no mesmo momento em que tenta resolver problemas que o acompanham desde sua colonização. Em cidades onde o legado material não foi tão fecundo, fica ainda mais difícil esta descoberta. Com a cultura da valorização do patrimônio elitizado, a identificação da sociedade com seu meio se torna impraticável. Contudo, uma mobilização em prol da educação patrimonial pode reverter este ciclo, como já é possível observar exemplos, valorizando a produção e a cultura popular.

Luis Alberto Warat comenta que tanto as ações como a vida estão indiciadas por alterações nos paradigmas, que a sociedade está cada vez mais absorvida em um momento em que reclama a convergência da “organização dos sentidos” e das realidades em que vive (2004, p. 529). Isso sugere que não se pode mais estabelecer temáticas separadamente, como o próprio nome diz, o plano é de desenvolvimento integrado e não mais estritamente urbano, ele envolve outros aspectos das relações sociais. Assim como é impossível ignorar o passado “findado” porque para dar continuidade as ações do presente, precisamos com certa frequência recorrer a ele.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. – 3ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.
- FIGUEIREDO, Lauro César. **Paisagens e construção de cidades a partir da imigração do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.182/5619>>. Acesso em: Abril de 2017.
- HAUNSS, Inácio. Morador de Selbach e descendente do proprietário da Casa Haunss. **Informação Oral**. Março de 2014.
- HORTA, Maria de Lourdes P. **Educação patrimonial**. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- MACHADO, Ironita Policarpo. **Patrimônio, história, cultura e educação**. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- Prefeitura Municipal de Nova Bassano**. Disponível em: <<http://www.novabassano.rs.gov.br>>. Acesso em: Julho de 2016.
- SANTIN, Janaína Rigo. **O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática**

municipal. Estudos Jurídicos. 40(2):78-78, julho-dezembro, 2007. Unisinos, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

VARGAS, Álvaro Rocha. **Do Caapi ao Carazinho: notas sobre trezentos anos de história: 1631 – 1931.** Carazinho: Empresa Gráfica Carazinhense, 1980. 121p.

WARAT, Luis Alberto. **Território desconhecidos: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da subjetividade.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ZANETTE, Liria. Moradora do Povoado Zanette. **Informação Oral.** Julho de 2016.

PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO

Franciane dos Santos Pereira

Centro Universitário Toledo

Araçatuba-SP

RESUMO: Este estudo tem como foco a contribuição para a discussão sobre a valorização e o aprofundamento do debate a respeito das questões teóricas do patrimônio e complexidade das práticas preservacionistas, enquanto investiga as relações da história com o tombamento e as intervenções de restauro, através da apresentação de trajetórias e das definições de conceitos para direcionar reflexões sobre a consciência do patrimônio também como um direito social de preservação à memória. Não se trata somente de discutir as teorias, mas também problematizar os discursos e práticas e evidenciar a importância das trocas recíprocas entre eles para que o patrimônio seja respeitado e valorizado, principalmente por não haver verdades definitivas nesse campo. Nesse contexto, destacará a cronologia e a documentação em seu papel essencial como fio condutor da história; o passado impresso nos documentos/monumentos traz consigo o horizonte do futuro, visto que parte importante desses documentos ainda está por se descobrir e enriquecer-se, sendo inegável a constatação do presente no processo em questão,

responsável por dar nova vida ao objeto no momento de novas leituras.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Patrimônio; Documento; Tombamento; Restauração.

ABSTRACT: This study focuses on the contribution to the discussion about the appreciation and deepening of the debate on the theoretical issues of patrimony and the complexity of preservationist practices, while investigating the relations of history with the heritage and restoration interventions, through presentation of trajectories and definitions of concepts to direct reflections on the consciousness of heritage as a social right of preservation of memory. It is not only a matter of discussing theories, but also of problematizing discourses and practices and highlighting the importance of reciprocal exchanges between them so that heritage is respected and valued, especially because there are no definitive truths in this field. In this context, it will highlight the chronology and documentation in their essential role as the guiding thread of history; the past printed in the documents / monuments brings with it the horizon of the future, since an important part of these documents is yet to be discovered and enriched, being undeniable the perception of the present in the process in question, responsible for giving new life to the object at the moment of new readings.

1 | INTRODUÇÃO

As questões relativas à preservação do patrimônio cultural abarcam diversos significados e áreas do conhecimento. Especificamente no campo do restauro, a preservação passa desde o reconhecimento do bem cultural, a intenção de salvaguardá-lo, passando pelos estudos teóricos e pesquisas específicas, até chegar às ações práticas de intervenção propriamente ditas. Sendo assim, a preservação em si já carrega os conceitos das teorias de restauração, encaminhando para as questões práticas, desde manutenções até intervenções (SOARES E OLIVEIRA, 2013).

Existem diferentes efeitos que podem surgir nesse processo, levando em consideração que diversos valores são adotados no caminho para a preservação do patrimônio, e, da mesma forma, diversos resultados a partir dos múltiplos instrumentos para sua proteção, bem como as diversas formas de intervenção (PEREIRA, 2014).

A falta de diálogo entre as teorias de restauração e as ações práticas apresentam sérios riscos ao patrimônio, tanto no que diz respeito às ações preventivas e de manutenção, quanto na questão das intervenções realizadas sem estrutura teórica no campo. Com base nisso, o presente estudo tem como foco a contribuição para a discussão sobre a valorização e aprofundamento do debate a respeito das questões teóricas do patrimônio e complexidade das práticas preservacionistas, enquanto investiga as relações da história com o tombamento e as intervenções de restauro, através da apresentação de trajetórias e definições de conceitos para direcionar reflexões sobre a consciência do patrimônio também como um direito social de preservação à memória. Afirmando e ressaltando a necessidade da compreensão profunda dos processos sociais que participam e devem direcionar as práticas de preservação.

Ao longo dos capítulos são esclarecidas as noções de patrimônio desde o seu surgimento e trajetória no decorrer da história, evidenciando principalmente, os percursos no território brasileiro, posteriormente são expostas questões a cerca do tombamento, seus procedimentos e a atribuição de valores aos bens culturais, e por fim, são reunidas teorias de restauração e problematizadas em seu contexto a fim de oferecer subsídios para reflexões e debates que envolvam a temática apresentada.

2 | SURGIMENTO E NOÇÃO DE PATRIMÔNIO

No século XV já existiam práticas comuns em diferentes culturas de caráter conservativo, mas não se podia falar em restauração como conhecemos hoje, por não haver um distanciamento histórico na apreciação da herança em questão no primeiro

momento. De fato, foi a partir do século XVIII, mais especificamente na Europa, que a preservação deixou de responder a caráter de uso e passou a assumir caráter cultural desenvolvendo diferentes meios de interferir sobre monumentos, visando principalmente o respeito à obra e sua transmissão às gerações futuras. Com isso, ao longo do século XIX já havia um consenso sobre a importância de salvaguardar os monumentos, o que fez com que as questões relativas ao patrimônio começassem a ser valorizadas altamente nesse período, resultando em corridas preservacionistas ao longo do mundo, porém ainda com posturas muito diferentes e muito debatidas por teóricos como Viollet-le-Duc e John Ruskin (CUNHA, 2010).

Se tratando do cenário brasileiro, esse debate começou apenas no século XX, mais especificamente no ano de 1920 e levou quase duas décadas para se estruturar oficialmente. Foi no ano de 1937 que o Ministério da Educação foi reformulado dando início às atividades o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), que atuou durante cerca de dez anos em paralelo com a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), criada em 1979. Em 1988 a constituição, que é ainda a Carta Magna, estabeleceu que a propriedade deve atender a sua função social e estabelecer/garantir o bem cultural, conforme manda o Decreto-lei nº 25, de 1937, que vigora até os dias atuais como lei nacional sobre tombamentos. E então em 16 de abril de 1990 o SPHAN e FNPM foram extintos pela lei nº 8.029, para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IPHAN), cuja constituição foi regulamentada no mês de maio de 1990. Com oitenta anos, recém-comemorados, da criação do primeiro órgão brasileiro responsável pela preservação do nosso patrimônio é possível verificar o crescente interesse do público nessas questões e a ampliação dos campos disciplinares, segmentos e adjetivos envolvidos nessa área. Mas, apesar do decreto-lei n. 25 permanecer válido até os dias atuais, ainda é inexistente uma legislação específica sobre os procedimentos que devem ser adotados na preservação e orientações sobre o que é de fato o restauro e suas possíveis intervenções, o que existe é relativo à quais bens se enquadram como monumentos nacionais e como proceder para tombá-los, pois, por ser mutável e implicar em reelaborações permanentes, nenhuma verdade definitiva e absoluta pode ser traçada relacionada ao tema, evidenciando a importância dos debates e problematização dos discursos e práticas relacionadas à preservação patrimonial. (CUNHA, 2010; LEMOS, 2010; BARROS et al., 2013).

A conservação do patrimônio foi constituída a princípio como um campo fechado, que apresentava uma face ideológica e ficcional, onde a atribuição de valores era feita por intelectuais e técnicos do serviço que decidiam os bens culturais a serem tombados e protegidos pelo Estado, pautados por valores e critérios previamente estabelecidos. Posteriormente, tomou-se consciência da necessidade de identificar o que foi herdado da nação brasileira para identificá-la, reconhecendo seus valores para que fossem aceitos pela sociedade, atuando como símbolo nacional. Daí surgiu o grande desafio que é atribuir valor a um bem para fazer parte do conjunto de símbolos nacionais, sabendo-se que a diversidade e pluralidade compõem a cultura e a nação brasileira.

Esse vínculo, se relaciona ao compartilhamento de uma raiz comum, bem como a uma cultura e territórios também comuns (PRATA, 2009; PEREIRA, 2014).

O Patrimônio Histórico, muitas vezes é também somado à palavra “Artístico” para englobar representações dos povos passados e suas construções. Para abranger essas duas expressões surgiu o termo Patrimônio Cultural, de uma nação ou de um povo, para representar melhor os valores dos objetos (PRATA, 2009; LEMOS, 2010; BARROS et al., 2013). O patrimônio cultural é bastante diversificado e pode ser dividido em três grandes categorias: a categoria dos elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a categoria que se refere ao saber e ao saber fazer; e por fim, a categoria elencada como a mais importante, a que reúne bens culturais que envolvem objetos, artesanatos e construções advindas do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 2010).

Com base e por meio dessa pluralidade e diversidade, são encontradas múltiplas formas do ser humano produzir e transmitir suas expressões e representações culturais, seja por meio de arquitetura vernacular, edifícios monumentais, arte, literatura, poesia, cinema, imagem, mitologia e espiritualidade. No mesmo contexto, é possível ter diferentes pontos de vista e múltiplas formas de compreender um determinado bem cultural que tenha valor para determinados grupos, resultando na interferência de forma significativa na escolha do instrumento de proteção e gestão (PEREIRA, 2014).

A utilidade do antigo transcende a função estética e se torna uma condição para a diversidade urbana, garantindo a vivacidade do meio através da combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, mas apesar disso ainda existe o problema do desenraizamento histórico e a descartabilidade do espaço presente nos dias de hoje, colocando de lado o fato de que a vida humana está baseada no entendimento do passado e esquecendo a possibilidade de transformar os espaços sem jogá-los fora conquistada pelo desenvolvimento tecnológico (JACOBS, 2011; COELHO NETO, 2014).

Diante do exposto, é possível constatar diferentes motivações que podem levar a consagração de um bem como patrimônio cultural, por esse motivo é necessário levar em consideração as múltiplas narrativas e interpretações do significado de patrimônio, levando os técnicos e pesquisadores envolvidos na prática preservacionista a diversas reflexões juntamente com a comunidade detentora do bem cultural. Por meio disso, é notável a importância dos profissionais, técnicos e pesquisadores no papel de facilitar e o entendimento e compreensão dos bens culturais e valores a ele atribuídos, bem como solucionar e dissolver as dúvidas por meio da propagação de informações necessárias para que os detentores do bem cultural compreendam as justificativas que motivam ao reconhecimento e consagração do patrimônio para o Estado e a nação (PEREIRA, 2014).

Prata (2009, p.62), em sua tese, ressalta:

O estudo do patrimônio cultural na sua relação com a cidade deve significar

não apenas uma ampliação do objeto (de um edifício, para um conjunto), mas fundamentalmente uma mudança de foco: do objeto para um “sistema de relações”. Além da “pedra e cal”, a discussão sobre o patrimônio deve incluir as “pessoas” que se relacionam com os bens, no sentido de entender como os homens em sociedade vivem, com o que se identificam, como se dão as relações sociais hoje e ontem.

Conforme o exposto, a construção da noção coletiva de patrimônio está intrinsecamente ligada à construção de ações mais democráticas e que integrem diferentes valores para o estabelecimento de políticas públicas e medidas de proteção, devido à complexidade que envolve o tema, de forma a equilibrar as diferentes vertentes e pontos de vista, incluindo negociações e cooperações a fim de chegar a resultados coerentes com a demanda do espaço e da comunidade em questão. Este é o desafio das instituições de preservação nos processos de escolha de um bem para a consagração como patrimônio cultural em meio às várias narrativas, bem como a sua gestão que sempre está acompanhada dos obstáculos frente às políticas culturais que essa prática de preservação costuma enfrentar. (PEREIRA, 2014).

3 | O TOMBAMENTO

O valor cultural das coisas é declarado através do tombamento que é o ato administrativo responsável por inscrever as obras no livro do tomo, submetendo-as a um regime especial de preservação; é através do tombamento que a memória é preservada como instrumento para a construção da identidade cultural de um povo dando base para seu desenvolvimento e representando o direito de todos (BARROS et al., 2013).

Contudo, o movimento da memória e reconhecimento da obra requerem, em alguns momentos, objetos de representação concretos. A memória coletiva passa a aplicar-se em dois tipos de materiais: os monumentos e os documentos, sendo o primeiro tudo aquilo que pode evocar o passado, por exemplo, uma obra comemorativa de arquitetura e o segundo assume papel justificativo e significado de prova. Apenas a análise do documento enquanto monumento permite que a memória coletiva recuperá-lo, pois o mesmo é o testemunho e o ensinamento para impô-lo ao futuro, advindo das sociedades históricas; acrescentando ao olhar artístico o olhar como documento que é capaz de demonstrar uma fase do desenvolvimento da sociedade, a partir do conceito de *cidade-documento*, onde, além do valor estético, passa a ser apreciado o valor histórico de determinado sítio, trazendo a possibilidade de reconhecimento de bens culturais desconsiderados em razão do discurso estético-estilístico. Assim, é possível dizer que o patrimônio não existe no abstrato, mas nos registros em documentos que resultam no processo de tombamento (GRIGOLETO, 2008; GRIGOLETO, 2009; LE GOFF, 2003; PEREIRA, 2014).

Sendo um procedimento administrativo, o processo de tombamento segue uma

forma própria para sua perfeita efetivação, conforme explana Prata (2009, p.77), a princípio:

Inicia-se com um requerimento do interessado solicitando o tombamento de algum determinado bem, o que resulta na abertura de um expediente administrativo.

A solicitação em si não é o suficiente para a abertura de um processo de tombamento. Isto porque, conforme a legislação vigente, a “deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até a decisão final da autoridade (...)” (Decreto Estadual 13.426/79, art. 142). Assim, o primeiro expediente administrativo aberto, chamado atualmente de guichê, ainda não protege o bem, visto que a decisão pela proteção depende de deliberação do Conselho. Este guichê é então encaminhado para o setor técnico para ser instruído tecnicamente. Neste momento, os técnicos do órgão, que podem ter formação diversa, como por exemplo, arquitetos, historiadores, engenheiros, geógrafos ou antropólogos, fazem uma primeira análise técnica do material encaminhado pelo interessado e do bem em questão para um encaminhamento quanto ao mérito da solicitação, concluindo pela abertura do processo de tombamento ou pelo Conselho, pelo arquivamento, o processo se encerra. Mas em se decidindo pela abertura do processo de tombamento, o processo prossegue.

Feito isso, posteriormente entra o processo de notificação da decisão que vai aos proprietários, à prefeitura, aos interessados e a autoridade policial, assim como a publicação do Diário Oficial do Estado e a partir daí, provisoriamente, o bem está protegido e segue o processo para a deliberação final pelo arquivamento ou tombamento, seguido novamente das devidas notificações. Se decidido pelo tombamento, será encaminhado ao Secretário de Estado da Cultura para homologação, por meio de uma resolução; resolução esta que é a responsável pelo tombamento efetivo, que gera a área envoltória (PRATA, 2009, p. 78).

De forma geral, a atribuição de valores foi diversificada, relativizando os valores artísticos e inserindo os valores históricos como fator de diferenciação e de maior preocupação. Os cânones foram tirados de foco, dando lugar aos aspectos históricos e culturais analisados sob a ótica antropológica, levando em consideração os elementos associados aos grupos étnicos, movimentos e práticas sociais e associações comunitárias (PEREIRA, 2014).

É de extrema importância que os órgãos patrimoniais e o governo estejam atentos em valorizar, proteger e apreciar os monumentos, mas a proteção oficial não garante a segurança integral, esse é um desafio constante para as administrações juntamente com as comunidades locais, responsáveis pelo reconhecimento, apropriação e ação de escolha do bem em questão, pois o tombamento é uma construção de significados, de história dos símbolos representativos da identidade de um povo. Por esses motivos, um bem tombado deve apresentar alguma característica típica de um grupo social (MOREIRA, 2014).

As políticas patrimoniais que tomam como referência o tombamento enquanto instrumento que objetiva a conservação da integridade física dos bens culturais contribuem para preservar edificações e obras de arte cuja perda seria tristemente

sentida pela sociedade. Entretanto, esse entendimento de que o tombamento equivale à preservação acabou por associá-lo às ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo-o à noção de mudança ou transformação. Esse posicionamento ideológico acabou por focar a atenção das políticas voltadas ao patrimônio para o objeto em si em detrimento dos valores que lhe são associados. (MOREIRA, 2014).

4 | RESTAURAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA

A questão do restauro é atemporal, mas com o passar dos anos, esse conceito evoluiu, assim como vários outros conceitos na área patrimonial e evidenciou a dicotomia entre conservar e adequar ao presente. Em sua complexidade, a arquitetura compreende um grupo de valores suscetíveis de intervenção, e entre eles fatores estéticos, funcionais, históricos ou documentais são levados em consideração, resultando no desafio da escolha entre o passado e o presente: a conservação da materialidade do que ficou como documento, mesmo que em ruínas, paralisando no tempo o restante do monumento ou a reformulação do conjunto através da atribuição de novas funções; uma questão difícil, que deve ter em vista sob diversos ângulos (LIMA, 2015).

Viollet-le-Duc defendia, em sua teoria, a transmissão da arquitetura ao futuro, conciliando-a com a revolução industrial e as técnicas mecanicistas. Os teóricos como Ruskin não acreditavam na correção das chamadas “irregularidades” de um monumento, porque de certa forma eram partes integrantes do todo da composição, e por esse motivo, objetos caracterizadores do mesmo; por outra vertente, destinava ao arquiteto a responsabilidade e dever de possuir os conhecimentos de técnica específicos para chegar à reconstituição do bem a partir de seus escombros e ruínas usados como documentos. Entretanto, em sua ótica, antes de restabelecer um edifício é preciso refletir sobre ele para que no futuro, as consequências da interferência tragam uma fruição mais longa e um ambiente que não seja menos cômodo que o antigo e atenda bem à todas as necessidades para o que foi destinado a fim de não haver mais modos de fazer modificações. Desta forma, o restauro estilístico defendido por Viollet-le-Duc podia levar à adulteração da obra, porque seguia a premissa de intervir sempre com base no estilo da época, imprimindo na intervenção a sua marca. (VIOLLET-LE-DUC, 2006; JACOBS, 2011; LIMA, 2015).

No campo moral e ético encontra-se o discurso e a teoria de John Ruskin, humanista com sensibilidade para a arte que defendia vigorosamente os estilos antigos, com os olhos do romantismo inglês, avesso ao mecanicismo e à desumanização do trabalho; o que o consagrou como um apologista da não intervenção, afirmando e argumentando pela fidelidade à memória do tempo e os efeitos provocados pelo mesmo, mantendo a integridade da obra através do anti-intervencionismo radical, que confere aos edifícios um caráter sagrado, impossibilitando o apagamento das impressões e marcas do

tempo, por acreditar que são parte característica da essência do monumento. Não existe margem para intervenções no anti-restauro, pois as mesmas alterariam o espírito e autenticidade do edifício, sendo a reconstrução algo impraticável, como o ato de dar vida a um morto. Nesse pensamento, as ruínas são colocadas como o destino final de qualquer construção (LIMA, 2015).

A gama de pensamentos é ampla, segundo Cunha (2010, p. 24):

Diferentes estudiosos definem a restauração em modos igualmente diversos, em função de seus respectivos endereçamentos teóricos, dando enfoque maior aos critérios conservativos ou naqueles inovativos ou ainda enfatizando a necessidade de balancear a conservação e a inovação; alguns restauradores têm uma aproximação mais voltada para a manutenção/conservação dos aspectos materiais da obra, outros, ao contrário, mais focada em projetar na e para a pré-existência.

Sintetizando a teoria da restauração de monumentos, Cesare Brandi, historiador e crítico de arte, defendia o pensamento de olhar para as obras não apenas como documentos, mas também como símbolos de identidades sociais. Sua teoria é atual, não somente por ser baseada em um método científico, mas também pela tradução da mesma em meios operativos válidos até os dias atuais, condicionando o ato da restauração à experimentação da obra em si, com vistas a transmiti-la ao futuro, separando a matéria da imagem e restaurando apenas a matéria de forma que a intervenção seja facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade da obra. Sendo assim, o próprio monumento em seu estado no momento do restauro, condicionará e limitará a ação restauradora (BRANDI, 2013).

Conforme o exposto, durante o século XIX, a reconstituição do monumento foi defendida vigorosamente, mas, com o tempo e as novas proposições foi descartada, pois contrariando a esses pensamentos, pode se dizer que a restauração não está ligada a direcionar a obra novamente ao seu estado original, mas sim, no máximo, revelar sua condição atual, diminuir sua degradação visando à transmissão ao futuro e ainda, intervir, em alguns casos, de forma não conservativa, comportando transformações que, sobretudo, não devem ser feitas gratuitamente nem ficar a mercê da vontade do responsável pela obra, que em função de seu conhecimento, cultura e concepção, se encontra diante de várias escolhas que podem comprometer o resultado; e é por esse motivo que alguns autores definem o restauro e a conservação como formas de intervenção complementares, porém opostas, de natureza distinta e desenvolvimento histórico diferenciado (COLI, 1995; CUNHA, 2010).

Suscintamente pode-se concluir que o restauro constitui-se do reconhecimento da obra, tanto fisicamente quanto estética e historicamente, objetivando a sua transmissão ao futuro, que algumas vezes pode vir acompanhada de alterações formais, que garantem à obra as marcas do nosso tempo e retratos da atualidade; é uma forma de manter vivo o potencial estético da obra, sem desvinculá-la do seu valor documental, pois a representação artística é em si um legado histórico. Por se tratar de

um legado, por algumas vezes, a tentativa de recuperação do que existia e foi levado com o tempo, cai-se no conceito do falso-histórico, onde a autenticidade documental é comprometida por intervir na fruição estética e artística do objeto. (LEMOS, 2010; BRANDI, 2013; LIMA, 2015).

Cunha (2010, p.24) destaca:

Equacionar os aspectos históricos (monumento como documento de história) com aqueles de natureza estética (monumento enquanto imagem figurada e expressão formal) é para muitos o grande desafio em um trabalho de restauração.

Nesse contexto, a cronologia desempenha papel essencial como fio condutor da história, o passado impresso nos documentos/monumentos traz consigo o horizonte do futuro, visto que parte importante desses documentos ainda está por se descobrir e enriquecer-se, sendo inegável a constatação do presente nesse processo, responsável por dar uma nova vida no momento de novas leituras.

5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados incluíram revisão bibliográfica através de livros, artigos, teses e dissertações a fim de estabelecer uma fundamentação teórica sobre os temas “cultura”, “patrimônio histórico”, “documentação”, “preservação do patrimônio”, “história da arquitetura” e “restauração”. A análise dos temas levantados foi direcionada tratando especificamente sobre as noções de patrimônio, tombamento e restauração.

6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do exposto, é fundamental levar em consideração os aspectos materiais, simbólicos, estéticos e históricos do bem cultural, evidenciando as relações de pertencimento dos detentores do patrimônio cultural, objetivando a preservação democrática para aqueles que o vivenciam.

A ampla discussão e reformulação nas ações preservacionistas possibilitam que a população que possui ligação direta com o bem cultural tenha participação efetiva e seja considerada no processo de manutenção e restauro do patrimônio. Entretanto, os debates interdisciplinares são extremamente necessários para que a dinâmica histórica e cultural resulte em ações práticas, cuja complexidade é muito vista nas intervenções físicas de restauração do patrimônio, pois entram em conflito as várias questões que envolvem as teorias, os órgãos de preservação e a comunidade local.

Sendo assim, quando o processo é feito de forma democrática e participativa, o resultado equilibra melhor a teoria e a prática. Por esse motivo, o reconhecimento do objeto considerado por uma comunidade é imprescindível, assim como a inclusão da

mesma no processo de decisão, não somente como levantamento documental a partir da mediação de histórias familiares, particulares e processos históricos, mas também para direcionar e apontar os caminhos a serem seguidos na restauração, através do entendimento do contexto histórico.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões a cerca do patrimônio cultural apresentam complexidades que se relacionam com a particularidade do contexto em que estão inseridas, a apropriação das comunidades, o estado de conservação do monumento no momento da restauração e os diversos caminhos que as intervenções podem seguir.

Com base nos estudos das teorias e análises das mesmas, é possível diagnosticar a importância de se considerar a interdisciplinaridade no momento das práticas preservacionistas e de restauração.

O estudo expôs diversas vertentes e desdobramentos nesse campo e evidenciou a necessidade de levar em consideração diversos olhares, fatores e agentes.

Os resultados da pesquisa podem servir como subsídio para pesquisas posteriores e base para o aprofundamento das questões relacionadas às ações práticas no campo da restauração.

REFERÊNCIAS

BARROS, Júlio; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. **Restauração do patrimônio histórico: uma proposta para formação de Agentes Difusores**. São Paulo: Senai-SP Editora, 2013.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

COELHO NETO, Jorge Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. 2010. 171 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos A.C. **Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LIMA, Ségia Maria Mota Castanho Correia de Noronha. **Intervenções de conservação e restauro do patrimônio edificado: o Forte da Ínsua**. 2015. 125 f. Monografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Fernando Pessoa, Porto.

MOREIRA, Sara Glória Aredes Moreira. **Reflexões sobre o uso do tombamento como prática de preservação do patrimônio nos municípios de Minas Gerais a partir da Lei Robin Hood**. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2014, Juiz de Fora. *Anais eletrônicos*. Disponível em: < http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402962988_ARQUIVO_SaraGloriaAredesMoreiratextoAnpuhMG2014.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

PEREIRA, Marielle Rodrigues. **O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional**. 2014. 259 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. 2009. 184 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE

Ronaldo André Rodrigues Da Silva

PUC Minas; TICCIH-Brasil; ICOMOS-Brasil; APPI-
Portugal

ronaldoandre@gmail.com

RESUMO: A documentação da arquitetura industrial permite entender não somente a tipologia dos edifícios industriais, mas também as influências estilísticas, a memória da produção, as relações industriais, as técnicas e tecnologias empregadas, dentre vários outros aspectos relacionados às construções. Se amplificada ao contexto sócio histórico, ela garante uma reconstrução da memória e trajetória da indústria, uma reconstrução da evolução urbana, social e cultural do lugar e das relações existentes entre a empresa e o lugar. Entretanto, muitas vezes a documentação que permitiria entender a multiplicidade de variáveis que envolvem a história do edifício, da empresa e das relações existentes com a sociedade em que se constitui torna-se fator de esquecimento ou mesmo morte do passado. A ideia de desenvolver uma relação entre a indústria e a sociedade, entre o edifício e a memória do lugar torna-se elemento de esquecimento frente à necessidade de modernização, de renovação, de adaptação dos espaços urbanos (e sociais) à realidade contemporânea. Em

alguns casos, a existência de empresas (indústrias) em área consideradas urbanas e residenciais caracteriza-se como inadequada ou incompatível. Dessa forma, vários núcleos fabris têm desaparecido do tecido urbano e da vida social das cidades sem que tenham recebido um tratamento adequado quanto a sua importância para o desenvolvimento social e mesmo para a existência de seu entorno. Os equipamentos sociais muitas vezes se desvinculam de seu elemento de origem, a fábrica, por esta não mais existir ou ter sido substituída por novos elementos de urbanização. Assim, o trabalho busca resgatar a história (ou o que dela restou) acerca de um exemplo particular da industrialização da cidade de Belo Horizonte, a partir do início do século XX, quando a cidade ainda se construía e se tornava importante centro político, econômico e industrial de Minas Gerais. A ideia em se constituir uma fábrica/indústria nasce da visão acerca da necessidade de mercado e aos poucos cresce com a necessidade de deslocar-se espacialmente de acordo com a própria evolução da estrutura urbana da cidade. Entretanto, mesmo se consideradas as variáveis urbanas e econômicas, não se percebe uma preocupação para a valorização histórica de uma memória industrial que se desfez e desaparece no século XXI, fato ocorrido com o edifício-sede da empresa, importante centro

industrial entre as décadas de 40 e 70 que não mais existe, sendo possível apenas seu resgate por meio da memória fotográfica e documental existente. Dessa forma, tem-se uma (des)continuidade temporal que se faz sentir pela não documentação da “morte da arquitetura industrial” de um recente passado empresarial, de suas origens e anos de desenvolvimento e afirmação mercadológica e econômica frente à memória social e urbana da cidade. A preocupação com uma linha histórica do desenvolvimento da capital mineira, com suas origens, desenvolvimento e evolução ao longo do tempo passa por uma preocupação com relação à documentação de sua memória industrial, de seus edifícios, sua importância na constituição da malha social-urbana e na sua história de vida e de seus cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura industrial; patrimônio industrial; memória industrial.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade industrial, desde o período da Revolução Industrial, determinou uma mudança na estrutura das sociedades modernas e levou à valorização do trabalho em grandes organizações. Desse período, que se inicia em meados do século XVIII, tem como um dos elementos centrais a existência dos edifícios industriais e a sua centralidade em relação à vida dos indivíduos e da sociedade.

Após cerca de 250 anos, as organizações industriais e especificamente seus edifícios têm suas funções compartilhadas, e mesmo substituídas, pelas novas tecnologias, pela virtualização dos negócios e pela complexificação da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a documentação da arquitetura industrial procura permitir e entender não somente a tipologia dos edifícios industriais, mas também as influências estilísticas, a memória da produção, as relações industriais, as técnicas e tecnologias empregados, dentre vários outros aspectos relacionados às construções.

2 | DOCUMENTAÇÃO E ARQUITETURA INDUSTRIAL

A documentação pode ser entendida como um dos elementos da memória e da história para a construção de uma análise do desenvolvimento social e econômico das sociedades. Quando específica à perspectiva da memória industrial (ou memória das empresas), a proposta de construir uma memória documental compreende uma análise sob os parâmetros do caráter econômico e do capitalismo a serem considerados dentre todas as suas possibilidades.

A partir desse propósito, uma análise documental histórico-social permite uma construção da memória social e econômica sob as perspectivas de avaliação não somente da memória social, como também da cultura e da história do lugar. Uma perspectiva de discussão do uso de diferentes fontes de informação e de dados

que faz referência à memória das organizações, do mundo empresarial, da história social relacionada ao trabalho e de diversos elementos sociais que apresentem certa vinculação entre o mundo do trabalho e a sociedade.

A partir da análise de documentos busca-se apresentar as relações existentes entre empresa e sociedade através das quais se reconstrói a memória e a história industrial de um determinado período. Os elementos e objetos de análises considerados se constituem e se definem a partir da diversidade de tipos de arquivos encontrados e permitem uma identificação de dados e informação específicos, ou seja, representam as relações de desenvolvimento social e econômico e suas diferentes relações, sejam elas pessoais ou coletivas, públicas ou privadas, organizacionais ou individuais.

Portanto, a reconstrução da memória histórica a partir da análise documental leva à identificação de diferentes processos de construção e desenvolvimento das relações sociais que permitem a compreensão da evolução da sociedade (ou grupo social) em estudo, bem como das diversas implicações socioculturais existentes entre empresa e sociedade. De acordo com os fatores e elementos de análise pode-se perceber a diversidade de relações estabelecidas, os diferentes graus de integração entre empresa-homem-sociedade e as linhas de pensamento entre as propostas de desenvolvimento social e econômico estabelecidas seja pela empresa ou por órgãos públicos, privados e mesmo grupos de indivíduos e partes interessadas. Os processos de integração entre a organização e sociedade resultam destas relações e se definem, diferente e particularmente, segundo as relações sociais estabelecidas.

A partir destas reflexões e análises, tem-se que a documentação, segundo seus mais diversos processos e elementos de constituição, permite entender as influências determinadas e sofridas pela organização industrial (empresa) segundo seu papel de centralidade em relação aos demais elementos sociais em que se encontra inserida. A criação desses vínculos e a determinação das relações sociais segundo os vínculos estabelecidos entre empresa e sociedade levam a um complexo social e cultural que se estabelece de maneira simultânea e que determina a (re)construção das diversas relações entre empresa e sociedade.

Pode-se afirmar que a compreensão da vida social e das relações estabelecidas entre empresa e sociedade levam a desdobramentos sociais que concorrem para o desenvolvimento não somente de elementos econômicos e do capital, mas também de questões sociais, culturais e pessoais.

Uma relação entre memória e documentação é necessária e se faz a partir da análise dos documentos que se apresentam como memória da empresa e da cidade sob a perspectiva das relações empresariais, mas que têm o viés de uma profunda relação de interdependência e confluência (ou dissonância) entre o interesse do capital [a empresa] e da sociedade [a cidade].

Quando circunscrita a relação entre a área documental e a empresarial, tem-se direcionadas as análises para um contexto sócio histórico específico, como por exemplo, a arquitetura industrial, seu entendimento nesse campo e sua valorização

(ou não). Há uma possibilidade de reconstrução da memória e trajetória da indústria, segundo a importância adquirida pelo edifício industrial, sua composição como referência local e a reconstrução de uma evolução urbana, social e cultural do lugar e das relações existentes entre a empresa e o lugar.

Entretanto, muitas vezes a não-documentação leva a uma situação tal em que se tem o envolvimento de uma incompreensão da memória industrial e do não entendimento de uma multiplicidade de variáveis que envolvem a história do edifício, da empresa e das relações existentes com a sociedade que levam ao esquecimento ou mesmo morte do edifício, de sua história, memória e do passado nele contidos.

Assim, a ideia de desenvolver uma relação entre a indústria e a sociedade, entre o edifício e a memória do lugar torna-se elemento de esquecimento frente à necessidade de modernização, renovação e adaptação dos espaços urbanos (e sociais) à realidade contemporânea. Em alguns casos, a existência de empresas (indústrias) em áreas consideradas urbanas e residenciais caracteriza-se como inadequada ou incompatível. Dessa forma, vários núcleos fabris têm desaparecido do tecido urbano e da vida social das cidades sem que tenham recebido um tratamento adequado quanto a sua importância para o desenvolvimento social e mesmo para a existência de seu entorno. Os equipamentos sociais muitas vezes se desvinculam de seu elemento de origem, a fábrica, por esta não mais existir ou ter sido substituída por novos elementos de urbanização.

3 | ARQUITETURA INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

A arquitetura industrial entendida como parte da memória e da história do lugar pode ser vista segundo os conceitos interdisciplinares definidos ao patrimônio industrial. De maneira ampla, tal conceito se relaciona aos

vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003)

Desenvolve-se então segundo uma percepção de uma área de influência da indústria (ou empresa) que não se restringe ao edifício industrial, mas a todo um conjunto de variáveis que determinam e formam uma paisagem não somente industrial, mas social, cultural, urbana ou rural.

Segue-se ainda no mesmo documento, a Carta de Nizhny Tagil, especificamente às questões de memória e história relacionadas à documentação destes vestígios industriais uma preocupação quanto à preservação, conservação e manutenção desse patrimônio.

Os conhecimentos que envolvem numerosos processos industriais, antigos

ou obsoletos, constituem fontes de importância capital cuja perda poderá ser insubstituível. Devem ser cuidadosamente registrados e transmitidos às novas gerações. (item 5, § viii)

Devem-se promover a preservação de registros documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como amostras de produtos industriais. (item 5, § ix)

Tem-se uma valorização não somente do edifício em si, mas de sua memória e história enquanto elemento de desenvolvimento social e econômico, além da necessidade de uma visão e análises multidisciplinares que permitam a percepção de olhares paralelos e complementares acerca da questão patrimonial sob a perspectiva da memória e da história da arquitetura industrial no Brasil.

Para além do edifício industrial, entendido também sob a perspectiva de elemento histórico e patrimonial, tem-se a importância do registro de seus elementos, de sua história e memória intrínsecos que se constituem como importante parte dos estudos de patrimônio cultural e industrial.

Ao se entender as diversas variáveis que compõem aquele lugar de produção, pode-se entender não somente suas características físicas e de composição como elemento de produção e de (re)produção do capital, mas também de conformação, construção ou resistência das relações sociais. As condições estabelecidas pelo lugar refletem não somente os meios de produção e os produtos oferecidos, mas também apresentam informações acerca da memória e da história do lugar e daqueles que o constituíram.

Dentre as diversas análises possíveis, pode-se observar o caráter empreendedor e inovador de determinados projetos arquitetônicos das empresas nos quais se percebe uma preocupação multidisciplinar em que se tem aspectos relacionados às variáveis ambientais, como projetos paisagísticos, às questões de caráter social e planejamento urbano. O ineditismo de alguns projetos de empresas pode ser considerado como formador de uma das diversas percepções do patrimônio arquitetônico e cultural, bem como revelar a influência da industrialização não somente em questões econômicas, mas também socioculturais.

O trabalho de Santos (2006) apresenta, de certa maneira, essa multiplicidade de visões em relação à arquitetura industrial. Nele se observa a importância das fábricas no desenvolvimento socioeconômico da cidade do interior de São Paulo (Brasil). A partir de múltiplos exemplos, de empresas nacionais e estrangeiras, são apontados elementos de destaque como a multiplicidade de tipologias industriais, a adoção de conceitos modernos para a arquitetura dos edifícios e sua conseqüente influência em elementos sociais e urbanos. Além desses aspectos, são abordadas as questões relativas às políticas econômicas, desde os primeiros exemplares, na década de 20, de caráter empreendedor e familiar, às empresas implantadas ao final do século do século XX, complexas e transnacionais.

Ao se relacionar o patrimônio arquitetônico às questões culturais, tem-se a discussão proposta por Kuhl (2008), na qual se observa uma análise das teorias de

restauração e sua aplicação à conservação, restauração e valorização do patrimônio são confrontadas com intervenções realizadas no intuito de elucidar as transformações ocorridas nos exemplares avaliados. A necessidade de entender e avaliar as questões relativas aos processos de valorização (e destruição) do patrimônio industrial e suas consequências determina de certa maneira como se percebe a importância (ou não) dada aos elementos industriais na sociedade contemporânea em que estão inseridos.

Um aprofundamento da questão aplicado aos edifícios industriais revela a possibilidade de se realizar interpretações que vão desde a compreensão de aspectos históricos, artísticos e de identidade revelados nas características projetuais ao desconhecimento ou despreocupação em preservar a memória contida no edifício seja a partir de uma identidade econômica-desenvolvimentista ou sociocultural.

A abordagem compreendida no âmbito do patrimônio industrial e da arqueologia industrial e seus desdobramentos levam a questões teórico-metodológicas de reconhecimento e identificação desse patrimônio em contrapartida às práticas ocorridas em diversas edificações. A preocupação em identificar espaços industriais como elementos que caracterizam e exemplificam diferentes tipologias do patrimônio cultural permite um olhar interdisciplinar para a questão, além de suscitar a necessidade de reinterpretar teorias e conceitos acerca da diversidade existente no campo do patrimônio cultural.

Sob essa perspectiva, Rufinoni (2013) apresenta as possibilidades de preservação, valorização e reconhecimento de espaços industriais urbanos como patrimônio cultural. Para realizar a análise e construir um conjunto de ideias, a autora busca realizar uma síntese entre conceitos e práticas existentes e a realidade urbana brasileira em relação às áreas industriais e seus entornos de influência.

Tem-se, assim, uma análise crítica quanto à avaliação e evolução do conceito de patrimônio cultural e urbano e sua preservação a partir das diferentes visões acerca dos espaços industriais e seu caráter interdisciplinar. Discute-se a contribuição dos campos do patrimônio industrial e cultural e da paisagem industrial e do urbanismo e se avalia como são percebidos o passado e o presente a partir da relação “antigo-novo” e o tratamento de preservação a eles empregado.

A preservação e valorização do antigo frente aos processos de modernização estão apresentados a partir dos documentos internacionais e na expansão do patrimônio cultural, bem como pelas formas de compreensão e apreensão do patrimônio urbano no contexto nacional. Dessa forma, tem-se a análise do patrimônio edificado industrial e seu entorno como formas de expressão do patrimônio cultural a partir das possibilidades de sua preservação segundo as especificidades apresentadas pela escala urbana e suas possíveis perspectivas de intervenção e valorização.

A valorização do patrimônio industrial urbano e seu caráter de interdisciplinaridade, forma uma análise centrada nas indústrias e suas contribuições para a sociedade e, de maneira particular, para o comportamento urbano das metrópoles. A preocupação em preservar seus exemplares determina uma importante contribuição para a memória e

a história das cidades.

A percepção de um passado industrial segundo as perspectivas socioculturais traz a discussão para a importância de espaços comunitários e equipamentos sociais construídos a partir das relação capital-trabalho. Entender a diversidade de expressão e de campos do conhecimento que envolvem elementos industriais requer uma visão multidisciplinar em que se tem uma construção histórica, centrada não apenas no âmbito produtivo ou econômico-mercadológico, mas que traz consigo aspectos relacionados à memória, à história e ao patrimônio cultural do lugar onde se instalam.

Os conjuntos arquitetônicos e produtivos compõem apenas parte de um todo social em que se incorpora o entorno social, como as vilas operárias e seus desdobramentos, e se possibilita a visão de entorno social e visível cujo contexto tornou possível não somente o desenvolvimento econômico, mas também a evolução do contexto social, das comunidade e atores envolvidos.

4 | BENS TOMBADOS DE BELO HORIZONTE: UMA ANÁLISE GERAL

Uma possível análise ocorreu a partir das informações contidas no Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, de Castro (2006), do que foram extraídas algumas características dos conjuntos arquitetônicos e utilizadas para, em um primeiro momento, realizar uma análise geral dos elementos considerados segundo a especificidade do estudo que compreende edifícios industriais. A evolução dos estilos arquitetônicos foi analisada segundo a definição de períodos pré-determinados (as décadas do século XX) e áreas urbanas delimitadas a cada conjunto. Além disso, buscou-se identificar os fatores que determinaram as relações sociais, econômicas e históricas a partir das fontes de informação obtidas no processo de identificação da imagem eclética percebida no conjunto de bens tombados da cidade.

No que se refere ao período de construção predominante dos diversos tipos arquitetônicos tem-se a partir da análise o gráfico 1 a seguir.

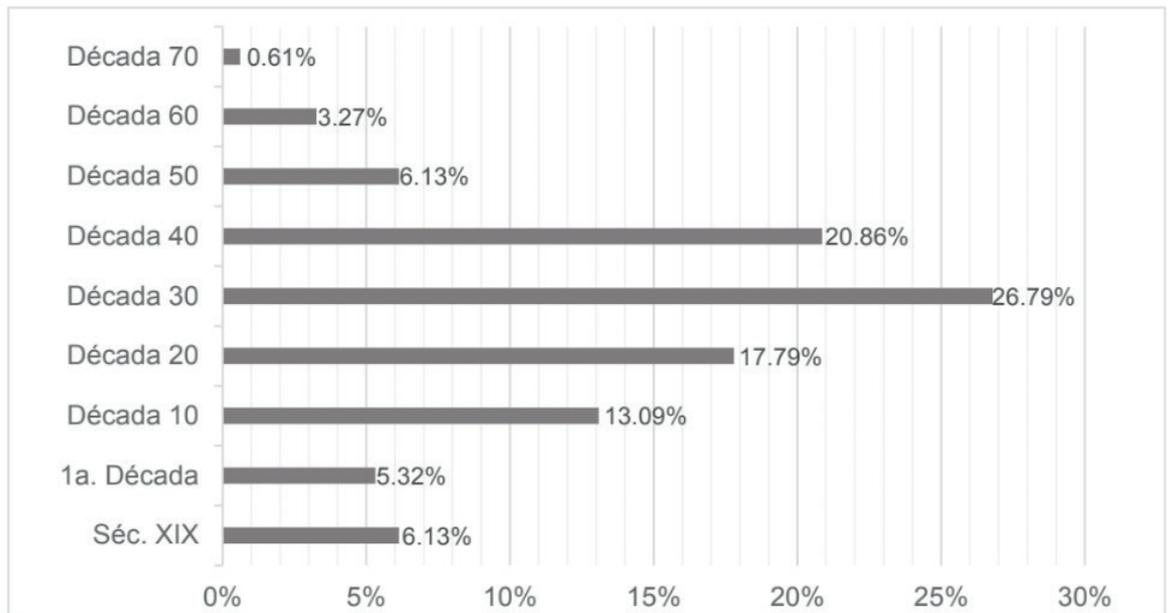


Gráfico 1: Período de Construção dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se que o período de maior expressão de edifícios tombados refere-se à década de 30, seguida da década de 40. Para estes casos e períodos tem-se uma evolução acelerada do processo de urbanização que se determinou chamar de modernização da cidade, com a evolução arquitetônica de exemplares residenciais e comerciais de maior envergadura.

Quanto aos estilos arquitetônicos referentes aos conjuntos tombados tem-se uma predominância percentual do ecletismo em sua 1ª fase em que prevalecem o neoclássico e o neogótico. (gráfico 2)

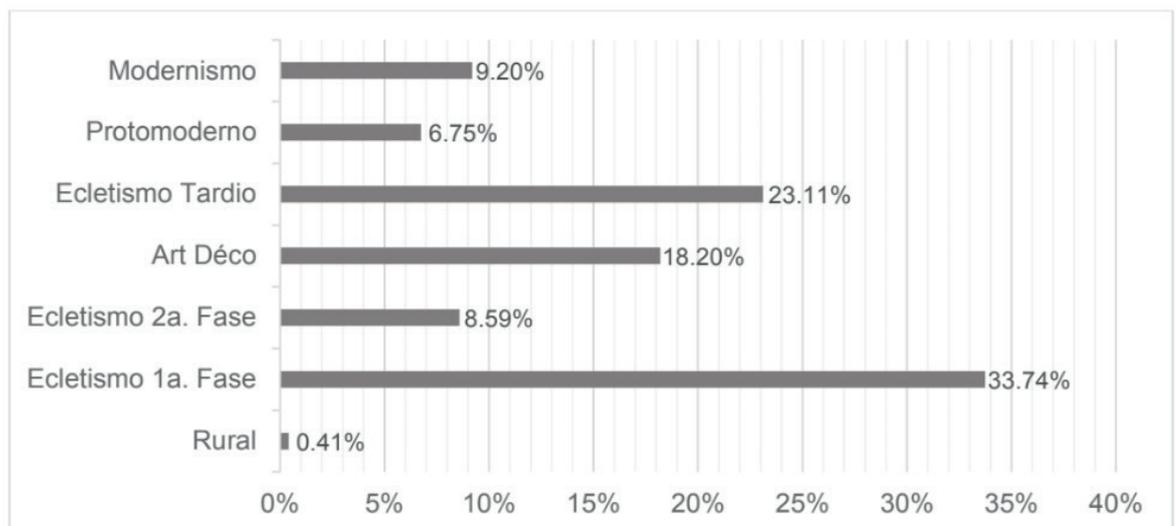


Gráfico 2: Estilos Arquitetônicos dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

A influência e predominância dos estilos ocorre em função de apresentar-se, em

muitos dos casos, vinculada à Comissão de Construção da Nova Capital (CCNC) que se compunha de um conjunto de profissionais responsáveis pela construção de Belo Horizonte a partir de sua implantação ao final do século XIX. Além disso, os arquitetos responsáveis por muitas das construções, como Luis Olivieri, Luis Signorelli, José de Magalhães e José Lapertosa tiveram influência destes estilos em suas obras.

No que se refere ao uso original dos bens tombados, observa-se uma expressiva quantidade, acima de cinquenta por cento, referentes ao uso residencial, conforme apresentado no gráfico 3 seguinte.

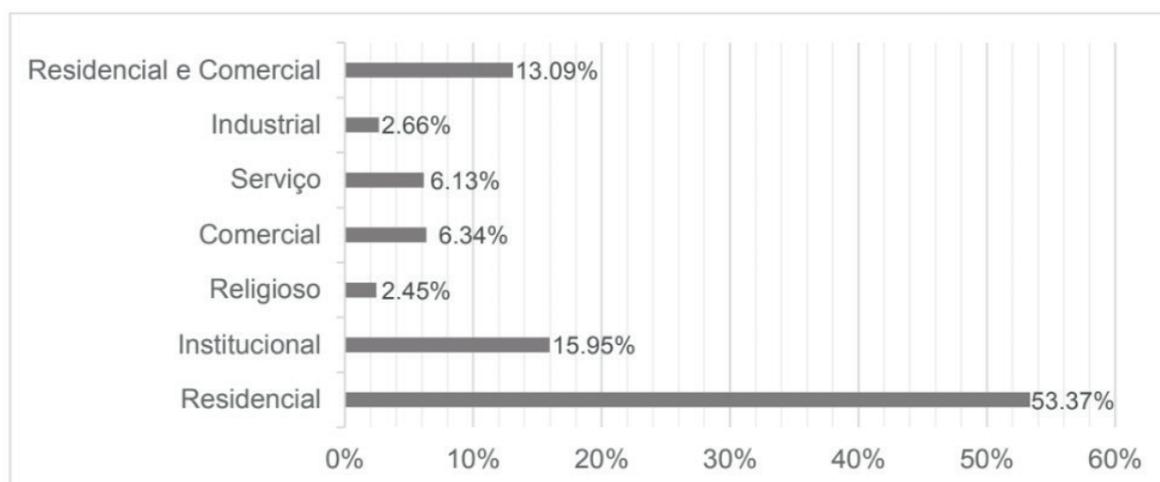


Gráfico 3: Uso Original dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Tal fato se explica por grande parte dos bens tombados encontrarem-se em áreas destinadas às residências, como por exemplo os bairros Floresta e Funcionários. Aqueles imóveis destinados às instituições, principalmente repartições públicas do governo estadual no período de implantação da cidade encontram-se igualmente tombadas, como o caso do conjunto da Praça da Liberdade e adjacências.

Entretanto, o que se observa com a evolução histórica e ocupacional da cidade é uma transformação na questão referente ao uso dos bens tombados. Muitos deles tiveram sua função original convertida em outra por questões relacionadas às mudanças decorrentes na ocupação e uso das áreas em que se situam. Estas diferenças podem ser observadas no gráfico 4 a seguir.

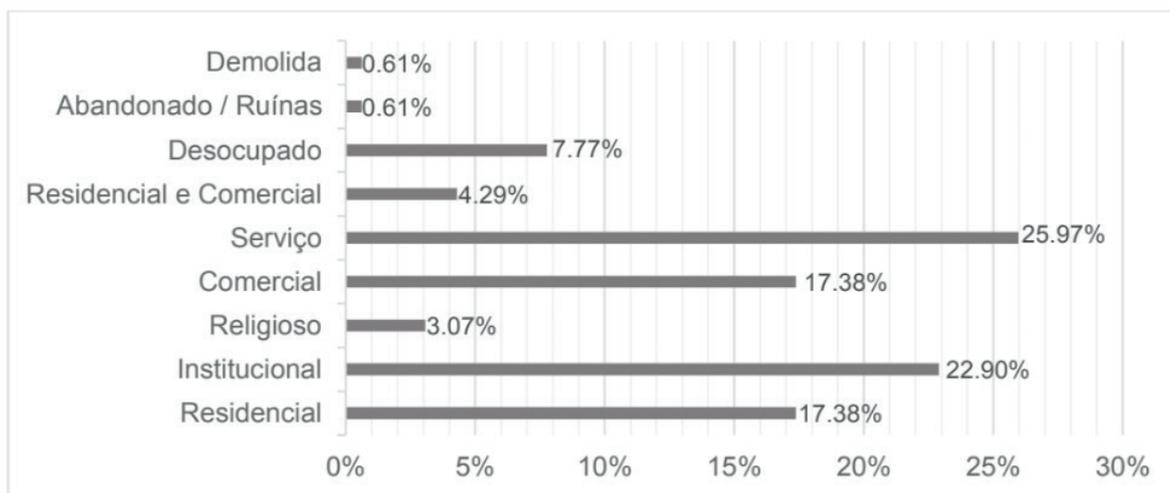


Gráfico 4: Uso Atual dos Bens Tombados

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se um decréscimo considerável na quantidade de imóveis que têm seu uso destinado a ser residências e um acréscimo igualmente avaliado no percentual de imóveis destinado à área de serviços. Para a especificidade do estudo, deve ser observado com alguma consideração, o desaparecimento de imóveis de uso industrial que em grande parte equivaliam ao uso da área referente à região da Praça Rui Barbosa e adjacências. Tem-se, ainda, alguma preocupação com relação a um certo abandono dos imóveis se considerados aqueles que se encontram desocupados ou em estado de ruínas e demolidos, situações extremas que somam cerca de 9% dos imóveis tombados.

Se considerada a finalidade da preservação e conservação dos imóveis, tem-se que uma análise das características dos imóveis consideradas a tal fim apresenta-se de certa maneira parcial no que se refere aos objetivos. (Gráfico 5)

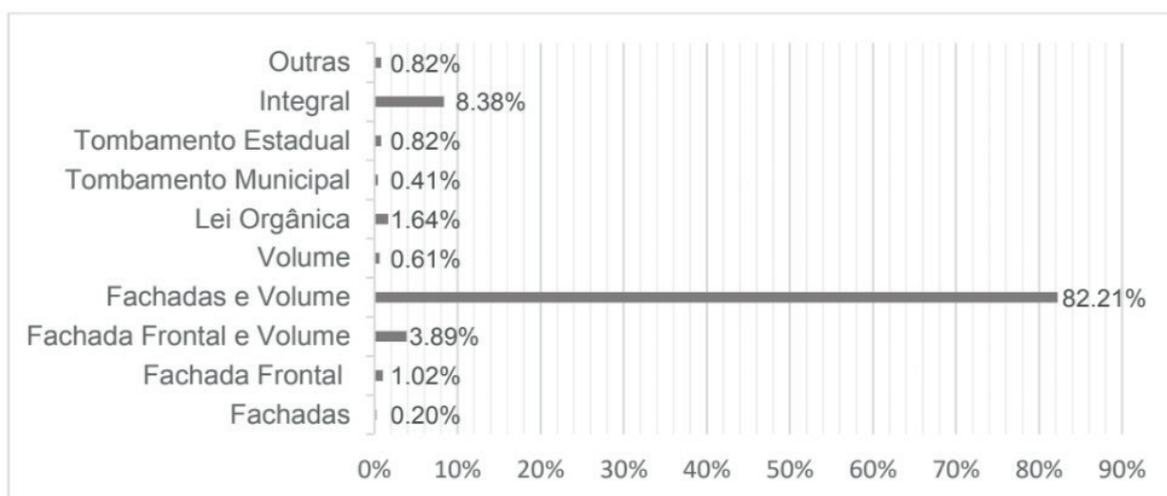


Gráfico 5: Tipos de Tombamento

Fonte: Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte, 2006

Observa-se que a grande maioria dos imóveis, cerca de 82% do total, estão

tombados em seu conjunto no que se refere às fachadas e ao volume geral do imóvel. A parcela considerada como bens que têm sua estrutura íntegra como projetados, ou seja, tombamento integral, seguem aos citados com apenas 8% dos imóveis. Pequenos percentuais ou mesmo casos isolados têm sua estrutura tombada referente a alguns poucos elementos arquitetônicos ou mesmo a somente um deles como por exemplo, fachada frontal, volumetria, altimetria e mesmo casos específicos em que se consideram elementos como hall, elevadores e vitrais como o ocorrido ao emblemático edifício Acaiaca, no centro da capital mineira (figura 1).

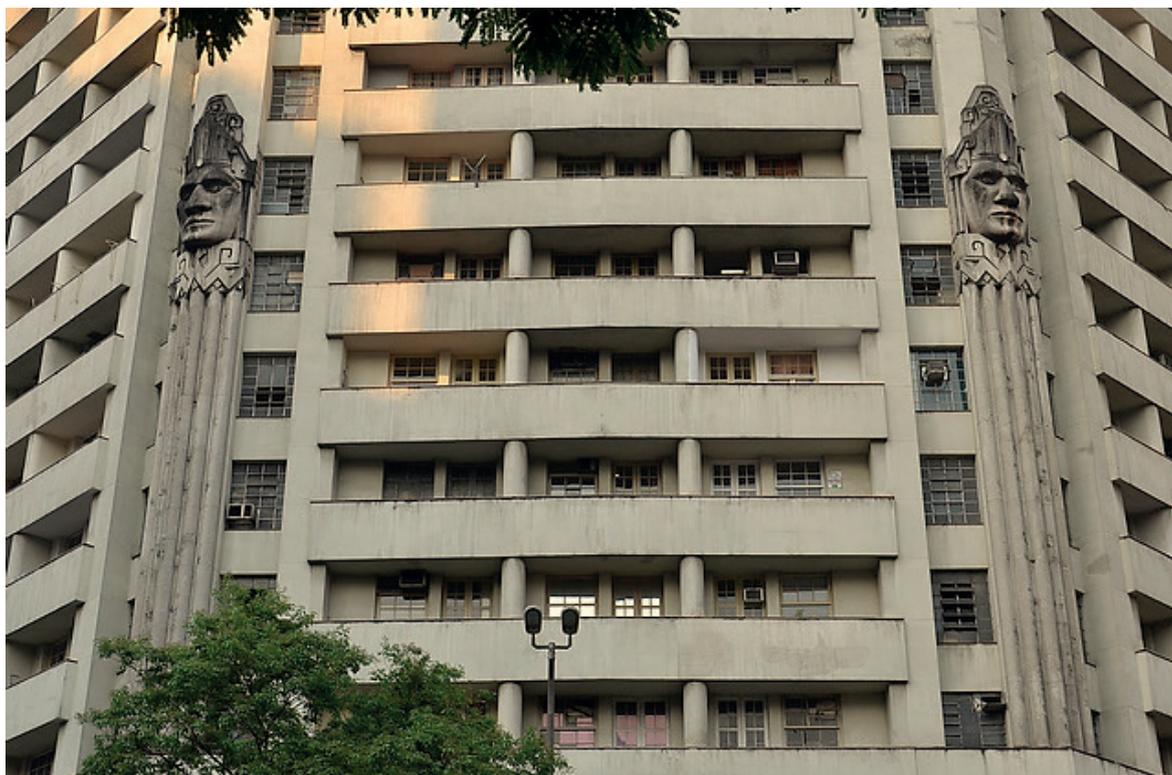


Figura 1 – Edifício Acaiaca (detalhe da fachada)

Fonte: Ronaldo André Rodrigues, 2014.

Ao analisar de maneira global o conjunto de bens tombados da cidade de Belo Horizonte observa-se que, de certa forma, mesmo que de maneira tardia, existe uma preocupação em se privilegiar exemplares de diferentes períodos cronológicos e estilísticos. Entretanto, observa-se também que, como um reflexo em geral dos bens tombados, que não se observa bens, imóveis ou equipamentos sociais entre os conjuntos ou mesmo itens isolados que tenham como referência a história de modernização e industrialização da cidade e, mais notada ainda, uma alusão de edificações que sejam das últimas décadas do século XX, anos 80 e seguinte, e a primeira década do século XXI.

A análise dos bens tombados, bem como de sua caracterização estilística e funcional determina uma memória e uma história da cidade de Belo Horizonte em que se apresenta certa (des)continuidade temporal sentida pela não valorização, preservação e conservação de exemplares industriais. A não documentação e a “morte da arquitetura industrial” da cidade, determinam um esquecimento em relação ao seu

recente passado empresarial, suas origens e anos de desenvolvimento e afirmação mercadológica e econômica frente à memória social e urbana da cidade.

A preocupação com uma linha histórica do desenvolvimento da capital mineira, com suas origens, desenvolvimento e evolução ao longo do tempo passa por uma preocupação com relação à documentação de sua memória industrial, de seus edifícios, sua importância na constituição da malha social-urbana e na sua história de vida e de seus cidadãos.

O registro ou inventário constitui uma parte fundamental do estudo do patrimônio industrial. Um levantamento e registro completo das características físicas e das condições de um lugar deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se tais ações forem efetuadas antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da atividade produtiva de um lugar. Os registros ou inventários deverão incluir descrições, desenhos, fotografias e vídeos da atividade industrial, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e deverão ser também registradas e conservadas, sempre que possível. (item 3, § iii.)

Assim, o trabalho busca resgatar a história (ou o que dela restou) acerca de um exemplo particular da industrialização da cidade de Belo Horizonte, a partir do início do século XX, quando a cidade ainda se construía e se tornava importante centro político, econômico e industrial de Minas Gerais.

A ideia em se constituir uma fábrica/indústria nasce da visão acerca da necessidade de mercado e aos poucos cresce com a necessidade de deslocar-se espacialmente de acordo com a própria evolução da estrutura urbana da cidade.

Entretanto, mesmo se consideradas as variáveis urbanas e econômicas, não se percebe uma preocupação para a valorização histórica de uma memória industrial que se desfez e desaparece no século XXI, fato ocorrido com o edifício-sede da empresa, importante centro industrial entre as décadas de 40 e 70 que não mais existe, sendo possível apenas seu resgate por meio da memória fotográfica e documental existente.

5 | ARQUITETURA INDUSTRIAL: NÃO-DOCUMENTAR E MORRER

A necessidade de documentar e valorizar a arquitetura industrial de Belo Horizonte, bem como todos os demais elementos provenientes do desenvolvimento econômico e empresarial da cidade se faz necessário a fim de que se possa entender seu processo de crescimento e evolução urbanística de maneira integral. Ao não considerar determinadas construções e mesmo entornos dos antigos (e atuais) zoneamentos industriais e empresariais da cidade, corre-se o risco de perder a memória e a história de parte da vida belorizontina.

Dessa maneira, e de forma pontual e exemplificativa, buscou-se na recente história da cidade, um típico exemplo da não preocupação com o passado industrial

e empresarial da cidade a partir do caso ocorrido, desde épocas anteriores, com a empresa Nansen Equipamentos Eletrônicos S.A.

A empresa tem sua história relacionada à própria história da cidade de Belo Horizonte que foi fundada em 12 de dezembro de 1897, e já nasceu com o *status* de capital planejada do Estado de Minas Gerais. A empresa nasce quase 33 anos depois, a 22 de agosto de 1930, como resposta ao desenvolvimento industrial proclamado pelo Governo Federal brasileiro em uma tentativa de valorização da indústria e do produto nacional. Fundada sob o nome de “Fábrica Nacional de Instrumentos Científicos Nansen”, sua primeira sede localizava-se à Rua Chumbo (atual Rua Professor Estevão Pinto) onde se estabelece em um galpão para realizar as primeiras atividades industriais e permanece até o ano de 1938 com a produção de material e instrumentos cirúrgicos, de forma semi-artesanal, em uma época em que os equipamentos para tal fim eram geral e invariavelmente importados. (figura 2)



Figura 2 – 1ª Sede – Rua Chumbo (atual Rua Estevão Pinto)

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

Dentre as sedes anteriores e históricas da empresa, constitui-se no caso de maior esquecimento no que se refere à história e memória da indústria, pois não se tem o reconhecimento do local e nem sequer uma adequada documentação que comprove a origem e o nascedouro da empresa. A antiga e primeira sede foi substituída por edificações de luxo, pois o bairro que nos primeiros anos da capital constituía-se em uma área não-valorizada e fora dos limites da cidade planejada, transformou-se em região valorizada e de grande importância para a cidade.

Assim, o que outrora constituiu-se na origem de toda a atual estrutura da organização, existe apenas na memória daqueles que dela fizeram parte ou em alguns poucos registros que ainda permanecem nos arquivos e que invariavelmente não são

sequer consultados ou não se constituem em fonte de análises e pesquisas.

Em sua segunda etapa de existência, após o período de criação e instalação, a empresa viu-se obrigada a mudar o endereço, ocorrendo, então, o traslado para a Avenida do Contorno, pois necessitava de uma área mais ampla e ampliação de sua estrutura, com maiores possibilidades de produção devido à diversificação de seus produtos que contavam com mais de 50 (cinquenta) tipos de equipamentos, entre os quais se incluía o seu principal produto à época que determinou seu desenvolvimento: os medidores individuais de água (hidrômetros). (figura 3)



Figura 3 – 2ª Sede – Av. do Contorno, 4766 – Bairro Serra

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

Devido à possibilidade de identificação da localização da empresa, observa-se uma total modificação do local e seu entorno o qual, na atualidade, encontra-se ocupado com outra edificação que substituiu a antiga sede da empresa, destinada à área da saúde.

Observa-se, igualmente à primeira sede, a pouca existência de documentação e de preocupação com a memória e a história desta etapa da organização e mesmo com relação à história da indústria na capital mineira. Nesse período, a empresa começou seu processo de expansão e reconhecimento mercadológico com a fabricação dos equipamentos de medição de consumo de água, em função de uma proposta da gestão municipal da cidade que iniciava um processo de medição individualizada, até então inexistente e diferente do adotado à época. (FIEMG, 1998).

Oito anos depois, devido à nova expansão dos negócios a empresa se mudou para sua terceira sede, localizada à Avenida Barbacena, 594, local onde se desenvolveu de maneira acelerada e consolidou sua fase de maior expansão dos negócios, tanto

produtiva quanto mercadologicamente. (figura 4)



Figura 4 – 3ª Sede – Av. Barbacena, 594 – Bairro Barro Preto

Fonte: Arquivo NANSEN, 2002.

O projeto transformou a empresa em uma sociedade e os acionistas investiram na produção e desenvolvimento dos equipamentos de medição, sendo firmado um acordo com a empresa de instrumentos de precisão suíça, a *Fabrique Vermeille*, em que se desenvolveram projetos e a elaboração de protótipos do produto. Desde essa época, a empresa contava, através da atuação de seu fundador, com parcerias junto às autoridades municipais, conseguindo incentivos fiscais e subvenções financeiras que garantiam uma concentração nos negócios e conseqüentemente maior desenvolvimento de produtos e possibilidades de renovação e ampliação de maquinário.

Os anos subsequentes que culminaram com a 2ª Grande Guerra levaram a empresa a atuar na área estratégica militar, produzindo granadas, projetis militares de 20 mm e espoletas de morteiro de 81 mm para as Forças Armadas Brasileiras. Com o fim da Guerra e sua evolução no mercado nacional e internacional, a empresa buscou uma maior diversificação com a produção, até meados dos anos 60, de conexões metálicas galvanizadas de várias dimensões que foram patenteadas e normalizadas em padrões reconhecidos de qualidade de produção. (figura 5)



Figura 5 – Artefatos de Guerra (anos 40) e Conexões metálicas (anos 50/60)

Fuente: Arquivos NANSEN, 2002.

Apesar da importância do período e da simbologia empresarial, quanto à inovação e capacidade empreendedora à época, o edifício industrial não recebeu um reconhecimento quanto à importância para o desenvolvimento social e econômico da cidade.

A arquitetura sóbria e simplificada determinou certo esquecimento em relação ao edifício em sua e sua estética uma vez que se buscou mais a valorização e adequação dos espaços internos e sua funcionalidade e sua capacidade de adaptação devido à expansão e mesmo diversificação de produtos e produção.

A comprovação de que a pseudonecessidade de adaptação da estrutura urbana à modernidade e a especulação de modernização do processo de urbanização se exemplifica mais recentemente com a total pulverização dos vestígios dessa fase da empresa. Na região em que se encontrava a empresa entre os anos 40 e 70 tem-se um processo de especulação imobiliária e sobrevalorização do setor em que se observa a destruição completa da infraestrutura existente que, muitas vezes, remonta à memória e à história da cidade para dar lugar ao complexo e efêmero estado estético de contemporaneidade.

Percebe-se a despreocupação com os edifícios, seu entorno e sua história quando se tem a preocupação de especulação e valorização pela mudança como ocorrido com a edificação-sede da empresa e área circunvizinha nos anos de 2014/2015, período em que se tem uma implantação de um centro empresarial e comercial na área em que se localizava. (figura 6)



Figura 6 – Local da 3ª. Sede (Período maio/2014)

Foto: Ronaldo Rodrigues, 2014.

Substituíram-se as edificações residenciais que remontam ao primeiro processo de urbanização da cidade, anos 30/40, por toda a quadra em que se encontrava o edifício, pelo complexo de serviços de “consultório e escritório”, de excelente localização e modernidade. Observa-se a situação de descaso do edifício-sede da empresa e da área do entorno quando se tem uma total despreocupação com relação à documentação de seu processo de desmanche, sem que haja um registro formal para a história e a memória do lugar.

As edificações locais foram desmanchadas em sua totalidade e o terreno preparado para receber a nova edificação e suas instalações complementares para usufruto da comunidade compradora ou locadora. O processo de desfiguração da área para substituição por suas novas funções, “modernas e contemporâneas”, encontra-se apresentado na figura 7 seguinte.



Figura 7 – Região de Localização da 3ª. Sede da EmpresaFonte: Adaptado de Google Maps, 2014.

Com isso, tem-se “pulverizada” parte da memória do bairro e da industrialização da cidade, de suas relações sociais e empresariais, sem uma preocupação com a memória e a história da capital.

Reduz-se então a memória da empresa (mas não a sua história) aos anos posteriores, década de 70 em diante, nas quais se observa o traslado da empresa para o complexo industrial da cidade de Contagem que se iniciava, à época, e oferecia vantagens em relação a impostos e taxas para ocupação das áreas, diferentemente daquela ocupada em Belo Horizonte que, de certa maneira, se tornara urbana e domiciliar, incorporada área central da capital e que não mais comportava uma indústria de grande porte. (figura 8)

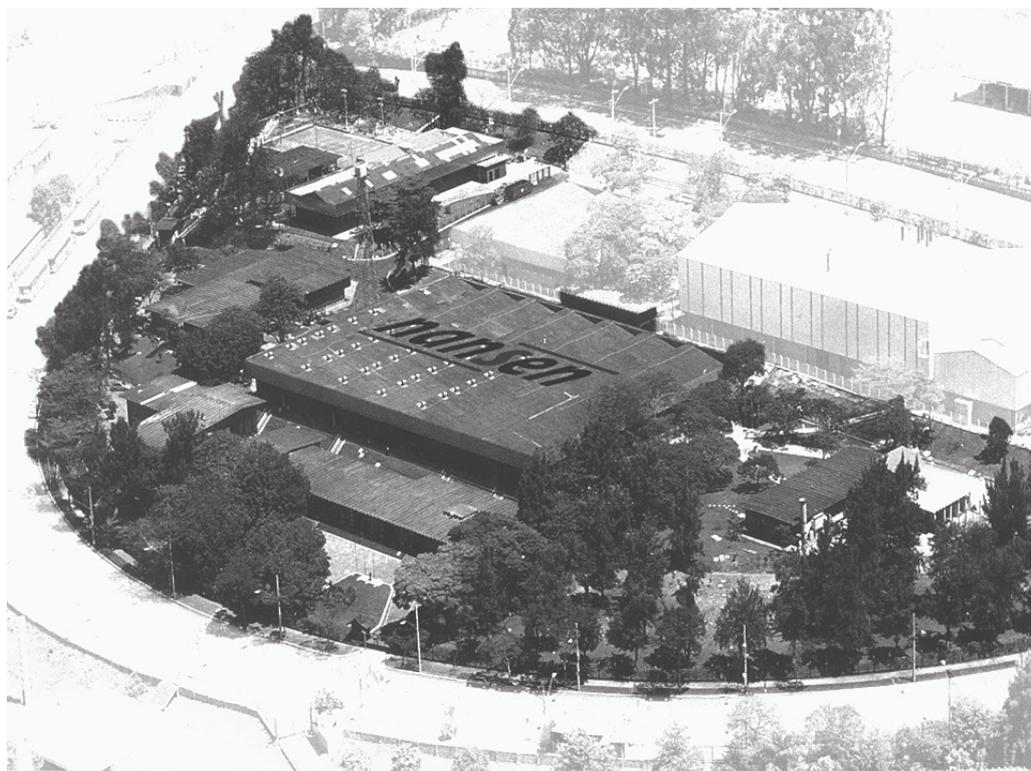


Figura 8 – Sede atual da empresa – Cidade Industrial (Contagem/MG)

Fonte: Adaptação de Faria; Pereira, 2000.

A expansão dos negócios a larga escala determinou a entrada da empresa no mercado internacional de energia elétrica a partir de uma parceria junto à empresa canadense *Sangamo* com a elaboração de projetos e produção de diversos equipamentos de medição de energia. (FARIA, 2000)

Ao final do século XX e anos posteriores, a empresa se expande, com a fundação de sua filial no norte do estado de Minas Gerais, parcerias com uma empresa europeia no negócio de medidores de água, além de se fazer presente em um complexo sistema industrial na cidade de Cali, Colômbia. Tal processo determina sua afirmação no mercado mundial na área de equipamentos e soluções gerenciais para a medição de energia com a oferta não somente de equipamentos, mas também de sistemas de gestão e medição que auxiliam na oferta e serviços relacionados à prevenção e redução de perdas em redes de distribuição de energia. Com isso, a empresa se consolida no mercado e obtém um reconhecimento internacional na produção de medidores, seus principais produtos.

6 | PENSAR A DOCUMENTAÇÃO E A MEMÓRIA INDUSTRIAL

A relação existente entre a memória e a história das cidades e as políticas de gestão pública do patrimônio cultural e planejamento urbano têm evoluído nos últimos anos, mas da mesma maneira tem-se um hiato a ser preenchido que se refere à memória, história das empresas, sua importância para a história e memória coletivas

e suas relações de formação e identidade ao patrimônio cultural.

As mudanças de percepção desse patrimônio, integradas às políticas de gestão urbana se fazem necessárias a fim de complementarem e proporcionarem uma visão integrada entre esta e as demais políticas adotadas. A exigência quanto a uma ação efetiva e integrada entre os diversos atores sociais envolvidos no processo de manutenção, preservação e consolidação de uma memória social exige a participação do Estado, empresas, sociedade civil e as diversas representações sociais. Assim, se constroem e formulam as estratégias que levam à consolidação de uma política patrimonial que considere não somente determinados períodos ou estruturas como essenciais à memória e à história social, mas também avaliam tanto a representatividade de elementos materiais e imateriais à identidade social.

As mudanças e exigências de modernização e consolidação de uma sociedade contemporânea apresentam carências quanto à integração de políticas sócio-econômico-culturais que venham a definir um novo pensar e um novo posicionamento da sociedade com relação à memória e à história social.

Desconsiderar diversas formas de manifestação das relações sociais, e mais ainda de períodos históricos, bem como seus elementos de referência, leva ao esquecimento parte de um conteúdo essencial para o entendimento do passado.

Ao considerar a documentação das diversas formas de manifestação dos diferentes períodos históricos e sociais, suas formas de manifestação e sua disseminação tem-se preservada a relação necessária para a construção de uma identidade individual e coletiva, local e nacional em relação aos elementos do passado, do presente e do futuro.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Maria Ângela Reis de. *Guia de bens tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, PBH, 2006.

FARIA, Maria Auxiliadora & PEREIRA, Lúcia Maria Leite. *Nansen – 70 anos de precisão: memória histórica*. Belo Horizonte: Ed. C/ Arte, 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. FIEMG. *100 Anos de Indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG/SESI, 1998.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. 2008.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em Sítios Históricos Urbanos* (2013)

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Arquitetura Industrial: São José dos Campos*.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. TICCIH. *Charters*, 2003. Disponível em: <ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVIII

Alaiana Rodrigues Lima

Estácio Ceut de Teresina

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo

Avenida dos Expedicionários, 790 - São João,

Teresina, PI - Brasil

alaianarl@gmail.com

Tiago Silva de Sousa

2. Estácio Ceut de Teresina. Graduando em

Arquitetura e Urbanismo

Avenida dos Expedicionários, 790 - São João,

Teresina, PI - Brasil

Tyagosf.23@hotmail.com

Modesto Luis de Sousa Neto

3. Estácio Ceut de Teresina. Graduando em

Arquitetura e Urbanismo

Avenida dos Expedicionários, 790 - São João,

Teresina, PI – Brasil

Modestol713@gmail.com

Naira Oliveira Martins da Silva

4. Universidade Federal do Piauí. Graduada em

Arquitetura e Urbanismo

Avenida Dom Severino, 2101, Sala 201 – Horto

Florestal, Teresina, PI – Brasil

Naira_nog@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar as influências estilísticas e as técnicas utilizadas na construção das mais representativas edificações de caráter religioso construídas em meados do séc. XVIII, no Estado.

A relevância da pesquisa se dá pela escassez de estudos direcionados à empregabilidade dos sistemas construtivos e materiais utilizados nas construções destes exemplares. Vale ressaltar o cunho investigativo e documental do trabalho no que diz respeito ao paralelo traçado entre os edifícios sacros, salientando suas influências arquitetônicas ou estilísticas e dando ênfase às adaptações sofridas nas plantas, fachadas ou detalhes construtivos. A pesquisa tem como objetos de estudo as igrejas Nossa Senhora das Vitórias, na cidade de Oeiras, e Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca, caracterizadas por uma Arquitetura Colonial. Por outro lado, também contempla as Igrejas Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora do Rosário, localizadas em Parnaíba, que se destacam por sua similar locação (ambas na mesma Praça). A metodologia empregada constitui-se de pesquisa de caráter bibliográfico (realizada a partir de livros, artigos acadêmicos), entrevistas, coletas de informações e dados em órgãos públicos, assim como pesquisa de campo exploratória, com a finalidade de observar e extrair informações das fachadas, materiais, programas, e técnicas construtivas por meio de levantamentos fotográficos. Espera-se contribuir com as atividades de investigação e documentação do Patrimônio Histórico do Piauí (enfocando a Arquitetura Religiosa); e ampliar a consciência acerca da valorização, estudo e

catalogação destes e dos demais exemplares que caracterizam a arquitetura sacra do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio, Arquitetura Religiosa, Estilos Arquitetônicos, Piauí.

ABSTRACT: The present work aims to analyze as stylistic influences and as techniques used in the construction of the most representative buildings of a religious character built in the mid - XVIII, not State. The date of the research is from study guides directed to the employability of the constructive systems and materials used in the assembly of the specimens. It is worth reimburse the investigative and documentary aspect of the work that does not refer to the parallel between the buildings, emphasizing its architectural or stylistic influences and emphasizing the adaptations to the plants, façades or constructive details. A research has as objects of study the Sisters of Our Lady of Victories, in the city of Oeiras, and the Nossa Senhora do Carmo Church, in Piracuruca, characterized by a Colonial Architecture. On the other hand, also contemplating the Churches Our Lady of Grace and Our Lady of the Rosary, located in Parnaíba, that stand out for its similar location. The methodology used is bibliographic research, interviews, data and information collections, exploratory field research, interviews and access information, as well as field research Materials, programs and construction techniques through photographic surveys. It is expected with the research and documentation activities of the Historical Heritage of Piauí (focusing on Religious Architecture); about the value of the study and the cataloging of the behavior of the sacra of State.

KEYWORDS: Heritage, Religious Architecture, Architectural Styles, Piauí.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetos de estudo as mais representativas e importantes edificações da Arquitetura Sacra do Piauí construídas em meados do séc. XVIII.

Este estudo procura analisar a empregabilidade dos sistemas construtivos e materiais utilizados nas construções destes exemplares, bem como traçar um paralelo entre os edifícios sacros, salientando suas influências arquitetônicas ou estilísticas. Sabe-se que a urbanização do Piauí não foi diferente de outras tantas regiões interioranas, onde os caminhos do gado fizeram surgir nucleações lineares, estruturando espaços com funções sociais, econômicas e religiosas. Os primeiros agrupamentos vão se instalar na segunda metade do século XVII, no período pós-Restauração, e através de penetrações do delta parnaibano. Arquitetura Religiosa do Estado possui um leque de influências estilísticas trazida grande parte pelos Jesuítas, tornaram-se os principais expoentes do desenvolvimento da arte e arquitetura brasileira durante os dois primeiros séculos da colonização. Com efeito, ainda hoje está em uso

a expressão “estilo jesuítico”, para descrever toda uma fase de arquitetura e decoração do primeiro período colonial, que abrange também obras sem conexão direta com os próprios jesuítas

Foi traçada uma rota arquitetônica entre as cidades de Oeiras, Piracuruca e Parnaíba. Oeiras, a primeira Capital do Piauí é reconhecida como uma das cidades mais religiosas do Estado teve seu conjunto urbano tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012. É localizada mais precisamente no sudeste do Estado a 280 km da Capital, Teresina. Seguindo a análise para o Norte do Piauí, visitou-se a cidade de Piracuruca a 196 km de Teresina. Por fim, a rota arquitetônica foi finalizada na cidade de Parnaíba, que é o segundo município mais populoso.

Partindo deste princípio, buscou-se analisar as edificações católicas das respectivas cidades. Parnaíba possui um caráter peculiar por receber duas igrejas, a Igreja Nossa Senhora das Graças e Igreja Nossa Senhora do Rosário (destinada às missas para os escravos), em um mesmo sítio histórico (Praça das Graças). A relevância deste aspecto *dá-se ao fato* de que no Brasil Colônia as edificações religiosas dedicadas às missas dos senhores eram locadas nos mais importantes centros sociais e políticos das cidades, enquanto que as dos escravos eram construídas em zonas mais isoladas.

Como objetivo, este texto tem por finalidade analisar as edificações sacras e fomentar a discussão entre elas, onde seja possível a identificação dos seus principais aspectos construtivos e influências arquitetônicas ou estilísticas, contribuindo com as atividades de investigação e documentação do Patrimônio Histórico do Piauí. Vale ressaltar também o propósito de ampliar a consciência acerca da valorização dos exemplares que caracterizam a história da Arquitetura Sacra do Estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gênese da arquitetura religiosa no Piauí tem suas raízes cravadas nas atividades dos Jesuítas na serra da Ibiapaba. A ação dos regulares nessa região é registrada em 1607, quando os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, buscando caminho entre Maranhão e Pernambuco, ali chegaram. (PEREIRA DA SILVA F; Olavo, 2007, Volume II, p.295).

No contexto regional, nota-se que a arquitetura sacra piauiense em grande parte obteve influências jesuíticas como também do Barroco Colonial, devido ao contexto político que se tinha na região marcada pela expiração da cultura europeia associada ao princípio cristão, suas crenças e costumes. A partir dessa influencia as edificações passaram a se construir com espaços simbólicos e intencionais que guardam sintonia com aspirações de uma igreja que mergulha cada vez mais intencionalmente no aspecto devocional e na oração.

A definição, mas precisa que se pode dar atualmente da arquitetura e a que leva em conta o espaço interior. A bela arquitetura será arquitetura que tem um espaço interior que nos atrai, nos eleva nos subjuga espiritualmente; a arquitetura feia será aquela que tem um espaço interior que nos aborrece e nos repele. ZEVI, Bruno, SABER VER A ARQUITEURA.

De acordo com Bruno Zevi, os templos religiosos são considerados uma arquitetura bela, pois seu interior nos “eleva e nos subjuga espiritualmente”, assumindo assim o papel de nos levar a um momento de estaze por meio do silêncio e da meditação que é encontrada nos interiores dos templos, sendo estas as características, mas apropriadas ao ambiente religioso.

A igreja cristã não é o edifício misterioso que guarda o simulacro de um deus; em certo sentido, tão pouco é a casa de deus, mas o lugar o lugar de reunião, de comunhão e de oração dos fieis. ZEVI, Bruno, SABER VER A ARQUITETURA.

Tendo em vista a citação, nota-se que o autor dispõe de um pensamento crítico. Pois afirma que a igreja é um lugar de “reunião, comunhão e orações dos fieis” e assim configura-se como um ambiente de meditação com o intuito de buscar aproximação com Deus.

Os santos Tornaram-se grandes aliados da igreja para atrair novos devotos, pois eram obedientes a Deus e ao poder clerical. Contanto e estimulando o conhecimento sobre a vida dos santos, a igreja transmitia aos fieis os ensinamentos que julgava corretos e que deviam ser imitados por escravos que em geral, traziam outras crenças de suas terras de origem, muito diferentes das que preconizava a fé católica. NEGRA DEVOÇÃO, Revista da História da Biblioteca Nacional, n.20, maio de 2007.

De acordo com os estudos, e confirmando o pensamento de Bruno Zevi que os templos religiosos nos elevam e nos subjuga espiritualmente, a igreja, além de utilizar do espaço interior com os ornamentos e pinturas do sagrado, se utilizar das imagens como forma de se chegar a Deus por meio da espiritualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nota-se que as igrejas do século XVI ao XVIII têm plantas simples, e fachadas sóbrias e despojadas. Em seu interior, entretanto, encontra-se as soluções ornamentais rebuscadas típicas do barroco- como se, ecoando os ideais da companhia de Jesus, valorizavam as virtudes do espírito e não das aparências.

Tais características foram encontradas nas igrejas de Oeiras e Piracuruca onde há uma predominância do estilo barroco colonial, tendo como resultado o equilíbrio harmônico dos exemplares. Em Oeiras, identifica-se a presença de uma única torre que significava que o templo não dependia da coroa portuguesa e nem pagava

impostos a mesma. O templo ainda permanece bem conservado e com a presença de objetos adquiridos em sua construção, como por exemplo, o relógio inglês de 1823 onde permanece em funcionamento, além das portas almofadadas que são de 1733. Nota-se que sua imponência se dá em conjunto com todo o contexto paisagístico da cidade, além do mais a Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca possui uma grande semelhança com a de Oeiras, tendo em vista o estilo Barroco colonial, além de sua imponência que assim como a de Oeiras possui um equilíbrio harmônico com o entorno. Nota-se ainda que a proporção de sua planta é semelhante à de Oeiras, além dos materiais, sendo armada em alvenaria de pedra com destaque para os elementos de cantaria.

Seguindo com o estudo em Parnaíba percebe predominância o ecletismo com o Neoclássico. A Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça possui linhas Neoclássicas, e assim como as demais citadas permanece conservada, mesmo com as reformas predominantes. Percebem-se elementos antigos, tais como o retábulo do altar-mor, cancelões de ferro forjado, silharia de azulejos portugueses e lápides de lioz na capela do Santíssimo. As portas almofadadas e de calha correspondem aos padrões adotados no século XVIII e XIX, inclusive as dobradiças e espelhos de fechadura em ferro forjado que ainda permanecem inalterados. Já a igreja de Nossa Senhora do Rosário, percebe-se que possui traços ecléticos com elementos góticos passou recentemente por uma restauração no piso, forro e pintura. Sua construção teve por objetivo servir de local para celebração dos escravos, que não podiam entrar na igreja de Nossa Senhora das Graças, a padroeira da igreja é Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros. De acordo com os estudos, o templo foi erguido para seus escravos em um local onde originalmente segundo historiadores teria existido uma senzala mandada por Domingos Dias da Silva, porém guarda a essência arquitetônica das igrejas do final do século XVIII. No que diz respeito a este templo, não se sabe muito, pois ainda possui informações incertas. Cabe destacar que é o único lugar no Estado onde possui em um mesmo local a presença de dois templos de grande importância para a História do Estado.

Barroco Colonial: Igreja Nossa Senhora da Vitoria (Oeiras-Pi) e a Igreja Nossa Senhora do Carmo (Piracuruca-Pi)

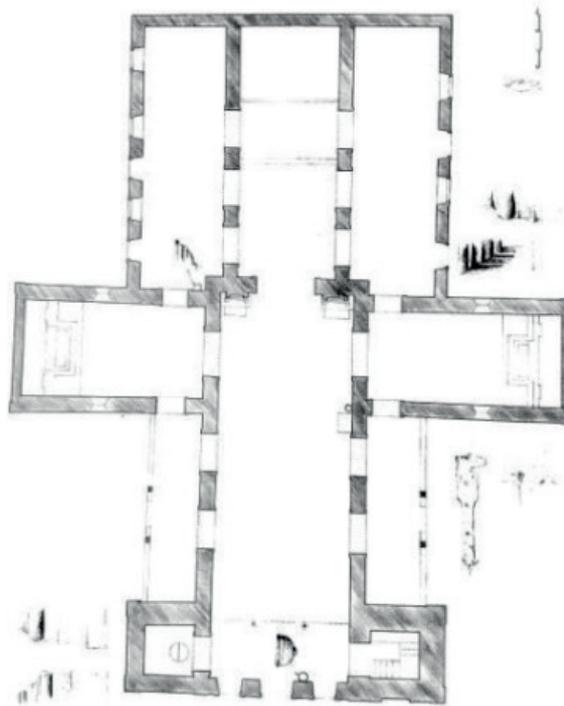
“[...] conseqüentemente, quando [um brasileiro] fala em ‘estilo jesuítico’ o que quer significar, de preferência, são composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares, e frias, ainda imbuídas do espírito severo da contrarreforma”. (BURY, John, *Arquitetura e arte Brasil Colonial*, 2006, p.64)



IMG 01: Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Vitória - Oeiras.

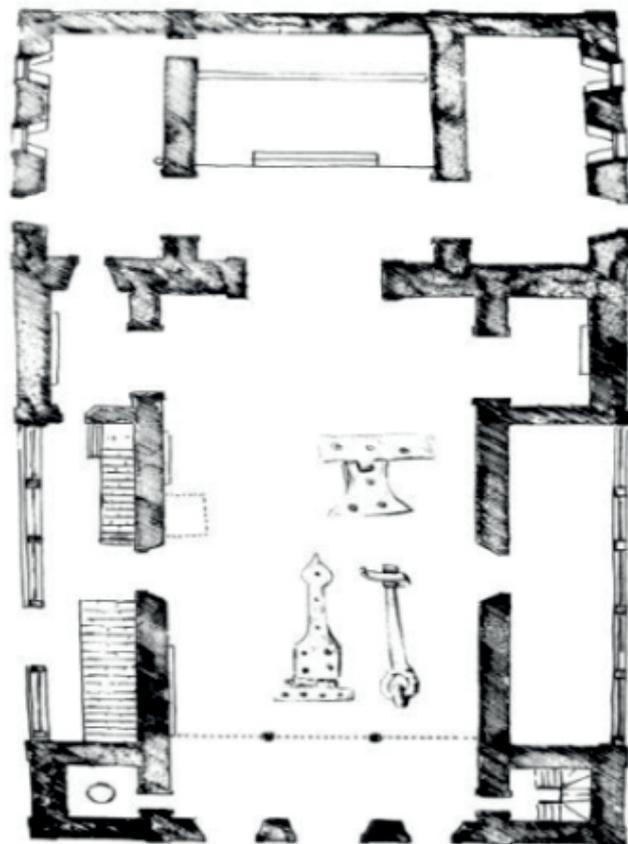
Fonte: Arquivo Pessoal

A igreja Nossa senhora da Vitoria, localizada na Praça das Vitórias na Avenida Rui Barbosa -Centro - Oeiras- Pi, considerada como primeiro templo regular do Estado, fundada por Padre Miguel Carvalho em 1697, em terras desmembradas da paróquia de N. Sra. da Conceição das rodelas, ou Cabrobó, em Pernambuco. De acordo com os estudos, em 1696 o Bispo Diocesano de Pernambuco ordenou que se criasse uma freguesia em terras piauienses, onde no ano seguinte o vigário Pe. Miguel Carvalho reuniu fazendeiros na Fazenda Tranqueira, de Antônio Soares Thouguia, com o intuito de definir o local onde seria construída a matriz, onde foi definido o povoado a margem do riacho Mocha, afluente do rio Canindé, pois estava situado em uma área de fácil acesso aos moradores de toda a povoação, além de abrir caminhos aos principais riachos e entornos. Sendo assim, realizou a construção do templo com dimensões de vinte e quatro palmos de comprimento e doze palmos de largura, com elementos de taipa e coberta de pindoba, por ser um local com escarces de telha, e nela se levantou um altar dedicado a mesma senhora feito de taboas com nove palmos de comprimento e quatro de largura, ornado com todos os paramentos necessários para os divinos ofícios.



IMG 02: Planta Baixa Igreja Nossa Senhora da Vitória- Oeiras

Diante do exposto, sabe-se que a primeira matriz ali construída foi demolida para se dar espaço a um novo templo dedicado a mesma santa. Esse templo começou a ser construído pelo Padre Tomé de Carvalho e Silva no início do séc. XVIII terminando em 1733. Nesse exemplar é possível ser identificado uma ornamentação interna principalmente em suas capelas laterais, constituída de duas janelas no coro e duas outras nas mesmas prumadas, ladeando a porta principal; frontão reto; torre única com um cômodo anexado; capela lateral e adro. Nesse croqui, sem representação do alpendre lateral. Em planta a igreja possui configuração em cruz latina, definida por capelas laterais intercomunicantes, suficientemente espaçosas para as celebrações dos sacramentos todas ornadas e feitas em madeira. Construída em sólida alvenaria de pedra e saibro se destaca monumental no flanco mais elevado que desce ao mocha. Enquadrada em traçado característico embora não exclusivo do modelo jesuítico, a ele se apegam a frontaria compartimentada, o típico frontão de catetos retos, cunhais e enquadramentos de cataria; torres de base quadrada alinhadas, sendo uma de abertura piramidal em pedra e a outra posterior truncada na altura da cornija. Interior despojado de suntuosidade com destaque para os cancelões das capelas laterais de torneados infusos salomônicos além de forro artesoados. A edificação sofreu reformas significativas, com o dito fechamento dos alpendres, substituição de pisos, traslado de lapides e substituição de telhas e restauração do altar-mor, comprometendo a leitura original conservada um perfil de frontispícios. Sua reforma foi concluída em 1981, e se fez com a fundação pró-memória em convênio com o Estado do Piauí.



IMG 03: Planta Baixa Igreja Nossa Senhora do Carmo- Piracuruca

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, por outro lado, está localizada na Praça Irmão Dantas na Rua Senador Gervásio, Piracuruca-Pi. Mais de duzentos e setenta anos já são transcorridos, desde a composição da cartela sobre a porta principal, lavrada em pedra, no frontispício do templo consagrado à virgem do Monte do Carmo de Piracuruca, com a inscrição que representa um marco de sua construção “MDCCLIII”. A data segundo alguns estudiosos indica a construção dos trabalhos de edificação das paredes, uma vez que existem documentos que atestam que a edificação permaneceu “sem o teto e a descoberto” por cerca de trinta anos. O início das obras teria ocorrido possivelmente entre 1718 e 1722. Acerca dos acontecimentos e motivações sejam eles religiosos econômicos ou políticos, que levaram a construção do histórico monumento mariano, incluindo-se a edificação é resultado da intenção oblativa de dois irmãos portugueses, Manuel Dantas Correia e José Dantas Correia, como preito de gratidão por graça alcançada junto a virgem do Monte Carmelo, em face de terem caído.

O partido da igreja de Piracuruca se aproxima ao da matriz de Oeiras, isso porque as proporções das plantas correspondem as dimensões citadas por padre Miguel Carvalho. Nesse plano a maior diferença fica por conta do transepto constituído de capelas rasas. O imponente templo mede 39 metros de extensão por 18 metros de largura, e é toda armada em alvenaria de pedra com destaque para elementos de cantaria que configuram a fachada, sobre vergas, socos escadas cunhais e enquadramentos. Contem elegantes colunatas de pedras lavradas que forma na entrada

um belo peristilo. Constando de três capelas e cinco altares, elegante e artisticamente dispostos, primando pela escultura, pintura e obras de talha, muitos outros objetos custosos e de súbito merecimento artístico e histórico, como a pia batismal, a bacia do púlpito, um lavatório de mármore, a lâmpada de prata e outros objetos e parâmetros dignos de elogio. Em 1801 passou por reformas que levaria a perda da cobertura. Desse templo é a construção das torres, ficaria em seguida abandonada até 1850. A igreja passou por algumas reformas com passar dos anos como a realizada em 1801 quando o teto é substituído, em face do desgaste natural. Nas primeiras décadas do sec. XX, são realizados outros serviços, tais como alterações no revestimento interior, mudança no piso que originalmente era em pedra e hoje por sua vez é em cerâmica, inclusão no panteão. Em meados do ano 2000, novamente o teto precisa de alterações, a uma alteração na imagem do altar-mor por ter sido danificado por cupis, sendo comprovado pela ata de reunião abaixo.



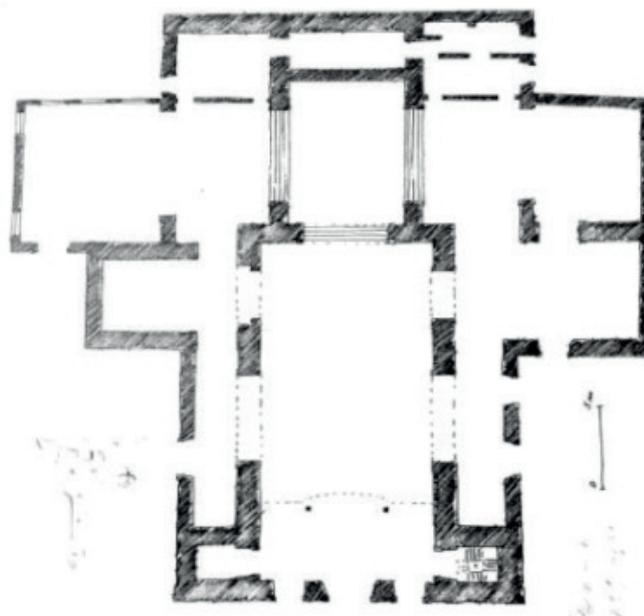
IMG 04: Igreja Nossa Senhora do Carmo- Piracuruca

“Em 1912 caiu parte do altar-mor e forro da capela- mor, e a igreja ficou abandonada até 1920. Em 1922 foi posto todo o forro atual e revestido o piso de ladrilho hidráulico existente que veio substituir a antiga pavimentação feita com tijolo digo, ladrilho de barro cozido e em parte de madeira que achavam estragados e que por diversas vezes foram cortados para se abrir sepulturas. A escada foi modificada em 1924, em 1926 fizeram-se os muros entre as torres e as capelas laterais, e os atuais altares. Em 1927 fizeram-se os forros da sacristia e nave principal. Em 1935 foi feito o altar lateral fingindo mármore. Em 1934 existiam portas de comunicação entre a capela- mor e sacristia; foram retirados e abertos arcos. Essas portas eram iguais as que dão para as capelas laterais. As paredes são de pedra- de- mó e de junta seca [...] as antigas telhas canais foram substituídas pelas existentes do tipo plano, francesas [...] internamente a igreja era toda forrada com obra de talha; o teto e o altar-mor eram dourados”.

PEREIRA DA SILVA F; Olavo,
Carnaúba, pedra, barro 2007, Volume II, p.29

A construção da Igreja católica tem sua importância impar para Piracuruca, pois em torno desse suntuoso templo, erguido pela mão poderosa da fé, se foram congregando famílias que edificaram as primeiras casas, constituindo dentro de pouco tempo a próspera povoação de Piracuruca. É com certeza um dos mais belos e antigos templos do Piauí, sendo que o término de sua construção data do ano de 1743. É uma arquitetura religiosa que apresenta em sua parte frontal linhas barrocas, com cercaduras e ornatos de cantaria de pedra.

Ecletismo e Neoclássico: Catedral de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça e Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Parnaíba- Pi)



IMG 5: Planta Baixa Catedral Senhora Mãe da Divina Graça- Parnaba

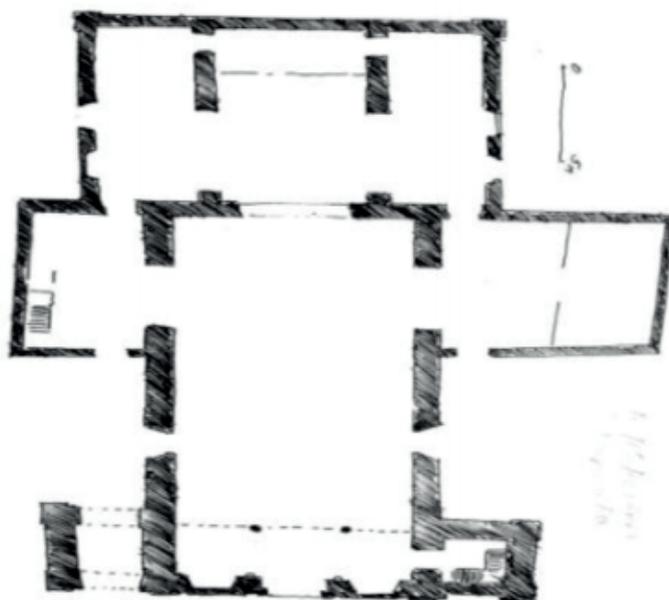
Fonte; Arquivo pessoal

A Igreja de Nossa senhora da Graça, localizada na rua do Rosário- Centro Parnaíba- PI. É tida como iniciada em 1770 e concluída em 1795. Implantada em quadra residencial, é a principal referência da arquitetura religiosa de Parnaíba. Entre tanto de acordo com entrevistas feitas nas igrejas, a Diocese de Parnaíba foi criada a partir da Igreja de nossa senhora do Carmo, onde após a construção da igreja teve sua imagem transladada de Piracuruca à Parnaíba.

Sua fachada apresenta principalmente características neoclássicas que marcaram o período de D. Maria I (1777-1816), e também pela simetria e linhas retas na fachada em pedra de lioz, talhadas nas oficinas de Lisboa, entablamentos, frisos que rodeiam as janelas, e uso de arcos plenos nas aberturas das torres. A planta retangular segue a tradição ibérica popular da igreja basílica, capelas intercomunicantes no transepto, capela-mor, coro e sacristia. Grandes arcos e colunas dóricas integram as galerias que ladeiam as naves. Obras recentes acrescentaram duas outras capelas. O edifício incorporou complementos ornamentais de inspiração neoclassicista,

destacando-se o arco da capela do Santíssimo e os enquadramentos, sobrevergas, teve a nave revestida de escaiola, atualmente reduzida aos enquadramentos das arcadas. Dentre os elementos de arte aplicada se destacam o altar-mor, com a bela imagem de Nossa Senhora do Leite; Além da restauração do coro que desabou durante uma celebração religiosa da igreja, e acréscimos e perdas do revestimento da nave detalhamento em mármore da porta principal, e forro ornado, sem a intenção de desfazer características originais da catedral. Outros elementos contemplados no projeto são: Retábulo de Nossa Senhora da Graça (Retábulo-Mor), Retábulo do Santíssimo Sacramento, Retábulo de Nosso Senhor dos Passos, Retábulo do Sagrado Coração de Jesus, Cancelões da Capela do Santíssimo Sacramento, Paineis de Azulejaria da Capela do Santíssimo Sacramento, Lápides, Pia Batismal e Lavatório portas almofadadas e de calha correspondem aos padrões adotados no século XVIII e XIX, inclusive as dobradiças e espelhos de fechadura em ferro forjado.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário de Parnaíba, localizada na Rua Oscar Clark-Centro, Parnaíba-Pi. Construída por escravos no século XVIII já aparece na planta de 1798, sendo erguido o templo para seus escravos em um local onde originalmente segundo historiadores teria existido uma senzala. Domingos Dias da Silva ordenou que fosse construído a edificação, que teve por objetivo servir de local para celebração dos escravos, que não podiam entrar na igreja de Nossa Senhora das Graças, a padroeira da igreja é Nossa Senhora do Rosário dos Homens Negros. Encontra-se na mesma praça que a Catedral de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, a poucos metros uma da outra, é um dos traços peculiares de Parnaíba, e para entendê-lo levamos em consideração um tempo em que o homem negro mantinha-se subjugado às ordens de um senhor branco, assim, poderemos compreender que tais igrejas, embora pertencentes ao um mesmo culto, dividia os homens, sendo os brancos na de Nossa Senhora da Graça, e os negros na do Rosário.



IMG 06: Planta Baixa da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Parnaíba

Fonte: Arquivo pessoal

O partido arquitetônico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, segue com uma fachada bem simples, sem muita ornamentação, possui uma porta principal outras duas na lateral que foram fechadas ainda no sec. XX possui traços estilísticos da tipologia eclética, com alguns elementos góticos. O frontão triangular reflete sua sobriedade e simplicidade compositiva, verga ogivais, abatidas de arco pleno refletem o apelo eclético acentuado no interior, especialmente no altar-Mor e laterais, enquanto tesouras de linha alta, torres com cobertura piramidal e cimalhas em boca de telha confirma o emprego de técnicas tradicionais, características encontradas no interior e exterior de seu corpo arquitetônico, sem grande ornamentação. Passou recentemente por uma restauração no forro e pintura.



IMG 07: Catedral Senhora Mãe da Divina Graça- Parnaíba

Fonte: Arquivo pessoal



IMG 08: Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Parnaíba.

Fonte: Arquivo Pessoal

CONCLUSÃO

Analisando o contexto histórico no Piauí, deve-se afirmar a importância da Igreja Católica para as pequenas vilas e primeiras formações urbanas das cidades do território Estadual, principalmente no período colonial. Além do mais, cabe destacar que as edificações monumentais expressam a fé de uma população agradecida pela recompensa de seus pedidos. A Construção das Igrejas no estado traz consigo o estilo colonial com a presença do barroco, diferenciado do barroco mineiro. Além de monumental, apresenta uma simplicidade que com o passar dos tempos, continua a encaixar-se com o contexto urbano harmoniosamente. As Igrejas de Nossa Senhora do Carmo (Piracuruca) e Nossa Senhora das Vitórias (Oeiras) apresenta configuração de planta semelhante com a cruz Latina, definidas pelas laterais que se comunicam entre si, com grandes espaços para realização de celebrações como também apresenta em sua fachada linhas barrocas, com cercaduras e ornatos de catária de Pedra, além do enquadramento no modelo Jesuítico, embora não exclusivo. Por outro

lado, se as igrejas de Oeiras e Piracuruca, apresentam características semelhantes e são exemplares praticamente fiéis aos padrões estabelecidos pelo estilo adotado, os templos da cidade de Parnaíba, se além à mistura de elementos e apresentam grandes diferenças entre si, tanto arquitetonicamente como também no contexto histórico. A Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, apresenta uma arquitetura voltada ao Neoclássico. De acordo com o estudo, o edifício segue uma tradição popular Ibérica. A Igreja no contexto Histórico teve sua construção para abrigar pessoas brancas para a realização de celebrações. Seguindo nesse contexto, está localizado na mesma praça, em poucos metros de distância, o templo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída por escravos no séc. XVIII, onde de acordo com os estudos teria sido uma senzala. A Igreja possui características ecléticas, com elementos góticos, além de guarda a essência arquitetônica das igrejas do final do séc. XVIII. As edificações sofreram modificações acerca do passar dos anos, mais permanecem com seus estilos peculiares em ótimo estado de conservação, e continuam embelezando a arquitetura local, e oferecendo acolhida aos fiéis devotos.

REFERÊNCIAS

SABER VER A ARQUITETURA, Bruno Zevi. 5. ed. São Paulo: Martins Fortes, 1996.

ECLÉTISMO NA ARQUITETURA BRASILEIRA, Anna Teresa Fabris. 1. ed. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2007.3v.

BURY, John, Arquitetura e arte Brasil Colonial/ John Bury; organizadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira- Brasília, DF: IPHAN/ MONUMENTA 2006. 256 p.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo. In: Arquitetura brasileira, São Paulo: Nobel/ Edusp, 1987.

OLIVEIRA, Anderson José Machado Revista de História da Biblioteca Nacional ano 2 nº 20 (maio de 2007): “Negra devoção”.

BONAMETTI, João Henrique. A Arquitetura Eclética e a Modernização da Paisagem Urbana Brasileira.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Dossiê de Tombamento da Cidade de Piracuruca. Brasília e Teresina, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Dossiê de Tombamento da Cidade de Parnaíba. Teresina, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Dossiê de Tombamento da Cidade de Oeiras. Teresina, 2009.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Bruna Andrade Silva
Jade Andrade Malta Santos
Luana Veiga Meira
Vitória Maria

RESUMO: Ao realizar um apanhado bibliográfico sobre a cidade de Santo Antônio de Jesus, percebeu-se uma grande carência de análise e produção de pesquisas arquitetônicas e urbanísticas sobre a mesma. É uma das cidades mais importantes do recôncavo baiano, considerada capital deste, por fatores como a localização em um ponto de confluência e intercâmbio entre municípios e proximidade da cidade de Salvador. A pesquisa se torna necessária devido à constatação um déficit de análise do processo de desenvolvimento histórico e sociocultural da cidade, que levou o município a não preservar seu patrimônio e os cidadãos a não compreenderem sua morfologia urbana, confirmou-se através das análises realizadas que há falta de apropriação cultural pela população e constatou-se que isso acontece devido a fatores socioculturais como: descaso quanto à história local no ensino durante a educação de base, falta de informação histórica em locais públicos, má formação da cidade, e questões como a “modernização” nas décadas de 30 e 50. A conscientização social sobre a importância de conhecer a história da cidade

foi um dos principais resultados obtidos. O trabalho realizado nas páginas em redes sociais com postagens de recapitulação da história através da revisitação ao passado arquitetônico e urbanístico propicia tal conscientização, tornando possível a disseminação de conteúdo rico em valor para a construção da consciência cidadã enquanto constituintes da cidade. A democratização do saber gera consciência e sentimento de pertencimento, tendo como consequência, o melhor uso do espaço urbano e valorização da conjuntura atual da cidade por parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Antônio de Jesus; arquitetura; urbanismo; conscientização; história.

ABSTRACT: When was accomplished a bibliographical research about the city of Santo Antônio de Jesus, there was a great lack of analysis and production of architectural, socio-cultural and urban researches about it. This is one of the most important cities in Recôncavo Baiano, considered the capital of this, by factors such as location at a confluence point and interchange between municipalities and proximity to the city of Salvador. In view of this fact, the present research has as main objective to disseminate the historical-cultural knowledge of the city to its citizens, thus transforming them into agents of their public space. In this study

we propose to develop, through field and bibliographical research, a virtual collection of knowledge that allows us to reconstruct the narrative of the city's development under an architectural and urbanistic perspective, making the knowledge of its trajectory accessible in the passing of time, through this, to strengthen an architectural, urbanistic and socio-cultural identity that can be recognized and assimilated by its population. The research becomes necessary due to the fact that a deficiency of analysis of the process of architectural and urban development of the city, which led the municipality not to preserve its patrimony and the city dwellers not to understand its urban morphology, it was confirmed through analyzes that there is a lack of cultural appropriation by the population and that this is due to factors of basic education, lack of historical information in public places, and issues such as "modernization" in the 30's and 50's. The social awareness about the importance of knowing the history of the city was one of the main results obtained. The work carried out in the pages in social networks with postings of recapitulation of history through the revisitation to the architectural and urbanistic past provides such awareness, making possible the dissemination of content rich in value for the construction of citizen consciousness as constituents of the city; as initially proposed, one of the objectives of this work, thus causing an impact on the future of the municipality. The democratization of knowledge generates awareness and a sense of belonging, resulting in the best use of urban space and appreciation of the current conjuncture of the city by the population.

KEYWORDS: Santo Antônio de Jesus; architecture; urbanism; awarness; history.

INTRODUÇÃO

A história de uma cidade se dá desde a povoação do território, tudo o que acontece e que caracteriza o seu desenvolvimento deve ser mantido em seu acervo histórico. Foi constatado durante o processo de pesquisa sobre Santo Antônio de Jesus conhecimento e interesse limitados dos cidadãos acerca da história local e perda de elementos da história oral da cidade, dessa forma, preservar a memória física local é imprescindível para a preservação da história. Focando à Arquitetura pode-se citar as construções como os principais elementos de valor histórico numa cidade, nem só as edificações individualizadas, mas também a formação do espaço urbano e as causas culturais que geraram o crescimento da cidade na lógica organizacional instituída. No caso de Santo Antônio de Jesus, cidade objeto de estudo do presente artigo, tem-se a Feira como local de desenvolvimento inicial não só urbano, mas cultural, vê-se no livro "Trilhos do Tempo, Trilhas da História: Trabalho, cultura e sociedade em Santo Antônio de Jesus-BA":

"Não podemos esquecer que a feira de Santo Antônio de Jesus se constituía num importante ponto de cultura que, pela variedade de produtos e mercadorias oferecidas, atraía comerciantes, feirantes e fregueses locais e de cidades vizinhas. As feiras representavam muito mais que um espaço de negócios ou compra e venda de mercadorias; nelas eram estabelecidos contatos comerciais e sociais."

Analisando o trecho acima é possível entender a dinâmica do desenvolvimento da cidade como um polo comercial e regional e a partir de então, acompanhar o processo de formação das ruas e bairros. Segundo Harvey (1992) e Arantes (2002), os processos e projetos de urbanização das cidades seguem uma lógica orientada pelos imperativos de mercado, com conseqüente concorrência entre as cidades.

Santo Antônio de Jesus desenvolveu-se entorno da igreja, com o objetivo de catequizar os moradores locais e dominar o território – uma técnica de colonização típica portuguesa – e por ser local de encontro de mercadores tornou-se também o ponto do comércio, desenvolvendo assim a feira e levando ao crescimento mais desordenado e voltado aos interesses comerciais.

Durante a pesquisa visou-se um estudo sobre as nuances históricas sob três diferentes olhares: o arquitetônico, o urbanístico e o sociocultural. Foi adotado o uso das mídias sociais como principal veículo de transporte do conhecimento adquirido durante a pesquisa e o retorno à população, tais mídias têm maior alcance, além de possibilitar maior praticidade ao processo. Segundo Mendes “elas permitem uma nova maneira de participação da sociedade, com interessantes aplicativos que dão suporte e facilitam os relacionamentos, com intensa e diversificada participação de todos” (MENDES, 2011).

OBJETIVO

Neste estudo propomos desenvolver, através da pesquisa de campo e bibliográfica, um acervo virtual de conhecimento que nos permita transitar fluidamente pela história da cidade e reconstruir a narrativa do desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus, desde sua fundação e desenvolvimento, até os dias atuais, tornando acessível o saber de sua trajetória no passar do tempo e, através disso, fortalecer uma identidade arquitetônica, urbanística e sociocultural através do uso de redes sociais e participação em eventos, para que a mesma possa ser reconhecida e assimilada pela sua população e perpetuada no registro da sua história, atingindo, assim, os cidadãos e transformando-os em agentes do seu espaço público.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente trabalho foi a pesquisa exploratória, que melhor se adequou ao objetivo de reunir dados bibliográficos da cidade para, desta forma, poder ter um acervo histórico e maior embasamento teórico de como a sociedade se desenvolveu desde a sua fundação. Foram também utilizadas documentações como: mapas da configuração inicial do território e da estrutura atual da cidade e projetos de

reformas disponibilizados pelos órgãos públicos.

Foi adotado um conjunto de medidas que explorasse a participação da população. Por meio da criação de mídias digitais, entrevistas com civis, registros fotográficos e áudio visuais; houve aproximação com a comunidade, interação esta que foi consolidada com a criação das páginas em redes sociais denominadas “Seja SAJ”, nas quais foram realizadas postagens contendo dados culturais e retrospectivas históricas sobre Santo Antônio de Jesus, páginas estas abertas à população para que a mesma pudesse interagir e tirar dúvidas sobre a história, o urbanismo e a arquitetura local, além da aplicação de um questionário através do qual as pessoas puderam expor conhecimento e também opinar sobre questões como: locais públicos de lazer, distribuição de praças no perímetro urbano, periculosidade dos bairros e o que acrescentariam ou mudariam na cidade.

Após a montagem da base de dados com os resultados dos questionários foi possível analisar diversos fatores e a partir desses dados foi possível colocar em ação o processo de conscientização social através das mídias sociais.

RESULTADOS

A percepção da falta de apropriação cultural da população de Santo Antônio de Jesus para com a cidade foi o que motivou o desenvolvimento da pesquisa e escolha do método. O cidadão não se sente parte da mesma e não tem real noção do valor histórico da sua cidade no contexto regional e nacional, desta forma, ele deixa de ser uma figura agente em sua comunidade. Os fatores socioculturais citados no presente artigo levaram o município a não preservar seu patrimônio material/imaterial e não compreender sua morfologia urbana.

Através do questionário aplicado a 130 (cento e trinta) pessoas (moradores e visitantes), foi concluído que grande maioria considera o seu conhecimento sobre a história da cidade médio ou baixo (Figura 1), fato este decorrente da falta de ensino sobre a mesma no período escolar e ausência de interesse individual acerca deste tema. Este déficit na educação reflete também na percepção que o cidadão tem da cidade, por exemplo, mais da metade dos questionados enfrentaram dificuldade na identificação de construções históricas na zona urbana da cidade, cerca de quinze edificações distribuídas no município, em zona urbana, sendo cinco tombadas pelo IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) que também possui cinco tombamentos realizados em zona rural.

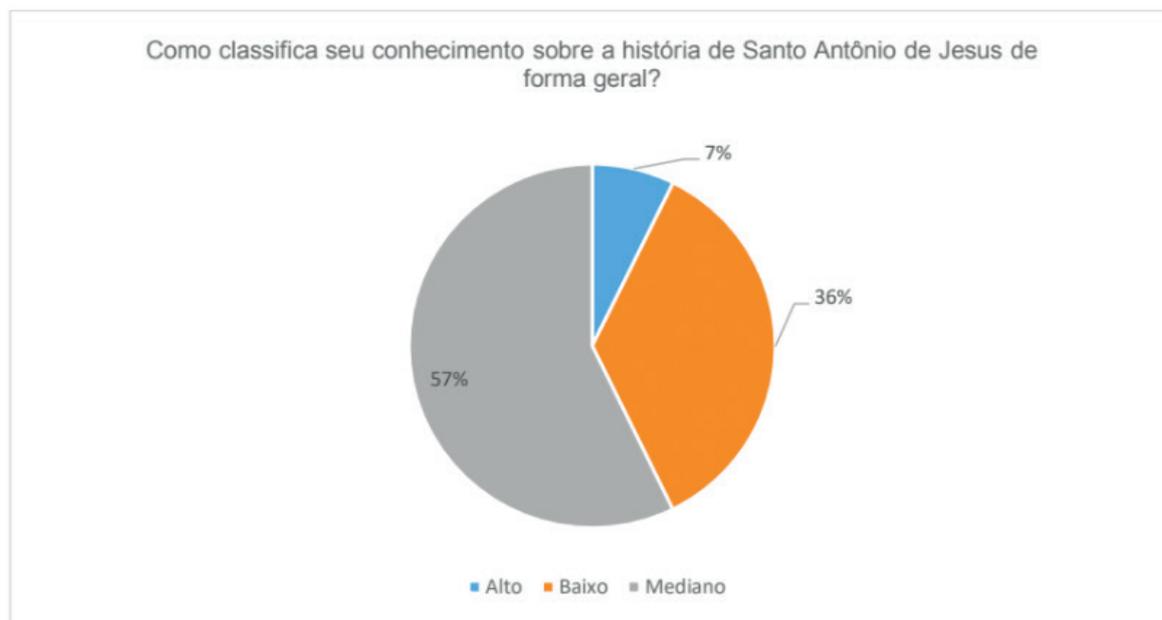


Figura 1. Análise de dados obtidos através da aplicação do questionário em plataforma virtual.

Fonte: Acervo Santo Antônio de Jesus: Reconstruindo uma História.

As possíveis causas para o baixo conhecimento dos cidadãos acerca da própria cidade são: déficit no programa de educação básica – a falta de foco no estudo da história local é um dos fatores que mais influência no conhecimento histórico

A falta de informação em locais públicos – os edifícios locais não têm indicação de sua fundação ou algum dado histórico sobre o mesmo; a “Modernização” nas décadas de 30 a 50 com a *Belle Époque* que trouxe seus ideais aliados aos do comércio na região; a falta de regulamentação de proteção e preservação de patrimônio histórico que são vítimas da gentrificação urbana, ou seja, é demolido pela especulação imobiliária e pelo comércio. Como claro exemplo temos a demolição do Obelisco que era o marco da primeira capela da cidade, que na reforma da praça Padre Mateus foi demolido para dar lugar a quiosques comerciais, para Harvey, 1992:

“Os equipamentos culturais e as revitalizações urbanas, relacionados a grandes eventos internacionais, constituem o que David Harvey denomina de “empresariamento urbano” como resultado do capitalismo do final do século XX, onde as cidades, agora na condição de mercadorias, são ajustadas à ordem econômica mundial.”

Outro ponto interessante, observado no questionário, é que poucas praças possuem variadas opções de lazer; um total de 78,3% dos votantes escolheu a Praça Padre Mateus como local com mais e melhores opções de entretenimento (Figura 2). Quatro praças da cidade foram colocadas como opções de voto, as quais foram: Praça São Benedito, Pirajá, Renato Machado e Padre Mateus. A votada pela grande maioria é localizada no Centro, bairro movimentado e urbanizado da cidade, com forte comércio e onde realizam as atividades mais importantes locais, fica a parte com

maior poder aquisitivo da cidade onde ocorre fortemente a especulação imobiliária e, quanto mais se distancia do comércio e se aproxima das rodovias, mais notável é a precariedade do lugar. Essa dinâmica urbana é o que torna nítida a setorização da cidade (Figura 3).

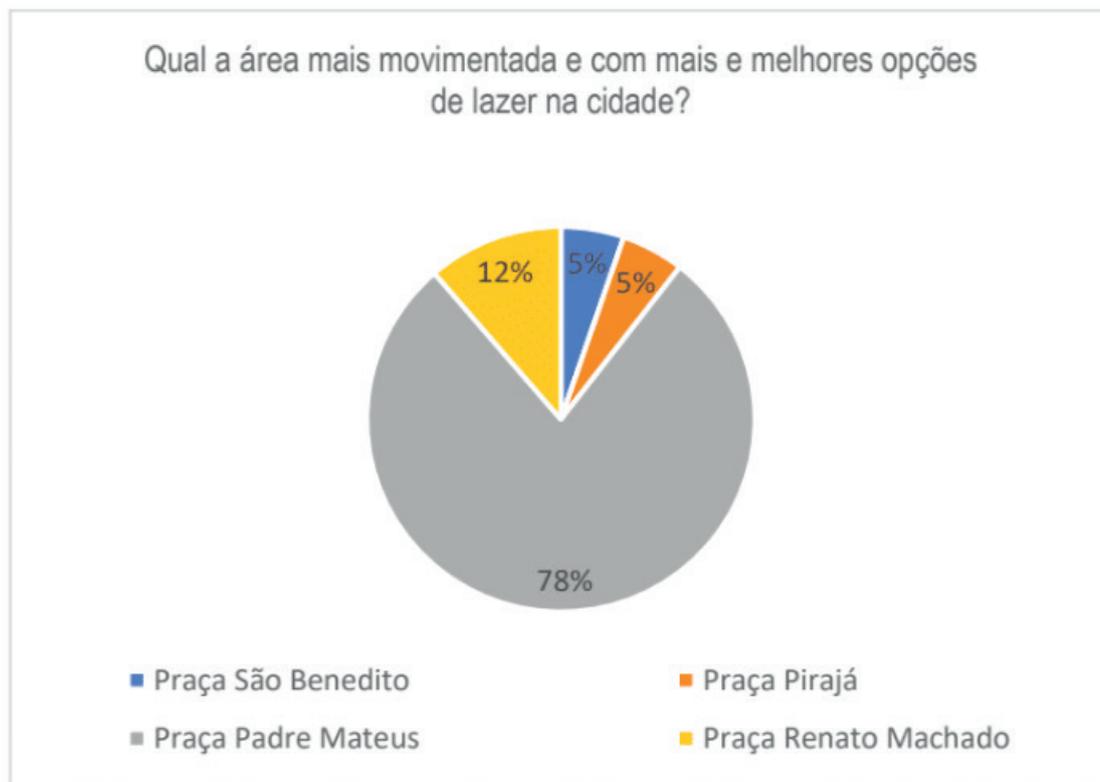


Figura 2. Análise de dados obtidos através da aplicação do questionário em plataforma virtual.

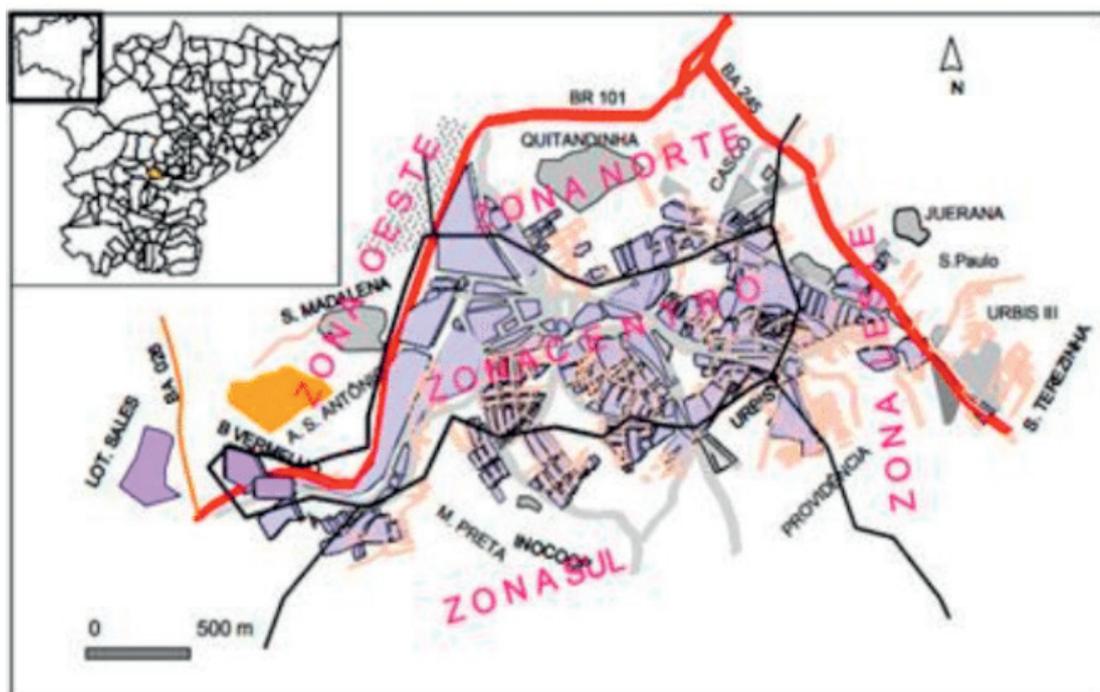


Figura 3. Mapa de Santo Antônio de Jesus destacando as principais zonas da cidade.

Fonte: Elaborado por Miguel Santos, 2011.

A estrutura da cidade é como um organismo, todo o desenvolvimento se dá a partir de um local de importância histórica, no caso de Santo Antônio de Jesus este local é a feira livre da cidade. Ela se faz presente desde a Igreja do Padre Mateus, onde surgiu, com o objetivo de vender para as pessoas que estavam apenas de passagem. É de extrema importância para a população santo-antoniense, o que foi confirmado em entrevista, onde 89,5% das pessoas acreditam que o grau de importância da feira livre para o município é alto (Figura 5). A feira também deu a Santo Antônio de Jesus as raízes do comércio, que foi se tornando cada vez mais qualificado e junto a esse contexto de desenvolvimento econômico a cidade sofre melhorias sobre sua infraestrutura com o advento das rodovias.

“Mosaico da vida real, retrato da cultura local e da região, ela singulariza sua estética com as experiências dos múltiplos atores que a vivenciam, transformando-se num labirinto a ser desvendado [...]. Sejam elas fixas ou permanentes, em terra firme ou flutuante, constituíram-se não só em territórios especializados no abastecimento de gêneros essenciais à vida, mas possibilitavam o encontro regular de produtores e consumidores de mercadorias, convertendo-se em fervilhantes centros de troca de experiências e vivências encenadas por diversos homens e mulheres”.

Devido à expansão do entroncamento rodoviário, a cidade sofreu uma transformação repentina (Figura 4), tendo em vista que no início da década de 70 as atividades comerciais e serviços eram realizadas apenas na praça central da cidade. Com essa transformação as rodovias passaram a contornar as principais áreas centrais, onde se situavam as atividades mais importantes e a população que detinha maior poder aquisitivo. Essa expansão ocorrida na cidade pode ser analisada na tabela elaborada por Miguel no ano de 2001 com base no IBGE, que demonstra o salto da população urbana de Santo Antônio de Jesus, que era de 21.702 (no ano de 1970) e em 1991 cresceu para 52.770, sendo assim a população cresceu mais do que dobrou em cerca de 20 anos; já a taxa de urbanização saiu de 54,63% para 82,20%, com um aumento de 27,57%.

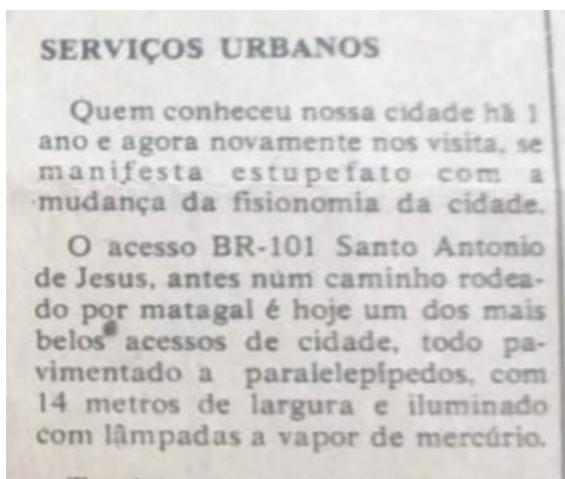


Figura 4. Trecho retirado de Jornal a Tarde, com publicação posterior a pavimentação da rodovia.

Fonte: Fundação Gregório de Matos.

A estratégica localização de Santo Antônio de Jesus no eixo rodoviário contribuiu consideravelmente para a transformação urbanística da cidade, sendo assim, a importância da malha rodoviária no âmbito de desenvolvimento econômico e financeiro da cidade é incontestável, como um essencial meio de transporte e distribuição das produções e cargas, bem como da circulação e do deslocamento de pessoas, dessa forma, pode-se pensar o meio de transporte como um suporte para que tal crescimento fosse concretizado.

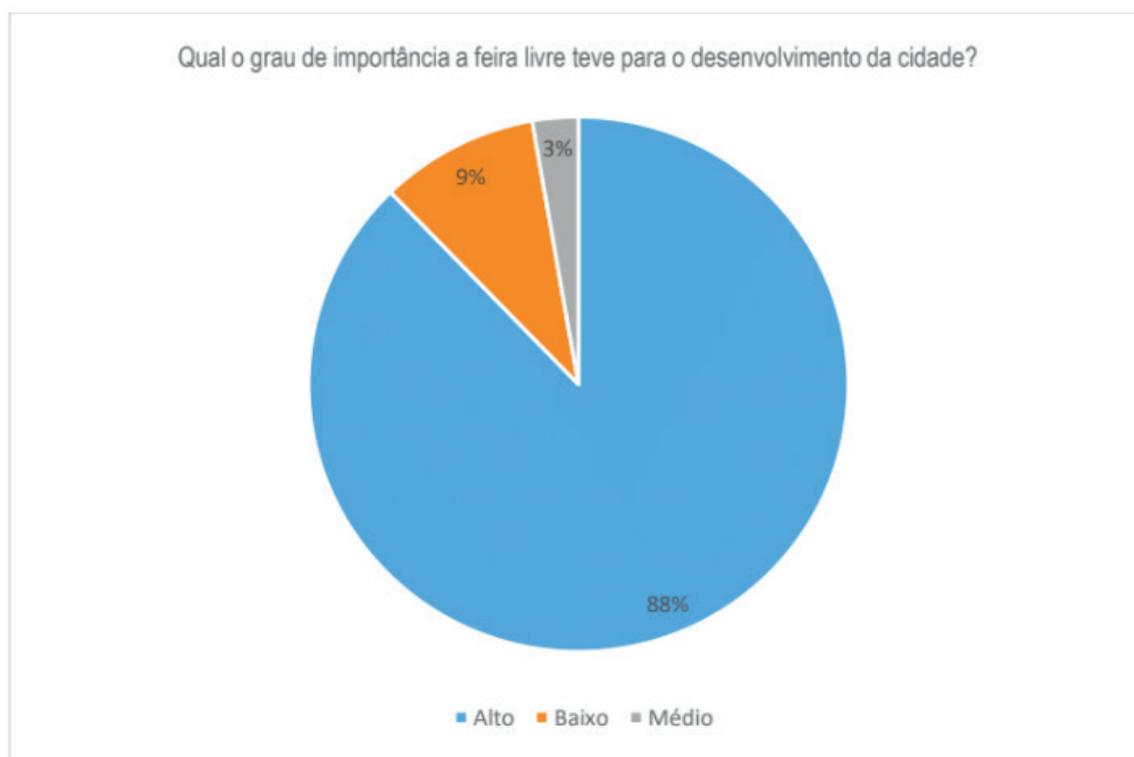


Figura 5. Análise de dados obtidos através da aplicação do questionário em plataforma virtual.

Fonte: Acervo Santo Antônio de Jesus: Reconstruindo uma História.

Acidade passou então a crescer em torno deste comércio, 75,8% dos entrevistados acreditam que o mesmo possui muitos impactos socioculturais no desenvolvimento da mesma (Figura 6). Logo, o comércio tornou-se a prioridade dos governantes, deixando muitas vezes o lazer e a cultura em segundo plano. Nas últimas décadas, utilizou erroneamente o termo 'revitalização' para degradar e extinguir elementos históricos de grande notabilidade como a Praça Padre Mateus que foi completamente modificada (Figura 7). Revitalizar diz respeito a trazer nova vida, tornar algo mais vigoroso, porém tal conceito é por vezes ignorado e deturpado em projetos de obras públicas, se tornou comum a derrubada de árvores centenárias para supostas 'revitalizações' de praças.



Figura 6. Análise de dados obtidos através da aplicação do questionário em plataforma virtual.

Fonte: Acervo Santo Antônio de Jesus: Reconstruindo uma História



Figura 7. Praça Padre Mateus em na década de 1990 e em 2016, após sua reforma.

Fonte: Imagens do site Pirôpo News (acesso em 26 de junho de 2017) e montagem por SejaSaj.

A cidade possui ainda outras edificações de importância histórica, porém com a ausência de políticas de preservação do patrimônio se torna difícil a perpetuação da memória local; dessa forma, muitos prédios antigos e históricos foram demolidos para dar lugar a casas comerciais, lojas, galerias e shoppings. Há, dessa forma, um

paradoxo “entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer” (Arantes, 2007).

Em Santo Antônio de Jesus, muitos edifícios foram influenciados pela grande quantidade de estrangeiros presentes na cidade, possuindo assim, estilos neoclássicos (Figura 8) e modernistas (Figura 9), além de elementos soltos da arquitetura neogótica, que fizeram parte da história inicial do município, toda via, muitos foram derrubados ou reformados sofrendo descaracterização de sua aparência original.



Figura 8. Pousada Vila das Palmeiras (Sobrado Alves e Almeida). Tombamento Estadual pelo IPAC, grau de proteção um.

Fonte: Imagens do site Booking (acesso em 04 de outubro de 2017).



Figura 9. Antonius Imperial Hotel.

Fonte: Imagens do site Google Maps (acesso em 04 de outubro de 2017).

Nota-se que a identidade cultural de uma cidade é dada pelas características desta ao longo do tempo, agregando valores simbólicos que posteriormente venham

refletir o passado histórico. O foco está em obter esta identidade e a apropriação do caráter cultural se faz necessário à preservação dos elementos que construíram a cidade e que constituem sua história.

A documentação de edifícios históricos existe para garantir que tais elementos não sejam depredados e extintos, estes são tombados pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC), que é parte integrante do Projeto Patrimônio Histórica, executada pela Secretaria da Indústria e Comércio - Coordenação de fomento ao turismo. Neste documento sobre Santo Antônio de Jesus estão catalogadas dez edificações tombados pelo órgão, com graus de proteção que variam entre um e dois. Sendo o grau de proteção um o Tombamento Estadual e o grau dois Tombamento Municipal.

Há também na cidade diversas edificações não tombadas que possuem um valor histórico muito grande, como exemplo pode-se citar a Igreja Matriz – primeira igreja da cidade –, o Centro Cultural – antiga cadeia municipal –, o Colégio Félix Gaspar – edifício de grande valor construtivo e de significativa colaboração para a rede pública de ensino da cidade – e o próprio prédio sede da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus; sendo todos os edifícios situados em zonas centrais do município.

Para compreender a formação e a disposição desses monumentos na zona urbana se fez necessária a análise dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) dos anos de 1992 e 2000 da cidade. Segundo Sousa (2002) a cidade deve ser entendida como produto dos processos socioespaciais e não como uma massa passivelmente modelável ou controlável pelo governo. Desde o advento das rodovias Santo Antônio de Jesus passou a crescer de forma rápida e sem um planejamento urbano e como consequência disso muitos bairros se desenvolveram sem a infraestrutura adequada e sem sistemas como habitação apropriada, água, esgoto tratados e coleta de lixo, como relatado no livro “Recôncavo Baiano: Trajetórias Dinâmicas Territoriais”:

“Os projetos apresentados demonstraram que, primeiramente, na década de 1990, as iniciativas políticas induziam a ocupação urbana nas áreas denominadas de vazios urbanos, próximas ao miolo urbano, em virtude da necessidade de investimentos para a expansão das vias e em equipamentos urbanos nas áreas estratégicas de Santo Antônio de Jesus.” (ESTEVAM, VILAS BOAS, 2015, p. 71).

A partir da análise do PDDU é possível notar que houve a elaboração de metas e propostas para o melhoramento da cidade, entretanto, apesar de alguns deles terem sido cumpridos como o programa Bem Viver (que tinha como objetivo melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida das pessoas de bairros periféricos) e diminuição dos ambulantes com posterior realocação para lugar adequado; há projetos e notificações apontados no Plano que não cabem à cidade e que não foram realizados, como locais de proibição de pesca (visto que a cidade não possui locais de pesca), implantação de ciclovias, implementação de medidas para promover acessibilidade adequada ao deficiente físico, entre outras.

CONCLUSÃO

O uso das mídias sociais possibilitou disseminar o conhecimento e proporcionar a apropriação cultural cidadina em relação à sua cidade. Inicialmente agregou-se conhecimento acerca da história local e de toda conjuntura da cidade, tanto social quanto cultural, e através deste acervo montou-se um questionário composto por dez perguntas. A partir da aplicação deste e da realização de pesquisas *in locu* pôde-se montar gráficos dos dados obtidos e analisados. Após toda a parte teórica realizada foi possível iniciar a parte prática da pesquisa, que visou atingir o máximo de pessoas por meio virtual, para gerar conscientização acerca da importância do meio construído para a manutenção da história e do caráter da cidade.

Apesar de a pesquisa inicial ter apontado uma falta de interesse significativa da população quanto à história e legados arquitetônicos da cidade, posteriormente notou-se uma mudança nesse quadro, com uma maior participação nas páginas em redes sociais, deste modo conclui-se que o incentivo através de mídias sociais proporciona resultados mais concisos quando aliados à campanhas de conscientização. Tal conscientização social sobre a importância de conhecer a história da cidade foi um dos principais resultados obtidos. O trabalho realizado nas páginas em redes sociais com postagens de recapitulação da história através da revisitação ao passado arquitetônico e urbanístico possibilita tal resultado. Por meio dessas redes, se faz possível a disseminação de conteúdo rico em valor para a construção da consciência cidadã enquanto constituintes da cidade; como proposto inicialmente, um dos objetivos do presente trabalho, provocando assim um impacto no futuro do município.

Como retorno da própria população percebeu-se um certo descaso inicial com a página (da primeira rede social), não havia muitas interações nem comentários, apenas poucas curtidas. Então foi feita uma segunda rede social de maior alcance, na qual o público alvo se tornou a parcela jovem da população para tentar uma maior aproximação e, observou-se a participação da população, principalmente nas publicações que continham fotos comparativas de épocas distintas de espaços da cidade, deixando notável que muitos não estavam cientes das mudanças urbanas (boas e ruins) que ocorreram na cidade nas últimas duas décadas. Outro resultado obtido foi a o reconhecimento por parte da Secretária de Cultura do município a qual visa parceria com a equipe para projetos de cunho cultural e social, de incentivo a interação popular e de valorização do espaço público, além de compartilhar e disseminar o nosso acervo virtual.

Através dessa ferramenta no meio virtual foi possível democratizar o conhecimento acerca da cidade e parte das descobertas realizadas ao longo do processo de pesquisa que foram compartilhadas com o público santo-antoniense. Ao tornar pública a história da cidade e suas modificações até a estrutura atual, possibilitou-se que os habitantes tomassem ciência do valor das edificações e da estrutura urbana para sua vida.

A democratização do saber gera consciência e sentimento de pertencimento,

tendo como consequência, o melhor uso do espaço urbano e valorização da conjuntura atual da cidade por parte da população.

REFERÊNCIAS

- ALONSO PEREIRA, José Ramón. **Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI**. Porto Alegre: Bookman, 2010. 384p. ISBN 9788577805761 (broch.).
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, c2000. 192 p. (Zero à esquerda). ISBN 9788532623843.
- CORREIA, Sandro; ESTEVAM, André Luiz; SANTOS, Elba. **Recôncavo Baiano: Trajetórias e Dinâmicas Territoriais**. Salvador, BA, 2015. ISBN 9788571962477
- FALCON, Francisco José Calazans; DEL PRIORE, Mary. **História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2002. 115 p. ISBN 9788535209914.
- FERNANDES, Ana; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Territórios urbanos e políticas culturais**. Cadernos PPG-AU/FAUFBA/Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, número especial, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009. 72 p. (Coleção Ciências Sociais passo - a - passo 66). ISBN 9788571109278.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 348p. ISBN 9788515006793.
- LIMA, Elaine Ferreira (2007), “**Velhos Centros, Novas Centralidades: políticas de enobrecimento urbano e usos do espaço público**”, Scientia Plena, v. 3, 5. Disponível em: www.scientiaplena.org.br.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo, SP:Parábola, 2006. 215 p. (Na ponta da língua; 7). ISBN 9788588456143.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN 9788533624092.
- OLIVEIRA, Ana; COSTA, Alex. **Uma cidade, várias histórias: Santo Antônio de Jesus (séculos XIX e XX)**. ISBN 978-95-62260-03-2.
- OLIVEIRA, Debora. **Mobilidade para pequenas cidades**. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/12/mobilidade-para-pequenas-cidades-repasse-de-verbas-para-obras-250914-1.aspx> Acesso em 30 de março de 2017.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico- prática**. 15. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 127 p. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). ISBN 9788530806071 (broch.).
- SANTANA, Suely; MATTOS, Wilson. Trilhas do tempo/Trilhas da história: **Trabalho, cultura e sociedade em Santo Antônio de Jesus – BA**. IBSN: 978-85-61160-05-6.
- SANTOS, Jaqueline Lima dos; Boechat, Patrícia. **Gestão e Planejamento Urbano: Uma Análise do**

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santo Antônio de Jesus – BA, UNEB.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 132 p. (Turismo, Cultura e Lazer; 3). ISBN 9788575260128.

VALADÃO, H. **Santo Antônio de Jesus, sua gente e duas origens**. Santo Antônio de Jesus, 2005.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2006. ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994.

SOBRE A ORGANIZADORA

Anna Paula Lombardi - Possui graduação em Bacharelado em Geografia (2011) e Licenciatura em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR. Mestre em Gestão do Território (2014) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Doutora em Geografia (2018) pela mesma Instituição. Bolsista Capes pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior realizado na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez/Chihuahua/México pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo no Doutorado em Estudios Urbanos (2017). Conhecimento na área de Geografia e Ensino de Geografia. Atua principalmente nas áreas de espaço urbano, Planejamento Urbano, sociedade; práticas sociais, grupos de minorias, políticas públicas e os estudos da Geografia da Deficiência (the Geography of Disability). Trabalhou como Professora/formadora na UAB no curso de Licenciatura em Geografia pela disciplina de (OTCC) Orientações de trabalho de conclusão de curso pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente é Docente pela Faculdades CESCAGE e realiza Orientações e supervisões no curso de Especialização em História, Arte e Cultura a distância pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3

